

# **Enegrecendo as universidades brasileiras: o processo de inclusão de estudantes negros através da política de cotas raciais.**

Deriscleia Rodrigues Ramos Nóbrega

Tese para obtenção do Grau de Doutor em Sociologia  
(3<sup>o</sup> ciclo de estudos)

**Agosto 2024**



# **Enegrecendo as universidades brasileiras: o processo de inclusão de estudantes negros através da política de cotas raciais.**

Deriscleia Rodrigues Ramos Nóbrega

Tese para obtenção do Grau de Doutor em Sociologia  
(3º ciclo de estudos)

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Doutora Catarina Sales Barbas de Oliveira

Provas de Doutorado: **05 de julho de 2024**

**Júri:**

PRESIDENTE:

Prof. Doutor Alcides Almeida Monteiro

VOGAIS:

Professor Doutor Osmundo Santos de Araújo Pinho

Professora Doutora Amélia Maria Cavaca Augusto

Professora Doutora Cristina Maria Pinto Roldão

Professor Doutor Pedro Antonio da Silva Abrantes

**Agosto 2024.**




## Declaração de Integridade

Eu, Deriscleia Rodrigues Ramos Nóbrega, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição D2756 da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 27/11 /2023

Documento assinado digitalmente  
 **DERISCLEIA RODRIGUES RAMOS NOBREGA**  
Data: 02/08/2024 07:44:31-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

(assinatura conforme Cartão de Cidadão ou preferencialmente  
assinatura digital no documento original se naquele mesmo formato)



*É através de uma tentativa de retomada de si e de despojamento, é pela tensão permanente de sua liberdade que os homens podem criar as condições de existência ideais em um mundo humano. Superioridade? Inferioridade? Por que simplesmente não tentar sensibilizar o outro, sentir o outro, revelar-me outro? Não conquistei minha liberdade justamente para edificar o mundo do Ti? Ao fim deste trabalho, gostaríamos que as pessoas sintam, como nós, a dimensão aberta da consciência. Minha última prece: Ô meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona! Franz fanon, 2008. Pele negra.*

*Máscaras Brancas.*



# Dedicatória

*Aos negros e negras que vieram antes de mim. Aos que não conseguiram chegar.  
Aos que choraram nas madrugadas pela falta da sua terra, dos seus.  
Aos que aguentaram os açoites. Aos que não.  
Aos que se rebelaram contra a escravidão. Aos que fizeram e fazem a nossa história.  
Aos que estão aqui neste momento presente e expuseram suas falas nesta pesquisa, dese-  
jando uma mudança necessária e tardia, um mundo diferente e melhor.*



# Agradecimentos

Ao chegar ao final dessa trajetória é importante revir no tempo e lembrar pessoas que contribuíram para que pudéssemos lograr êxito nessa jornada. Lá no início está a principal incentivadora da minha inquietude diante da realidade, do meu desenvolvimento intelectual e pessoal, Dona Madalena, uma mulher preta que trabalhou exaustivamente sobre uma máquina de costurar, buscando evitar que esse também fosse o meu futuro. Ao meu pai, Sr. Severino, sou-lhe imensamente grata. Um homem simples, pintor, não sabedor das letras, mas de uma surpreendente elevação espiritual e, se aqui estivesse, creio eu, estaria feliz com essa conquista. Apesar de sua pouca formação, entendia a força que o conhecimento possui. Tiveram participação nessa trajetória também os meus irmãos. Com o afeto demonstrado, abraço nas horas difíceis, compreensão nas ausências e partilha dos cuidados com a nossa mãe que hoje já não possui tanta força como em outrora. Assim, sou-lhes igualmente grata.

Em minha vida, outras duas pessoas contribuíram de maneira importante. Eles vieram de mim e hoje estão livres no mundo: meus filhos. Amo vocês de forma intensa e infinita. Beatrice, agradeço por me fazer mãe. Anos depois, me fez sair do Brasil com a importante missão de mostrar-lhe que a vida nos faz sofrer, porém, com a mesma magnitude, nos apresenta infinitas possibilidades e que vale a pena ser vivida. Nessa missão eu me perdi e me achei muitas vezes, crescendo nesse processo.

Obrigada, meu filho Leandro. Este, apesar de ainda pequeno, revelou-se grande e forte quando necessário, transmitindo segurança e me inspirando no inverno de Portugal a enfrentar os obstáculos e a não desistir das batalhas, dos sonhos. A minha força vem de vocês. Desejo sempre inspirar-vos.

Ao meu companheiro Tamires, dedico o fruto do meu trabalho como um agradecimento sincero por ter estado comigo nessa caminhada, acompanhando minhas angústias, suportando o frio e o meu cansaço de forma sempre tão paciente e amorosa, além de ter colaborado na elaboração das artes para esta pesquisa. Que a nossa parceria e o nosso amor continuem florescendo.

Agradeço a sorte de ter bons amigos que me confortaram diante das dificuldades vivenciadas, principalmente aos amigos da UFRN, Any Kadidja e Weverton Silva, pelo apoio e encorajamento no momento oportuno. Agradeço de forma genuína ao meu amigo

Joatã Soares, pela importante colaboração na análise dos dados da pesquisa e por me fornecer uma fonte infinita de estímulo e afeto. Foram extremamente necessárias. Sem vocês, realmente, nada disso seria possível.

Um agradecimento mais que especial a minha orientadora, professora Catarina Sales, que acompanhou incansavelmente o meu trabalho, sendo solidária nos momentos difíceis, compreendendo os meus limites e incentivando possibilidades. Sempre me recebendo com um sorriso no rosto e injetando ânimo aos debates sobre racismo e negritude. Uma professora muito especial. Sou-lhe muito grata.

Ao professor José Venâncio, foi fundamental a sua defesa ao meu projeto, impulsionando-me através da sua trajetória e rico conhecimento. Ainda, agradeço aos colegas do Doutorado em Sociologia Ivan Novais, Joésia e Lima. O apoio de vocês, os diálogos sociológicos e as conversas regadas a vinho e café, na Covilhã, também foram muito importantes. Outros colegas ajudaram em minha estadia nesta linda cidade significativamente acolhedora. Sintam-se aqui abraçados.

Agradeço à FAPERN- Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado do Rio Grande do Norte pelo apoio concedido através de Auxílio financeiro para realização de Intercâmbio Internacional, viabilizando a conclusão da minha pesquisa.

À UFRN, universidade na qual atuo profissionalmente, sou grata por possibilitar o meu afastamento das atividades de trabalho para que eu pudesse me dedicar ao doutorado, e a todos e todas as colegas que assumiram as minhas atribuições durante esse período de ausência. O meu forte abraço e sincera gratidão.

***“Se quer ir rápido, vá sozinho. Se quer ir longe, vá acompanhado”***  
*(Provérbio Africano).*

## Resumo

O estudo em tela analisa a política de cotas para negros no Brasil e as suas influências no processo de construção identitária de estudantes contemplados por esta, tendo como *locus* a UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte-RN-Brasil). Este pretende ser um estudo de caso ilustrativo das experiências desenvolvidas pelas universidades brasileiras que adotaram este sistema de reserva de vagas raciais. Interrogamo-nos se tal Ação Afirmativa pode ter uma consequência indireta sobre o povo negro, alterando positivamente a configuração da sua identidade. Os objetivos específicos da pesquisa são: Analisar as políticas de cotas na perspectiva institucional; aferir as percepções dos estudantes cotistas sobre as políticas de cotas e identificar e descrever os processos de construção das identidades individual e coletiva dos estudantes negros cotistas. Para avançar em busca por tal amplitude na análise, apresentamos o debate atual acerca de categorias analíticas como identidade, reflexividade, etnicidade e racismo, trazendo elementos constitutivos e mobilizadores da implementação das ações afirmativas para negros no ensino superior, presentes nas relações sociais brasileiras. A perspectiva teórica que orienta este estudo está ancorada na análise das interações simbólicas, contribuindo para iluminar a compreensão da influência do racismo nas micro e macro relações e no processo de construção das identidades. Buscando alcançar os objetivos da pesquisa, utiliza-se uma metodologia de investigação qualitativa, com recurso às técnicas de análise estatística, aplicação de inquéritos e realização de Grupos Focais com os estudantes cotistas da UFRN. Contempla, ainda, uma revisão bibliográfica da literatura pertinente à temática. A partir dos resultados obtidos, a investigação infere a perspectiva institucional de busca por equidade e justiça, considerando a implementação de instâncias de averiguação dos critérios para acesso às cotas raciais, apesar dos entraves de ordem material e social que dificultam a sua efetivação. Ainda, a investigação apreende as percepções dos estudantes cotistas acerca desta política, identificando que estes, ao ingressarem no ensino superior a partir desta reserva de vagas, são atravessados por uma consciência racial mais crítica, fortalecendo as suas identidades individuais e coletivas. Apesar disso, identifica-se a ocorrência de um processo de estigmatização destes sujeitos pela condição de cotistas, atribuindo-lhes conotações pejorativas. A pesquisa aponta que este processo poderá acarretar consequências negativas à permanência acadêmica e prospecta análises sociológicas futuras.

### Palavras-chave

Política de Cotas; Ensino superior; Racismo; Identidade; Estigma.



# Abstract

The study in question analyzes the racial quota policy for black people in Brazil and its influences on the process of identity construction of students covered by it, having as its locus the UFRN (Federal University of Rio Grande do Norte-RN-Brazil). The intention is to provide an illustrative case study of the experiences developed by Brazilian universities that adopted this racial quota reservation system. We wonder whether such Affirmative Action can have an indirect impact on black people, positively altering the configuration of their identity. The specific objectives of the research are: Analyze quota policies from an institutional perspective; assess the perceptions of quota students about quota policies and identify and describe the processes of construction of individual and collective identities of black quota students. To advance in the search for such breadth in the analysis, we present the current debate about analytical categories such as identity, reflexivity, ethnicity and racism, bringing constitutive and mobilizing elements of the implementation of affirmative actions for black people in higher education, present in Brazilian social relations. The theoretical perspective that guides this study is anchored in the analysis of symbolic interactions, helping to illuminate the understanding of the influence of racism in micro and macro relationships and in the process of identity construction. In pursuit of the research objectives, a qualitative research methodology is employed, using statistical analysis, application of surveys and holding of Focus Groups with UFRN quota students. It also encompasses a bibliographical review of the literature relevant to the topic. From the results obtained, the study infers the institutional perspective of equity and justice, considering the implementation of instances for investigating the criteria for access to racial quotas, despite the obstacles that hinder their effective implementation. Furthermore, the investigation captures the perceptions of quota students regarding this policy, identifying that, upon entering higher education from this reserve of places, they are permeated by a more critical racial consciousness, strengthening their individual and collective identities. However, there is an occurrence of a process of stigmatization of these individuals due to their condition as quota holders, attributing pejorative connotations to them. The study indicates that this process could have adverse effects on academic retention and prospects for future sociological analyses.

## Keywords:

Affirmative action policy; High education; Racism; Identity; Stigma.



# Sumário

Introdução	1
Capítulo 1: Identidade, Etnicismo e Racismo no Brasil	7
1.1 Construções identitárias, Interações simbólicas e reflexividade	7
1.2 Etnicidade, cultura e multiculturalismo na sociedade globalizada	13
1.3 Racismo no Brasil	21
Capítulo 2: Ações Afirmativas Estatais e a Igualdade Racial no Ensino Superior no Brasil	33
2.1 Uma análise das Ações Afirmativas Estatais sob a perspectiva da Justiça e Equidade	33
2.2 O Ensino Superior no Brasil	37
2.3 A política de cotas raciais no ensino superior no Brasil: reafirmando direitos	45
Capítulo 3: Percurso metodológico	53
3.1 Estratégias metodológicas	53
3.2 Seleção do público-alvo e <i>locus</i> da pesquisa	55
3.3 Técnicas de recolha e análise de dados – Fundamentação empírica	57
3.3.1 Perfil alunos – dados estatísticos secundários	58
3.3.2 Inquéritos por questionário	59
3.3.2.1 Inquérito por questionário à Comissão de Heteroidentificação	59
3.3.2.2 Inquérito por questionário aos alunos cotistas	61
3.3.3 Grupo focal – alunos cotistas negros	62
3.4 Referencial de análise e interpretação dos dados	68
3.5 Ética na pesquisa	69
Capítulo 4: Conhecendo a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e sua política de cotas étnico-raciais	72
4.1 A Universidade Federal do Rio Grande do Norte no contexto do Estado do Rio Grande do Norte e da Região Nordeste	72
4.2 A política de cotas raciais da UFRN e a Comissão de Averiguação da Negritude	78
4.2.1 Como os membros da Comissão percebem a sua atuação e a política de cotas raciais	84
4.2.2 Garantia do direito ou exclusão?: a avaliação das candidaturas dos cotistas negros da UFRN	92
4.3 Conhecendo os alunos cotistas negros da UFRN	96
Capítulo 5: Escrevendo a sua própria história: as percepções dos alunos negros da UFRN sobre identidade e políticas de cotas raciais	108

5.1 As vivências nos Grupos Focais	109
5.1.1 Perceber-se negro: a construção social das identidades	118
5.1.2 A percepção dos alunos cotistas negros acerca das políticas de cotas raciais	126
5.1.3 A política de cotas raciais e sua relação com o processo de construção identitária para os alunos negros cotistas da UFRN	133
5.2 O que podem nos revelar as palavras?	141
5.2.1 As interlocuções possibilitadas pela Nuvem de Palavras ( <i>Word Cloud</i> ): o dito e o não dito	142
5.2.2 As identidades e a política de cotas raciais: revelando novas complexidades	147
 Capítulo 6: Considerações Finais	 159
 Referências bibliográficas	 171
 Anexos	
Anexo 1- Designação para participação na Comissão de heteroidentificação (2019)	185
Anexo 2- Parecer de aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética da UBI	187
Anexo 3- Planilha de dados dos membros da Comissão (Perfil)	189
Anexo 4- Termo de Responsabilidade para reserva de espaço físico (Grupo Focal)	191
Anexo 5- Roteiro de entrevista- Grupo Focal	193
Anexo 6- Roteiro do Questionário – Comissão de heteroidentificação	195
Anexo 7- Termo de Consentimento Livre, Informado e Esclarecido	197
Anexo 8- Grelha de perguntas e respostas- Grupo Focal	199
Anexo 9- Planilha com respostas ao Questionário- Membros da Comissão	205
Anexo 10- Nomes fictícios atribuídos às falas dos alunos cotistas (Questionário)	208

## Tabelas

Tabela 1- Taxa de analfabetismo, por grupos de idade, segundo as grandes regiões do Brasil (%)	76
Tabela 2- Desempenho acadêmico dos cotistas e não cotistas ingressantes (2013 a 2015)	84
Tabela 3- Situação de Moradia- Alunos cotistas e não cotistas (2013 a 2015)	105

## Gráficos

Gráfico 1 - Autoidentificação étnico-racial da população brasileira- 2019	27
Gráfico 2- Dados das instituições de Ensino Superior- Públicas/Privadas- 1996 a 2005	42
Gráfico 3- Quantitativos de vagas ofertadas no ensino superior nas instituições Públicas/Privadas 1996 a 2005	43
Gráfico 4- Vagas reservadas X ampla concorrência nas universidades federais - 2012 a 2019	50
Gráfico 5- Sexo declarado dos alunos cotistas (Grupo Focal)	64
Gráfico 6- Adesão das Universidades Federais às ações afirmativas por ano - (2003 a 2016)	79
Gráfico 7- Idade dos membros da comissão de heteroidentificação-UFRN- 2023	86
Gráfico 8- Avaliação dos membros da comissão acerca da formação fornecida para averiguação das condições de acesso às cotas raciais	87
Gráfico 9- Tipos de dificuldades encontradas para atuação dos membros da Comissão de heteroidentificação- 2023	89
Gráfico 10- Percepção dos membros da Comissão de heteroidentificação quanto ao recursos disponíveis para o processo de averiguação do acesso às cotas raciais na UFRN	90
Gráfico 11- Total acumulado de ingressantes cotistas UFRN (2014 a 2019)	98
Gráfico 12- Sexo- Ingressantes cotistas (2014 a 2019)	98
Gráfico 13- Proporção de trabalhadores(as) domésticos(as) remunerados(as) por região no Brasil (2019)	100
Gráfico 14-Brasil: Taxa de Homicídios de Homens Jovens por grupo de 100 mil, por UF - 2019	101
Gráfico 15- Idade Alunos cotistas- 2015 a 2019	102
Gráfico 16- Faixa etária alunos matriculados por sexo - 2021	102
Gráfico 17- Origem dos alunos cotistas da UFRN quanto aos Municípios do RN (2014 a 2019)	104
Gráfico 18- Discentes por cor/raça - 2021	106
Gráfico 19 - Percepção dos alunos cotistas da UFRN quanto à Política de cotas raciais e a relação desta com as Identidades (Questionário)	149



## Figuras

Figura 1- O sistema de reserva de Cotas raciais para negros e pardos no ensino superior no Brasil	48
Figura 2- Técnica de Recolha e Análise de Dados	58
Figura 3- A Universidade Federal do Rio Grande do Norte	73
Figura 4- Representação geográfica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	74
Figura 5- Autorretrato 1	109
Figura 6- Imagem ilustrativa- NEPSA/ CCSA/UFRN	110
Figura 7- Convite 1 Grupo Focal	112
Figura 8- Convite 2 Grupo Focal	113
Figura 9- Autorretrato 2	118
Figura 10- Autorretrato 3	126
Figura 11- Autorretrato 4	133
Figura 12- Nuvem de palavras 1- Perceber-se negro	143
Figura 13- Nuvem de palavras 2- Perceber-se negro	145
Figura 14- Nuvem de palavras 3- Percepção dos alunos sobre as cotas raciais	146
Figura 15- Nuvem de palavras 4- Percepção dos alunos sobre as cotas raciais	147

## Quadros

Quadro 1- Dimensões analisadas no Inquérito por questionário à Comissão de Heteroidentificação	60
Quadro 2- Composição da Comissão de Heteroidentificação- Legendas	60
Quadro 3- Caracterização geral dos participantes dos Grupos Focais	66
Quadro 4- Dimensões analisadas nos Grupos Focais e Inquérito por questionário aos estudantes cotistas	67



## Lista de Acrônimos

<b>AA</b>	Ações Afirmativas
<b>BM</b>	Banco Mundial
<b>CCSA</b>	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
<b>CERES</b>	Centro de Ensino Superior do Seridó
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CONSEPE</b>	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRN
<b>COVID</b>	<i>Corona Virus Disease</i> (Doença do Coronavírus)
<b>ENEM</b>	Exame Nacional do Ensino Médio
<b>FAPERN</b>	Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado do Rio Grande do Norte
<b>FIES</b>	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>GF</b>	Grupo Focal
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IFES</b>	Instituições Federais de Ensino Superior
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Aplicada
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>NE</b>	Nordeste
<b>NEPSA</b>	Núcleo de Estudos e Pesquisas do CCSA
<b>ODS</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PDI</b>	Plano de Desenvolvimento Institucional
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNAE</b>	Programa Nacional de Assistência Estudantil da UFRN
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>PROAE</b>	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da UFRN
<b>PROGRAD</b>	Pró-Reitoria de Graduação da UFRN

<b>PROPLAN</b>	Pró-Reitoria de Planejamento da UFRN
<b>PROUNI</b>	Programa Universidade para Todos
<b>REUNI</b>	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
<b>RN</b>	Rio Grande do Norte
<b>SGP/SEDG</b>	Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal
<b>SINFO</b>	Superintendência de Informática da UFRN
<b>SiSU</b>	Sistema de Seleção Unificado
<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
<b>UBI</b>	Universidade da Beira Interior
<b>UERJ</b>	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
<b>UFMG</b>	Universidade Federal de Minas Gerais
<b>UFRN</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
<b>UNB</b>	Universidade de Brasília
<b>UNE</b>	União Nacional dos Estudantes
<b>UNEB</b>	Universidade do Estado da Bahia
<b>WI</b>	<i>Women's Institute</i>

# Introdução

As ações afirmativas ou *Affirmative action policies*<sup>1</sup> têm estado presentes nos debates contemporâneos e se caracterizam pela busca por maior igualdade, assegurando a inclusão de grupos sociais identificados em situações de vulnerabilidade (Piovesan, 2005). Nesse sentido, a garantia de reserva de vagas para negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência e em situação de desigualdade<sup>2</sup>, na educação, é regulamentada no Brasil pela Lei de Cotas, a partir de 2012.

A história brasileira de desigualdade social fundamenta a necessidade dessas ações e demandam por problematizações sociológicas dessa construção sócio-histórica, buscando uma maior compreensão da realidade, bem como da importância destas ações para o processo de construção da identidade da população negra, pedra de toque do nosso estudo. Sabe-se que a trajetória sócio-histórica do Brasil é marcada pela mistura de diversas culturas. Daí advém a riqueza e, em paralelo, os problemas raciais e sociais que permeiam tal trajetória. Como fruto deste pseudo harmonioso trajeto, acusamos a existência do racismo, preconceito e discriminação racial interrelacional. O racismo tem suas origens, à princípio, em justificativas de uma suposta sobreposição de uma raça sobre a outra, todavia essa afirmação já não encontra respaldo. Essa prática encontrava apoio anteriormente no racismo científico, que foi disseminado a partir do século XVIII e trazia elementos biológicos para sustentar as afirmativas de superioridade dos brancos sobre os negros, por exemplo (Lima e Vala, 2004).

Nesta complexa construção sócio-histórica, os negros foram ocupando espaços sociais menos favorecidos, conforme podemos confirmar através dos diversos dados da configuração social e econômica desenhada em nossa sociedade atual e que mostram uma acentuada estratificação social (IPEA, 2019). Percebe-se, assim, a ocorrência de um descaso e depreciação social, dificultando uma construção positiva da identidade do povo negro (Fernandes, 2005), influenciando diretamente e negativamente o desenvolvimento da população negra no Brasil.

Dessa forma, registramos historicamente um ambiente social fortemente desfavorável aos negros e à cultura africana no Brasil, bem como uma configuração histórica de um país com relações sociais não igualitárias entre os diversos povos que compõem esta realidade. Consideramos que este quadro foi agravado historicamente na sociedade brasileira e

---

1 Affirmative action policy (AAP)<sup>2</sup> for college admission is a common practice worldwide; it has the objective of mitigating discrimination by providing access to educational opportunities that otherwise would not be available to individuals from disadvantaged groups (Vieira & Arends-Kuenning, 2019, p 3).

2 Na tentativa de quebrar a notória desigualdade de gênero, já vários países do mundo criaram medidas de ação positiva, como a Lei da Paridade no caso de Portugal (Azevedo, 2017, p 17)

estabeleceu uma estrutura de desigualdade social que fortaleceu um processo de racialização, afetando direta e indiretamente as micro e macrorrelações (Fernandes, 2005).

Diante desse quadro, têm sido implementadas Ações Afirmativas (AA) (Piovesan, 2005), numa perspectiva de enfrentamento ao racismo e à discriminação étnico-racial, resultantes das reivindicações do Movimento Negro nacional e internacional (Gomes, 2017). Para esta autora, o Movimento Negro “é capaz de suscitar um tipo de subjetividade desestabilizadora que desvie do conformismo perante o racismo para a subversão, superação do mesmo para construção de políticas radicais de igualdade racial” (p 129-130). A exemplo, no Brasil, do Movimento Negro Unificado (MNU) que marca fortemente a luta racial nas décadas de 70 e 80.

Torna-se urgente, portanto, realizar estudos acerca destas ações, como forma de apreender tais fenômenos, enquanto problemas sociológicos advindos de uma estrutura estabelecida, marcada por um complexo sistema simbólico e com forte demarcação racial.

Nesse sentido, acerca da problemática racial na realidade brasileira, nos acrescenta Paixão (2015) a seguinte percepção:

Dessa forma, podemos ver que se é verdade que o tema das relações raciais não foi debatido à exaustão no interior dos escritos dos autores vinculados às distintas correntes de pensamento econômico, por outra via, tais possibilidades analíticas não somente existem, como ainda demandam um amplo esforço no sentido de um pleno aprofundamento. Do mesmo modo, essa questão ganha um colorido especial no pensamento econômico dos países periféricos ao sistema capitalista mundial, especialmente a América Latina, e o Brasil. (p 8)

Apesar das alterações promovidas pelas AA, notadamente as cotas raciais, e dos resultados relativamente positivos ao longo da última década, esse sistema de reserva de vagas ainda é alvo de críticas e discordâncias que são pautadas em disputas ideológicas e/ou intolerâncias (Gomes & Martins, 2006). Entende-se que a complexidade das relações sociais e a agudização das desigualdades sociais sejam justificativas para a manutenção e/ou ampliação destas ações que buscam igualdade e justiça social. Além disso, o cenário político do país envolve a possibilidade de descontinuidade dessa política, conforme estabelece no texto do Projeto de Lei que esta deveria ser reavaliada após completar dez anos de implementação em 2023. Pode-se afirmar que o campo de debate das AA ainda está em desenvolvimento e que este é ainda relativamente jovem e que somente agora, tendo passado quase uma década da implantação de tais ações, pode-se avaliar o impacto destas em nossa sociedade (Gomes & Martins, 2006).

Assim, ocorre uma dicotomia acerca deste debate no Brasil, registrando-se posturas de adesão e de rejeição às ações, principalmente acerca da reserva de vagas no ensino superior (Gomes & Martins, 2006). Esse antagonismo e, simultaneamente, uma crescente adesão às políticas de cotas raciais em outras áreas distintas, como em concursos para cargos públicos, denotam a necessidade de execução do estudo em tela.

Temos, ainda, registros de investigações acerca desta política almejando analisar os seus impactos e resultados alcançados, tais como os de Sales (2019) e Freitas et al. (2021), ou mesmo apresentando as trajetórias de vida dos estudantes cotistas, como o importante estudo de Gomes & Martins (2006), sem pretender, no entanto, uma abordagem como a apresentada em nosso estudo acerca das percepções de tais estudantes, realizada através da interação grupal (GF), bem como da percepção institucional acerca desta política. Denota, portanto, uma investigação aprofundada sob perspectivas variadas, agregando valor à temática.

Além disso, compreendemos a existência de um elenco considerável de pesquisas sociológicas sobre o racismo e questões transversais, todavia, importa adentrar ainda mais a análise desta problemática, buscando apreender este fenômeno causador de diversas fissuras sociais (Almeida, 2018). Além disso, os estudos acerca da configuração do ensino superior devem ser frequentemente atualizados, gerando fundamentação teórica e empírica para o tratamento das políticas voltadas aos estudantes desta área de ensino, notadamente sob uma perspectiva de equidade étnico-racial.

Nesse sentido, a nossa busca compreende os aspectos presentes nas subjetividades que perpassam as identidades dos estudantes cotistas, com recorte para os negros e pardos, considerando a representação quantitativa populacional expressiva desses sujeitos, acima de 50%, conforme os dados do IBGE, além do quadro de discriminação racial voltada a estes, denotando, assim, um desafio complexo e necessário.

Dessa forma, a partir das justificativas apresentadas, este estudo propôs analisar a política de cotas para negros no Brasil e as suas influências no processo de construção identitária dos estudantes contemplados por esta, a partir da experiência desenvolvida por universidades brasileiras que adotaram este sistema, concretamente através do estudo de caso aprofundado de uma universidade que adotou o sistema de cotas raciais há aproximadamente dez anos, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

A seleção desta Instituição de ensino superior se dá em virtude de que esta universidade se caracteriza por ser uma instituição de ensino superior do Brasil situada no Nordeste, região

com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) nacionais, semelhança de percentual no índice vulnerabilidade social encontrado na população de negros do Brasil. Além disso, essa instituição se caracteriza como um bom caso para estudo uma vez que a política de cotas étnico raciais foi implantada na universidade em 2013, um ano após a provação da política de cotas raciais no ensino superior no Brasil.

Ainda, ao buscarmos apreender tais aspectos, intentamos clarificá-los dentro de uma macro realidade social, pois, conforme nos aponta Queiroz (1988), “O indivíduo é também um fenômeno social. Aspectos importantes de sua sociedade e de seu grupo, comportamentos e técnicas, valores e ideologias podem ser apanhados através de sua história” (Queiroz, 1988, p 28). Portanto, ao estudar uma determinada realidade ou um fenômeno micro, restrito a uma delimitação local, temporal e histórica, contém nesta parte uma totalidade.

Tendo em vista o panorama relatado, tornou-se fundamental para a execução dessa pesquisa uma busca frequente pela objetividade na análise, conforme nos orienta Weber (2001), através da fundamentação teórica consistente e do levantamento de dados estatísticos e empíricos acerca da problemática e de um posicionamento consciente constante, apesar de entendermos que os valores da pesquisadora estão presentes no estudo e são impossíveis de serem completamente apartados.

Consideramos em nossa análise, portanto, a hipótese de que as ações afirmativas no ensino superior podem alterar positivamente a configuração das identidades do povo negro. Para alcançar essa proposta, definimos como objetivos específicos: A) Analisar a política de cotas na perspectiva das instituições; B) Aferir as percepções dos estudantes cotistas; C) Identificar e descrever os processos de construção da identidade individual e coletiva dos estudantes negros cotistas.

Nessa perspectiva, o estudo realizado está estruturado em 2 (duas) partes principais. Na primeira parte teórica, o capítulo 1 (um), apresenta um quadro de referência para o estudo, recenseando o estado da arte acerca das temáticas da identidade, etnicidade e racismo, ancorado nas teorias que tratam principalmente das simbologias e representações individuais e coletivas, entendendo que estas contribuem com olhares sociológicos na análise da relação entre os elementos individuais e grupais, percebendo a influência destes nas micro e macrorrelações no processo de construção das identidades.

Em seguida, o segundo capítulo, procura situar o debate relativo à fundamentação, abordando os principais conceitos no que tange às Ações Afirmativas, a partir das concepções de justiça e equidade. Para situar tal problemática, trazemos uma exposição da construção

sócio-histórica do ensino superior no Brasil e das desigualdades que o permeiam. Por fim, descrevemos o processo de implementação da política de cotas raciais nesta área de ensino, para uma maior apreensão da problemática estudada.

Posteriormente, no capítulo 3 (três), apresentamos a nossa abordagem metodológica e o próprio percurso investigativo. Este inicia com uma escolha pela premissa qualitativa de estudo de caso, ressaltando-se, contudo, a pretensão inicial por uma abordagem etnográfica, impossibilitada pelos limites impostos pela pandemia de COVID-19. Diante disso, enveredamos por uma abordagem qualitativa, adicionando as diversas técnicas e fontes de dados possíveis: dados secundários estatísticos, análise documental, aplicação de questionários e Grupo Focal. Tais escolhas favoreceram a uma rica experiência investigativa, ampliando a análise do objeto de estudo.

Em seguida, a segunda parte do estudo inicia com o capítulo 4 (quatro) apreende a realidade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN- RN-Brasil) e da sua Política de cotas étnico-raciais. Neste sentido, analisamos os mecanismos institucionais utilizados para a implementação da política, tais como a Comissão de Heteroidentificação, com destaque à forma como os membros desta percebem a sua atuação. Para aprofundar tal compreensão sobre a realidade institucional, elaboramos uma caracterização do perfil socioeconômico dos alunos cotistas negros desta universidade, fornecendo importantes indicadores de análise.

Ainda, temos o capítulo 5 (cinco) que consiste na exposição da parte empírica do estudo em tela, demonstrando a análise do processo de construção das identidades dos alunos negros cotistas da UFRN a partir de 3 (três) aspectos: o momento de perceber-se negro, a percepção destes sobre as cotas raciais e, por fim, acerca de suas identidades após a entrada pela reserva de vagas. Para isso, são interpretadas as falas dos participantes coletadas nos Grupos Focais e nos inquéritos aplicados junto a estes. Ainda, apresentamos as nuvens de palavras (*Word Cloud*) obtidas mediante a análise de dados, recorrendo ao software estatístico MAXQDA, interpretando-as à luz dos conhecimentos teóricos levantados anteriormente.

Por fim, terminamos a segunda parte com o capítulo 6 (seis) onde estão apresentadas as considerações finais, evocando os principais resultados do estudo em tela, tais como o entendimento da realidade protagonizada pelos alunos cotistas da universidade e das interações sociais presentes nos seus processos de construção identitários. Além disso, identificamos os entraves metodológicos para um melhor desenvolvimento investigativo, sem desconsiderar o ganho qualitativo deste estudo enquanto fornecedor de parâmetros importantes para o entendimento do controverso campo de investigação das ações afirmativas para negros no ensino superior. Por fim, ressaltamos a contribuição científica do

estudo em tela, fornecedor de uma análise apresentada sob diversos prismas, institucional, estudantil, no âmbito individual e coletivo, com instrumentos diversificados, inquéritos e Grupos Focais, dados primários e secundários, buscando contribuir para o aprimoramento das análises da política de cotas raciais.

# **Capítulo 1- Identidades, Etnicismo e Racismo no Brasil**

Buscamos, nesta parte da proposta, compreender o Estado da Arte sobre o processo de construção identitária e as suas interfaces, entendendo-o enquanto um movimento de identificação individual e coletivo, reflexivo, a partir das interações sociais. Ainda, procedemos à compreensão do fenômeno do racismo no Brasil, contextualizado socio-historicamente, tendo sido marcado por uma significativa miscigenação, enquanto elementos fundamentais para o nosso estudo. Importa, para isso, compreender os conceitos de raça, etnia, etnicidade e multiculturalismo e os seus desdobramentos em nossa sociedade contemporânea.

## **1.1 Construções identitárias, Interações simbólica e reflexividade**

Na compreensão do processo de construção identitária são de importância central as ações sociais, sejam elas individuais ou coletivas, os símbolos e significados que estão presentes nestas ou que são gerados a partir delas. Esta teia de interações simbólicas não deve ser percebida como algo estabelecido, estático, mas aberto a mudanças e subordinada ao reconhecimento contínuo por parte dos membros da comunidade, conforme indica Giddens (1999). Portanto, este processo é considerado complexo e envolvido de diversos elementos culturais em sua análise. Laraia (1993) irá afirmar que este está diretamente vinculado à cultura, recebendo, assim, influências internas e externas que serão repassadas formalmente ou informalmente por indivíduos que formam os grupos sociais. Enquanto Geertz (1989) nos traz uma importante análise acerca da construção da identidade coletiva, considerando fundamental a necessidade de uma abordagem interpretativa sobre a cultura, em sua complexidade, buscando escapar de modos de avaliação sistemáticos que analisam aspectos isolados, controlados.

Zanatta (2011), por sua vez, analisa a construção social da identidade, trazendo abordagens presentes nas obras de Mead, através da qual elucida que é por meio da capacidade cognitiva do indivíduo que este expressa sua subjetividade nas relações sociais. Este autor compreende essa representação do outro a partir do grupo social organizado e influenciador, ou seja, a sociedade agindo sobre a pessoa. É sob essa forma, “do outro generalizado, que os processos sociais influenciam na conduta dos indivíduos” (Zanatta, 2011, p 44).

Nesse sentido, Giddens (2002) converge ao compreender que “(...) ao forjar suas autoidentidades, independente de quão locais sejam os contextos específicos da ação, os indivíduos contribuem para (e promovem diretamente) as influências sociais que são globais em suas consequências e implicações)” (Giddens, 2002, p 9).

Bourdieu (1996) traz elementos importantes para a apreensão desse processo de construção identitária, como o conceito de *Habitus*, que compreende um sistema de disposições estruturadas e estruturantes que orientam as ações e as percepções dos indivíduos, tais como classe social, etnia, raça e gênero. Estas percepções ou representações sociais são maneiras de “compreender e comunicar” o que nós já sabemos acerca das diversas situações do cotidiano que envolvem as interações sociais, conforme acrescenta Moscovici (2007).

Portanto, podemos inferir, a partir destas análises, que as percepções do indivíduo são construídas através das representações<sup>3</sup> elaboradas em sua individualidade e pelo que a sociedade elabora acerca deste, influenciando o meio em que vive. Acerca das representações, Moscovici (2007) afirma que elas atuam estabelecendo padrões de percepção sobre “objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas” (Moscovici, 2007, p 34).

Ou seja, a construção da identidade se dá através de um processo de interação social e do reconhecimento do ser social nesse processo. É o reconhecimento do outro e o reconhecimento de nós mesmos através dos outros. Segundo Goffman (2008), surgem duas vertentes da identidade social: “Identidade social virtual, quando atribuímos aos outros uma categorização, e uma identidade social real, que se refere à categoria e aos atributos que o indivíduo possui na realidade (Goffman, 2008, p 67). Nesse processo, os indivíduos deverão mobilizar comportamentos no sentido de articular esses dois processos. O autor ainda analisa o processo de construção da identidade buscando compreender essa interação entre a identidade atribuída e a identificada, ressaltando que isto ocorre através de um processo de socialização, orientado através da linguagem. Este termo é usado para referir os processos

---

3 Impressionisticamente, cada um de nós está obviamente cercado, tanto individualmente como coletivamente, por palavras, idéias e imagens que penetram nossos olhos, nossos ouvidos e nossa mente, quer queiramos quer não e que nos atingem, sem que o saibamos, do mesmo modo que milhares de mensagens enviadas por ondas eletromagnéticas circulam no ar sem que as vejamos e se tomam palavras em um receptor de telefone, ou se tomam imagens na tela da televisão (Moscovici, 2007, p 33)

por meio dos quais os indivíduos não só iniciam sua participação em determinados grupos, mas também administram sua atuação nos mesmos.

Dubar (1997) nos complementa o conceito desenvolvido por Goffman (2008), da análise identitária coletiva e individual, agregando valor ao debate ao ressaltar que essa distinção entre as identidades “dá margem a múltiplos desdobramentos e permite caracterizar, de modo bastante grosseiro, não apenas as grandes teorias da socialização na literatura das ciências sociais (Dubar 1991) como também as concepções correntes” (Dubar, 1997, p 8). Acerca desses múltiplos desdobramentos, o autor alerta para o risco de gerar superficialização na análise das identidades, pois esta necessita aprofundamento e cuidado nas reflexões, no intuito de evitar uma pulverização do conceito. Assim, o autor destaca a importância do coletivo em seus estudos identitários ao afirmar,

O "social" emerge, então, como uma espécie de superestrutura, um exterior ou um ambiente do sujeito, quer este seja o do inconsciente ou o das condutas socializadas (o pólo "passivo" do ego ou o pólo "ativo" do eu, na terminologia meadiana). Para os que consideram a identidade biográfica como uma "ilusão", as categorizações sociais determinam identificações coletivas que constituem uma matriz de disposições (o habitus em Bourdieu), condicionando o acesso a posições sociais e o cumprimento de papéis sociais. As categorias sociais, interiorizadas no decorrer do ciclo de vida (níveis escolares, categorias profissionais, posições culturais...), constituem o material a partir do qual os indivíduos inventam para si identidades singulares, para unificar suas existências e tentar fazer valer sua pretensão em um ou outro campo da prática social (...) (Dubar, 1997, p 3)

Acerca ainda das identidades, Zanatta (2011) nos acrescenta que “as transformações que afetam a sociedade, notadamente a contemporânea, precisam ser consideradas neste processo identitário e se deve, sobretudo, perceber a maneira como os sujeitos vivenciam e expressam essas transformações” (p 49). Assim, ele também conclui que “a identidade, tanto a atribuída quanto a adquirida pelo sentimento de pertencimento, é assimilada no processo de interação”. Cada pessoa é identificada por outra no interior das esferas de que participa. Ainda,

(...) a conexão entre os conceitos do Interacionismo Simbólico e a visão de mundo dos atores sociais, vivenciada pelas suas experiências, mapeia uma linha de ação à luz de uma interpretação em que os atores procuram dar significados aos fatos constatados em sua realidade. Essa linha de ação consiste em considerar como as pessoas significam suas experiências, em vista disso, para Dubar (2005), a identidade é social, porque é fruto da articulação das nossas respostas de como percebemos, sentimos, vivenciamos e aceitamos a sociedade a nossa volta. (Zanatta, 2011, p 52)

Seguindo esta linha de pensamento e retomando Goffman (1985) em sua discussão importante sobre identidades em “A representação do eu na vida cotidiana”, identificamos a afirmação de que o indivíduo “atua” em sociedade, assumindo papéis e realizando

performances. Ou seja, ao estar em contato com outras pessoas, os indivíduos poderão mobilizar comportamentos, adequando-os às situações e necessidades, podendo assumir características diferentes das manifestadas em sua intimidade. Assim, o autor denomina este comportamento de fachada “a parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação fachada, portanto, é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante a sua representação” (Goffman, 1985, p 29). Podemos extrair desta análise a reflexão de que os indivíduos podem mobilizar identidades distintas, considerando-se esta ação um mecanismo protetivo diante de um processo de estigmatização, por exemplo. Portanto, os indivíduos são seres multifacetados e agem de acordo com as necessidades emanadas nas diversas situações cotidianas, podendo ser expressas de diversas formas, conforme as dinâmicas presentes na realidade social.

O autor segue esse direcionamento analítico e ressalta a importância das formas de elaborar essa representação social, destacando as expressões e linguagens que podem ser variadas e identificadas nos diversos espaços de convivência, conforme as necessidades. Ou seja:

A expressividade do indivíduo (e, portanto, a sua capacidade de dar impressão) parecem envolver duas espécies radicalmente diferentes de atividades significativas: a expressão que ele transmite e a expressão que ele emite. A primeira abrange os símbolos verbais, os seus substitutos, que ele usa proposadamente e tão só para veicular a informação que ele e os outros sabem estar ligadas a estes símbolos. Esta é a comunicação no sentido tradicional e restrito. A segunda inclui uma gama de ações que os outros podem considerar sintomáticas do ator, deduzindo-se que a ação foi levada a efeito por outras razões diferentes da informação assim transmitida. (Goffman, 1985, p 12).

Portanto, a construção social dessa identidade e a sua transmissão ocorrem por meio da capacidade cognitiva do indivíduo, expressa na sua subjetividade e nas relações sociais. Posto que, as percepções do indivíduo são construídas através dessas representações elaboradas em sua individualidade e pelo que a sociedade elabora acerca deste indivíduo. Ou seja, através do processo de interação social e do reconhecimento do outro e de nós mesmos através dos outros (Moscovici, 2007). Enquanto Zanatta (2011) acrescenta: “É sob essa forma, do outro generalizado, que os processos sociais influenciam na conduta dos indivíduos” (Zanatta, 2011, p 44).

A partir destas importantes reflexões levantadas por Goffman (1985) e Zanatta (2011), buscase refletir sociologicamente acerca da existência de uma centralidade ou sobreposição entre a identidade coletiva e a identidade individual nesse processo. Sobre isso, autores como Garcia, Fusaro e Carvalho (2018) posicionam-se pela inexistência de sobreposição, analisando-o como um processo dialético. Inferem, portanto, que essa relação não é objetiva,

ela ocorre cercada de subjetividades, inserida na dinâmica social. Importa-nos compreender esse processo dialético, tomando como ponto de partida o fato de que os seres humanos se desenvolvem em sociedade a partir dos papéis sociais estabelecidos, criados antes mesmo de sua existência e reproduzidos a partir das instituições sociais, conforme afirma Dubar (1997). Os processos de construção das identidades são estabelecidos a partir de uma relação não linear, promovido pelas estruturas sociais<sup>4</sup>. Nos acrescenta Martins (2010) que “O que determina uma sociedade na sua estrutura se relaciona consideravelmente aos papéis que esta atribui a seus participantes, padronizados desde o momento em que nascem” (p 44).

Historicamente, a abordagem acerca das identidades segue uma divisão entre os aspectos individuais e sociais. Dubar (1997) afirma a predominância das identidades individuais nos estudos da psicologia, “quer se trate de caráter, personalidade ou qualquer outro traço permanente-, a identificação psíquica precede e orienta a categorização social (p 8)<sup>5</sup>. Nesse sentido, estaria a individualidade precedendo às construções sociais.

Pretende-se ter como primazia em nosso estudo o processo de construção identitário interligando as duas interfaces: individual e social, conforme o direcionamento dialético citado por Garcia, Fusaro e Carvalho (2018). Portanto, compreende-se que essa construção identitária se dá de forma sociologicamente reflexiva. Sobre o conceito de reflexividade, Caetano (2011) afirma que “surge geralmente associado um conjunto de conceitos-satélite, como as noções de subjectividade<sup>6</sup>, cognição, pensamento, consciência, mente e vida interior. Não se tratando de sinónimos dos processos reflexivos dos sujeitos” (p 161).

Para Giddens (2002), a modernidade acrescenta novos mecanismos de autoidentidade, constituídos pelas instituições da modernidade, mas que também as constituem, substituindo as certezas da tradição e do hábito pela certeza do conhecimento racional. “A dúvida, característica generalizada da razão crítica moderna, permeia a vida cotidiana assim como a consciência filosófica, e constitui uma dimensão existencial geral do mundo contemporâneo” (Giddens, 2002, p 10). Percebe-se, nesse contexto contemporâneo que “A

---

4 representações são prescritivas, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que es tá presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado (Moscovici, 2007, p 36)

5 O self, constituído de maneira precoce no jogo das identificações da primeira infância, condiciona e norteia uma biografia vivenciada ou interpretada como destino (“torna-te o que és”) (Dubar, 1997, p 8).

6 A noção de subjectividade tem vindo a ser associada, sobretudo pela tradição weberiana, ao sentido atribuído pelos sujeitos às suas acções e à realidade social em geral. É habitualmente utilizada para designar o espaço pessoal dos indivíduos, a que só os próprios sujeitos têm acesso. É neste lugar de individualidade e singularidade que decorrem as conversas internas. As duas noções podem, aliás, ser pensadas conjuntamente. Os diálogos interiores são subjectivos porque vividos na primeira pessoa e, nesse sentido, dizem apenas respeito ao sujeito. A subjectividade, por sua vez, assume a forma de conversas internas porque é através desses diálogos consigo mesmas que as pessoas definem os parâmetros do seu espaço de privacidade mental.(Caetano, 2011, p 161)

mídia impressa e eletrônica obviamente desempenha um papel central. A experiência canalizada pelos meios de comunicação, desde a primeira experiência escrita, tem influenciado tanto a autoidentidade quanto a organização das relações sociais (p 12). Assim, as escolhas para as autoidentidades ocorrem de formas distintas entre os indivíduos, conforme os recursos disponíveis, os ambientes acessados. O autor atesta que “a modernidade, não se deve esquecer, produz diferença, exclusão e marginalização. Afastando possibilidade de emancipação ao mesmo tempo as instituições modernas criam formas de supressão, e não da realização do eu”. (p 13). Portanto, “a autoidentidade se torna um empreendimento reflexivamente organizado” (p 12), a partir das escolhas realizadas e dos ambientes acessados.

Ainda, estes ambientes, conforme a análise de Bourdieu (1996), são reproduzidos através das estruturas, interligando-os às disposições sociais (*Habitus*)<sup>7</sup> dos grupos. Entretanto, “É preciso cuidar-se para não transformar em propriedades necessárias e intrínsecas de um grupo qualquer (...) as propriedades que lhes cabem em um momento dado, a partir da sua posição em um espaço social determinado e em uma dada situação de oferta de práticas possíveis” (Bourdieu, 1996, p 17). Dessa forma, o autor coaduna com o entendimento dessa condição para analisar as escolhas dos sujeitos, a partir das disposições e espaços nos quais estão inseridos, considerando as suas realidades e diferenças, limites e possibilidades.

A análise da autora Neusa Santos (1983) apresenta-se como fundamental para compreender a problemática do estigma racial, tornando-se representativo, apesar de seus estudos datarem de quase três décadas. Destaca-se a sua afirmação de que diante dessas situações de estigma “A espontaneidade lhe é um direito negado, não lhe cabe simplesmente ser. Há que estar alerta. Não tanto para agir, mas sobretudo para evitar situações em que seja obrigado a fazê-lo abertamente” (Santos, 1983, p 26).

Assim, a análise dos processos constitutivos das identidades requer um complexo entendimento das relações sociais, das simbologias e representações. Deve-se, ainda, compreender o contexto social no qual estas relações ocorrem, conforme nos infere Bourdieu (1996), pois estas condicionarão as escolhas dos sujeitos. Importa, portanto, apreender os diversos elementos que atravessam estes processos identitários e as formas dinâmicas como se apresentam na realidade contemporânea.

---

<sup>7</sup> O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas (Bourdieu, 1996, p 21). O *Habitus* são diferenciados mas também são diferenciadores.

## **1.2. Etnicidade, cultura e multiculturalismo na sociedade globalizada**

Entende-se que o processo de construção identitária se dá através de diversos elementos que o circunscrevem. Nesse sentido, as etnias podem ser compreendidas enquanto formações sociais de um grupo determinado, estabelecendo uma aproximação entre esses membros e a sua origem. Requer, assim, a intenção de pertencimento a um determinado grupo étnico e exige um processo de consciência. Esse sentimento de pertencimento a uma determinada etnia de forma consciente é denominado por Flores (2008) de Etnicidade.

Extraímos do Dicionário das Ciências Sociais que uma etnia compreende “Um grupo possuidor de algum grau de coerência e solidariedade, composto por pessoas conscientes, pelo menos em forma latente, de terem origens e interesses em comuns” (Cashmore, 2000, p 196). Portanto, é necessário que outras características estejam presentes para formar uma etnia, ou um grupo étnico, ultrapassando os fatores fenotípicos expressos em seus corpos físicos. Ainda, “um grupo étnico não é mero agrupamento de pessoas ou de um setor da população, mas uma agregação consciente de pessoas unidas ou aproximadamente relacionadas por experiências compartilhadas”. (Cashmore, 2000, p 196). O conceito de etnicidade, portanto, é fundamental pois fortalece a premissa de ser necessário compreender os elementos de uma determinada cultura, formadores de bases identitárias. Oliveira (2006) nos acrescenta que “diferenças étnicas envolvem diferenças culturais que possuem impacto comparativamente variável sobre a natureza das relações sociais” (p 89). Analisa, portanto, etnicidade como sendo um processo simbólico que envolve valores compartilhados, experiências e relações desenvolvidas pelos participantes de um determinado grupo social, formando a sua identidade coletiva.

Hall (2003) elabora uma crítica ao conceito de etnicidade e explica que este é utilizado, por vezes, para justificar um comportamento de superioridade ou subalternidade racial e analisa que quanto mais “as suas características são representadas como relativamente fixas, inerentes ao grupo, transmitidas de geração em geração não apenas pela cultura e a educação, mas também pela herança biológica, inscrita no corpo e estabilizada” (p 38) maior será a busca por garantias de manutenção de um determinado grupo étnico e da sua supremacia cultural.

Ainda, aproximando a discussão em torno da identidade com a etnicidade, temos autores que analisam o processo de construção social da identidade negra e confirmam que este não nasce do simples fato de tomar consciência da diferença de pigmentação entre brancos e negros ou

negros e amarelos, a negritude ou a identidade negra se refere à história comum que o olhar do mundo ocidental “branco” reuniu sob o nome de negros.

De forma aprofundada, o autor e ativista do movimento negro internacional Munanga (2012) versa sobre esse tema e afirma que esta percepção sobre este olhar do homem branco sobre os negros encontra fundamento nas ideias profícuas de Fanon (2008), importante escrita sobre negritude e com rica análise desse tema a partir de uma crítica dialética, definida como um movimento de observação do sujeito, a partir de um universal estabelecido. Afirma que “Ela rompe minha posição irrefletida. Sempre em termos de consciência, a consciência negra é imanente a si própria. Não sou uma potencialidade de algo, sou plenamente o que sou. Não tenho de recorrer ao universal” (Fanon, 2008, p 122). Portanto, o autor nos revela a importância da construção subjetiva do ser negro, diferente do estabelecido socialmente pela comparação, valorização ou desvalorização, atribuição de mérito a partir da relação com o outro, substancialmente, o homem branco, europeu. Afirma, ainda, que “Os pretos são comparação. Primeira verdade. Eles são comparação, ou seja, eles se preocupam constantemente com a autovalorização e com o ideal do ego. Cada vez que entram em contacto com um outro, advêm questões de valor, de mérito” (p 176). E continua em sua percepção crítica desse processo de comparação com o outro no exemplo dos Antilhanos e afirma “Qualquer posicionamento de si, qualquer estabilização de si mantém relações de dependência com o desmantelamento do outro. É sobre as ruínas dos meus próximos que construo minha virilidade” (p 176).

Podemos, ainda, fazer uma aproximação desta análise de Fanon (2008), acerca de processos identitários estabelecidos a partir do olhar do “outro” como referencial, relacionando-a ao processo de estigmatização definido por Goffman (2008). Para este último, o processo de estigmatização ocorre em virtude de diferenças físicas ou comportamentais que geram esse sentimento de exclusão ou não pertencimento.

Nesse sentido, Goffman (2008) afirma serem as relações sociais permeadas por diversos processos de estigmatização. O autor define estigma como sendo uma referência a um atributo profundamente depreciativo e menciona existir três tipos gerais: relacionados ao corpo, ao caráter e à raça, nação ou religião. Explica que o estigma ocorre porque “A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias” (Goffman, 2008, p 11). Portanto, são considerados estranhos os indivíduos que não apresentam tais atributos. É nessa interação, pertencimento que obtemos as relações humanas e também as violências, os sofrimentos e fissuras sociais.

Assim, tomando a análise dos autores acima citados, temos que a discriminação racial, problemática transversal ao nosso estudo, ocasiona uma dessas fissuras sociais e necessita ser analisada. Nesse sentido, a realidade brasileira tem sido marcada por este processo de estigmatização para com os negros. Para Munanga (2003), retomando as definições do processo de construção identitária, “a identidade negra é entendida, aqui, como um processo construído historicamente em uma sociedade que padece de um racismo ambíguo e do mito da democracia racial” (p 45). Assim, o autor acrescenta que, como qualquer processo identitário, ele se constrói no contato com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo.

Portanto, os estudos acerca de identidades, etnias, raça e negritude não podem estar dissociados dessa compreensão histórica. A nossa formação social, política, econômica e cultural aponta elementos fundamentais para a compreensão das relações sociais contemporâneas nessa realidade. Nesse sentido, o processo de miscigenação brasileiro descarta a neutralidade proposta no discurso de democracia racial<sup>8</sup>. Nesse mesmo direcionamento segue o entendimento de Gomes (2017) no qual ressalta que os reflexos da falácia da miscigenação contribuem para a invalidação do racismo na realidade social e histórica brasileira. A autora destaca,

(...) quando o discurso sobre o negro é feito sob o prisma do racismo (traduzido por meio do mito da democracia racial) as diferenças étnico-raciais que marcam a cultura, a vida, os lugares de poder, as desigualdades são invisibilizadas por meio do apelo à miscigenação racial e à formação de um tipo híbrido mais aceitável social e racialmente: o moreno de pele não tão escura e cabelos anelados). É o ideal do corpo brasileiro mestiço, não como uma possibilidade de conformação social, cultural e étnico-racial brasileira, mas como superioridade como corpo que se desloca do extremo “negro” e caminha para o outro extremo “branco” e nunca o contrário. (p 39).

Durante muitas décadas do século passado essa cultura denominada atualmente de branqueamento racial foi predominante no Brasil. A auto declaração de pretos ou pardos alcançavam baixos índices e o debate acerca deste fenômeno era praticamente invisível ou inviabilizado. Ser moreno era a o meio termo que diminuía o impacto da negritude e dos efeitos nocivos que poderiam vir com o seu pertencimento a este grupo. Tal fenômeno foi influenciado por tendências internacionais como ocorreu no início da Sociologia norte

---

<sup>8</sup> Em outras palavras: estabeleceu-se uma ponte ideológica entre a miscigenação (que é um fato biológico) e a democratização (que é um fato sociopolítico) tentando-se, com isto, identificar como semelhantes dois processos inteiramente independentes. Todos nós sabemos que a miscigenação é um fenômeno universal não havendo mais raças ou etnias puras no mundo. A antropologia demonstra esse dinamismo miscigenatório milenar, quer na Europa, quer na África, Ásia ou América. Nada tem, pois, de especial ou específico o fato do português, em determinadas situações especiais, estabelecer contato e intercâmbio sexual com as raças das suas colônias, fato que, em absoluto, significaria democratização social nesse contato e intercâmbio. (Moura, 1988, p 61).

Americana, teoria assimilacionista, com origem em Robert E. Park, marcando a gênese da interpretação acerca dos estudos raciais. Sobre isso, González (1982) irá refletir que “nos diagnósticos desta variante, a estrutura econômica é isenta de responsabilidade e o racismo branco desaparece como fator explicativo. As vítimas são responsáveis pelos seus próprios defeitos que explicam sua continua subordinação social” (Gonzalez, 1982, p 74). Ou seja, a negritude não se refere somente à cultura dos portadores da pele negra, posto que são culturalmente diferentes. Ela é estabelecida a partir das relações com as outras raças.

Dessa forma, nos importa compreender as diversas influências que ajudaram a perpetuar tais comportamentos sociais e os reflexos dessa construção social de inferiorização dos negros nas estruturas sociais, econômicas, políticas que formam o nosso conjunto de relações, originárias em séculos anteriores e refletidas até os dias atuais. Apesar de o racismo ser frequentemente negado, é claramente perceptível na realidade social, causando danos ao desenvolvimento de uma sociedade, pois

Os efeitos de tal discurso e representação na vida dos brasileiros e brasileiras podem assumir dimensões drásticas que vão além do mito da “mulata” sensual. Levam a situações violentas de racismo e de auto rejeição. Esse tipo de discurso atinge o negro, a negra e o seu corpo de forma negativa; também regula a corporeidade negra na lógica da inferioridade racial, contribuindo para a formação de uma outra monocultura: a do corpo e do gosto estético. E é por saber e viver tal conflito socialmente “na pele” que a comunidade negra toma o corpo negro como um espaço de expressão identitária, de transgressão e emancipação (Gomes, 2017, p 39).

Esse processo produzirá corpos negros sob o efeito dessa construção social distorcida, propiciadora de malefícios individuais e coletivos. De acordo, ainda, com Gomes (2017), a partir dessas influências estes corpos poderão ser apresentados na sociedade como regulados ou emancipados. O corpo negro regulado é estereotipado, frequentemente objetificado. Coisificado como mercadoria, não humanizado. Por outro lado, o corpo negro emancipado não cai na erotização ou folclorização, este apresenta uma construção política da estética negra, dança, arte, cabelos crespos e outros símbolos que representam a história da cultura negra. As marcas dessa negritude estão quase sempre rodeadas de conflitos e barreiras e desenharão o modelo presente de cultura que envolve a ‘raça negra’ na sociedade brasileira contemporânea, bem como em outros países. Nesse sentido, obtemos o conceito de Raça não como fomentador de inferioridade ou segregação, mas como fortalecedor da afirmação étnico-racial, emancipatória da comunidade negra (Gomes, 2017).

Ainda, nessa importante discussão sobre cultura e identidade, Silva e Soares (2011) nos acrescentam que se faz necessário envolver outras interfaces, fornecendo maior importância ao debate. Os autores entendem que estas são muito importantes e que devem estar em

igualdade com as outras esferas da vida social, tais como a economia e a política, para que “se mergulhe não somente em uma discussão cultural acerca das populações negras, mas sim, devido às inúmeras trocas, aculturações e processos de resistência e transformações formadores da cultura da população brasileira” (p 10). Percebemos, assim, a legitimidade em se ressaltar elementos culturais, construídos dentro de um determinado sistema social, para fortalecimento identitário, considerando como importantes as diversas etnias formadoras. A identidade, posta aqui como prioritariamente social, forma-se a partir dos fatores fortalecedores e limitantes de sua história, suas lutas, criações e ressignificações.

Portanto, os autores acrescentam, nesta concepção, a identidade como socialmente atribuída e a cultura estaria presente nessa atribuição, “não necessariamente no ato em si observado, mas aparente como uma estrutura, uma ‘teia de significado’ que o homem (ou os homens) mesmo teceu (teceram). Portanto, “O ser social e seu grupo estariam amarrados a essa teia que teve seus signos construídos sócio-historicamente” (Silva e Soares, 2011, p 13). Todavia, estes signos não são rígidos ou exatos, está envolto em uma “teia de significados”, para os quais devemos buscar as representações e significados.

Assim, esse processo de construção identitária relacionado à cultura é considerado complexo e pode ser influenciado por diversos fatores ou fenômenos sociais e os influenciar, devendo, assim, ser estudado na interface com outros fenômenos. Acerca também da análise da cultura na contemporaneidade, Bauman (2013) irá afirmar que esta é um agente de mudanças no *status quo* pois deve orientar para uma evolução social da condição humana universal. Fundamenta esta tese afirmando que o propósito inicial do estudo ou definição de um conceito de “cultura” não era servir como registro de descrições, inventários e codificações da situação corrente, mas apontar um objetivo e uma direção para futuros esforços (Bauman, 2013). O autor destaca que a ideia iluminista de cultura, por exemplo, na perspectiva de colonização, potencializou as investidas em outras terras para disseminação de uma cultura que objetivava o esclarecimento numa busca desenfreada de “salvar o selvagem de seu estado de barbárie” (p10). Esta afirmação encontrava respaldo dentro de uma corrente evolucionista, considerando que esta “atribuiu à sociedade ‘desenvolvida’ a função de converter os demais habitantes do planeta” (Bauman, 2013).

Neste mesmo sentido de compreender a sociedade e sua evolução na modernidade, o autor citado busca analisar a cultura, afirmando que esta é motivada por um processo de liquidez e fluidez exacerbada presente nas relações sociais. Ainda, esta é uma característica marcante da atualidade não mais compreendida como uma perfeição inquestionável. Em contraposição a esta liquidez, encontra-se na busca pela individualidade, por ser diferente, “logo faz com

que as atuais marcas de distinção se tornem comuns, vulgares e triviais; mesmo o menor lapso de atenção ou até uma redução momentânea da velocidade da prestidigitação podem produzir efeitos opostos aos pretendidos: a perda da individualidade” (Bauman, 2013, p 18).

Entretanto, percebe-se, na atualidade, que apesar desta fluidez existente nas relações sociais, conseqüentemente nas culturas, a imposição da perda de identidade, a partir de uma sobreposição cultural, pode ser contestada. É possível que haja preservação de componentes genuínos de uma determinada cultura, mesmo havendo essa “mistura”, liquidez, volatilidade das culturas.

Nesse sentido, Hall (2003) confirma a percepção da identidade intimamente ligada à cultura, afirmando que esta está presente nos padrões de organização social, “dentro de identidades e correspondências inesperadas”, assim como em descontinuidades de tipos inesperados dentro ou subjacentes às demais práticas sociais”. Ainda, analisar a cultura significa “a tentativa de descobrir a natureza da organização que forma o complexo desses relacionamentos” (Hall, 2003, p 71). Assim, importa considerar as mudanças ocorridas na modernidade para compreender tal definição de cultura. Bauman (2013) defende uma teoria de culturas difusas, multifacetadas. Conforme o autor, “os modos de vida flutuam em direções diferentes e não necessariamente coordenadas; entram em contato e se separam, aproximam-se e se distanciam, abraçam-se e se repelem, entram em conflito ou iniciam um intercâmbio de experiências ou serviços” (Bauman, 2013, p 28).

Importa ressaltar que aqui trataremos cultura como um conjunto de elementos que compõem as relações sociais e que está presente nas mais diversas sociedades, simples ou complexas. Essa compreensão contemporânea da cultura diferirá do termo utilizando até os séculos passados, entendida como “um acordo planejado e esperado entre os detentores do conhecimento (ou, pelo menos, acreditavam nisso) e os ignorantes (ou aqueles assim descritos pelos audaciosos aspirantes ao papel de educador)” (Bauman, 2013, p 9).

Ainda para este autor, esse acordo seguia uma linha unilateral para desenhar o formato de uma sociedade aperfeiçoada, iluminada. Para explicar tal transformação na definição atual de cultura, Bauman (2001) elaborará um conceito de modernidade líquida. Nos informa que esta modernidade atravessa as relações sociais contemporâneas, modificando a forma dos seres humanos se relacionarem entre si, alterando as relações econômicas, políticas e sociais. Assim define o autor sobre a modernidade líquida: “é sua ‘modernização’ compulsiva e obsessiva, capaz de impulsionar e intensificar a si mesma, em consequência do que, como

ocorre com os líquidos, nenhuma das formas consecutivas de vida social é capaz de manter seu aspecto por muito tempo” (Bauman, 2001, p 11).

A partir da realidade de expansão global da economia, as interações sociais advindas desta passam a ser ditadas pela fluidez, rapidez de transformação, mudança constante nos comportamentos, influenciadas, entre outros fatores, pela internet. Para Bauman (2013), “A cultura plenamente abrangente nos nossos dias exige que se adquira a aptidão para mudar de identidade (ou, pelo menos, sua manifestação pública) com tanta frequência, rapidez e eficiência quanto se muda de camisa ou de meias” (p 20). Ainda, “Hoje a cultura consiste em ofertas, e não em proibições; em proposições, não em normas” (p 12). Assim, entende-se dessa afirmativa que a cultura servirá às estruturas sociais, à manutenção das instituições e à criação de novas, e também a um mercado que consumirá este produto cultural. Percebe-se que esta modernidade líquida está claramente relacionada aqui com a construção da identidade.

Trazendo concepções semelhantes em torno da cultura na modernidade, Hall (2003) nos afirma haver um direcionamento para essa mistura entre os elementos culturais, sofrendo os efeitos do processo de globalização. Para este autor,

Sua tendência cultural dominante é a homogeneização. Entretanto, esta não é a sua única tendência. A globalização tem causado extensos efeitos diferenciadores no interior das sociedades ou entre as mesmas. Sob essa perspectiva, a globalização não é um processo natural e inevitável, cujos imperativos, como o Destino, só podem ser obedecidos e jamais submetidos a resistência ou variação. Ao contrário, é um processo homogeneizante, nos próprios termos de Gramsci. É "estruturado em dominância", mas não pode controlar ou saturar tudo dentro de sua órbita. (Hall, 2003, p 30)

Entende-se que esse processo de mudança é dominante, mas pode operar de forma a não transformar completamente as bases de uma cultura. Ainda, o autor citado também nos chama a atenção para os conceitos de multicultural e multiculturalismo, importante para a esta apreensão e para as diferenças entre estes.

Multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade "original". Em contrapartida, o termo "multiculturalismo" é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais. É usualmente utilizado no singular, significando a filosofia específica ou a doutrina que sustenta as estratégias multiculturais. (Hall, 2003, p 38)

Nesse sentido, Moawad e El Shoura (2017) destacam acerca do multiculturalismo e suas políticas que estas objetivam a preservação das culturas, “Na verdade, o multiculturalismo é uma preocupação generalizada. Mais especificamente, o multiculturalismo pode ser visto

como parte de uma “revolução dos direitos humanos” mais ampla em relação à diversidade étnica e racial”. (p 803).

Assim, diante da complexidade e fluidez presente nas relações sociais e, conseqüentemente, nas culturas, pode-se concluir que esse processo de construção identitária é dinâmico, fortemente influenciador e influenciável, podendo também ser direcionado pelo indivíduo de forma consciente, através da autoidentificação com estes grupos étnicos e o contrário também é possível, a não identificação. Portanto, ao ponto que a ênfase no multiculturalismo pode fortalecer o debate racial, arrisca pelo seu esvaziamento, se utilizado para neutralizar as desigualdades. Assim, importa retomar a afirmação das autoras (Moawad e El Shoura, 2017) de que o “Multiculturalismo significa valores partilhados pela sociedade como um todo e apreciação de sua diversidade, incluindo antecedentes religiosos, culturais e de estilo de vida. Refere-se à igualdade de oportunidades e sociedade anti-racista”( p 802).

Portanto, deduzimos que a estigmatização dos grupos étnicos, dos corpos ou cultura negra, geradora de preconceito e discriminação, causa, por vezes, atitudes violentas, traumáticas, segregadoras, entre outras. Além de um possível engessamento na estrutura social e econômica. Nos estudos de Gonzales e Hasenbalg(1982) encontramos a afirmativa de que ocorre um processo de invisibilidade que foi sendo construído ao longo da história brasileira, destinando aos negros um lugar histórico irrisório, restrito aos resquícios da escravidão. A autora cita ainda como exemplos de ações voltadas a este fim: “a queima dos documentos relativos ao tráfico de escravos e ao regime escravista; a retirada do quesito sobre a cor da população nos censos demográficos de 1900, 1920 e 1970, e a negação obstinada de discutir a existência de qualquer problema de índole racial” (p 105).

Entretanto, as identidades não devem ser abordadas de forma superficial em nenhuma hipótese. Silvio de Almeida, Sociólogo e ativista social, já citado por nós anteriormente, irá afirmar na introdução do livro de Haider (2019) que existe uma importante “armadilha” ao se tratar das identidades, servindo de norteamo analítico para a nossa proposta. O autor afirma que na atualidade tem tido crescimento os estudos e debates acerca da temática, todavia, desconsiderando as diversas determinações da vida social. Como se esta pudesse ser formada à parte desta realidade ou dos fatores sociais, políticos e econômicos que a atravessam. Além disso, “Afastada de sua dimensão social, a identidade passa a ser, simultaneamente, ponto de partida e ponto de chegada, colocando o pensamento em um *loop* infinito de pura contradição. Desse modo, o debate intelectual sobre a identidade jamais ultrapassa a si mesmo” (Haider, 2019, p 4). Nesse sentido, o autor citado nos acrescenta,

Por outro lado, se o identitarismo é um problema para quaisquer pleitos emancipatórios, a recusa apriorística também o é. Há uma esquerda “anti-identitária” que pode ser tão ou mais benéfica ao neoliberalismo como os mais convictos identitaristas. O anti-identitarismo está no discurso de uma esquerda que se diz tradicional, raiz, e considera que a identidade e as questões a ela relacionadas são desviantes “do plano puramente econômico”. Tratar de identidade só serve para dividir a “classe trabalhadora”, costumam afirmar. Uma classe trabalhadora coesa, indivisa e sem contradições só existe em abstrações mentais originadas de leituras quase evangélicas dos textos de Marx e Engels (cujos escritos partem da observação da classe trabalhadora real.) (Almeida In: Haider, 2019, p 7)

Por fim, importa reafirmar a realidade social como multifacetada e que deve ser analisada buscando-se compreender os fenômenos sociais e a sua influência nas relações sociais, políticas, econômicas, a partir das dinâmicas estabelecidas.

### **1.3 Racismo no Brasil**

O Brasil é uma mistura de povos e culturas que foram fundidas de forma complexa e antagônica no decorrer de sua história, desenvolvendo-se a partir do encontro estabelecido entre o nativo, o europeu e o africano, constituindo a formação de um povo multicultural demarcado por traços distintos e peculiares.

Entretanto, a historiografia brasileira fez silenciar a multiculturalidade existente entre esses povos, deixando ecoar apenas a cultura e as concepções dominantes do eurocentrismo, contribuindo para um processo de desvalorização das múltiplas faces culturais que estão presentes até os dias atuais. Notadamente, as etnias negras tem sofrido este processo secular de desvalorização. Considerando que os negros e pardos representam a maioria percentual das classes subalternas ou menos favorecidas, social e economicamente, exacerba-se o distanciamento social entre estas. Santos (1983) acrescenta que “A categoria racial possibilita a distribuição dos indivíduos em diferentes posições na estrutura de classe, conforme pertençam ou estejam mais próximos dos padrões de raça ou classe social dominante” (P 20).

Assim, debaixo de uma falsa uniformidade etnicocultural, denominada miscigenação racial, acumulam-se tensões dissociativas e de caráter traumático (Ribeiro, 2014). Conforme este autor, “o mais grave é que foi gerado um abismo social e econômico entre estas, todavia, sem gerar conflitos exacerbados que pudessem transpô-los, pois se cristalizaram num “modus vivendi”, apartando os ricos dos pobres, como se fossem castas e guetos” (Ribeiro, 2014, p 20).

As classes e raças no Brasil, bem como as atuais classes dominantes, foram elaboradas a partir de filhos e netos dos antigos senhores de escravos. Para os seus pais, o negro escravo, o forro, bem como o mulato, eram mera força energética que desgastado era substituído facilmente

por outro que se comprava. Essa percepção foi sendo fortalecida ao longo dos séculos, criando consensos nos quais os negros eram culpados de suas próprias desgraças, explicados como características da raça e não como resultado da escravidão e do sistema opressor que vigorou no país (Ribeiro, 2014).

Seguindo este esforço para análise do processo de construção sócio-histórica brasileira, Holanda (1995) elabora estudos sociológicos nos quais ressalta, entre outros elementos, a configuração dos papéis sociais existentes em nossa sociedade ao longo dos últimos séculos. Ele nos chama a atenção de como estes estiveram pautados, principalmente, nas relações de poder e destaca os elementos sócio históricos presentes na configuração brasileira das ocupações dos sujeitos que vivenciavam a realidade do período colonial, afirmando que as ocupações ou cargos mais importantes eram ocupados às pessoas mais abastadas como os donos de engenho (Holanda, 1995).

Dessa forma, a sociedade brasileira foi construindo relações estratificadas nas quais as ocupações foram sendo pré-definidas em virtudes das heranças étnicas e ou de posses econômicas, definidas também por identificações carregadas de uma herança discriminatória. Sobre isso, Holanda (1995) acrescenta:

Não parece absurdo relacionar a tal circunstância um traço constante de nossa vida social: a posição suprema que nela detém, de ordinário, certas qualidades de imaginação e inteligência, em prejuízo das manifestações do espírito prático ou positivo. O prestígio universal do 'talento' como timbre particular que recebe essa palavra nas regiões, sobretudo, onde deixou vinco mais forte a lavoura colonial e escravocrata, como o são eminentemente as do nordeste do Brasil, provem, sem dúvida, do maior decoro que parece conferir a qualquer indivíduo o simples exercício da inteligência, em contraste com as atividades que requerem algum esforço físico (p.82 - 83)

Pela análise exposta acima, reproduzia-se um ideário de superioridade cultural e intelectual dos brancos sobre os negros, amplamente difundida como justificativa para manutenção da ordem vigente<sup>9</sup>.

Para Kilomba (2019), “Em outras palavras, nós nos tornamos a representação mental daquilo com que o sujeito branco não quer parecer”. (p 38). Em seguida, observa: “A negritude serve como forma primária de outridade, pela qual a branquitude é construída”. A autora justifica a sua afirmação a partir da análise de Fanon (2008) deste processo de representação social, no qual observa que: “O que é frequentemente chamado de alma negra é uma construção do

---

<sup>9</sup> O aparelho ideológico de dominação da sociedade escravista gerou um pensamento racista que perdura até hoje. Como a estrutura da sociedade brasileira, na passagem do trabalho escravo para o livre, permaneceu basicamente a mesma, os mecanismos de dominação inclusive ideológicos foram mantidos e aperfeiçoados. Daí o autoritarismo que caracteriza o pensamento de quantos ou pelo menos grande parte dos pensadores sociais que abordam o problema do negro, após a Abolição. (Moura, 1988, p 23).

homem branco” (Fanon, 2008, p 110). Ainda, o estudo de Kilomba (2019) tem elevado destaque na literatura internacional atual e contribui de forma significativa para uma percepção mais crítica do racismo.

Nos faz despertar sobre a ocorrência de uma alienação recorrente nos negros, desencadeada pela representação social de não pertencimento, pois estes são forçados a “identificar-se com os heróis, que aparecem como brancos, e rejeitam os inimigos, que aparecem como negros”. (Kilomba, 2019, p 39). A autora acrescenta sobre isso que “no mundo conceitual branco é como se o inconsciente coletivo das *peças negras* fosse pré-programado para a alienação, decepção e trauma psíquico, uma vez que as imagens da negritude às quais somos confrontadas/os não são nada realistas, tampouco gratificantes. (p 38).

É relevante as contribuições da cultura africana para a formação da sociedade brasileira, confirmando a necessidade de ressurgir novos olhares que estimem, evidentemente, o desenvolvimento de reflexões sobre o papel desses sujeitos históricos, propiciando uma identificação ou representação social positiva. Pode-se afirmar que não há justificativa para uma defesa de superioridade racial sob qualquer perspectiva.

Conceitualmente, a categoria "raça" não é científica. As diferenças atribuíveis a "raça" numa mesma população são tão grandes quanto aquelas encontradas entre populações racialmente definidas. "Raça" é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão — ou seja, o racismo. Contudo, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria (Hall, 1994). Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza. Esse "efeito de naturalização" parece transformar a diferença racial em um "fato" fixo e científico, que não responde a mudança ou a engenharia social reformista. (Hall, 2003, p 37)

Ainda, Laraia (1993) estabelece que as diferenças genéticas não são determinantes e justificadores de sobreposição cultural. Buscando uma compreensão acerca dessa configuração do racismo, este autor nos afirma que esse comportamento é influenciado por uma cultura herdada “desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade. Por isto, discriminamos o comportamento desviante” (p 36).

Para o filósofo Anthony Apiah (1994), o conceito biológico de raça atende a uma “conveniência classificatória”, de acordo com o pensamento de Darwin que atendia a uma demarcação semelhante às espécies da natureza, sem as devidas distinções de caráter cultural.

Extraímos dessas afirmações que este entendimento racial justifica a ocorrência de uma rejeição do comportamento e atitudes diferenciadas, frequentemente inferiorizadas, sendo geradoras de preconceito e discriminação. Ainda, diante dos estudos de Kilomba (2019), com enfoque no questionamento das diferenças estabelecidas entre o branco e o negro, refletimos que:

Aqui temos de perguntar: quem é “diferente” de quem? É o sujeito *negro* “diferente” do sujeito *branco* ou o contrário? É o *branco* diferente do *negro*? Só se torna “diferente” porque se “difere” de um grupo que tem o poder de se definir como norma- a norma branca. Todas/os aquelas/es que não são brancas/os são construídas/os então como “diferentes”. A branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os outras/os raciais “diferem”. Nesse sentido, não se é diferente, torna-se “diferente” por meio do processo de discriminação (p 75)

Diante dessa constatação de que o diferente se dá a partir do olhar do branco como referência, ocasionando um processo profundo e excludente, a autora acrescenta que o racismo “inclui a dimensão do poder e é revelado através das diferenças globais na partilha e no acesso aos recursos valorizados, tais como representações políticas, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação, saúde, etc.”(Kilomba, 2019, p 75). Tais aspectos estão demarcados na realidade do Brasil, na qual estas representações estão expressas em números com baixa ressonância.

Portanto, importa aqui buscar perceber as motivações que levam a enxergar e pensar o negro como indivíduo inferiorizado e desfavorecido por culturas, costumes e hábitos que influenciaram nossas práticas cotidianas. Pois estes, ao contrário, foram responsáveis, de forma significativa, pela introdução e propagação de características próprias e positivas presentes e mescladas aos modos brasileiros<sup>10</sup>. Considerando a sua formação sócio histórica e a existência de diversos grupos étnicos presentes nesta formação, bem como os conflitos raciais presentes na sociedade brasileira atual, é pertinente afirmar que ocorre um processo de exclusão para com os negros, principalmente, originário de um sistema escravagista. Sobre isso, Florestan Fernandes (2005) irá afirmar que no Brasil este sistema ocorre de forma particularizada no qual

A ordem social escravocrata e senhorial não se abriu facilmente aos requisitos econômicos, sociais, culturais e jurídico-políticos do capitalismo. Mesmo quando eles se

---

10 Mas na maioria dos estudos sobre o assunto esses mecanismos não são avaliados. Pelo contrário. É como se houvesse um fluir idílico, sem nenhum entrave à evolução individual senão aquele que a capacidade de cada um exprimisse. Elidese, assim, a escala de valores que a estrutura de dominação e o seu aparelho ideológico impuseram para discriminar grande parte dessa população não-branca. Essa elite de poder que se auto-identifica como *branca* escolheu, como tipo ideal, representativo da superioridade étnica na nossa sociedade, o branco europeu e, em contrapartida, como tipo negativo, inferior, étnica e culturalmente, o negro.. (Moura, 1988, p 62).

incorporavam aos fundamentos legais daquela ordem, estavam condenados à ineficácia ou a um atendimento parcial e flutuante, de acordo com as conveniências econômicas dos estamentos senhoriais (largamente condicionadas e calibradas pelas estruturas econômicas, sociais e políticas herdadas do mundo colonial) (p 181).

Assim, o autor conclui que a escravidão persiste, fazendo com que todo esse complexo colonial do trabalho se perpetuasse, “dificultando a formação, a diferenciação e a expansão de um autêntico Mercado de trabalho e facilitando a ultraexploração do liberto e do “homem livre” ou “semilivre” que vivessem de sua força de trabalho” (Fernandes, 2005, p 226). Registra-se, nesse período, diversos estímulos Estatais aos imigrantes para se instalarem em terras brasileiras e proverem a sua subsistência, sem propiciar tal medida aos libertos dos séculos de escravidão negra no Brasil. Gonzales e Hasenbalg (1982) afirmam ainda que “nos anos posteriores à abolição utilizou fartos recursos públicos para subsidiar a imigração europeia e assim evitar a “mongrelização” do país” (p 105).

Portanto, esta participação do negro no sistema produtivo brasileiro caracteriza-se pela concentração desigual nos variados setores de atividade e com salários mais baixos, determinando “uma participação altamente desigual de brancos e negros na distribuição de renda e na esfera do consumo do produto social” (p 98).

Dessa forma, o racismo no Brasil tem características próprias, muitas vezes sendo negado ou camuflado por um processo miscigenação entre brancos, índios e negros, estruturando-se, ao longo das décadas e séculos, através de uma ideia falseada de miscigenação harmoniosa ou democracia racial. Freire (1993) e outros autores têm parte importante nessa construção ideológica de “convivência em harmonia”, em sua obra *Casa Grande e Senzala*. Assim como Holanda (1995), na obra *Raízes do Brasil*, Holanda (1995) também configura a realidade brasileira como sendo retratada com frequente cordialidade nas relações sociais.

Darcy Ribeiro (2014), em *O povo brasileiro*, traz um estudo importante sobre o processo de formação sócio- histórica do Brasil e afirma que os brasileiros se integram em uma única etnia nacional, constituindo assim um só povo incorporado em uma nação unificada, num Estado uni étnico. Todavia, o autor ressalta que esta unidade nacional não deve cegar-nos para as disparidades, contradições e antagonismos que subsistem debaixo delas como fatores dinâmicos da maior importância (Ribeiro, 2014, p 17).

Acrescenta que esse processo de “unificação” não ocorreu pacificamente, este foi fruto marcado por violências, “logrado mediante um esforço deliberado de supressão de toda a identidade étnica discrepante e de repressão e opressão de toda a tendência virtualmente separatista inclusive de movimentos sociais que aspiravam fundamentalmente edificar uma

sociedade mais aberta e solidária” (Ribeiro, 2014, p 17). O autor também defende que esse processo de desenvolvimento do Brasil gerou essa necessidade de uma identidade de um único povo, fruto dessa miscigenação, que tem se apresentado de forma dramática, entre outras características ( p 103). Ressalta, ainda, que este resultou em uma representação coletiva que existe fora dos indivíduos, como uma nação, para que eles com ela se identifiquem, a assumam e a aceitem.

Por fim, perspectivas e atitudes, conscientes ou inconscientes, mantêm estruturas na realidade brasileira que geram desigualdades sociais. Para Guimarães (2004), “Um sistema desigual nas oportunidades, inscrito na base fundante de uma sociedade, que pode ser verificado estatisticamente através da educação, saúde pública, empregos, renda, moradia etc”. (p 18). Trazemos, ainda, a importante reflexão de Grada Kilomba (2019) ao afirmar que no racismo, numa sociedade estruturalmente demarcada por este fenômeno, “o indivíduo é cirurgicamente retirado e violentamente separado de qualquer identidade que ela/ele possa realmente ter” (p 39).

Portanto, esse mesmo racismo coloca em xeque a afirmação de existência de uma democracia racial na qual os membros dessa sociedade teriam direitos iguais de participação em todas as esferas que a compõem, afirmando assim ser esta democracia um mito, uma falácia. Denota, ainda, uma falsa conotação de convivência harmoniosa entre os povos que formaram historicamente o Brasil.

Essa “mistura” racial que ocorreu, frequentemente, por meio de relações impostas e muitas vezes violentas, influenciando a nossa configuração social até os dias atuais. Sobre isso, nos afirma Junior (2011),

Não é de admirar, portanto o vulto que tivesse tomado a mestiçagem brasileira, escusado procurar dados estatísticos: mesmo quando existem, o que é excepcional, eles são por natureza inteiramente falhos, e que não prestam nem a serem tomados em consideração. Se assim ainda é hoje, o que não seria num tempo em que os preconceitos são muito mais rigorosos e arraigados? “Uma gota de sangue branco faz do brasileiro um branco, ao contrário do Americano, em que uma gota de sangue negro faz dele um negro”, bantade que tem seu fundo de verdade. A classificação étnica do indivíduo se faz no Brasil muito mais pela sua posição social; e a raça, pelo menos nas classes superiores, é mais função daquela posição que dos caracteres somáticos (p 114).

Júnior (2011) também nos coloca uma análise mais crítica acerca desse processo de miscigenação, afirmando a ocorrência de um “paralelismo das escalas cromáticas e social que fazem do branco e da “pureza de raça” um ideal que exerce importante função na evolução étnica brasileira, tendo, assim, um importante papel na orientação dos cruzamentos raciais”, (p 116).

A partir destes elementos suscitados por Júnior (2011), compreende-se que a viabilidade de reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica, entre outras. Almeida (2018) também traz essa importante afirmação acerca do processo constitutivo do racismo, indicando-nos que quatro elementos são o cerne da manifestação estrutural do racismo: A ideologia, política, direito e a economia.

O autor acrescenta: “Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagem ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial a qual pertença (p 07).

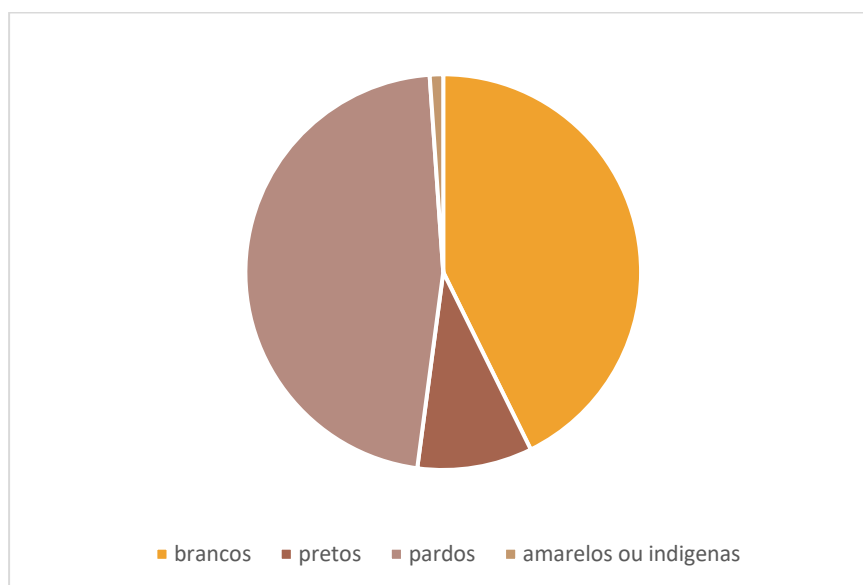
Ressaltamos ainda, em termos de compreensão teórica, que a prática do racismo é distinta da discriminação racial, onde esta última é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, “a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força sem o qual não é possível atribuir vantagem ou desvantagem por conta da raça” (Almeida, 2018, p 07). O autor nos alerta acerca das consequências do racismo para uma sociedade, analisando que este possui um caráter sistêmico, difícil de transpor.

Portanto, “A consequência de práticas de discriminação direta e indireta ao longo do tempo leva à estratificação social, um fenômeno Inter geracional, em que o percurso de vida de todos os membros de um grupo social- o que inclui as chances de ascensão social, de reconhecimento e de sustento material é afetado” (Almeida, 2018, p 08). Sob esta perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, são parte de uma estrutura, de segmentos que incorporam cotidianamente ações que inviabilizam os elementos da cultura negra, neutralizam tentativas de rupturas, segregam grupos.

Este fenômeno social precisa ser tratado como o resultado do funcionamento das variadas instituições sociais com reflexos até a contemporaneidade. Frequentemente, esta ação não é percebida de forma imediata, todavia, “estas instituições passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça” (Almeida, 2018, p 09).

Para compreender como esta estrutura está segmentada na realidade social, econômica, cultural do Brasil apresentamos, na sequência, alguns dos dados estatísticos que nos mostram um pequeno recorte dessa realidade, no qual está demonstrada a nossa distribuição étnico racial:

Gráfico 1- Autoidentificação étnico-racial da população brasileira- 2019



Fonte: Censo demográfico- 2019- Agência de Notícias- IBGE

Pode-se inferir, de forma genérica, que o somatório dos números de pretos e pardos é maior que o de brancos (56,2%). Tal configuração diverge dos censos das décadas anteriores e tal fato pode ter ocorrido em virtude de um processo de autoidentificação equivocada e que foi alterado gradativamente, como pode ser percebido neste censo. Essa mudança ocorre em virtude, principalmente, da alteração na metodologia do censo brasileiro para pudesse trazer à tona esse dado de autoidentificação com a cor parda ou negra, demonstrando um importante processo que poderá impactar nas identidades, caracterizando um quadro mais aproximado da realidade brasileira.

Para fins do estudo aqui apresentado, utilizaremos o termo Negro ou Negra para nos remeter ao conjunto de pessoas classificadas como pretas e pardas nos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme nos justifica Santos apud Gomes (2005):

Indicam que se justifica agregarmos pretos e pardos para formarmos, tecnicamente, o grupo racial negro, visto que a situação destes dois últimos grupos raciais é, de um lado, bem semelhante, e, de outro lado, bem distante ou desigual quando comparada com a situação do grupo racial branco. Assim sendo, ante a semelhança estatística entre pretos e pardos em termos de obtenção de direitos legais e legítimos, pensamos ser plausível agregarmos esses dois grupos raciais numa mesma categoria, a de negros. (...) a diferença entre pretos e pardos no que diz respeito à obtenção de vantagens sociais e outros importantes bens e benefícios (ou mesmo em termos de exclusão dos seus direitos legais e legítimos) é tão insignificante estatisticamente que podemos agregá-los numa única categoria, a de negros, uma vez que o racismo no Brasil não faz distinção significativa entre pretos e pardos, como se imagina no senso comum (p 40).

Um outro dado importante desta configuração diz respeito ao retrato da educação brasileira. Conforme as pesquisas do IBGE (2009), a taxa de analfabetismo de negros e pardos, a partir de 15 anos de idade, encontrava-se em torno de 13% e para brancos em torno de 5,9%. A média de anos de estudo para brancos fica em torno de 8,4 anos e para negros uma média de 6,7 anos. Notadamente, os níveis de escolaridade menor irão influenciar em sua ocupação, mercado de trabalho, renda e, conseqüentemente, em uma desigualdade social. Os dados de 2019 indicam uma queda nos percentuais de analfabetismo, a partir de 15 anos de idade, de 13% para 8,9 (pretos ou pardos) e de 3,6% para brancos, sendo ainda mais que o dobro do percentual estabelecido (IBGE, 2019). Nesse sentido,

Comparando a participação relativa dos brancos e de pretos e pardos, na apropriação do rendimento total das famílias, observa-se uma situação indiscutivelmente mais favorável aos brancos. Entre os 10% mais pobres, 25,4% se declararam brancos, enquanto 73,7% eram pretos e pardos. Essa relação se inverte entre o 1% mais rico: 82,7% eram pessoas brancas e apenas 15% eram de cor preta e parda. Vale a pena registrar que em 1998, entre o 1% mais rico, a proporção dos que se declararam pretos e pardos eram muito menor (8,2%). (IBGE, 2019, p 187).

Assim, infere-se que, mesmo após a abolição da escravidão, os negros continuaram excluídos, em sua maioria, do processo de produção de riqueza, desempenhando papéis sociais subalternos. Esse fato deve-se, entre outros motivos, à falta de políticas públicas que diminuam os efeitos de anos de escravidão, ocasionando uma estratificação racial.

Importa ressaltar que o racismo pode se manifestar de forma direta e indireta, afetando assim as micro e macro relações, alterando a configuração social. Portanto, entende-se que o racismo prejudica, viola direitos, agride e não permite o pleno desenvolvimento de uma sociedade. Para Kilomba (2019), o racismo é estrutural “pois pessoas negras e *People of color* estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestadamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível” (p 77).

Infere-se, assim, que as estruturas exercem papel fundamental para a manutenção do racismo no Brasil pois se apresentam com a mesma forma de funcionamento que mantém o beneficiamento dos brancos em detrimento de pretos ou pardos. Esse racismo, para além das estruturas, também está presente na vivência diária. Para Kilomba (2019), “o racismo cotidiano não é um “ataque único” ou um “evento discreto”, mas sim uma “construção de experiências de vida”, que se repete incessantemente ao longo da biografia de alguém- no ônibus, no supermercado, em uma festa, no jantar, na família. Além disso, “refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro não só

como “outra-o”, mas também como outridade, isto é, como personificação dos aspectos reprimidos na sociedade branca”. (Kilomba, 2019, p 78).

Neste mesmo sentido, acrescentamos a este debate a reflexão importante de Dussel (1982) para uma compreensão dialética do racismo, no qual o autor considera importante destacar as diversas determinações que interferem para que o fenômeno ocorra e se mantenha, pois,

Há um certo economicismo que quer encontrar a dominação da classe econômica como causa única e reduzir tudo a uma questão de "mão-de-obra" (determinação do esquema). Há, por outro lado, um psicologismo subjetivista que nega qualquer possibilidade de pensar o sujeito se a humilhação não foi sofrida "na própria pele" (determinação b). O racismo biológico ou clássico quer definir como causa do racismo a diferença natural ou física de indivíduos de raças diferentes, alegando a superioridade de um sobre o outro geneticamente (determinação c). Por último, há quem assuma uma posição culturalista e pense que tudo se joga no nível simbólico, na tradição cultural, na dança e no canto (determinação d). Na realidade, a questão da dominação racista se joga em todos os níveis se se entender que seu próprio status se encontra como momento de formação ideológica ( p.88).

Importa tomar tal premissa como verdadeira, percebendo o racismo enquanto fenômeno social que se faz presente através das dimensões econômicas, psicológicas, biológica, cultural ou simbólica, pulverizado em nossos cotidianos através da ideologia dominante. Vargas (2005) estabelece esse processo como genocida e de difícil distinção. Para este autor, ocorre uma negação da importância da raça e “Essa negação sugere vigorosamente que a raça não é uma questão analítica e moralmente instrumento válido, nem desempenha papel central na determinação das relações sociais brasileiras, hierarquias e distribuição de poder e recursos<sup>11</sup>” (p 14).

Ainda, importa ressaltar a necessidade do recorte de gênero na discussão do racismo, realizado a partir do conceito de interseccionalidade<sup>12</sup>. Importa considerar os vários fatores que afetam as mulheres, compreendendo-se que criam desigualdades diferenciadas e que mesmo entre as mulheres ocorrem de forma distintas, ou seja, uma análise que permita

---

11 Tradução Livre de: This negation forcefully suggests that race is neither an analytical and morally valid tool, nor plays a central role in determining Brazilian social relations, hierarchies, and distribution of power and resources (Vargas, 2005, p 14)

12 O termo “interseccionalidade” foi cunhado por Kimberlé Crenshaw (1991) com o objetivo de denunciar a invisibilidade jurídica das múltiplas formas de opressão no contexto específico das violações de direitos vividas pelas mulheres negras. Crenshaw (1989) analisou como a tendência de tratar raça, gênero e classe como categorias de análise mutuamente exclusivas. A experiência concreta foi perpetuada pela forma de eixo único que dominou não apenas a produção de leis contra a discriminação racial, mas também teorias feministas e anti-racistas. As abordagens tradicionais à discriminação racial dariam prioridade aos homens negros e membros das classes mais altas, enquanto os estudos sobre discriminação de gênero se concentrariam nos brancos mulheres e outras pessoas de classes privilegiadas. (Santos, Romão e Cerqueira, 2022, p 5).

perceber as intersecções. Sobre isso, Santos, Romão e Cerqueira (2022) nos trazem a informação de que esta preocupação de recorte não data da atualidade.

A preocupação em entrelaçar as distintas formas de diferenciações sociais e as desigualdades já haviam sido destacadas em 1977 pelo Combahee River Collective, um pequeno grupo de mulheres afro-americanas de Boston que publicou um manifesto chamado “Uma Declaração Feminista Negra” que estabeleceu uma declaração mais abrangente de um quadro político do feminismo (Taylor 2017). No interior, eles defenderam não apenas a luta contra a opressão sexual das mulheres, mas também contra outras formas de dominação e desigualdades baseadas em racismo, heterossexismo e exploração por classe social (p 5).

Nesse sentido, as mulheres vivenciam uma inserção menor no mercado de trabalho, nas remunerações, no enfrentando dos problemas oriundos da questão social, como consequência do modo de produção capitalista, tais como o desemprego, gravidez na adolescência, acúmulo de tarefas domésticas e cuidado com filhos e entes doentes e idosos na família. Sobre isso, nos acrescenta Saffiotti (2004) que as bases econômicas do patriarcado consistem “na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e deliberativos” (p 106), entre outros fatores importantes. Essa exclusão encontra-se exacerbada pelas questões de raça e, nesse sentido, as mulheres negras tem esse quadro ainda mais afetado, devendo ser analisado compreendendo tais conexões que interferem em suas identidades (Medeiros, 2019).

Acerca, ainda, desse processo de racismo e conseqüente construção identitária, apresentamos um estudo intitulado “Afirmando direitos”, que trata do acesso e da permanência de jovens negros na universidade, notadamente a UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), pesquisa divulgada no ano de 2006. Esse estudo irá apontar, entre outras questões importantes sobre as ações afirmativas no Brasil, diversas falas de alunos negros incluídos na universidade através das cotas raciais, através das quais podemos perceber alguns elementos que nos remetem às questões vinculadas socialmente ao processo de construção identitária individual ou coletiva. Uma fala apresentada, por exemplo, nos remete a questões relativas ao perceber-se diferente, estigmatizado:

De uma maneira geral, nós negras e negros, aprendemos a entender, desde cedo, que precisaremos apreender a lidar com uma realidade que não se apresentará para nós como para os outros. Somos vistos desde então como diferentes, mas o “diferente” nesse caso é carregado de sentidos negativos quase nunca significa apenas ser distinto e digno de ser tratado com igualdade de direitos. (Gomes e Martins, 2006, p 227).

Este outro depoimento de um outro aluno cotista da UFMG nos faz perceber, embora que de forma embrionária, como a identidade é moldada e influenciada por processos sociais frequentemente excludentes:

Perceber-se diferente, causador até de desconforto, foi, para mim, uma grande novidade, ou, no mínimo, ser consciente desse desconforto. (...) Enfim, acabei tendo crises de auto estima. A pobreza, as dificuldades de toda ordem levaram-me a uma séria interrogação: será que eu realmente devo fazer um curso superior? Afirmo que a tarefa mais difícil de nossas vidas é a “quebra destas correntes históricas”. (Gomes e Martins, 2006, p 246).

Diante dessas falas percebemos que no Brasil existem ainda padrões impostos socialmente que dificultam uma construção de uma identidade na infância de forma positiva e agregadora de valores que possam desenvolver o indivíduo negro. De acordo com Miranda (2010),

A criança negra poderá incorporar esse discurso e sentir-se marginalizada, desvalorizada e excluída, sendo levada a um falso entendimento de que não é merecedora de respeito ou dignidade, julgando-se sem direitos e possibilidades. Esse sentimento está pautado pela mensagem transmitida às crianças de que, para ser humanizado, é preciso corresponder às expectativas do padrão dominante, ou seja, ser branco. (p 15)

Além disso, importa destacar o papel do negro ao longo da história brasileira, sendo-lhe atribuído papéis menores, ressaltando sobremaneira a escravidão. Ressalta-se aqui que esta história possui sua relevância, porém não pode ser limitante e única na narrativa da história do Brasil. Portanto, “A luta por reconhecimento, quando comprimida para se adequar ao arcabouço da autodeterminação e da auto realização culturais, revela seu potencial antagônico” (Bauman, 2013 P.62).

Por fim, a população negra no Brasil carece de direitos que foram historicamente negligenciados e as ações afirmativas são importantes para diminuir a desigualdade social entre as diversas raças, promovendo, indiretamente, a desconstrução de conceitos preestabelecidos, cristalizados ou naturalizados acerca do negro na sociedade, a partir da sua ocupação dos diversos espaços sociais, políticos e econômicos de forma igualitária e equitativa. Acerca dessa construção, nos infere Hall (2003),

Não importa o quão deformadas, cooptadas e inautênticas sejam as formas como os negros e as tradições e comunidades negras pareçam ou sejam representadas na cultura popular, nós continuamos a ver nessas figuras e repertórios, aos quais a cultura popular recorre, as experiências que estão por trás delas. Em sua expressividade, sua musicalidade, sua oralidade e na sua rica, profunda e variada atenção a fala; em suas inflexões vernaculares e locais; em sua rica produção de contra narrativas; e, sobretudo, em seu uso metafórico do vocabulário musical, a cultura popular negra tem permitido trazer à tona, até nas modalidades mistas e contraditórias da cultura popular *mainstream*, elementos de um discurso que é diferente — outras formas de vida, outras tradições de representação (p 174).

Assim, importa ressaltar o racismo enquanto categoria analítica fundamental para compreender o processo de construção da identidade do grupo em tela, considerando a formação sócio-histórica do Brasil.

## **Capítulo 2: Ações Afirmativas Estatais e a Igualdade Racial no Ensino Superior no Brasil**

Buscamos situar, nesta parte do trabalho, as Ações Afirmativas Estatais a partir do norteamento de justiça e equidade, compreendendo-a como parte de uma realidade sócio econômica desigual que demanda tais ações. Em seguida, analisamos o ensino superior do Brasil, seu surgimento e desenvolvimento, destacando as principais características na realidade nacional, pontuando avanços e retrocessos. Por fim, buscamos compreender a política de cotas raciais a partir dos principais elementos sociais e políticos norteadores, no contexto nacional e internacional, buscando destacar os antagonismos existentes no debate acerca da citada política.

### **2.1. Uma análise das Ações Afirmativas Estatais sob a perspectiva da Justiça e Equidade**

O acesso ao ensino superior é considerado nas diversas sociedades como uma das alternativas para ascensão socioeconômica, principalmente para as camadas sociais mais vulneráveis, visto que possibilita, frequentemente, uma participação mais ativa no processo produtivo. Nesse sentido, “A experiência no Direito Comparado (em particular a do Direito norte americano) comprova que as ações afirmativas proporcionam maior igualdade, na medida em que asseguram maior possibilidade de participação de grupos sociais vulneráveis nas instituições públicas e privadas” (Piovesan, 2005, P 52). A análise desta autora destaca, ainda, os dados de Ações Afirmativas para mulheres na administração de Beijing e estende os seus impactos positivos à inclusão de negros, indígenas e pessoas com deficiência. “(...) a Plataforma de Ação de Beijing de 1995 afirma, em seu parágrafo 187, que em alguns países a adoção da ação afirmativa tem garantido a representação de 33,3% (ou mais) de mulheres em cargos da administração nacional ou local” (p 52).

Assim, percebe-se que o Direito norte americano tem se destacado na implementação de ações desta natureza e servido de balizamento para outros países, orientado por uma perspectiva de justiça e equidade. A partir desse respaldo do direito normativo, estendemos o nosso olhar às noções de justiça e equidade, tomando como elemento norteador de análise os estudos de Sen (2004), através do qual está justificada a necessidade da busca por tal justiça através de um exercício de racionalidade. Sen (2004) afirma, a princípio, ser importante levar em conta os Estados sociais que emergiram a fim de avaliar a forma como

as coisas estão indo e se os arranjos podem ser vistos como justos. Segundo o autor, “Importa avaliar se estamos fazendo a coisa certa, enquanto sociedade, ou se poderíamos fazer melhor” (p 86). Buscando compreender, assim, as diversas possibilidades de os indivíduos usufruírem das oportunidades existentes em uma determinada realidade e as chances de acesso para os grupos sociais de forma igualitária.

Nesse sentido, os estudos de Sen (2004) contribuem grandemente para a compreensão de conceitos como justiça e equidade social, considerando a sociedade em que vivemos e o seus processos constantes de mutação. O autor destaca a possibilidade ou mesmo necessidade de realinhar, rever os procedimentos jurídicos sociais empregados, considerando que

O avanço da justiça e a eliminação da injustiça exigem um compromisso conjunto com a escolha institucional (lidando, entre outras coisas, com as rendas privadas e os bens públicos), o ajuste do comportamento e os procedimentos de correção dos arranjos sociais baseados na discussão pública daquilo que é prometido, em como as instituições realmente funcionam para fora e como as coisas podem ser melhoradas. Não há licença para “desligar” a razão pública interativa supondo a prometida virtude de uma escolha institucional definitiva baseada no Mercado (p 225).

Qual seria, diante dessa perspectiva de correção dos arranjos sociais, o papel social das ações afirmativas? Quais mudanças tais ações podem ocasionar nas relações sociais, nas identidades? Quais debates políticos, sociais, econômicos são suscitados a partir da implementação destas?

As respostas a estas questões são importantes e podem variar de acordo com as diversas concepções de sociedade e com o contexto histórico vivenciado.

Em uma perspectiva sócio econômica liberal direcionada pelo teórico Adam Smith, uma das mais recorrentes e aplicadas, compreende-se que cada indivíduo deverá acessar os mecanismos sociais e econômicos existentes em uma determinada sociedade a partir de um mercado orientado pela liberdade. Nesse sentido, as medidas criadas, a exemplo da política de reserva de cotas raciais, poderão inviabilizar um processo de meritocracia no qual haveria uma livre disputa das oportunidades, a partir das capacidades dos indivíduos.

Todavia, considerando as diversas desigualdades existentes ainda, particularmente no Brasil, ocasionadas pelas limitações causadas pelo racismo, por exemplo, ou pelas estruturas políticas, econômicas e sociais, e como tais desigualdades dificultam o acesso às oportunidades, importa compreender a importância de medidas que possam realizar mudanças positivas nessas realidades e, conseqüentemente, nas relações sociais.

Para Sen (2004), o mundo real está cheio de problemas desse tipo, variando desde a sustentabilidade ambiental e a preservação dos recursos naturais compartilhados (os bens comuns) até a ética do trabalho nos processos de produção e no senso cívico na vida urbana. E acrescenta,

Ao lidar com essas situações, há duas grandes maneiras de gerar benefícios mútuos através da cooperação: contratos acordados cujo cumprimento pode ser impelido, e normas sociais que podem funcionar voluntariamente nesse sentido. Embora ambos os percursos tenham sido discutidos de uma ou outra forma na literatura contratualista da filosofia política que remonta pelo menos a Hobbes, a posição principal corresponde à rota do contrato cujo cumprimento pode ser exigido. Em contrapartida, o percurso da evolução das normas sociais é um tema intensamente explorado na literatura sociológica e antropológica (p 176)

Em sua rica contribuição, Sen (2004) nos alerta para os chamados “funcionamentos” que podem e devem ser realizados em uma sociedade. O autor usa esse termo para definir os diversos instrumentos sociais criados com a finalidade de regulamentar direitos sociais. Ressalta, entretanto, que mesmo diante destas medidas é possível que indivíduos obtenham vantagens significativas sobre outros.

Por exemplo, com relação a passar fome e estar desnutrida, uma pessoa que jejua voluntariamente por motivos políticos ou religiosos pode estar tão privada de alimentos e desnutrida quanto uma vítima da fome. Sua manifesta desnutrição — o funcionamento realizado por ambas — pode ser a mesma coisa e, ainda assim, a capacidade da pessoa próspera que decide jejuar pode ser muito maior do que a da pessoa que morre de fome involuntariamente por causa da pobreza e indigência. A ideia da capacidade pode acomodar essa importante distinção, uma vez que é orientada para a liberdade e as oportunidades, ou seja, a aptidão real das pessoas para escolher viver diferentes tipos de vida a seu alcance, em vez de confinar a atenção apenas ao que pode ser descrito como a culminação — ou consequências — da escolha (p 201).

Ainda nesse sentido o autor acrescenta que é preciso reconhecer e valorizar as necessidades particulares. Pessoas com rendas semelhantes podem ter limitações físicas que gerem outras necessidades ou que dificultem a realização de trabalhos e a sua autonomia. Assim,

A conversão de bens primários na capacidade de fazer várias coisas que uma pessoa pode valorizar fazer pode variar enormemente devido a diferentes características inatas (por exemplo, propensão a sofrer de algumas doenças hereditárias), bem como a diferentes características adquiridas ou efeitos divergentes de variações do meio ambiente envolvente (por exemplo, viver em um bairro com a presença endêmica, ou surtos frequentes, de doenças infecciosas). Há, assim, um forte argumento para mudar o foco em bens primários para uma avaliação real das liberdades e capacidades (p 70).

Dessa forma, tendo em vista essa necessidade de ações que promovam igualdade social, as instituições no Brasil tem buscado implementar ações afirmativas, principalmente cotas

raciais, nesta perspectiva de justiça e equidade. Não obstante, o discurso não é unívoco<sup>13</sup> pois são originários de uma configuração social complexa, tal qual a história da nossa formação sócio-histórica. Silva e Borba (2018) destacam as principais características desses debates em torno destas Ações Afirmativas:

Podemos afirmar que tanto o debate acadêmico quanto o debate midiático apresentaram mútua influência, pois os argumentos circularam em ambos meios discursivos e, muitas vezes, mobilizaram dados educacionais ou étnico-raciais do Brasil. Especialmente artigos publicados no início (mas não só) do período de análise (2003) apresentavam posição de forma bastante veemente. Alguns artigos não tinham nenhuma base empírica nova, pois eram organizados em torno de argumentos contra ou pró-cotas raciais (Silva e Borba, 2018, p 159)

Inferimos deste estudo que é necessário buscar aprender ainda mais sobre as Ações Afirmativas, notadamente para negros, em virtude do racismo ainda ser presente em nossa sociedade, para fomentar debates com visões interdisciplinares que possibilitam uma análise mais ampla e aprofundada.

Nessa perspectiva, Piovesan (2005) nos coloca que tais ações são “adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado de discriminação, cumprem uma finalidade pública decisiva para o projeto democrático: assegurar a diversidade e a pluralidade social” (p 49). Estas buscam, ainda, ultrapassar a compreensão da igualdade subjetiva ao intencionar condições equitativas objetivas, para além da intencionalidade. Importa ultrapassar o caráter formal do direito e acessar a materialidade das ações, compreendendo que é também nessa materialidade que ocorrem as relações sociais.

Entretanto, conforme ressaltado anteriormente, estas ações apresentam um caráter conflituoso e ambíguo, tornando-se, por vezes, palco de debates e duras críticas. Autores como Fry (2004) analisam estas ações como geradoras de mal-estar social, posto que “(...) contribuiu para um certo acirramento das tensões raciais existentes, como podemos ter fé de que a construção de uma nação pautada não mais na mistura, mas na cisão racial, produzirá a tal terra prometida?” (Fry, 2004, p 08). Acrescenta em sua análise que estas ações promovem o fortalecimento e naturalização da bipolaridade racial. A compreensão do autor aqui exposta está situada, principalmente, no período inicial da aprovação da política de cotas raciais no Brasil, 2003, caracterizado por um ambiente de efervescência dos movimentos sociais a favor e contra esta política. Apesar desta ação requerer investimento de recursos vultuosos e gerar uma postura de rejeição aos gastos públicos, o autor afirma não ser esta a

---

13 Qualquer país destinado a criar políticas que garantam privilégios a grupos preferenciais ou cotas fatalmente será alvo de discussões englobando argumentos pró e contra, entretanto, cumpre enfatizar o escopo das ações afirmativas, haja vista que foram utilizadas visando solucionar um factual impasse (...) (Moreira, 2017, p 46)

questão central, mas sim a questão racial. Afirma que “Embora seja inegável que as cotas terão como consequência a ampliação relativamente rápida do número de alunos negros nas universidades, acarretarão, por outro lado, a consolidação da crença em raças” (Fry, 2004, p 09). Analisa, assim, que o racismo será exacerbado, conferindo clara distinção racial, agravando as questões raciais já tão latentes na realidade brasileira. Além disso, este autor nos acrescenta que seria necessário para uma segura implementação das ações afirmativas para negros uma “clara definição de quem tem e de quem não tem direito aos seus programas; no caso, quem é negro e quem não é”. (p 05).

Claramente, medidas estatais interventivas, geradoras de mudanças sociais não poderiam passar de forma pacífica pela sociedade. Importa, realmente, analisar os riscos e as consequências a curto e a longo prazo, principalmente na sociabilidade. Todavia, uma sociedade como a que está em análise, marcada pelo racismo, carece de mudanças, embora que apresentem alguns riscos. Considerando-se, ainda, a realidade brasileira de desigualdade presente nas estruturas socioeconômicas, justifica-se a necessidade de tais ações, visando justiça e equidade, como a política de cotas raciais para negros, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e em situação de vulnerabilidade social, principalmente na área da educação. Todavia, buscando medidas pautadas no respeito, evitando-se possíveis constrangimentos e medidas caracterizadas como de “policiamento racial”.

Seguindo a essência da equidade de tratar os desiguais de forma desigual, afirmamos que as análises de Sen (2004) encontram eco em nosso estudo e fortalecem a justificativa do direito às ações afirmativas para a igualdade racial.

## **2.2 O Ensino superior no Brasil**

A educação brasileira, no âmbito do ensino superior, tem seu início marcado em 1808, com a chegada de D. Joao VI ao Brasil. Nesse momento, foram registradas medidas que deram origem a alguns cursos isolados como Engenharia, Economia e Cirurgia, visando apenas suprir algumas necessidades da sociedade da época. Estes cursos, somados a alguns outros como Direito, nas cidades de São Paulo e Recife, foram as expressões desta área de ensino até o final do império. Estas poucas ações foram mantidas pelo Estado e voltadas a um público reduzido da população com elevado poder aquisitivo, como a elite colonial (Saviani, 2010).

Esse quadro se mantém por várias décadas e somente em 1879, quando já são percebidas outras demandas de ensino, entra em vigor o Decreto da “Reforma Leôncio de Carvalho” que regulamenta a implementação das faculdades particulares para a oferta cursos. Muitas dessas

faculdades permanecem até os dias atuais. Ressalta-se que esse decreto vem contemplar o anseio de algumas esferas da sociedade que defendiam a liberdade do ensino e do investimento de mercado na área educacional.

Somente em 1930 o Estado retoma a gestão do ensino superior “com a criação, já em outubro desse ano, do Ministério da Educação e Saúde Pública e com os decretos da chamada Reforma Francisco Campos em 1931” (Saviani, 2010, p 7). As mudanças pretendidas com a Reforma encontraram obstáculos administrativos e políticos para a sua implementação e o próprio texto do decreto não deixa claro alguns aspectos como a autonomia universitária, pois, afirma “não ser possível, naquele momento, conceder-se autonomia plena às universidades, a questão fica, a rigor, em aberto” (Fávero, 2006, p 24). Ou seja, até esse momento da história brasileira, não há um efetivo entendimento ou reconhecimento da autonomia universitária no que tange ao modelo de gestão, oferta de cursos e conteúdos, bem como da gestão dos recursos disponíveis. Ficando, assim, condicionada a outras instancias de decisão.

Estas e outras questões são importantes e até os dias atuais atravessam os debates acerca desta esfera do ensino. Ocorrem divergências sobre o próprio papel da universidade. Segundo Fávero (2006), há prioritariamente a identificação de duas posições: “os que defendem como suas funções básicas a de desenvolver a pesquisa científica, além de formar profissionais, e os que consideram ser prioridade a formação profissional (p 22). Nesse sentido, as universidades e faculdades vão sendo implementadas, aumentando exponencialmente a criação de cursos técnicos e profissionalizantes, voltados a atender as demandas do mercado de qualificação, por vezes não sendo completamente absorvida ou concluídas com qualidade.

Durante o governo de Getúlio Vargas, a partir de 1930, foi mantido esse direcionamento para a gestão das universidades. Nos anos seguintes “ampliam-se tendências centralizadoras e autoritárias, assegurando um clima propício à implantação do Estado Novo” (Fávero, 2006, p 25). Esse quadro político de controle ostensivo terá lugar por um período de quase 15 (quinze) anos, no qual o presidente implantou uma política populista, abraçando os pobres com assistencialismo e os ricos com privilégios financeiros ou de poder. Nesse período, governadores foram destituídos e designados outros, sem eleição direta popular.

Ocorre, em 1950, um marco importante para o desenvolvimento do ensino superior no Brasil: o início do debate pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Esse debate é influenciado por uma mudança que se manifesta no cenário nacional relativamente a um expressivo desenvolvimento industrial, com impacto em outras esferas da sociedade, a exemplo da cultural. Nesse momento, as insatisfações são mais externalizadas, gerando uma

“tomada de consciência, por vários setores da sociedade, da situação precária em que se encontravam as universidades no Brasil” (Fávero, 2006, p 29). Nesse mesmo período, há registros na história da educação brasileira de manifestações de estudantes pressionando as universidades para as quais realizaram exames admissionais e que, apesar de atingirem a nota mínima necessária para o acesso, não conseguiram entrar devido ao número reduzido de vagas. Guimarães (2003) afirma que essas manifestações foram mobilizadas por ideais socialistas e acrescenta que “os jovens que se definiam como “negros” e se pretendiam porta-vozes da massa pobre, preta e mestiça, de descendentes dos escravos africanos, trazidos para o país durante mais de trezentos anos de escravidão” empunharam essa reivindicação<sup>14</sup>. Esses movimentos foram respaldados pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e exerceu papel importante nesse processo de mudança do perfil das universidades, antes prioritariamente privada e com um número restrito de vagas. Sobre isso, Saviani (2010) acrescenta que “a questão da universidade assumia uma dimensão de ordem social e política bem mais ampla, sendo um dos componentes da crise que desembocou na queda do governo João Goulart” (Saviani, 2010, p 8). Desse movimento e de outras pressões sociais, advém, finalmente, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024/61). Essa normativa regulamenta as finalidades do sistema educacional do Brasil, as formas de gestão e implementação dos ensinos médios e primários. Gera também exigências para a melhoria no ensino, mas que ocorrem a partir da expansão da rede privada, acarretando um aumento na concorrência, que claramente favorecia aos alunos oriundos dessa rede de ensino. Para Guimarães (2003) ocorre um “afunilamento da oferta de ensino superior de “qualidade”, assegurado pelo mecanismo do vestibular, as famílias de classe média e alta demandaram em proporção crescente a rede privada de ensino elementar e médio” (p 251).

Assim, pode-se afirmar que esse tratamento, socialmente estabelecido durante séculos, “fez com que contingentes humanos inteiros fossem apartados daquele espaço, embora idôneos para freqüentá-lo, passassem a acreditar-se inidôneos, imerecedores e, portanto, culpados pela sua exclusão” (Lopes & Braga, 2007, p 26).

Nesse sentido, fica estabelecida portanto, a prioridade do ensino médio para a rede privada com uma efetiva exclusão da parcela populacional desprovida de condições financeiras para o acesso a este recurso, gerando uma seleção “natural” no acesso às universidades e uma

---

14 Essa juventude estudantil negra começa a realizar assim o ideal de luta socialista, verbalizado por Florestan Fernandes (1972), no final dos anos de 1960: o negro seria o mais oprimido e explorado de todos, e a sua luta a mais radical das lutas de emancipação (Guimaraes, 2003, p 253).

cultura de meritocracia, na qual todos podem lograr êxito somente com suas capacidades, dispensando auxílio da sociedade.

Ainda sobre a contribuição do movimento dos estudantes, ressalta-se que este tinha como foco principal a ampliação de vagas no ensino superior, através das universidades públicas, todavia, apesar do resultado positivo desse movimento, na prática “a expansão do ensino superior reivindicada pelos jovens postulantes à universidade se deu pela abertura indiscriminada, via autorizações o Conselho Federal de Educação, de escolas isoladas privadas” (Saviani, 2010, p 10). O resultado deste movimento foi uma ampliação dos centros universitários particulares, desconsiderando a reivindicação inicial de universalização do acesso às universidades<sup>15</sup>, favorecendo a área de ensino em detrimento das outras como pesquisa e a extensão.

Sobre isso, Fávero (2006) afirma que a universidade “deveria se constituir em espaço de investigação científica e de produção de conhecimento. Produção essa que deveria procurar responder às necessidades sociais mais amplas” (p 19). Essa ampliação do conhecimento somente poderá ser promovida através dessas áreas complementares.

Assim, seguindo essa dinâmica social, algumas décadas depois, especificamente após o período dos governos militares no Brasil, o qual foi demarcado por uma forte repressão aos movimentos sociais, o sistema de ensino superior passa novamente por alterações significativas em suas diretrizes, orientadas pela Constituição brasileira de 1988<sup>16</sup>. Essa normativa, conforme Saviani (2010), “incorporou várias das reivindicações relativas ao ensino superior. Consagrou a autonomia universitária, estabeleceu a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão, garantiu a gratuidade nos estabelecimentos oficiais” (p 10). Além

---

15 No mesmo período, outras medidas oficiais são adotadas em relação à universidade. Três delas merecem destaque: o plano de assistência técnica estrangeira, consubstanciado pelos acordos MEC/USAID; o Plano Atcon (1966) e o Relatório Meira Mattos (1968). Concebida como estratégia de hegemonia, a intervenção da USAID na América Latina se processa de modo integrado, nos anos 60, em várias áreas e sob três linhas de atuação: assistência técnica; assistência financeira, traduzida em recursos para financiamento de projetos e compra de equipamentos nos EUA, além da assistência militar, concretizada pela vinda de consultores militares norte-americanos ao Brasil e do treinamento de militares brasileiros nos Estados Unidos, assim como do fornecimento de equipamentos militares (Fávero, 2006, p 30).

16 A Constituição de 1988, por sua vez, tinha instituído a educação como um direito público, que deveria visar o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania, além de concretizar a liberdade acadêmica e de autogestão das universidades a partir do princípio da autonomia didático científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Acrescido a isso, deveriam, como mencionado, obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no exercício da autonomia, visando a concretização do padrão de qualidade no ensino superior. (Sales, 2019, p 32)

disso, o ingresso no serviço público foi regulamentado e somente poderia ocorrer a partir de concursos, adotando também um Regime Jurídico Único quanto aos direitos e deveres.

Em contrapartida, a CF de 1988 também assegura a participação do mercado privado na Educação, ocorrendo, efetivamente, uma ampliação no número de vagas para o ensino superior nas instituições privadas e esta mudança é “caracterizada pela diversificação das formas de organização das instituições de ensino superior, alterando-se o modelo de universidade na direção do modelo anglo-saxônico na versão norte-americana” (Saviani, 2010, p 13). Estas irão possibilitar um aumento do número de universidades federais e também estaduais. Na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) registra-se a expressividade da implementação desse modelo através do Ensino a distância (EAD), além de oferta de cursos com duração menor, flexibilização no currículo, entre outras medidas que possibilitam uma maior fluidez nos cursos universitários, mas também podem gerar perda na qualidade do ensino.

Sales (2019) afirma que as alterações promovidas no ensino superior, neste período, além de estimular a proliferação indiscriminada de instituições privadas, implantou medidas que geraram “redução de recursos para expansão e manutenção das instituições públicas, seguindo a lógica neoliberal defendida pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional<sup>17</sup>” (FMI) (p 32). Este fato é confirmado pelos números de instituições particulares expressivo no período citado.

Importa destacar positivamente o fato de que durante o governo de FHC houve uma abertura ao debate sobre Ações Afirmativas no ensino superior, considerando-se o seu entendimento das questões raciais, enquanto Sociólogo, “mas também à difícil posição em que a doutrina da “democracia racial” encurralava a chancelaria brasileira em fóruns internacionais, cada vez mais freqüentados por ONGs negras” (Guimarães, 2003, p 252). Essa abertura foi importante para propiciar a criação de políticas de reserva de vagas no ensino superior.

Posteriormente, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, percebemos um aumento na liberação de recursos para as universidades federais. Ainda, nesse governo é implantado o programa nacional de reestruturação universitária intitulado REUNI, objetivando ampliar as vagas no ensino superior. As universidades poderiam optar pela adesão ou não ao programa, devendo tomar algumas medidas indicadas em caso positivo. Esse programa tem adesão

---

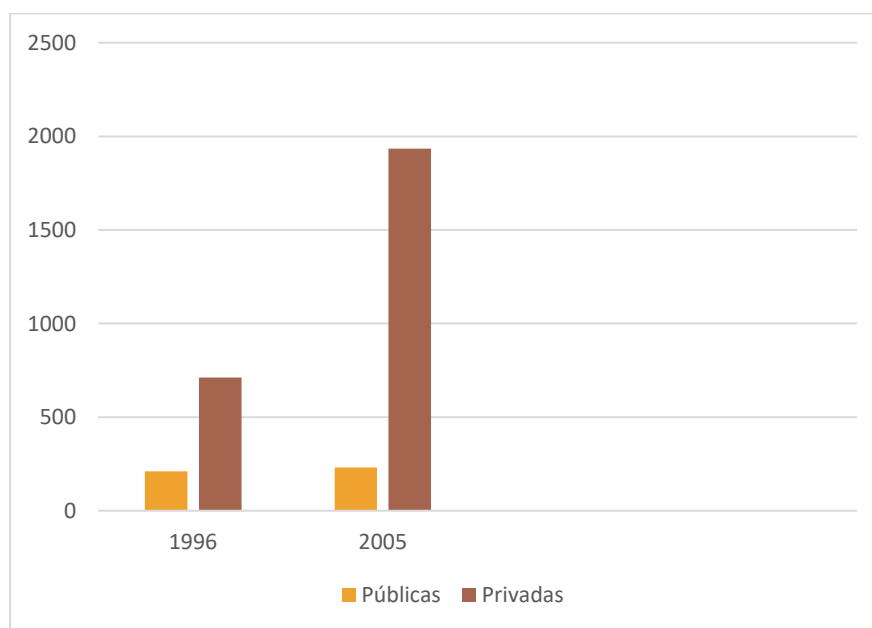
17 Em relação à educação, as recomendações do BM e do FMI apresentavam a necessidade da prioridade nos países em desenvolvimento do ensino básico, técnico e profissionalizante, que contribuiriam para a redução da pobreza dos países ao permitir o acesso ao trabalho (Sales, 2019, p 32).

massiva das instituições e apresenta resultados significativos no que tange ao aumento de vagas no ensino superior e também na criação de novos cursos. Sales (2019) afirma acerca das finalidades desse Programa que “visou a ampliação do acesso e da permanência de estudantes no ensino superior, a partir da interiorização, expansão física, acadêmica e pedagógica das universidades federais” (p 35). Além disso, incentivou ações de combate à evasão de alunos ao ensino. Entretanto, tem destaque para o REUNI um aumento de cursos com números elevados de alunos buscando um ensino massificado que levanta dúvidas quanto à qualidade alcançada na formação destes alunos.

Sobre esse governo, Vargas (2005) analisa que houve um avanço nas pautas étnico-raciais nesse período, pois “Nunca o Brasil teve tantas organizações não-governamentais negras com foco em saúde, violência, mídia, cultura e política eleitoral<sup>18</sup>” (p 13).

Nesse sentido, para ilustrar as principais mudanças ocorridas no período que engloba os dois governos citados anteriormente, elaboramos dois gráficos que demonstram numericamente as afirmativas anteriores, comparando o crescimento de instituições no Ensino superior no período de 1996 e 2005 e também das vagas que foram geradas.

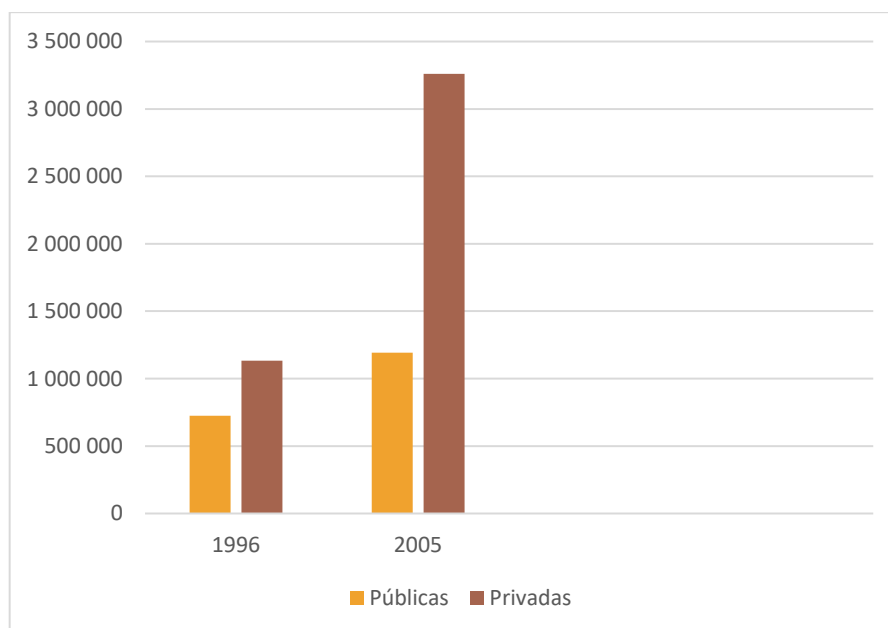
Gráfico 2- Dados das instituições de Ensino Superior- Públicas/Privadas- 1996 a 2005



Fonte: Saviani (2010, p 14). Elaboração da Autora.

18 Tradução Livre de: Never has Brazil had so many Black non-governmental organizations focusing on health, violence, media, culture, and electoral politics. (Vargas, 2005, p 13)

Gráfico 3- Quantitativos de vagas ofertadas no ensino superior nas instituições  
Públicas/Privadas 1996 a 2005



Fonte: Saviani (2010, p 14). Elaboração da Autora.

Percebe-se, nos indicadores acima, um expressivo crescimento numérico das instituições privadas no ensino superior no Brasil no período. Todavia, esta ampliação ocorre seguindo as orientações das Organizações Internacionais, tais como o FMI, que impõe um viés mercadológico para a educação, afastando o Estado do papel principal de provedor e administrador do ensino. Esse direcionamento implica um sério risco à educação, pois essa lógica alimenta um modelo que se desenvolve estabelecendo nichos, gerando desigualdade social, impossibilitando o desenvolvimento pleno da sociedade. Portanto, “o ator social tem sua individualidade limitada e fica com possibilidades reduzidas de estabelecer encontros interpessoais diretos, livres e enriquecedores” (Lopes & Braga, 2007, p 37). Por vezes, essa formação oferecida busca apenas atender as necessidades do mercado, sem contemplar as outras dimensões sociais necessárias.

Ainda, Saviani (2010) afirma que durante o “primeiro ano do segundo mandato do governo Lula, o percentual dos alunos nas instituições públicas continuou caindo tendo chegado a 25,42% em contraste com o número das instituições privadas que passou para 74,58%” (p 14). Esse aumento novamente das instituições privadas ocorre devido a novos incentivos governamentais a exemplo do PROUNI e também do FIES, que financia os estudos dos alunos nas instituições privadas. Ressaltamos que é importante a ampliação das vagas através de financiamentos pessoais ou isenção dos alunos que necessitam de apoio financeiro, todavia, tal ação se afasta da essência fundamental de universalidade e gratuidade para a

educação, promovendo, por vezes um desvio no emprego dos recursos que deveriam ser destinados às universidades públicas, o que favoreceria que estes mesmos alunos que buscam acesso na esfera privada, pudessem, ser inseridos na rede pública.

Entre os fatos que marcam essa trajetória contemporânea da educação superior no Brasil tem-se as medidas tomadas durante o governo do presidente Jair Bolsonaro, no qual foram apresentadas em seu plano de governo propostas de mudanças, “em destaque uma espécie de guerra cultural contra uma suposta sexualização de crianças e doutrinação de esquerda presente nas escolas e universidades brasileiras” (Pilatti, Lievore, Rubbo e Cantorani, 2022, p 555). Essas medidas foram alvo de extenso debate e questionamentos quanto ao seu cunho pedagógico pois colocavam restrições ao teor democrático do ensino.

Além disso, o seu programa governamental ressaltava a necessidade de diminuição da atuação do Estado nessa área, conforme orientações do ministro de Economia, Paulo Guedes. Aponta-se como um novo papel para as universidades: “ensino de empreendedorismo em todos os cursos; avanço no ensino à distância; qualificação de estudantes e professores de áreas carentes; estar próxima da iniciativa privada; e pós-graduação próxima das empresas” (Pilatti, Lievore, Rubbo e Cantorani, 2022, p 558). Tem destaque, ainda, entre as iniciativas voltadas às Universidades, o programa intitulado Future-se, que não logrou êxito. De forma resumida, pode-se dizer que este programa pretendia implementar projetos de desenvolvimento para o ensino superior, todavia os seus recursos seriam gerenciados por Organizações Não Governamentais, buscando extrair o estado desse papel. Além disso, durante o governo Bolsonaro registram-se cortes orçamentários para a pasta da educação e o estabelecimento de uma rejeição nos meios de comunicação, principalmente nas redes sociais, degradando a imagem das universidades públicas brasileiras. Pesquisas recentes sobre essa gestão já trazem alguns indicativos que fortalecem esse argumento. Ainda para os autores, as universidades são afirmadas enquanto instrumentos para desperdício do dinheiro público e tem prevalência a “caracterização dos servidores públicos como “parasitas; de algumas universidades como doutrinadoras, sendo locais de “balbúrdia”, e que produzem drogas sintéticas e maconha e são locais de consumo de drogas” (p 562).

Além desse discurso desvalorizador do importante espaço acadêmico, importa ressaltar que ocorre durante este governo a Pandemia de COVID-19, afetando significativamente as diversas estruturas sociais, políticas e econômicas do Brasil e do mundo, repercutindo também sobre a educação, gerando a necessidade de ensino remoto, devido à medidas de isolamento social como prevenção à proliferação do vírus.

Apesar de ainda recente, estudos apontam que os órgãos vinculados à educação obtiveram um desempenho ruim durante este período, explicitando a fragilidade da infra estrutura dos municípios para dar suporte o ensino a distância, “não contaram nem com a inexistência de condições e equipamentos mínimos, nem com o desinteresse dos estudantes em relação às atividades remotas desenvolvidas continuamente” (Garnica, 2022, p 28).

Portanto, a história da educação superior no Brasil apresenta particularidades na história educacional, mas que apresentam semelhanças no âmbito internacional, com expressiva tendência à privatização, incorporando as orientações neoliberais, com os ganhos e perdas ocasionados por este modelo econômico.

Importa-nos, assim, refletir acerca da educação e, conseqüentemente da sociedade almejada, tendo em vista as mudanças propiciadas pela dinâmica social contemporânea. Não se pode perder de vista a importância de uma sociedade que crie oportunidades para o desenvolvimento dos sujeitos participantes desta, mas também de todo o conjunto social.

### **2.3 A política de cotas raciais no ensino superior no Brasil: reafirmando direitos.**

Denota importância, ao adentrar os estudos acerca das ações afirmativas no ensino superior no Brasil, buscar compreender aspectos importantes do seu processo e desenvolvimento, destacando as principais características e dificuldades apresentadas nesse percurso. Através da problematização desses aspectos, busca-se compreender o sistema de ensino atual e a necessidade de ações afirmativas.

O sistema de reserva de vagas para negros, pardos e indígenas ou Política de cotas configura-se como uma iniciativa estatal que vem sendo ampliada nas últimas décadas em diversos países e tem sido orientada por normativas, motivadas por direcionamentos teóricos e/ou políticos. Para uma compreensão mais ampliada do histórico de tais ações no Brasil, importa analisar o processo de criação desta política, destacando as principais influências sócio-históricas nacionais e internacionais.

Assim, de acordo com Sales (2008), a Declaração de Viena e as diversas conferências mundiais contra o racismo têm sido marcos históricos significativos neste movimento de busca por igualdade, fomentando o debate acerca da ampliação das ações afirmativas de igualdade racial. A Declaração e Programação de Ação de Viena ocorreu durante a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos das Nações Unidas em 1993, em Viena,

Áustria. Nestas foram deliberadas recomendações internacionais no tocante à Igualdade, dignidade, tolerância, racismo, discriminação racial, xenofobia e outras formas de intolerância.

Nesse sentido, o Eixo B da Recomendação 19 “(...) considera que a eliminação do racismo e da discriminação racial, particularmente nas suas formas institucionalizadas tais como o *apartheid*, ou resultantes de doutrinas de superioridade ou exclusividade racial, ou formas e manifestações contemporâneas de racismo” (ONU, 1993, p 4), é objetivo prioritário desta comunidade internacional no tocante a esta temática.

Posteriormente, em 2001 acontece em Durban, África do Sul, a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata<sup>19</sup>. Os debates e decisões ocorridas nesses dois importantes eventos mundiais influenciaram, direcionando ações afirmativas como a política de cotas raciais no Brasil. Tais ações, de acordo com o Ex-ministro do Supremo Tribunal de Justiça do Brasil, Joaquim Benedito Barbosa Gomes (2001), são “voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física” (p 6-7). O autor compreende também que estas possuem um teor educativo, pedagógico, pois ao apresentar um “caráter de exemplaridade, tem como meta também o engendramento de transformações culturais e sociais relevantes, inculcando nos atores sociais a utilidade e a necessidade da observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas mais diversas esferas do convívio humano (p 6-7).

Assim, percebe-se que os direcionamentos destas conferências impactaram na implementação de ações afirmativas no âmbito brasileiro, ainda que de forma lenta e gradual. Notadamente, a área educacional tem sofrido alterações em sua configuração em virtude destas. A exemplo disso, em 2010, no Brasil, é aprovado o Estatuto da Igualdade Racial, Lei número 12.288, que objetiva combater a discriminação e intolerância étnica. Nele estão expostos como principais objetivos legais: combater a discriminação racial ou étnico-racial, promover a igualdade racial, nos campos político, econômico, social, cultural e outros da vida pública ou privada combater as assimetrias de gênero/sexo e raça, dando condições de inclusão às mulheres negras, valorizar a auto definição de cor ou raça, às pessoas que se auto declararem pretas e pardas, conforme critérios definidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

---

<sup>19</sup> Destaca-se também a importância das Conferências Mundiais de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial, ocorridas em Genebra em 1978 e 1983 respectivamente.

Esta Lei também propõe abrir caminhos para implantação de políticas públicas adotadas pelo estado com objetivo da promoção da igualdade racial e incentivar as ações afirmativas para a promoção da igualdade de oportunidades.

Ainda, no que tange a um amparo legal, as ações afirmativas encontram respaldo em sua base através da Constituição Federal do Brasil (1988). Esta normativa assegura que deve haver igualdade no acesso aos direitos sociais, entre eles a educação<sup>20</sup>. Todavia, considerando a realidade de desigualdade nacional e a disparidade na qualidade existente entre o ensino público e privado, a igualdade proposta se torna falaciosa ou de difícil execução. Para atingir uma possível igualdade nesse aspecto, é necessário considerar ações afirmativas ou compensatórias. Analisa-se, portanto, que estas têm alterado o quadro atual de oportunidades de acesso ao ensino superior no Brasil. O marco legal de alteração deste quadro data de 2012, com a inserção nacional de garantias legais para estudantes nas universidades brasileiras, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Para eles ficaram garantidos um percentual de 50% das vagas ofertadas nas instituições federais de ensino superior e técnico. Posteriormente, em 2016, esta normativa foi alterada, incluindo também as pessoas com deficiência nesta garantia:

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Lei nº 12.711, 2012).

Segundo o Ministério da Educação- MEC, através da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei das cotas, em três anos de vigência esta ultrapassou as metas do percentual de vagas, pois ocorreu uma adesão da maioria das universidades públicas brasileiras a este sistema, objeto de críticas e de defesas pela sua natureza de assegurar um direito aos candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, caracterizando assim a diferenciação e a discriminação positiva. A categoria parda poderá incluir pessoas de diferentes origens étnico raciais: Negros, brancos e indígenas, de acordo com a definição do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), podendo se declarar parda a partir da sua herança de duas ou mais raças. Nesse sentido, em torno de 54% da população brasileira

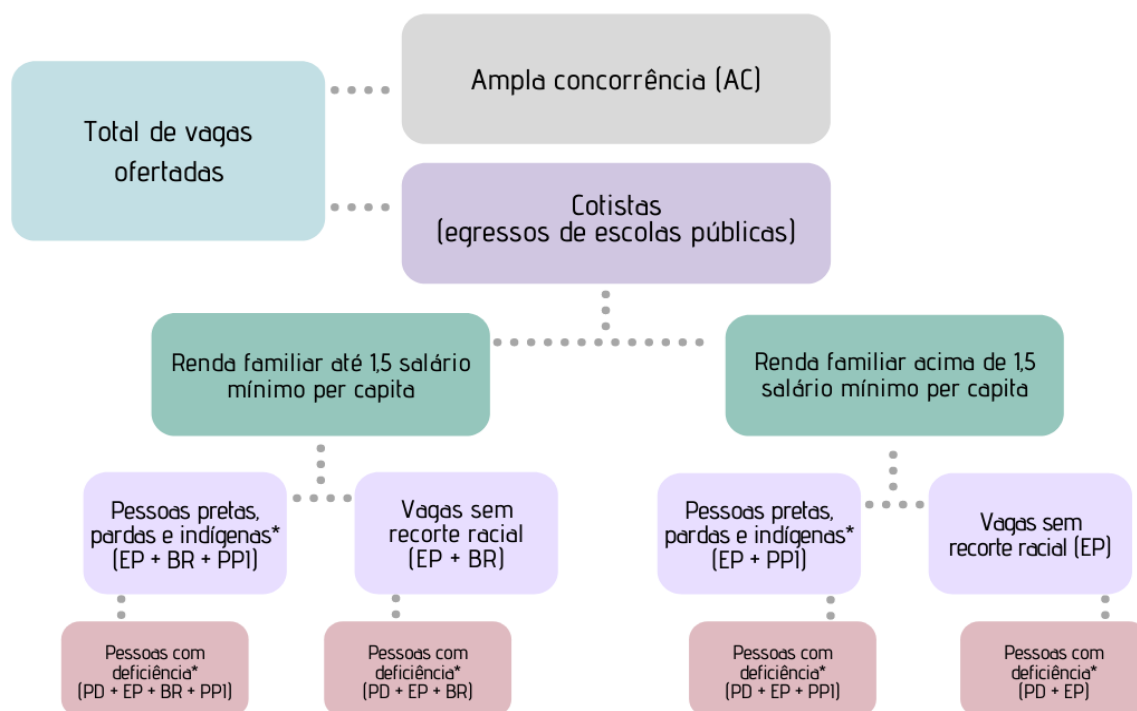
---

20 Art. 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Brasil (1988).

se denomina como parda. Todavia, utiliza-se frequentemente esse termo para denominar a mistura entre brancos e negros, principalmente para o acesso às cotas raciais.

Apresentamos, a seguir, um quadro explicativo do desenho da política de cotas para acesso ao ensino superior no Brasil:

Figura 1- O sistema de reserva de cotas raciais para negros e pardos no ensino superior no Brasil



Fonte: Freitas *et al* (2021).

A figura acima descreve a distribuição do total das vagas nas universidades federais, conforme a legislação em vigor, sendo direcionada a reserva de vagas para o critério inicial de origem do candidato da escola pública e a renda, estabelecida em até 1,5 salário mínimo (brasileiro) *per capita*. Esses critérios já direcionam a política para um público específico e vivenciador de fragilidades sociais. Todavia, apesar deste marco formal e normativo nacional das políticas de cotas raciais ter ocorrido em 2012, já muito antes, em 2003 a Universidade de Brasília (UNB) começa, por conta própria, a utilizar um sistema de cotas, abrindo um forte debate na sociedade brasileira, tendo em vista a justificativa da necessidade da universalização das políticas públicas e sobre a averiguação da condição racial.

Todavia, apesar do contexto desfavorável, “as universidades estaduais saíram na dianteira da implementação das cotas raciais. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a

Universidade do Estado da Bahia (UNEB) foram as pioneiras já em 2003”, nos acrescenta Freitas *et al* (2021, p 09). Conforme destacado anteriormente, as ações implementadas na Universidade de Brasília (UNB) foram foco de críticas e geraram questionamentos quanto à sua credibilidade<sup>21</sup>. Ao analisar este momento, Maio & Santos (2005) irão expressar oposição à forma de execução, destacando que

Ao lidar com uma questão sociopolítica, ou seja, procurar estabelecer um privilégio para determinado grupo com o intuito de corrigir injustiças históricas e, ao mesmo tempo, controlar os potenciais “burladores raciais”, o aparato acadêmico-burocrático da UnB, em aliança com o movimento negro, buscou mobilizar parâmetros supostamente objetivos. Esses critérios, afeitos a uma sorte de anátomo-psicologia racial, geraram uma temporada de disputas científico-políticas de amplo espectro, na medida em que os próprios critérios estabelecidos foram objeto de controvérsias. (p 184)

Compreendemos que o processo proposto de heteroidentificação buscou se isentar de fraudes ou tentativas de burlar o sistema de reserva de cotas de vagas para negros nesta universidade, todavia, ao estabelecer comissões para averiguação das informações, através da conferência de fotos, gerou um “tribunal racial”. “Transformou-se em uma espécie de “pedagogia racial”, de conversão identitária de pardos e pretos em “negros”, nos infere Maio & Santos (2005, p 193). Ao buscar denotar um caráter científico de averiguação racial, avaliando aos candidatos para poder proceder ao enquadramento no direito estabelecido das cotas, a instituição correu o risco da busca pela objetividade em campo altamente subjetivo. Com isso, a ação gerou desconforto e indignação, promovendo um acirrado debate em torno do caráter discriminatório e injusto do processo seletivo e até das cotas raciais de forma generalizada. Assim,

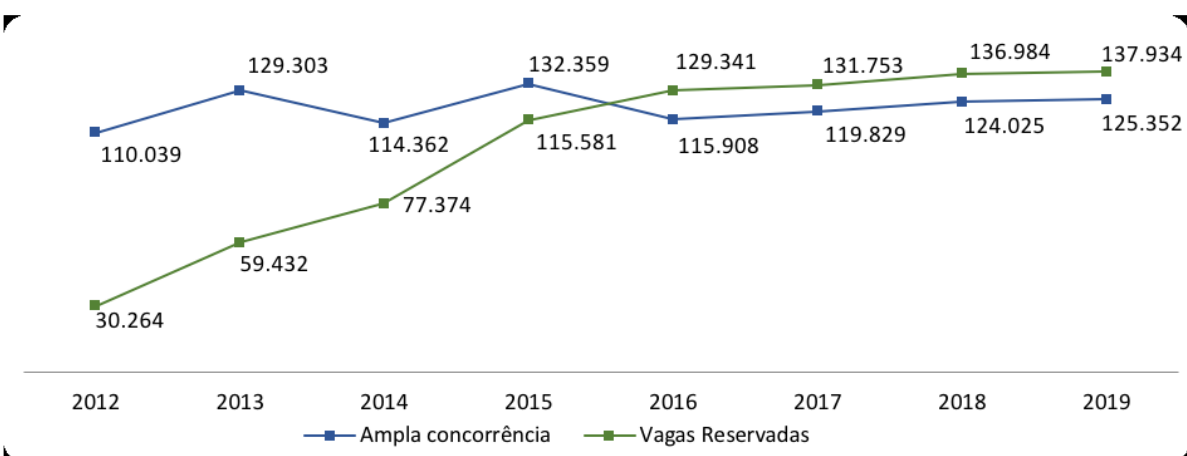
A estratégia de estabelecer a comissão, bem como a tarefa que lhe foi incumbida, atraiu um volume considerável de críticas, como já assinalado. Além do questionamento do porquê não se ater à autodeclaração, argumentou-se que os procedimentos apresentavam similaridades com práticas pretéritas e cientificamente superadas. Por um lado, a comissão buscou se legitimar através da aplicação de critérios supostamente objetivos e científicos; por outro, na visão dos críticos, apoiou-se em uma cientificidade anacrônica e alheia aos preceitos da ciência contemporânea. (Maio & Santos, 2005, p 202)

Entretanto, apesar dos conflitos gerados pela iniciativa e sua forma de aplicação da seleção para os beneficiados, a UNB tornou-se referência para a promoção da igualdade racial no ensino superior, impactando positivamente na realidade brasileira, mudando os números de representação social no ambiente acadêmico, conforme explicitado no quadro abaixo.

---

21 Vêr Supremo Tribunal Federal. STF (2012). Arguição De Descumprimento De Preceito Fundamental 186.

Gráfico 4- Vagas reservadas X ampla concorrência nas universidades federais- 2012 a 2019



Fonte: Freitas *et al* (2021, p 16)

A partir das informações apresentadas acima, identificamos um crescimento significativo na oferta de vagas no ensino superior com reservas. Um salto expressivo de um pouco mais de 30 mil para 137 mil vagas reservadas nas universidades federais, entre os anos de 2012 e 2019. Após as ações propostas nas normativas e a sua devida implementação, os dados da inclusão de negros no ensino superior foram parcialmente alterados e são, a princípio, animadores, justificando, assim, a permanência dessas ações.

Registra-se, ainda, que em 2011 o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) informou 11% de negros matriculados na graduação. Já em 2016, foram registrados 30% no que se refere a participação de negros no ensino superior. Esta ampliação também reflete uma alteração positiva na configuração do ensino da sociedade brasileira atual.

Assim, a política de cotas avança nos anos posteriores, considerando também a influência internacional dada pelo norteamento das diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU), da qual o Brasil é signatário<sup>22</sup>, com a finalidade de orientar iniciativas para uma sociedade que possa ser desenvolvida utilizando mecanismos humanitários e sustentáveis.

Destaca-se também a conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, ocorrida no Rio de Janeiro em 2012, na qual foram traçados 17 Objetivos (ODS) para atingir tal desenvolvimento. Um dos principais, o ODS de número dez (10) orienta para a necessidade da redução das Desigualdades, isto é, reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.

22 O Estado Brasileiro é signatário da Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, aprovada pela Resolução 2106-A da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 21 de dezembro de 1965, que tem como diretrizes o combate à discriminação racial, em todas as suas formas e manifestações, e a promoção da efetiva igualdade de todas as pessoas

Avalia-se que as ações afirmativas são fundamentais para atingirmos esse objetivo e ainda contribuir para o alcance da ODS número quatro (O4) que sinaliza para a busca pela Educação de qualidade, isto é, assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Por fim, ressaltamos a orientação presente na ODS dezesseis (16) que acentua a realização de ações que contribuam para a Paz, justiça e instituições eficazes, ou seja, promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Além disso, a promoção de uma cultura de paz é um dos imperativos para reconhecer a formação de sociedades justas, equitativas e democráticas, visto que uma sociedade igualitária gera harmonia e tolerância contribuindo assim para um mundo livre do racismo e da discriminação racial, refletindo dessa forma na diminuição dos índices de violência. Destaca-se que no Brasil os índices maiores de morte na juventude, de ocupação das penitenciárias e das periferias estão representados pela população negra. Os dados do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) confirmam este entendimento e indicam:

Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros (definidos aqui como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE, utilizada também pelo SIM), sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública (IPEA, 2019, p 221).

Percebe-se, portanto, que os dados da violência no Brasil e os outros elementos sócio-históricos elencados anteriormente fortalecem a necessidade de análise da implementação e dos reflexos diretos e indiretos destas ações afirmativas, como o enfrentamento do racismo e desigualdade social, e promoção do acesso à educação de qualidade e de forma equitativa, buscando compreender as mudanças advindas para a realidade micro e macrossocial no que tange ao processo de construção identitária.



## Capítulo 3 – Percurso metodológico

### 3.1 Estratégias metodológicas

O estudo em tela propôs analisar a política de cotas raciais, no ensino superior, para a população negra no Brasil e a influência desta no processo de construção identitária de estudantes cotistas.

Considerando ser esta construção repleta de subjetividades, optamos pelo viés qualitativo, como método de análise da realidade social, com maior probabilidade de dar conta dos elementos subjetivos presentes nas vivências dos sujeitos envolvidos no fenômeno estudado. Para Minayo (1994), esse modelo de pesquisa “trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis” (p 21). Se fez necessário uma valorização objetiva para que esse estudo tivesse sentido de verdade.

Assim, foi elaborado um quadro teórico para fundamentação dos dados empíricos, das subjetividades e realizar as devidas inferências. No sentido inverso, obtivemos dados empíricos acerca da realidade estudada para fundamentar as teorias. Acerca dessa perspectiva de análise, ressaltamos o autor Thiollent (1987) ao afirmar que “A objetividade é relativa, na medida em que o conhecimento social sempre consiste em aproximações sucessivas relacionadas com perspectivas de manutenção ou de transformação” (p 28), e compreendemos as limitações do conhecimento construído.

Ainda, enquanto norteamento metodológico, os estudos Weberianos indicam caminhos válidos para a apreensão do objeto de estudo. Para Weber (2001), esse procedimento de busca a objetividade científica, mesmo tendo como objeto de estudo o comportamento humano, se justifica. Nesse sentido, para alcançar tal objetividade, o autor ressalta que as análises produzidas deverão estar afastadas dos juízos de valor do pesquisador. Entretanto, entende que suas motivações têm origens subjetivas, sendo, portanto, impossibilitadas de uma neutralidade absoluta.

Entendemos que “Essa crítica deve ter um caráter dialético, isto significa que só pode consistir numa avaliação lógico-formal do material que se apresenta nos juízos de valor e nas ideias historicamente dadas, e num exame dos ideais, no que diz respeito ao postulado da ausência de uma contradição interna do desejado” (Weber, 2001, p 110). Enquanto

mecanismo de controle, o autor orienta que “a consideração científica pode ser submetida, incondicionalmente, a questão de que se determinados meios são apropriados para alcançar os objetivos pretendidos” (Weber, 2001, p 109).

Nesse sentido, buscando a objetividade na investigação, foi realizada uma ordenação conceitual da realidade empírica, com base nas teorias sociológicas levantadas e nos indicadores acerca da problemática estudada. Além disso, para compreender os significados das questões que perpassam o processo de construção social coletiva e individual das identidades dos sujeitos da nossa pesquisa se fez necessário analisar os significados de suas falas e as possíveis condicionalidades, “do universo dos significados”, à luz das citadas teorias.

Ainda, para Seltiz (1965, p 233) apud Marconi e Lakatos (2003, p 191), se faz necessário que a pesquisa atenda a algumas exigências para tornar-se científica:

- a) Convém a um formulado plano de pesquisa;
- b) É planejada sistematicamente;
- c) É registrada metodicamente e está relacionada a proposições mais gerais, em vez de ser apresentada como uma série de curiosidades interessantes;
- d) Está sujeita a verificações e controles sobre validade e segurança.

Almejando alcançar esse pleito, a pesquisadora esteve aberta aos processos de leitura das circunstâncias sociais, refletindo acerca das citadas subjetividades. As situações cotidianas apresentadas pelos sujeitos envolvidos na pesquisa, apesar de serem percepções individuais, são consideradas como uma representação social da realidade macro social. Esta postura encontra respaldo nas indicações de Bourdieu (1996) ao afirmar que “não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como caso particular do possível” (p 15).

Portanto, para compreender a Política de cotas raciais no ensino superior para a população negra no Brasil e a influência desta no processo de construção identitária de estudantes foram elaborados reflexões e conceitos que podem ter caráter universais.

Ainda, no intuito de objetivar o estudo em tela, sem, no entanto, ressaltar unicamente as subjetividades, realizou-se um levantamento de dados quantitativos acerca deste fenômeno, buscando um maior aprofundamento analítico. Sobre isso, Minayo (1994) e Flick (2013) afirmam que uma análise da realidade social poderá conter dados qualitativos e quantitativos e que estes não se opõem, podendo ser utilizados numa mesma pesquisa, objetivando-se

trazer mais elementos acerca dos fenômenos sociais. Utilizamos tais dados objetivando uma maior apreensão da realidade, elaborando reflexões mais aprofundadas acerca desta, mesmo que, corroborando ainda com a perspectiva de Minayo (1994), a própria realidade social é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela.

### **3.2 Seleção do público-alvo e *Lócus* da pesquisa**

Para a análise proposta, escolheu-se como público-alvo os estudantes cotistas negros, com vínculo ativo na universidade. Este recorte foi considerado importante por apresentar a particularidade de ter adentrado a universidade através da AA implementada e, ao estar com vínculo institucional ativo no ensino de graduação ou pós-graduação, poder ser acessado através das ferramentas de divulgação institucional voltada a este público.

Nesse sentido, a princípio foram selecionados apenas os alunos do ensino ao nível de Graduação, considerando-se que esta Ação Afirmativa foi implementada há um tempo maior neste nível de ensino, se comparado aos outros níveis. Todavia, em virtude de ter ocorrido uma demanda dos alunos de Pós-Graduação, durante a execução da pesquisa, por participar dos Grupos Focais, e pela similaridade no perfil deste alunado, esse recorte foi expandido para os níveis de mestrado e doutorado da citada instituição.

Entre os alunos negros participantes dos GF, também surgiu a demanda de participação de ingressantes na instituição de ensino superior através de outros tipos de cotas não raciais, tais como as direcionadas às pessoas com deficiência e aos professores da rede de ensino pública (Estadual ou Municipal).

Considerando que estes solicitantes atingiram o critério de ser uma pessoa negra, declarado institucionalmente, estudante da UFRN e cotista, embora que abrangido por outro tipo de reserva de vaga, optamos pela inserção destes nos Grupos Focais, compreendendo que seria um número pequeno e que estes poderiam contribuir na elucidação dos questionamentos propostos, principalmente no que tangencia à identidade e à opinião acerca da política de cotas raciais.

Não foi realizado para a inserção nos GF um recorte de gênero, pois buscamos incluir homens, mulheres e pessoas que se posicionam como não declarados ou não binários. Essa escolha se deve ao fato analisarmos que existe uma vivência da condição de negritude de forma diferenciada de acordo com o sexo e/ou gênero e ocorre a necessidade da percepção

acerca dessas vivências, imprimindo, assim, diversos olhares, a partir de uma perspectiva de interseccionalidade<sup>23</sup>.

Ainda, para outros indicadores sociais tais como o indicador de renda, percebe-se que a própria AA estabelece critérios de inclusão, como ser originário de escolas públicas, realizando previamente um recorte no perfil voltado às pessoas negras em situação de maior vulnerabilidade social.

Na seleção do *locus* da pesquisa, escolhemos a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN-Brasil), local onde a pesquisadora atua profissionalmente, na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas- PROGESP, implementando ações de capacitação, avaliação e integração entre os servidores, gestores, docentes e discentes.

Ainda, registro a sua atuação como membro da Comissão de heteroidentificação, nos concursos realizados por esta universidade, no período compreendido entre dezembro de 2018 a janeiro de 2020, sendo esta geradora de questionamentos acerca da influência da política de cotas raciais nas identidades dos estudantes negros cotistas que acessam através desta ação afirmativa. No momento da averiguação dos fenótipos, o incômodo percebido nos candidatos mobilizou a necessidade da apreensão acurada desta percepção, objetivando a promoção de melhorias na implementação da política em tela.

Dessa forma, considerando-se esta atuação na Instituição estudada e a sua condição étnica, comum aos participantes da pesquisa, a estudiosa da temática buscou estar atenta, durante toda a trajetória, a uma observação criteriosa. Embora o próprio Weber (2001) afirme que não se pode excluir completamente os juízos de valor em uma investigação, deve-se avaliá-los criticamente.

Consideramos a necessidade de uma análise cuidadosa dos conceitos e dos dados apresentados para que os fatores citados anteriormente não possam influenciá-la. Todavia,

---

23 “Em outro artigo (Crenshaw, 1991), a autora avança na elaboração da ideia de interseccionalidade e propõe três dimensões fundamentais do conceito, que embora indissociáveis na prática, podem ser diferenciadas para dar conta de distintas esferas de conhecimento e arenas de disputa em que o conceito incide. Assim, sugere a existência de uma interseccionalidade estrutural, uma política e outra representacional” (Medeiros, 2019, p 82). “Ao tratar do primeiro conceito, a autora põe ênfase na localização social de mulheres negras, precisamente na interseção entre categorias de gênero e raça, o que torna a sua experiência de vítimas de violência – tema específico da autora no texto – distinta daquela sofrida por mulheres não negras. Quando trata de interseccionalidade política, Crenshaw busca identificar de que forma as interseções entre os discursos e as práticas do movimento feminista e do movimento negro, paradoxalmente, contribuem para marginalizar a violência sofrida por mulheres de cor.<sup>4</sup> Por fim, a interseccionalidade representacional refere-se à construção cultural das mulheres de cor na cultura popular, ou à forma como as representações culturais da mulher negra contribuem para aumentar a invisibilidade interseccional da violência sofrida por essas mulheres” (Medeiros, 2019, p 82).

ser parte de uma problemática ou sujeito implicado pelo problema pode estimular a fala, através da autoidentificação com as vivências que lhe atravessam, buscando também compreendê-la.

Além disso, a escolha por este *locus* da pesquisa se dá em virtude de que esta universidade se caracteriza por ser uma instituição de ensino superior do Brasil situada no Nordeste, região com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs) nacionais, com semelhança percentual no índice vulnerabilidade social encontrado na população de negros do Brasil. Além disso, essa instituição de ensino superior está entre as que tem implementado o sistema de cotas raciais, gradativamente, a partir de 2013, caracterizando-se como uma adesão promissora.

A proposta de investigação em tela foi apresentada à Instituição, tendo sido bem acolhida, nos fornecendo o suporte necessário à realização através da viabilização do acesso aos alunos cotistas, aos membros da Comissão de Heteroidentificação, aos dados do Sistema Cadastro Único e à liberação dos espaços físicos necessários à realização dos encontros dos participantes dos Grupos Focais. Estes elementos foram fundamentais para que lográssemos êxito em nossa jornada investigativa.

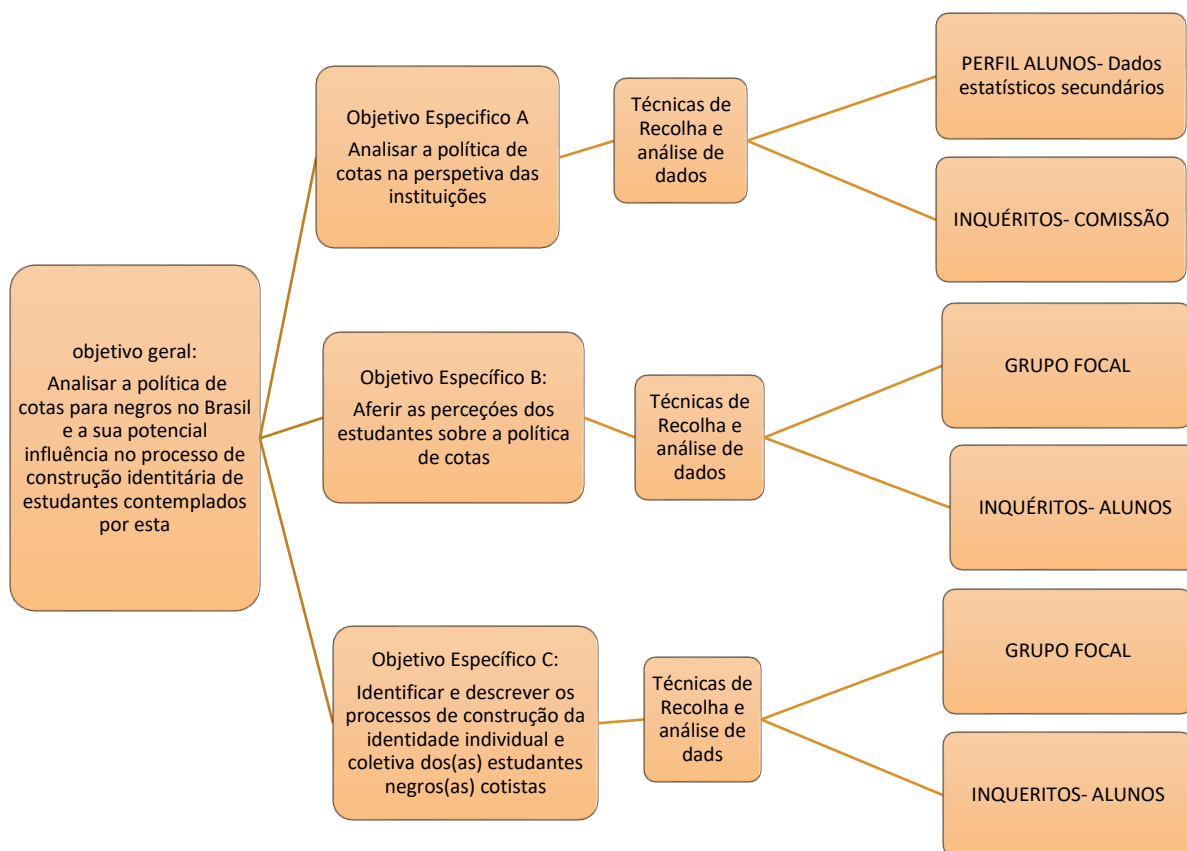
Acrescenta-se que a pesquisa aqui apresentada se situa no contexto desafiador da Pandemia de COVID-19, estabelecendo limites para a realização da pesquisa de campo. As atividades presenciais do calendário acadêmico da Instituição foram retomadas apenas em março de 2022, ainda assim, restringindo o contato social, dificultando, dessa forma, que procedêssemos a um estudo etnográfico, conforme planejado inicialmente.

Uma Etnografia necessita uma vivência prolongada e intensificada no ambiente a ser analisado para possibilitar a compreensão do “contexto que enquadra o encontro entre investigador e interlocutor (...)” (Salgado, 2015, p 28), procedimento impraticável no contexto descrito.

### **3.3 Técnicas de recolha, tratamento e análise de dados- Fundamentação empírica**

Descrevemos abaixo um organograma metodológico da nossa pesquisa, com os objetivos e técnicas de recolha e análise dos dados utilizados, para trazer mais clareza à presente explanação, apresentando, posteriormente os instrumentos selecionados.

Figura 2- Técnica de Recolha e Análise de Dados



Fonte: Elaborado pela autora.

### 3.3.1 Perfil dos alunos cotistas da UFRN

Para compreender a realidade micro e macrosocial na qual o fenómeno estudado ocorre e os sujeitos estão inseridos, elaboramos um perfil socioeconómico do público estudado, como forma de enriquecer a análise desta realidade. Para tal utilizamos os resultados obtidos nos inquéritos aplicados anteriormente pela instituição, caracterizando-se como dados secundários, no momento da candidatura dos alunos. Estes dados foram disponibilizados pela instituição, à investigação em curso, devidamente autorizados pelo setor responsável pelo ensino de graduação na UFRN (PROGRAD) e pela Superintendência de Informática (SINFO).

Para traçar este perfil dos beneficiados pelas cotas raciais na UFRN, foram elaborados gráficos e tabelas, devidamente analisados e apresentados no capítulo 3 deste estudo. Além disso, foram adicionados outros indicadores sociais, agregando valor quantitativo à proposta.

### 3.3.2 Inquéritos por questionário

Entre as técnicas de recolha de dados utilizadas nesse estudo, os questionários representaram um elemento importante que permitia atender ao critério de distanciamento social estabelecido pelo contexto de pandemia. Marconi e Lakatos (2003) definem o questionário de aplicação direta como sendo um instrumento constituído por uma série ordenada de perguntas, respondidas sem a presença da pesquisadora.

Ainda para os autores, este tipo de questionário é um instrumento que possibilita vantagens como a economia de tempo e obtenção de um número maior de respostas, rápidas e precisas. Por outro lado, ocorre a impossibilidade de ajudar os respondentes no entendimento das questões (Lakatos e Marconi, 2003)

Situamos esta aplicação junto a dois grupos específicos:

- a) Estudantes cotistas negros matriculados na instituição
- b) Membros da Comissão de Heteroidentificação

Esta configuração intentou alcançar os objetivos específicos explicitados no quadro metodológico anterior e será detalhada nos capítulos correspondentes.

#### 3.3.2.1 Inquérito por questionário à Comissão de Heteroidentificação

No intuito de compreender este olhar institucional acerca da AA na UFRN, foi aplicado um questionário semiestruturado junto aos membros da comissão de heteroidentificação, responsável pela aferição da condição racial para o acesso à reserva de vagas na instituição, no período de novembro de 2022 a fevereiro de 2023.

A adesão ao inquérito foi considerada satisfatória, pois obteve resposta da metade aproximada dos 71 (setenta e um) membros designados para compor a comissão de averiguação da UFRN para o processo seletivo de 2023. A estes participantes foram assegurados o sigilo e a confidencialidade dos dados fornecidos (consentimento informado), trazendo imensa contribuição a nossa pesquisa. O questionário foi composto por 12

perguntas acerca do entendimento destes sobre a sua atuação, compreendendo aspectos como a formação necessária para o processo de averiguação, os entraves e apoios estruturais, além dos dados gerais como cargo, tempo de participação e idade, para desenhar um perfil dos participantes.

Quadro 1- Dimensões analisadas no Inquérito por questionário à Comissão de Heteroidentificação

<b>Objetivo específico</b>	<b>Dimensões</b>
Analisar a política de cotas na perspectiva das instituições	<p>*Apreensão do processo institucional de criação da Comissão de Heteroidentificação;</p> <p>*Avaliação da formação fornecida aos membros da Comissão;</p> <p>*Análise dos critérios utilizados para eleger os membros da Comissão;</p> <p>*Percepção da comunidade acadêmica da UFRN da implantação da comissão (O olhar dos membros);</p> <p>*Análise das principais dificuldades encontradas pela comissão: Recursos necessários e autonomia para atuação;</p> <p>*percepção do atendimento à demanda da UFRN acerca das cotas raciais;</p>

Fonte: Elaboração da autora

No intuito de preservar as identidades dos participantes, estabelecemos as legendas abaixo especificadas para caracterização das falas, de acordo com a declaração apresentada nos inquéritos:

Quadro 2- Composição da Comissão de Heteroidentificação - Legendas

<b>Cargo</b>	<b>Idade</b>	<b>Sexo/Gênero</b>	<b>Raça Declarada</b>
DOCENTE ( <b>DOC</b> );  TÉCNICO ADMINISTRATIVO ( <b>TA</b> );  DISCENTE ( <b>DISC</b> )	X A	FEMININO ( <b>F</b> )  MASCULINO ( <b>M</b> )  NÃO BINÁRIO ( <b>NB</b> )	BRANCA ( <b>BR</b> )  PRETA ( <b>PT</b> )  PARDA ( <b>PD</b> )  INDÍGENA ( <b>IND</b> )

Fonte: Elaborado pela autora

Além da aplicação do questionário, a investigadora participou como observadora em uma das reuniões de trabalho (virtual) com os membros da Comissão de heteroidentificação, no dia 23 de fevereiro de 2023, objetivando compreender o olhar institucional acerca da política de cotas raciais. Neste momento, estiveram presentes 29 membros, entre docentes, técnicos

administrativos e discentes, deliberando acerca das atividades de aferição para a reserva de vagas para o Edital de entrada para os cursos de graduação desta universidade, vigente para o ano de 2023, entre outros assuntos que tangenciam a atuação da Comissão. Este momento também contribuiu para compreender a execução das normativas institucionais, bem como as possíveis dificuldades encontradas para operacionalizá-las. Além disso, foi significativo para levantar novos elementos em torno da problemática estudada.

### 3.3.2.2 Inquérito por questionário aos alunos cotistas

No sentido de aprofundar os conhecimentos acerca do nosso objeto de análise, também foram aplicados inquéritos junto aos estudantes da pós graduação e graduação, com vínculo ativo na UFRN, no período compreendido entre julho e agosto de 2023. Esta aplicação resultou da necessidade de obter validação dos resultados dos Grupos Focais, considerando a reduzida participação dos estudantes nestes.

Procurando manter uma linha de continuidade com a metodologia escolhida, optou-se por construir um instrumento composto por questões abertas, considerando-se a necessidade de identificar e analisar os processos de construção da identidade individual e coletiva dos estudantes negros cotistas.

Nesse sentido, as perguntas abertas possibilitam “investigações mais profundas e precisas; entretanto, apresenta alguns inconvenientes: dificulta a resposta ao próprio informante que terá de redigi-la, o processo de tabulação, o tratamento estatístico e a interpretação. A análise é difícil, complexa, cansativa e demorada” (Marconi e Lakatos, 200, p 204), mas possibilitadora de aproximações das subjetividades não perceptíveis aos dados puros quantificáveis, trazendo maior profundidade à proposta investigativa.

Ao acrescentarmos este instrumento de coleta de dados, pretendeu-se ampliar a investigação de viés qualitativo, através de uma triangulação (Flick, 2013), mobilizando formas distintas de obtenção das informações acerca da problemática investigada ou de análise. Acredita-se que tal procedimento agrega valor ao estudo, promovendo “o diálogo entre as abordagens qualitativas e quantitativas e aponta para a compreensão dos fenômenos estudados através de diferentes prismas” (Gomes & Dias, 2020).

Para resguardar o sigilo dos participantes, optamos por atribuir nomes fictícios as falas obtidas nos questionários, tomando por referências nomes destacados no movimento negro internacional e outras importantes representações no cenário brasileiro.

### 3.3.3 Grupos Focais com alunos cotistas negros

A técnica principal de coleta de dados escolhida para esta pesquisa foi a de Grupo Focal (*Focus Group*), pois possibilita interações entre os participantes, através dos diálogos e discussões promovidas (Barbour, 1999). O uso dessa técnica teve por finalidade coletar, registrar e interpretar os dados da realidade enunciada, proporcionando uma análise aprofundada do fenômeno social, objetivando compreender as práticas cotidianas, comportamentos, representações, percepções de pessoas participantes de um grupo comum (Gatti, 2005). Essa técnica ocorre através dos depoimentos pessoais e se caracterizam como "um relato da experiência individual que revele as ações do indivíduo como agente humano e como um participante da vida social" (Kosminsky, 1986, 32).

Nesse sentido, a técnica do Grupo Focal mobiliza depoimentos pessoais, ajudando a obter distintas opiniões acerca de um mesmo assunto, através de olhares diversos e múltiplas experiências relatadas, possibilitando trocas importantes<sup>24</sup>. A autora Bernadeti Gatti (2005) nos acrescenta a seguinte explicação acerca das vantagens para realização dos Grupos Focais:

O trabalho com grupo focal pode trazer bons esclarecimentos em relação as situações complexas, polêmicas, contraditórias, ou a questões difíceis de serem abordadas em função de autoritarismos, preconceitos, rejeição ou sentimentos de angustia, ou medo de retaliações; ajuda a ir além de respostas simplistas ou simplificadas, além das racializações tipificantes ou esquemas explicativos superficiais. O grupo tem uma sinergia própria, que faz emergir ideias diferentes das opiniões particulares. Há uma reelaboração de questões que é própria do trabalho particular do grupo mediante as trocas, os reassesuramentos mútuos, os consensos, os dissensos, e que trazem luz sobre os aspectos não detectáveis ou não reveláveis em outras condições (p 15)

Realizamos, assim, 8 encontros grupais, no período de junho a dezembro de 2022, nos formatos presenciais e a distância, através das plataformas digitais *Google Meets* e *Zoom*. Para identificar, descrever e analisar os processos de construção da identidade individual e coletiva dos estudantes negros cotistas, inicialmente, nos 3 (três) primeiros encontros, utilizamos uma abordagem com um encontro prévio para debater os objetivos do GF, todavia, este modelo tornou-se inviável pois demandava mais tempo realizar um momento apenas

---

24 Os grupos focais realmente se destacam quando o tópico da pesquisa se relaciona com o grupo, processos, como estabelecer normas de grupo, desenvolver uma declaração de consenso, resolver diferenças de opinião, ou interrogar novos desenvolvimentos, procedimentos ou conselhos dispensados. Como não exigem que os participantes individuais falem longamente sobre o tópico envolvido, os grupos focais são extremamente úteis para obter respostas a questões que podem não ser de primordial importância para os entrevistados. A situação do grupo permite que eles recuem de seus comportamentos e suposições tidos como certos e oferece espaço para "problematizar" conceitos e ideias aos quais anteriormente poderiam ter prestado pouca atenção. (Barbour, 2010, p 10)

para tal finalidade. Além de gerar a possibilidade de os participantes apresentarem respostas pré-elaboradas.

Estes momentos iniciais foram devidamente descartados. Promovemos, assim, este debate prévio, no mesmo momento da realização do Grupo Focal, tendo em vista também a pouca disponibilidade de tempo dos membros dos grupos. Nesse sentido, a experiência adquirida no ambiente institucional e a abertura gradativa propiciada junto aos participantes nos possibilitou realizar abordagens diversificadas no intuito de alcançar êxito em nossa investigação. Tais ações, todavia, demandaram uma dedicação significativa, presencialmente e virtualmente, para a apreensão desta realidade.

Importa narrar aqui a tentativa do primeiro encontro presencial, para o qual 36 integrantes haviam demonstrado interesse em participar da discussão e nós resolvemos manter uma adesão espontânea, sem confirmação posterior. Esta demonstrou ser uma estratégia falha por não viabilizar o comparecimento de nenhum dos inscritos. Resolvemos, diante disso, mudá-la, realizando um contato mais aproximado com os interessados, convidando-os a participar inicialmente de grupos no *WhatsApp*, para esclarecimentos e explicação dos objetivos do estudo.

Obtivemos, assim, uma adesão mais efetiva dos participantes. Identificamos que a disponibilidade de tempo dos alunos e a conciliação de horários disponíveis estavam entre os principais obstáculos relatados para a adesão, mobilizando uma dedicação da pesquisadora em turnos diferenciados - Manhã, Tarde e Noite- para realização dos GF. Diante destas dificuldades, optamos por manter a técnica, todavia, adotando estratégias de realização de encontros online, entendendo-se que estas podem ser desenvolvidos para suprir algumas dificuldades de deslocamento<sup>25</sup> (Smithson, 2007).

Para a composição dos grupos, seguimos a orientação de Gatti (2005) na qual afirma que para “abordar questões com maior profundidade, pela interação grupal, cada grupo focal não pode ser grande, mas também não pode ser preferencialmente entre seis a 12 pessoas” (p 22). Ainda sobre a quantidade de grupos a serem realizados, a autora nos afirma que deve-se levar em consideração as semelhanças ou diferenças entre uma determinada população estudada,

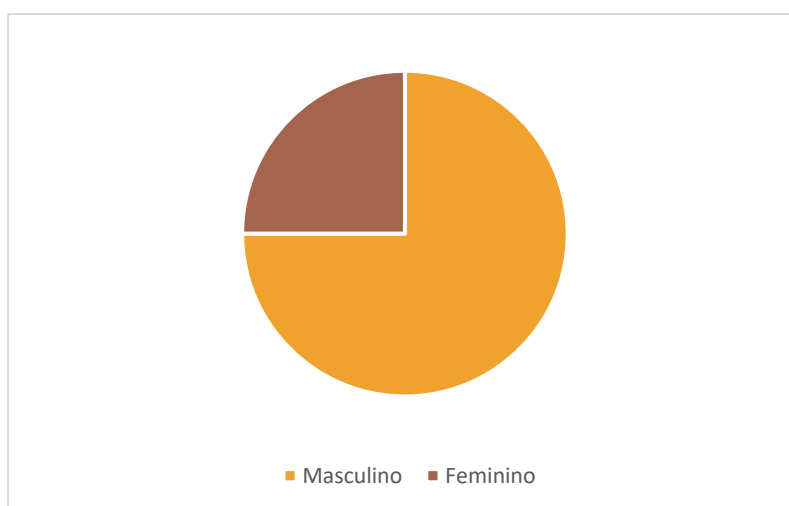
---

25 Tradução livre de: From a practical perspective, the feasibility of arranging focus groups needs to be considered. For example, if interviewing people who are geographically distant, or who have very little time, or who will be interviewed in a second language, then focus groups may prove impossible (though telephone and online focus group methods are being developed (Smithson, J., 2007, p 357)

para a qual “o número de grupos dependerá também do número de membros da equipe envolvida no trabalho, ou ainda das possibilidades do apoio financeiro recebido (p 22).

Destarte, os alunos participantes, os cotistas, apresentam uma significativa homogeneidade quanto aos critérios de forma de acesso, inserção em uma universidade pública e, ressalvadas as devidas particularidades, idade, região de moradia e renda, também apresentam similaridades, como já pudemos perceber nos inquéritos coletados na candidatura à reserva de vaga na UFRN. Nesse sentido, Gatti (2005) ressalta serem estes elementos fundamentais que beneficiam “para que apareçam opiniões diferentes ou divergentes. Por homogeneidade, entende-se aqui alguma característica comum aos participantes que interesse ao estudo do problema” (Gatti, 2005, p 16). Apesar disso, registramos uma predominância da participação do sexo/gênero masculino, entre os 16 (dezesseis) participantes, conforme percebemos no gráfico abaixo:

Gráfico 5- Sexo declarado dos alunos cotistas (Grupo Focal)



Fonte: Elaborado pela autora

A partir da percepção de uma participação significativamente menor de mulheres nos foi fomentada a necessidade de empregar outros instrumentos de coleta de dados como os inquéritos com questões abertas, tendo suprido, assim, tal necessidade. Além disso, buscamos discutir a questão étnica a partir da perspectiva da interseccionalidade, buscando enfocar de forma transversal as diversas questões que norteiam a problemática.

Dessa forma, apesar dos limites impostos pela realidade objetiva de pandemia de COVID-19, realizamos as discussões nos Grupos Focais com poucos participantes, mas obtendo material empírico rico, criando espaços de falas sobre as experiências e subjetividades como negros e

negras, beneficiados e/ou discriminados através de uma reserva de vagas étnico racial, possibilitando diálogos e interações.

Sobre isso, tivemos em mente facilitar e mediar as interlocuções, conforme nos orienta Gatti (2005), considerando, ainda, a importância do “respeito ao princípio da não diretividade, e o facilitador ou moderador da discussão deve cuidar para que o grupo desenvolva a comunicação sem ingerências indevidas da parte dele” (p 08). Contudo, ressalta ser necessário conduzir e estimular o debate grupal.

Inicialmente, foi elaborado e distribuído através das mídias sociais (Instagram e E-mail) os convites<sup>26</sup> para participação no GF e um formulário com solicitação de dados para contato com os participantes e também solicitando algumas informações iniciais acerca destes tais como: idade, sexo, renda, curso e contatos de telefone e e-mail.

Seguindo, ainda, as orientações de Gatti (2005), importa motivar os participantes, de forma que “estejam sensibilizados tanto para o processo como para o tema geral a ser tratado, ou seja, a atividade no grupo focal deve ser atraente para os participantes, por isso, preservar sua liberdade de adesão é fundamental” (p 13). Através destes formulários e das informações fornecidas, foram realizados os agendamentos para os encontros. Considerou-se importante realizar tal ação para possibilitar uma relação de confiança inicial e prestar possíveis esclarecimentos acerca da pesquisa e do funcionamento dos grupos.

Os 16 participantes, dos 5 Grupos Focais realizados, apresentaram questões com convergências e também divergências acerca da temática apresentada, enriquecendo o diálogo e promovendo a identificação da influência dos diversos elementos na configuração da identidade coletiva ou individual. Os encontros duraram em média 1 (uma) hora e quase sempre ocorreram de forma dinâmica e viva, fazendo emergir falas significativas.

Em alguns momentos foi decidido pelo grupo a utilização de uma dinâmica complementar, a elaboração por parte dos participantes de autorretratos que pudessem expressar vivências marcantes em suas identidades, no momento presente ou mesmo no passado. Os desenhos coloridos foram elaborados e, posteriormente, debatidos de forma a demonstrar suas percepções. Ressalta-se que tal dinâmica trouxe momentos ricos e relatos importantes acerca de suas subjetividades, ajudando na compreensão das identidades construídas.

---

26 Os Convites elaborados estão demonstrados no capítulo 5 (Cinco) desta tese, no Subitem 5.1.

Apresentamos, a seguir, dois quadros para elencar as principais características do perfil dos participantes dos Grupos Focais realizados e também para demonstrar as dimensões analisadas nas falas e os principais indicadores demarcados na pesquisa.

Quadro 3- Caracterização geral dos participantes dos Grupos Focais

Participante/ Grupo	Sexo/Gênero:	Nível de ensino:	Cotista racial:	Formato:
	M-Masculino F-Feminino; NB-Não Binário	G-Graduação PG- Pós-graduação	S-Sim N- Não	P-Presencial OL- On-line
P1/G1	M	PG	S	OL
P2/G1	M	G	S	OL
P1/G2	M	PG	S	P
P2/G2	F	G	S	P
P3/G2	M	G	S	P
P1/G3	M	PG	S	P
P2/G3	F	G	N/DOC <sup>27</sup>	P
P3/G3	M	G	S	P
P4/G3	M	G	S	P
P5/G3	M	G	S	P
P6/G3	M	G	S	P
P7/G3	M	G	N/PCD <sup>28</sup>	P
P1/G4	M	PG	S	P
P2/G4	M	G	S	P
P1/G5	F	PG	S	OL
P2/G5	F	PG	S	OL

Fonte: Elaboração da autora

A partir dos quantitativos dos participantes expressos acima, com exceção do G3, constata-se a inexpressividade na participação dos alunos cotistas nos demais GF, devido, possivelmente, aos fatores elencados anteriormente. Entretanto, obtivemos um material importante de análise, extraído dos diálogos e interações promovidas pelos participantes e, embora não atendendo em todos os grupos uma representatividade significativa, tais interações manifestaram as percepções a partir do diálogo e do confronto de ideias. Em consonância com o entendimento de Gatti (2005) que nos diz que “a riqueza do que emerge “a quente” na interação grupal, em geral, extrapola em muito as ideias prévias, surpreende, coloca novas categorias e formas de entendimento, que dão suporte a inferências novas e proveitosas” (P 13).

Acrescenta-se, ainda, o relato das observações das dinâmicas vivenciadas nos Grupos Focais, enquanto possibilitador de um rico retrato da realidade social estudada. Esta abordagem foi

27 DOC- Reserva de vagas para Docentes de escolas públicas

28 PCD- Reserva de vagas para Pessoa com Deficiência

realizada de forma a construir interpretações dos relatos dos sujeitos da pesquisa, acerca dos comportamentos, percepções, falas, interações (Marconi e Lakatos, 2003).

Seguindo uma grelha de questões (Anexo 5), conforme os objetivos estabelecidos para a pesquisa, direcionados também pelas respostas, aceitação ou negação dos participantes, através dos contatos e diálogos estabelecidos, tendo a linguagem como instrumento principal na abordagem junto aos sujeitos envolvidos nesse processo.

Quadro 4- Dimensões analisadas nos Grupos Focais e Inquérito por questionário aos estudantes cotistas

<b>Objetivos específicos</b>	<b>Dimensões</b>
Identificar e descrever os processos de construção da identidade individual e coletiva dos(as) estudantes negros(as) cotistas	*processos de construção da identidade individual e coletiva dos(as) estudantes negros(as) cotistas.  *Se perceber negro a partir das cotas raciais;  *Percepção no âmbito familiar da negritude;  *processo de auto declaração como negro nas cotas raciais
Aferir as percepções dos estudantes sobre a políticas de cotas	*Percepção dos alunos cotistas da política de cotas raciais
Identificar e descrever os processos de construção da identidade individual e coletiva dos(as) estudantes negros(as) cotistas; analisar a política de cotas para negros no Brasil e a sua potencial influência no processo de construção identitária de estudantes contemplados por este (Objetivo Geral)	*Percepção da sua identidade após as cotas  *processos de construção da identidade individual e coletiva dos(as) estudantes negros(as) cotistas.

Fonte: Elaboração da autora

Assim, analisamos esta realidade a partir da tradução da experiência resultante com o outro, reconhecendo e identificando elementos de construção da identidade no fluxo das vivências relatadas. Através dessa aproximação, foi situada a história partilhada, percebida pelo pesquisador e devidamente registrada.

Construímos um quadro analítico do ambiente no qual a UFRN está inserida, considerando os diversos indicadores sociais, políticos, econômicos e culturais. Em seguida, procedemos aos devidos registros, relatando as experiências observadas, as vivências, devidamente autorizadas pelos participantes da pesquisa e demarcadas no diário de campo, objetivando enriquecer a análise proposta.

Dentro dos limites estabelecidos pela pandemia do COVID-19, foi realizada uma aproximação com os sujeitos da pesquisa e com a realidade institucional, pois é verdade que a pesquisadora conhece este ambiente e já neste estabelece o seu fazer profissional há quase duas décadas, promovendo um importante olhar para a temática proposta, sem desconsiderar os cuidados necessários para que não houvessem enviesamentos nas percepções.

### **3.4 Referencial de análise e interpretação dos dados**

Ao discorrer acerca das falas obtidas pelos participantes dos Grupos Focais e dos respondentes, pretendemos atender às questões norteadoras de nossa pesquisa, promovendo uma análise fundamentada teoricamente e com rigor científico dos dados obtidos<sup>29</sup>. Para Marconi e Lakatos (2003) este procedimento compreende uma tentativa de ressaltar as relações existentes entre o fenômenos estudados e outros fatores, sociais, políticos, econômicos ou culturais. Portanto, para que esta análise efetivamente ocorra, é fundamental uma interpretação das falas para “dar um significado mais ampliado às respostas. Vinculando-as a outros conhecimentos. Em geral, a interpretação significa a exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema” (Marconi e Lakatos, 2003, p 168). Ao analisar os conteúdos destas falas (Bardin, 2011), através da categorização temática<sup>30</sup>, apresentamos as percepções dos alunos cotistas de forma temática, frequencial e quantitativa e transversal.

Nesse sentido, os dados obtidos foram interpretados conforme as orientações da técnica de análise de conteúdo, utilizando o software MAXQDA para auxiliar na categorização e extração das nuvens de palavras (*Word Cloud*). Para Bardin (2011), este exame compreende 3 (três) etapas: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados e interpretação. Nessa terceira etapa “se faz a categorização, que consiste na classificação dos elementos segundo suas semelhanças e por diferenciação, com posterior reagrupamento, em função de características comuns”, nos acrescentam Caregnato e Mutti (2006, p 5).

No que tangencia aos inquéritos, foram atribuídas 6 (seis) perguntas abertas para realização deste processo de categorização. Partimos dos “elementos particulares e reagrupamo-los progressivamente por aproximação de elementos contíguos” (Bardin, 2011, p 62). Nesse

---

29 O Recurso à análise de conteúdo com o objectivo de tirar Partido de um material dito “qualitativo” (Por oposição ao inquérito quantitativo extensivo), é frequentemente necessário na prática habitual do psicólogo ou do sociólogo: estudos de motivação, entrevistas clínicas (recrutamento, diagnóstico, aconselhamento, psicoterapia) ou pesquisa fundamental (Bardin, 2011, p 65).

30 A análise categorial poderá ser temática, construindo as categorias conforme os temas que emergem do texto.<sup>1</sup> Para classificar os elementos em categorias é preciso identificar o que eles têm em comum, permitindo seu agrupamento (Caregnato e Mutti, 2006, p 5).

sentido, foi escolhida para uma análise interpretativa a questão 6: As nossas identidades, a forma como você se percebe e como as pessoas lhe percebem, são construídas a partir das nossas vivências. Esta escolha encontra justificativa na necessidade metodológica de acrescentar reflexões às análises promovidas nas falas dos participantes dos GF, no intuito de aprofundar a apreensão acerca dos processos identitários. Nesse sentido, os diálogos e as respostas aos inquéritos foram transcritos, preservando-se suas particularidades regionais de expressões coloquiais dos participantes, tais como: “a gente”, “tava”.

Ademais, através da codificação dos discursos e da elaboração de nuvens de palavras, as questões subsequentes tratadas nos inquéritos tiveram as suas respostas demonstradas nas incidências desses componentes em seus discursos, potencializando a análise de material qualitativo através da tecnologia (Vilela, Ribeiro, & Batista, 2020).

### **3.5 A Ética na pesquisa**

Diante da abordagem de uma temática como o Racismo, que sabemos ser delicado e possível de constrangimento, adotamos uma postura de sensibilidade na aproximação dos sujeitos da pesquisa. Ressaltamos, assim, a necessidade primordial do estabelecimento de um compromisso ético na realização da pesquisa, tendo em vista que tem como objeto de estudos seres humanos, tendo seguido os parâmetros norteadores da Universidade da Beira Interior e também da Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN- Brasil, garantindo o sigilo das informações e evitando os possíveis erros e ou danos na condução dos instrumentos de pesquisa junto aos sujeitos investigados.

Portanto, os instrumentos e técnicas utilizados foram submetidos à devida análise, obtendo autorização do Comitê de Pesquisa e Ética da UBI, em abril de 2022, conforme consta nos anexos da tese. Também requeremos autorização institucional da UFRN-Brasil para a coleta e utilização de dados empíricos. No momento da realização dos Grupos focais, deu-se ciência dos objetivos da pesquisa aos envolvidos, esclarecendo a regra de confidencialidade e de uso dos dados coletados, registrando-as através da assinatura digital (Formulário do Google) do Termo de Consentimento Livre, Informado e Esclarecido (TCLE).

Por fim, após a utilização das técnicas e instrumentos de pesquisa e do devido levantamento de depoimentos e interações, estes dados foram devidamente transcritos e analisados, a partir do enquadramento teórico acionado, construindo este retrato da realidade estudada.



## **Capítulo 4- Conhecendo a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e sua Política de cotas étnico-raciais**

Nesta parte do estudo, apresentamos a instituição que serve campo de investigação da política de cotas raciais no ensino superior do Brasil. Buscamos aqui compreender a realidade educacional da instituição, a Universidade Federal do estado do Rio Grande do Norte, situada na região Nordeste do Brasil, apresentando uma significativa cobertura para o ensino superior regional, com mais de 60 anos de atuação, sendo, assim, uma das mais antigas do estado. Em seguida, buscamos apreender a ação afirmativa implementada nesta instituição, para garantir o acesso a estudantes negros, através da reserva de vagas. Analisamos, ainda, as suas normativas e o principal mecanismo de averiguação instituído, a Comissão de heteroidentificação.

### **4.1 A Universidade Federal do Rio Grande do Norte no contexto do estado do Rio Grande do Norte e da região Nordeste do Brasil**

A UFRN foi criada em 1958 e forma-se atualmente por cinco campi em cidades diferentes do estado: Natal (Campus Central), Macaíba (Escola Agrícola de Jundiáí), Santa Cruz (Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi), Caicó e Currais Novos (Centro de Ensino Superior do Seridó-CERES). Esta instituição tem se desenvolvido nas últimas décadas e destaca-se entre as principais universidades do país, sendo indicada como a melhor universidade do Nordeste nos anos de 2012 e 2013 pelo Ministério da Educação (MEC-Brasil).

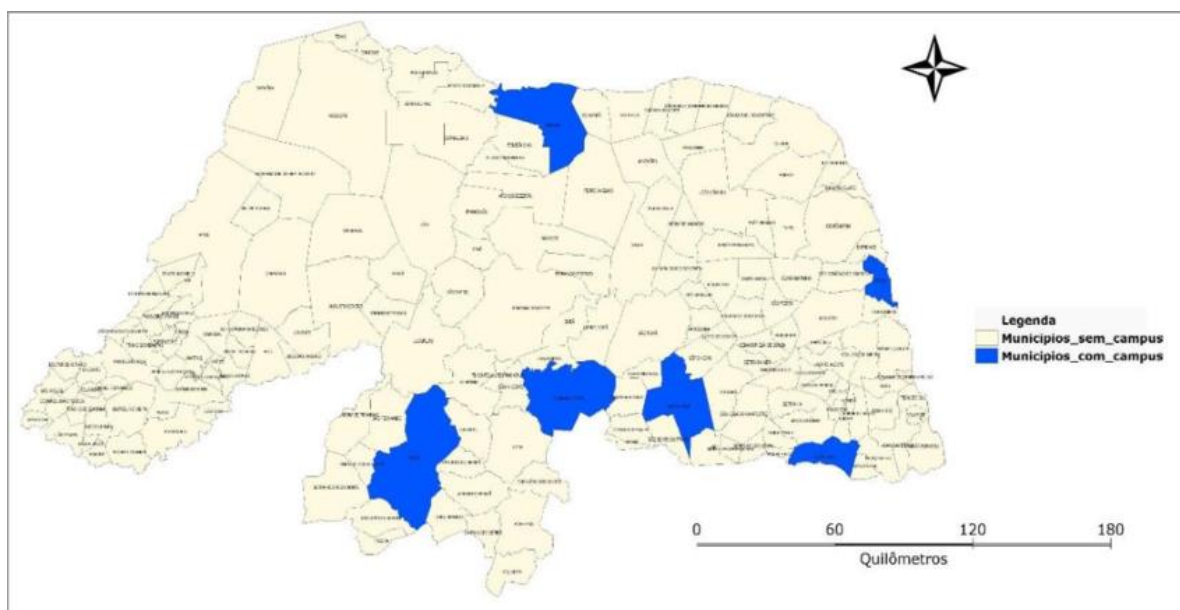
Figura 3- A Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Fonte: Gadelha (2023)

Conforme indica o seu relatório de gestão referente ao ano de 2020, a UFRN “apresenta um total de 105 cursos de graduação em funcionamento na modalidade presencial registrados no e-MEC, sendo que, no ano de 2020, foram ofertadas 7.869 novas vagas nesses cursos” (UFRN, 2020, p 88), o que ressalta a importância da universidade para o estado e região. No que tange ao ensino de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*, na modalidade presencial, a UFRN registrou 35.213 alunos matriculados, sendo 28.873 na graduação e 6.340 na pós-graduação no mesmo ano. Estes números são expressivos e mostram a sua importância científica e social, principalmente para a região Nordeste, a qual registra 28,21% do número total de estudantes de graduação do país. O segundo maior percentual, pois o primeiro está concentrado na região Sudeste (30,55 %). As demais regiões apresentam os seguintes percentuais: 17,75% (Sul), a Norte (12,9%) e a Centro-Oeste (10,59%)”. (Fonaprace, P 27). A figura a abaixo traz uma representação da sua distribuição institucional, em 5 unidades, no estado do RN.

Figura 4- Representação geográfica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Fonte: Carvalho et al. (2018)

Acerca ainda do estado que serve de sítio para a instituição citada, Rio Grande do Norte, este destaca-se pelo expressivo quantitativo populacional de aproximadamente 3.306.000 habitantes, situado na segunda maior região em demografia com 27,16% da população total nacional, após a primeira que é a região sudeste (42,05%), conforme os dados de 2019 do Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, 2019). Este considerável contingente populacional requer elevada mobilização institucional no sentido contemplar o acesso e permanência de alunos ao ensino superior, principalmente buscando atender a necessidade educacional dos outros municípios, numa perspectiva de interiorização do ensino para inclusão social e diversidade do desenvolvimento regional. Outro elemento que caracteriza o lócus da pesquisa diz respeito à área territorial do estado de 52.809,599 km<sup>2</sup>, sendo uma importante representatividade dentro da região Nordeste, junto a outros como Pernambuco, Ceará, Alagoas e Sergipe.

Todavia, apesar destas características de dimensão territorial e populacional, o desenvolvimento sócio econômico estadual e regional encontra-se entre os mais baixos do país. Isto se caracteriza como sendo uma marca da região NE (Nordeste) que carrega um forte estereótipo de inferioridade sócio econômica, frente às demais regiões do país ao longo das décadas. Sobre este estereótipo, Albuquerque (2013) analisa que tal marca regional tenha sido construída socialmente a partir do final do século XIX, período de acentuado declínio econômico e político frente às demais regiões do país. As regiões que desenvolviam atividades agrícolas como o café obtinham, notadamente, mais incentivo econômico

nacional. Para a cultura tradicional do país, a representação política do Nordeste estava fundamentada nos problemas da seca, “Principal argumento político de que as elites dispunham para reivindicar obras públicas e investimentos, desde que a partir da seca de 1877-79 haviam descoberto o potencial político deste tema, que a ideia de Nordeste foi sendo gestada” (Albuquerque, 2013, P 138).

Dessa forma, a região citada foi vista por longas décadas como um problema social, político e econômico, refletindo-se dessa forma através dos diversos mecanismos de reprodução ideológica. Entretanto, nas décadas mais recentes, ocorre um movimento político no sentido de construir um novo olhar sobre a região nordeste e o nordestino. Albuquerque (2013) denomina este movimento de “Regionalismo” e afirma que foi encabeçado por Gilberto Freyre, após a sua volta dos Estados Unidos, momento em que foi criado o Centro regionalista do Nordeste. Assim destaca Albuquerque (2013): “O centro congrega inicialmente políticos e intelectuais pernambucanos ou dos estados vizinhos, que moram em Recife, mas paulatinamente vai recebendo filiações de figuras expressivas da política e da intelectualidade de todos os Estados que são identificados como nordestinos” (p 140-141). De acordo, ainda, com este autor, este Movimento Regionalista se caracterizou “(...) por tentar ancorar a realidade regional e a definição da fisionomia de seu habitante no passado, um passado definido como tradicional, passado rural, quando não escravista, e que Freyre define como patriarcal” (p 146). Dessa forma, a partir das diversas escritas e publicações de obras históricas, sociológicas e artísticas, a representação do nordestino se consolidará como um tipo “regional” brasileiro.

Portanto, essa construção social do Nordeste como uma região empobrecida perdura até os dias atuais, apesar de ter havido um forte crescimento da sua taxa de participação no Produto Interno Bruto (PIB) do país, conforme analisa a autora Tania Bacelar de Araújo (1997), “De 1960 a 1988 a economia nordestina suplantou a taxa de crescimento média do país em cerca de 10%; e entre 1965 e 1985 o PIB gerado no Nordeste cresceu (média de 6,3% ao ano) mais que o do Japão no mesmo período (5,5% ao ano)” (p 9). Assim, na visão desta importante estudiosa da economia nacional, a realidade regional se desenvolve de forma complexa e não pode permanecer representada através deste estereótipo, pois estes “Não refletem a atual e crescente *complexidade* da realidade econômica regional e não permitem desvendar uma das mais marcantes características regional atual: a grande *diversidade*, a crescente *heterogeneidade* de suas estruturas econômicas” (p 13). Pode-se inferir diante da análise da autora que, apesar do avanço econômico da região, a mesma ainda passa por um processo de discriminação ou estigma, caracterizada por um povo ou uma região diminuída socialmente, a partir de uma orientação etnocêntrica, na qual são identificados elementos

que afirmam superioridade de um povo, de uma cultura sobre a outra. Como por exemplo, a região Sul ou Sudeste do Brasil. Ainda, para Gomes (2005), esse equívoco nocivo de superioridade acontece influenciado pelas posturas etnocêntricas, denotando superioridade de determinados valores ou culturas sobre outras, “carrega em si a idéia de recusa da diferença e cultiva um sentimento de desconfiança em relação ao outro, visto como diferente, estranho ou até mesmo como um inimigo potencial” (p 16).

A partir desta configuração regional apresentada, conclui-se que a UFRN, enquanto instituição localizada em um estado da região NE, carrega, conseqüentemente, parte dessa marca cultural demandada, podendo dificultar, entre outros aspectos, um maior reconhecimento ou ampliação científica da instituição. Essa discriminação pode ser direcionada, por consequência também, à sua população universitária.

Outro aspecto que já influenciar o perfil da instituição em análise diz respeito aos índices educacionais da região do NE do Brasil. Para uma melhor compreensão dessa realidade, apresentamos a tabela abaixo com os dados de escolaridade para o período de 2016 a 2019:

Tabela 1: Taxa de analfabetismo, por grupos de idade, segundo as grandes regiões do Brasil (%)

Taxa de analfabetismo	Taxa de analfabetismo (%)													
	15 anos ou mais							60 anos ou mais						
	2016	2017	2018	2019	Variação			2016	2017	2018	2019	Variação		
					2018/2019	2017/2018	2016/2019					2018/2019	2017/2018	2016/2019
Brasil	7,19	6,92	6,77	6,60	↓	↓	↓	20,36	19,21	18,59	18,00	↓	↓	↓
Norte	8,51	8,00	7,98	7,60	↓	↓	↓	29,95	27,39	27,02	25,50	↓	↓	↓
Nordeste	14,79	14,48	13,87	13,90	↑	↓	↓	39,78	38,65	36,87	37,20	↑	↓	↓
Sudeste	3,76	3,51	3,47	3,30	↓	↓	↓	11,64	10,57	10,33	9,70	↓	↓	↓
Sul	3,61	3,52	3,63	3,30	↓	→	↓	11,31	10,86	10,80	9,50	↓	→	↓
Centro-Oeste	5,71	5,23	5,40	4,90	↓	→	↓	21,18	18,96	18,27	16,60	↓	↓	↓

Fonte: IBGE (2019)

Desses dados, infere-se que a taxa de analfabetismo no país, para os anos de 2016 a 2019, na região NE, obteve um percentual em torno de 14% de habitantes acima de 15 anos nesta situação educacional. Ou seja, mais que o triplo do percentual da maioria das outras regiões. Esse número de analfabetos também é elevado para as pessoas acima de 60 anos para o mesmo período, em torno de 37%, registrando uma pequena diminuição no período citado (em torno de 2%). Esses dados nos mostram a fragilidade da educação ainda na região, dificultando o seu crescimento, reconhecimento, qualificação da força de trabalho e diminuição da pobreza. Cruzando esses dados educacionais de analfabetismo com os dados

étnicos, temos que o número de pessoas de 14 a 29 anos de idade que não frequentam a escola, com nível de instrução inferior ao médio completo, apontam um percentual de 71,7% de pretos ou pardos, comparando com 27,3 de pessoas brancas, representando 7,2 milhões de pessoas no país (para o ano de 2019). Esses dados são importantes e nos indicam que as oportunidades educacionais são distintas para esses grupos. (PNAD – IBGE, 2019).

Ainda, sobre a composição étnica dos alunos que estavam na graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil (IFES) no mesmo período, temos uma representação pretos e pardos de 63% e para Brancos 31% (os grupos de indígenas e sem declaração somam 6%). Ressalta-se que esses dados apontam uma maior representação de pretos e pardos após a utilização de cotas raciais para inserção no ensino superior. Desse mesmo percentual, percebe-se um nível de renda inferior para este grupo, indicando uma dificuldade de permanência no ensino superior, apesar da inclusão propiciada pela reserva de vagas de cotas étnico-raciais.

Importa analisar a representação do oferta de vagas inclusivas pela instituição, conforme citado anteriormente, pois denota, à princípio, um elemento indicador de busca por respeito à diversidade, ou seja, à diferença étnico-racial no ambiente universitário e, conseqüentemente, na região e sociedade em seu aspecto macro. Essa percepção pode ser reforçada pelo que está afirmado também em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI- 2020-2022):

A UFRN busca a valorização e o respeito à diversidade e à diferença, questões contemporâneas que, mesmo considerando as conquistas sociais em andamento, se colocam como compromisso institucional, não apenas porque expressam o momento atual, mas também porque dão conta do compromisso da Universidade com a formação de uma sociedade democrática, pautada no respeito e na dignificação da pessoa.(UFRN, 2020, P 28)

Essa característica de inclusão também é confirmada na forma de ingresso dos estudantes na Universidade citada, a qual ocorre através do o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), “por meio do qual são ofertadas aos candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) mais de 85% das vagas novas totais anuais nos cursos de graduação da Universidade” (UFRN,2020, P 37)

Conforme já foi informado no capítulo anterior, já em 2003 a instituição iniciou uma política de utilização de ação afirmativa para equidade no acesso à graduação, utilizando um “Argumento de Inclusão”, o qual estabelecia uma reserva de vagas de 10% para os alunos provenientes de escolas públicas e com recorte de renda, devendo estes atingirem uma pontuação mínima igualmente determinada. Essa iniciativa institucional caracteriza uma

disponibilidade de adesão às ações afirmativas propostas, mas também foi consequência de um programa implantado em 2007 pelo governo federal brasileiro, nomeado de REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). O programa incluía medidas no sentido de ampliar o acesso, o número de vagas nas universidades, melhorar a infraestrutura e outros aspectos. Todavia, apesar de todo o esforço da Universidade em consolidar sua expansão, este mesmo PDI indica que:

Nos últimos anos, observou-se uma redução do desempenho institucional em alguns indicadores nacionais de qualidade. Em torno de 44% dos cursos obtiveram conceito 3 no Exame Nacional de Desempenho do Estudante, um indicador de qualidade dos cursos de graduação do INEP/MEC que afere conceitos variando de 1 a 5. Além disso, de 2015 a 2019, o número de matrículas na graduação caiu 9,3%. No mesmo período, cerca de 41% dos cursos atingiram uma taxa de sucesso abaixo de 50%, o que representou uma queda de 10% nos últimos 5 anos (UFRN- PDI, p 42)

Essa realidade é parte de um contexto nacional político e econômico que denotou dificuldades severas na última década no Brasil, registrando perdas com destaque ao financiamento do ensino superior, refletindo-se diretamente em nossa região que já sofre historicamente com o descaso de governantes no que tange ao incentivo nas mais diversas áreas. Destacamos essa atuação deficitária do governo recente do ex-presidente Jair Bolsonaro e o tratamento direcionado às políticas educacionais, informado constantemente por todos os meios de comunicação, dificultando, entre outras ações, a implementação das políticas de inclusão para as minorias sociais, “Como desdobramento, o período foi marcado pela construção de narrativas antiuniversidade e por ataques diretos às universidades federais, seguindo roteiro análogo ao de outros países governados pela extrema direita” (Pilatti, Lievore, Rubbo e Cantorani, 2022, p 555).

Diante desse quadro, importa compreender a política de cotas raciais na citada instituição, o seu processo histórico, destacando os principais equipamentos utilizados em sua materialização, a saber, a comissão de heteroidentificação.

## **4.2 A política de cotas raciais na UFRN e a Comissão de averiguação da negritude**

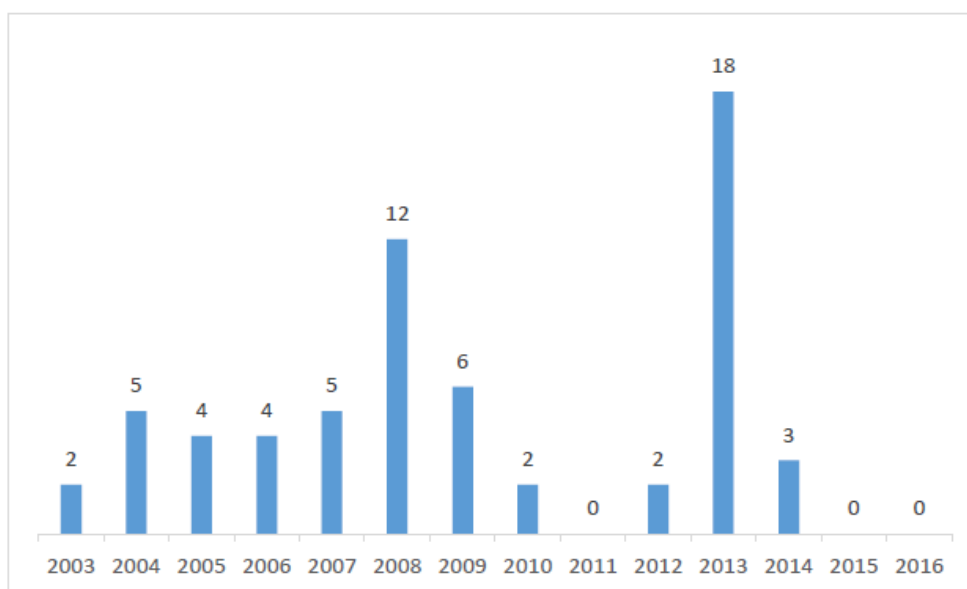
A implantação da política de cotas raciais na UFRN seguiu uma tendência semelhante nas outras universidades brasileiras, materializando-se de forma gradual, variando o percentual de reserva de vagas anual destinado às pessoas negras, até atingir a indicação máxima estabelecida por lei. Em 2013, um ano após a provação da política de cotas raciais no ensino superior, foi reservado um total de 12,5%. Nos anos seguintes esse percentual foi elevado

até atingir o percentual máximo indicado pela Lei 12.711/2012 50% do total das vagas ofertadas.

No que tangencia à busca por seriedade no processo de reserva de vagas no ensino superior desta universidade, importa ressaltar que, além do critério étnico racial de pessoa preta ou parda para a inclusão nas vagas na UFRN, foram acrescentados outros elementos necessários para o aluno ser eleito à cota reservada como o de renda familiar máxima *per capita* (baseada no salário mínimo brasileiro), origem do candidato de escola pública (administradas pelos estados ou pela União do Brasil) e/ou de municípios do interior. Esta transição ou adaptação gradativa segue o direcionamento legal da Lei de Cotas, mas pode ser resultante também de uma rejeição das cotas raciais por parte da sociedade, inclusive o público acadêmico, que confere às cotas raciais um caráter de injustiça ou favorecimento. Esse debate esteve presente na sociedade brasileira no momento da aprovação da legislação e ainda se apresenta, conforme ressaltado anteriormente.

Para nos trazer maior entendimento desse processo gradativo de vinculação da UFRN e das demais universidades brasileiras à Lei de cotas raciais, apresentamos o gráfico abaixo, no qual observamos que o ano de 2013 realmente foi marcante para esta adesão de uma forma mais ampliada no cenário nacional.

Gráfico 6 - Adesão das Universidades Federais às Ações Afirmativas por ano (2003 a 2016)



Fonte: Freitas *et al.* (2021, p 18).

Nesse mesmo sentido de fortalecimento da política de ações afirmativas, destaca-se que esta instituição possibilita o acesso de alunos aos programas de pós graduação, utilizando

igualmente a política de cotas, embora apresente critérios e percentuais diferentes e, por vezes, inferiores aos da graduação. Esta medida pode ser considerada como uma iniciativa positiva, apesar dos seus limites quantitativos.

Dessa forma, a implementação da política de cotas raciais na UFRN seguiu uma demanda dos movimentos sociais por democracia, principalmente do movimento negro e indígena, mobilizado em todo o cenário nacional. Entretanto, conforme ressaltamos antes, essa política foi alvo de críticas e também de denúncias de desvio no alcance dos seus objetivos por ocorrência de inclusão de candidatos nas vagas reservadas que “não faziam *jus*” ao direito estabelecido. Assim, no intuito de dissolver tal desconfiança, passou a ser aplicado nessa instituição o mecanismo intitulado “Comissão de Verificação Étnico Racial e suas bancas de Heteroidentificação”<sup>31</sup> para verificação da condição necessária do candidato à vaga de preto ou pardo e/ou indígena na instituição, a exemplo de outras que também utilizaram mecanismos semelhantes, como a Universidade de Brasília (UNB), citada no capítulo anterior.

Esse processo de verificação ocorre obedecendo a uma resolução interna do CONSEPE- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRN, número 047 de 2020, e deverá conter, conforme esta norma, pessoas das diversas etnias, inclusive a negra, preferencialmente as que participam de movimentos sociais ou que atuam nesta temática e que possuem algum vínculo com a UFRN.

Importa ressaltar a orientação fornecida por tal normativa interna desta Universidade, acerca dos procedimentos para proceder à heteroidentificação, tendo em vista a necessidade de compreensão dos limites e possibilidades desta. À princípio, “Considera-se procedimento de heteroidentificação a identificação por terceiros da condição autodeclarada pelos candidatos que concorrerem às vagas reservadas para negros e indígenas”. (Artigo 2 -UFRN. Resolução 40/2020-CONSEPE). E ainda destaca a normativa que “Para candidatos autodeclarados negros, será considerado, exclusivamente, o aspecto fenotípico, sendo excluído o fator genotípico do candidato ou fenotípico dos parentes, para aferição da condição autodeclarada pelo candidato beneficiário da ação afirmativa de critério étnico-racial” (Artigo 3). Tais orientações são importantes pois denotam a

---

31 O procedimento de heteroidentificação é a identificação por terceiros da condição autodeclarada pelos candidatos que concorrerem às vagas reservadas para negros e indígenas. Dessa forma, para candidatos autodeclarados negros, será considerado, exclusivamente, o aspecto fenotípico (características físicas), sendo excluído o fator genotípico (genético) do candidato ou fenotípico dos parentes, para aferição da condição autodeclarada pelo candidato beneficiário da ação afirmativa de critério étnico-racial. <https://www.ufrn.br/imprensa/noticias/39708/consepe-regulamenta-heteroidentificacao-nos-processos-seletivos>.

preocupação em estabelecer seriedade e objetividade ao processo, sem perder de vista que a sociedade brasileira é muito miscigenada, podendo uma característica fenotípica ser apresentada em junção a outras muito diferentes. Por exemplo: Um jovem, ou uma jovem, poderão possuir um tom de pele clara, todavia, apresentar em sua face traços de negritude, como a boca e nariz, ou apenas um destes, denotando assim a possibilidade de inserção nas cotas étnico raciais.

A justificativa central das ações afirmativas para negros está norteadas pelo processo de discriminação ou estigma que este sujeito possa ter vivenciado ao longo de sua existência, marcada por uma sociedade predominantemente racista. Assim, retomando as análises de Gofmann (2008), a sociedade tende a categorizar as pessoas em determinados grupos, pelas suas características, forjando um preconceito, direcionando o tratamento dispensado, desde as micro até as macro relações. Assim, as cotas raciais para negros ou pardos busca interferir nesse processo, propiciando uma discriminação positiva, garantindo legalmente os espaços sociais que podem, por vezes, ser-lhes negado.

Mas, apesar dos objetivos claramente justificados desse processo de heteroidentificação, ressaltamos a dificuldade em se declarar, de forma precisa, aspectos fenotípicos como: cabelos crespos, pele escura ou em tons variados, nariz alargado, lábios grandes ou carnudos, ou outros traços de negritude. Pois, sabemos da mistura entre as raças recorrente na sociedade brasileira e suas consequências, conforme abordado anteriormente, causando, provavelmente dificuldades na aferição com precisão. A normativa esclarece: Entende-se como aspectos fenotípicos o conjunto de características físicas do indivíduo, predominantemente a cor da pele, a textura do cabelo e os aspectos faciais, que, combinados ou não, permitirão confirmar a autodeclaração (Artigo 3) (Resolução 40/2020-CONSEPE/UFRN).

Apesar dos cuidados observados na prática destas comissões, retomamos aqui algumas críticas apresentadas a este tipo de averiguação que poderá, a depender do procedimento, se tornar vexatório ou humilhante, como a checagem das mãos, posicionamentos em diversos ângulos para realização de fotos ou filmagens, procedimentos que podem se assemelhar a autuação policial, por exemplo.

Conforme citado anteriormente, a Universidade de Brasília foi pioneira na utilização das comissões e necessitou aprimorar tal procedimento para evitar possíveis desvios de concepção, pois a etnia pode ser composta por diversos elementos que não apenas fenotípicos. Todavia, uma aferição que realizasse procedimentos como descendência

poderia atingir elementos imensamente subjetivos, praticamente impossíveis de averiguação para a finalidade proposta.

Ressaltamos que o formato legal atual desta comissão possibilita uma maior inclusão dos candidatos às vagas de cotistas, tendo em vista que a orientação fornecida pela resolução citada estabelece que a deliberação pelo Indeferimento deverá ser condicionada à decisão da maioria dos seus membros da Banca, conforme determina o seu artigo 9. (40/2020-CONSEPE/UFRN). Ou seja, para ocorra o indeferimento ou negativa do pedido do candidato à inclusão nas cotas raciais, este deverá obter a maioria dos votos, não poderá ser negada com apenas um voto contrário. Ou seja, a maioria dos membros deverá entender que aquele, ou aquela, indivíduo não apresenta características mínimas ou traços de negritude perceptíveis.

Ainda, acerca dos elementos étnicos para inclusão nas cotas raciais para os candidatos indígenas, no qual será utilizado para aferição apenas “o critério de pertencimento étnico para aferição da condição autodeclarada pelo candidato beneficiário da ação afirmativa de critério étnico-racial”. (Artigo 4, Res 040/2020-CONSEPE-UFRN). Tal fato é importante de ser demarcado, pois faz parte de um debate político direcionado pelos grupos originários do Brasil, no qual à vinculação do candidato a estes os grupos já comprova o seu pertencimento. Um fator determinante para este posicionamento diz respeito também o número menor de indígenas ou descendentes na realidade brasileira, tornando diferente, assim a necessidade de aferição da veracidade na candidatura. Em ambos os casos, o candidato às cotas étnico-raciais da UFRN poderá entrar com pedido de recurso da decisão em caso de negativa ou até recorrer às instâncias superiores como Tribunais de Justiça, garantindo a ampla defesa.

Apesar de todas estas dificuldades ou limitações, a política de cotas raciais tem sido implementada na universidade, propiciando mudanças na realidade demográfica universitária, promovendo um espaço acadêmico diferente do que tem sido tradição no Brasil<sup>32</sup>, representado por uma elite minoritária, propiciando a reprodução de uma sociedade excludente e racista que possibilita a ascensão social de poucos, bem como o acesso a bens e serviços produzidos socialmente. Percebe-se que tais mudanças no sistema

---

32 O número de estudantes declarados negros e pardos quase dobrou na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) desde 2012, quando a política de cotas raciais foi adotada pela Universidade. O quantitativo que era de 2.202 estudantes, em 2012, passou para 4.384 pessoas, em 2017. Com o crescimento de 99,18%, no período, o número de negros ou pardos presentes na Universidade deu um salto de 6,7% do total de alunos nos cursos de graduação, em 2012, para 15,4% neste ano. Entre 2013 e 2017, o número de ingressos pelo mecanismo de cota aumentou 247,6% na UFRN (Ceci, 2017, p1)

público de ensino superior impactam na sociedade em sua totalidade, apesar de registrar apenas uma década de implementação de reserva de cotas raciais.

Podemos fazer uma referência às reflexões de Santos (2017) acerca da importância do processo de descolonização da universidade, na qual os conhecimentos, os saberes são colonizados, seguindo uma referência eurocêntrica, patriarcal. Amplia-se aqui essa reflexão para a necessidade de desconstruir esse processo de colonização, no qual o racismo também é parte dessa estrutura.

Portanto, apesar de tais medidas, podemos afirmar que ainda se faz necessário avançar neste sentido para poder propiciar uma mudança efetiva no cenário universitário. Entende-se que para elevar a inclusão de pessoas negras e negros no ensino superior, além das cotas raciais, deverão ser utilizados outros mecanismos para propiciar a permanência destas pessoas, pois estas possuem, frequentemente, uma maior vulnerabilidade social. Nesse sentido, a instituição apresenta também uma política de assistência estudantil, englobando ações de caráter socioeconômico, acadêmico. No intuito de promover a permanência dos alunos no ensino superior, algumas normativas importantes foram implementadas, entre elas a PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), regulamentada pela portaria n 39 (2007). Esta ação está inserida em um conjunto de medidas para ampliação da permanência no ensino superior, . Assim, “Com os recursos do PNAES, instituídos conforme a legislação vigente, atendem-se, prioritariamente, estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio e que se enquadrem na condição de vulnerabilidade socioeconômica” (UFRN- PDI, p 27).

Por fim, além da indicação de necessidade de suporte financeiro referente à política de assistência estudantil como complemento às cotas raciais para a efetivação da inclusão e permanência de pessoas negras no ensino superior, desta-se ainda a necessidade de acompanhamento destas no decorrer dos cursos no que tange ao desempenho e necessidade de suporte acadêmico, caso necessário.

No decorrer da implementação das cotas étnico racias nas universidades, conforme ressaltado no capítulo anterior, há registro de questionamentos em grupos da sociedade quanto ao bom desempenho dos alunos cotistas, considerando que estes tem o seu ensino médio com origem em escolas públicas brasileiras, com frequente registro de déficit nos conteúdos, principalmente em matérias basilares como português e matemática. Todavia, essa mesma preocupação foi utilizada como justificativa para a sua não implementação.

Os estudos de Sales (2019) buscam compreender a trajetória acadêmica do aluno cotista na UFRN e apresentam informações importantes que podem contradizer os argumentos anteriores. Registram-se informações quanto ao desempenho dos alunos Cotistas e Não cotistas, referente aos anos de 2013 a 2015 e os dados refletem, a princípio, uma pequena diferença entre estes indicadores no que tangencia ao Índice Acadêmico, onde o grupo de Não Cotistas apresentaram um desempenho maior que 7 (23,4%). Para este mesmo indicador, notas maiores que 7, temos um percentual de 22,5%. Ressaltamos, porém, que a diferença de menos de 1% não pode ser considerada expressiva pois impacta pouco ou nada no resultado final do aprendizado destes alunos ou mesmo em sua inclusão no mercado de trabalho.

Tabela 2- Desempenho acadêmico dos cotistas e não cotistas ingressantes (2013 a 2015)

Grupo	Ingressantes		IEA<5		5≤IEA≤7		IEA>7	
	n	%	n	%	n	%	N	%
Cotistas	6419	100%	3880	60,4%	1094	17,0% ↑	1445	22,5%
Não Cotistas	17002	100%	10439	61,4%	2579	15,2% ↓	3984	23,4%
Total	23421	100%	14319	61,1%	3673	15,7%	5429	23,2%

Fonte: Sales, 2019, p 95.

Ainda nos acrescenta informações que demonstram, pelo contrário, em determinadas situações, um desempenho relativamente maior para o grupo de alunos Cotistas desta universidade para o período citado:

Realizando o teste Qui-quadrado após a categorização, e conforme tabela 19, encontramos diferença estatisticamente significativa apenas no grupo de desempenho  $5 \leq IEA \leq 7$ , estando o índice dos cotistas acima do esperado, enquanto o dos não-cotistas encontra-se abaixo, demonstrando um desempenho um pouco superior do grupo de cotistas (Sales, 2019, p 95)

Estas informações são significativas e nos fornecem já um argumento fortalecedor para a necessidade de compreensão das cotas raciais e dos equipamentos que a complementam.

#### 4.2.1 Como os membros da Comissão percebem a sua atuação e a política de cotas raciais?

Para a presente parte do nosso estudo foi analisada a configuração recente (2023) da Comissão que está representada por setenta e um (71) membros. Entre estes, são nomeados três (3) para a análise de cada pedido de reserva de vaga, realizada através do envio eletrônico da filmagem do solicitante que almeja comprovar os elementos fenotípicos da etnia negra ou parda, podendo assim acessar tal reserva.

A partir do direcionamento apresentado pela normativa citada anteriormente, (CONSEPE/UFRN- 047/2020), a Comissão de heteroidentificação da UFRN deverá ser formada por docentes, discentes e técnicos da Universidade. Importa reafirmar o direcionamento presente na citada normativa interna que trata deste processo, na qual exige-se que as atividades das Bancas de Heteroidentificação devam ser realizadas assegurando-se o respeito à dignidade da pessoa humana, ao sigilo e à plena segurança das informações, conforme o Artigo 10 desta normativa. Neste sentido, uma das providências para lograr tal êxito compreende a gravação em áudio e vídeo de todos os procedimentos da comissão, como reuniões para emissão de parecer aos candidatos.

Destacamos, entre as garantias indicadas por esta normativa, conforme o Art. 7, a afirmação de que “Cada mandato dos membros da Comissão de Verificação Étnico-Racial será de 3 (três) anos, permitida a recondução” (CONSEPE/UFRN-40/2020). Esta medida resguarda a permanência dos membros, reforçando a legalidade e funcionalidade da política de cotas raciais na instituição. A possibilidade de substituição periódica dos participantes fomenta uma participação maior da comunidade acadêmica, elemento necessário para uma configuração democrática e participativa.

A partir dos dados iniciais fornecidos pela Coordenação, obtemos que esta comissão se apresenta com 71 membros, composta por 35 discentes, 11 docentes e 25 técnicos administrativos da Universidade. Apresentando, dentre eles, o gênero feminino predominante (47 membros), tendo apenas 24 membros denominando-se para o masculino. Com relação à raça esta composição está desenhada por 20 pessoas autodenominadas brancas, 23 pardas e 28 pretas. Através dessa representação racial, pode-se perceber o atendimento do requisito de diversidade estabelecido pela Resolução citada, para a composição da comissão. Este tratamento coaduna com as análises de Sen (2004) no que tangencia aos ajustes necessários dos procedimentos de correção dos arranjos sociais, objetivando a perspectiva de equidade (Sen, 2004).

Acerca dos inquéritos aplicados a estes membros, afirma-se haver extraído ricas percepções que direcionaram às problemáticas que tangenciam à implementação da política de cotas raciais na universidade e também nos indicam os reflexos de medidas nacionais<sup>33</sup> no ensino superior. Responderam a estes questionários trinta e seis (36) membros, dentre os 71 da

---

33 Nos remetemos ao governo do então presidente Jair Bolsonaro nos quais foram operacionalizadas medidas de contenção de gastos com cortes de recursos financeiros para a educação, notadamente a superior.

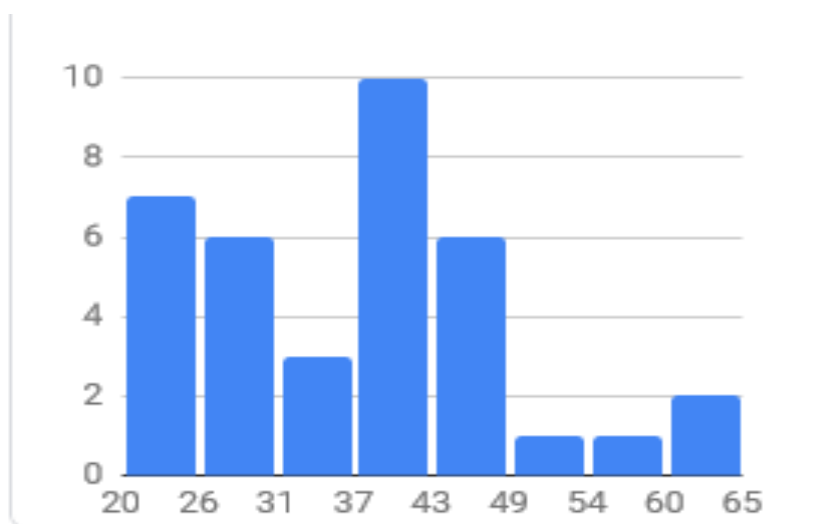
comissão, nos apresentando as percepções acerca das atuações nesse complexo processo de averiguação.

A princípio, apresentamos um perfil dos participantes com os índices relativos à faixa etária situada entre 21 e 61 anos, sendo que a maioria está entre 32 e 51 anos. Registrando-se nesta faixa: 8 Docentes, 16 discentes e 12 Técnicos administrativos.

Desse número total (36), mais da metade está participando desde o início da criação da comissão, denotando continuidade no processo de averiguação.

Vejamos esta caracterização demonstrada abaixo:

Gráfico 7– Idade dos membros da comissão de heteroidentificação-UFRN- 2023



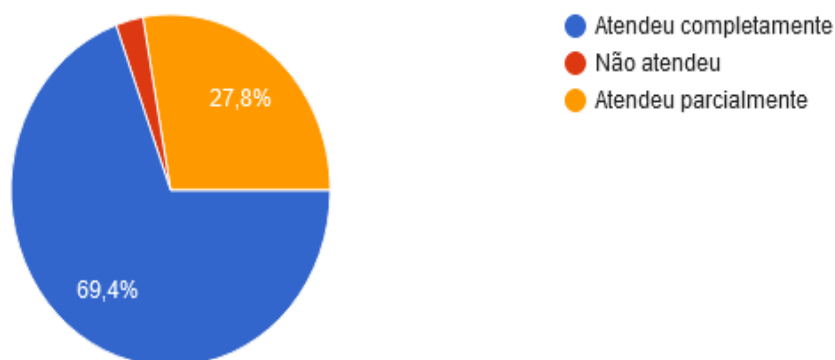
Fonte: Elaboração da autora

Em seguida, considerando as questões ressaltadas anteriormente, quanto à necessidade de aferição dos fenótipos dos candidatos às vagas na universidade, obtivemos a informação, através da Coordenação, de que a citada comissão recebe uma formação inicial para servir de orientação neste procedimento. Esta formação busca fornecer as condições mínimas para uma análise mais aprofundada dos pedidos dos discentes para as vagas de cotistas negros ou pardos, bem como para uma maior possibilidade de emissão de um parecer embasado em um conhecimento sócio-histórico das cotas raciais, voltado também a contemplar as necessidades de análise fenotípicas, abordando os principais elementos presentes nas discussões étnico-raciais.

Buscamos perceber como estes membros avaliam esta formação, através do inquérito, e obtivemos que uma grande maioria, em torno de 70%, está satisfeita com esta formação

fornecida. Todavia, aproximadamente, 30% dos respondentes analisaram que esta formação **Não atendeu** ou **Atendeu** apenas parcialmente a esta necessidade. Vejamos a ilustração a seguir:

Gráfico 8- Avaliação dos membros da comissão acerca da formação fornecida para averiguação das condições de acesso às cotas raciais



Fonte: Questionário- Comissão de heteroidentificação -Elaboração da autora

Entretanto, nos chama a atenção que, dentre os que concordam que esta formação **Atende** à necessidade, alguns afirmam que algo poderia ser acrescentado à formação inicial. Tal afirmativa nos alerta que se faz necessário complementá-la ou mesmo repensar o formato da sua execução, podendo, inclusive, serem inseridas outras teorias ou estudos de caso. Citamos como exemplo esta afirmação presente em uma das falas:

*“A formação foi muito proveitosa, trouxe as diversas nuances que dizem respeito à Comissão de Heteroidentificação e a política de cotas, principalmente porque as palestras foram ministradas por diferentes profissionais, o que deu um caráter multidisciplinar à formação. Contudo, na prática, a análise da Comissão é subjetiva, e não somente objetiva, acredito ser necessário haver outras interações entre as pessoas que compõem as comissões, para que possam compartilhar ideias e experiências enquanto membros das comissões. (TA, 27A, F, BR).*

Ainda, percebemos opiniões semelhantes nas seguintes falas dos membros desta comissão, quando solicitados a justificar vossas afirmações de NÃO atender ou ATENDER parcialmente à necessidade de formação desta comissão para analisar os pedidos dos discentes. Estas denotam uma necessidade de atualização constante dessa formação, entre outros elementos:

*“Todos os anos é importante repensarmos a forma como estamos trabalhando, pois a experiência nos ensina a melhorar os processos de análise” (DISC, 27A, M, PD)*

*“Capacitação melhor planejada com facilitadores mais experientes com atuação técnica e prática consistente e comprovada. Ativismo não é garantia de segurança, embora, seja muito importante no processo de garantia dos direitos às cotas”. (DOC, 45A, M PD)*

No decorrer desta análise, percebe-se que outras percepções emergem acerca da formação fornecida, indicando a existência de dificuldades quanto ao entendimento coletivo necessário dos critérios para identificação dos fenótipos e à realização de estudos voltados às questões mais complexas vivenciadas:

*“Sempre é importante rever outras questões como exemplo de situações”(TA, 38A, F, BR)*

*“A formação atendeu bastante a parte teórica. Acredito que seria importante um módulo prático, com simulações de bancas” (TA, 32A, F, BR)*

*“Aprofundamento no reconhecimento dos traços fenotípicos” (DOC, 48A ,F, PD)*

*“Mais discussões acerca da diversidade brasileira”(DISC, 24A, F, PD)*

*“Situações concretas para a realização da Comissão de Verificação Étnico-racial” (DISC, 39A, M, PD)*

Parte novamente das falas retoma a necessidade de atualização do conteúdo fornecido pelo curso de formação inicial, ou mesmo uma oferta com periodicidade menor nessa formação, pois essa é geralmente fornecida somente no momento da nomeação das comissões, devendo ser frequentemente atualizada em seus conteúdos para contemplar as novas demandas. Vejamos alguns relatos abaixo:

*“Entendo que deve haver uma formação continuada, com cursos de capacitação periódicos, pois o tema é complexo e a preparação deve ser atualizada sempre”(TA, 39A, F, BR)*

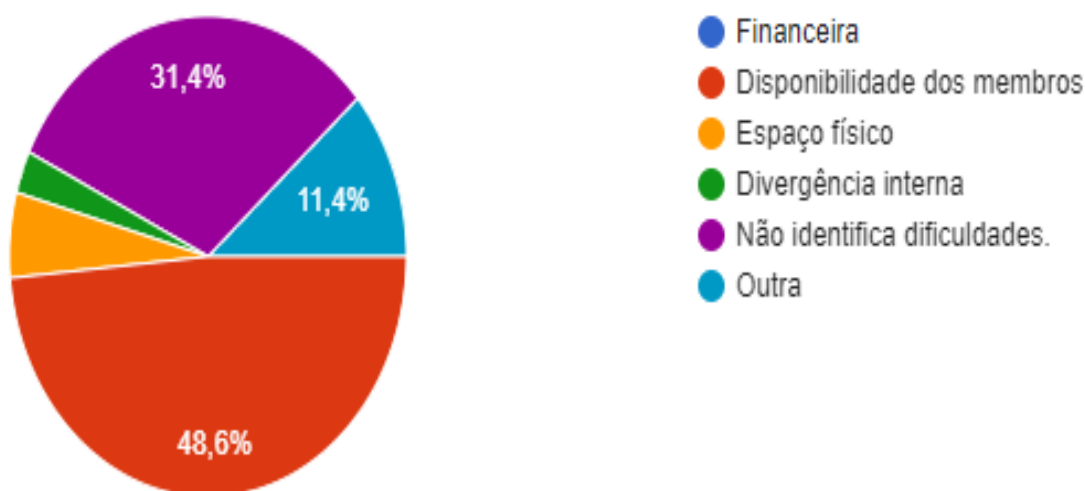
*“A formação deve ser constante. Periodicamente devem ser ofertados novos cursos de curta duração. Só uma formação não é suficiente para compreender o processo na sua complexidade e profundidade”(DOC, 47A, F, PD)*

Ressaltamos um elemento importante apontado pelos inquiridos que diz respeito ao processo de criação inicial da Comissão de Heteroidentificação, no âmbito institucional, considerando a realidade cultural brasileira parcialmente negativa à política de cotas raciais, geradora de ambiguidades. Para a maioria dos respondentes, 42,9%, não é possível avaliar como decorreu este processo. Entretanto, entre outros percentuais, quase 20% considera que a sua implementação, no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ocorreu de forma conturbada, com muita resistência social ou acadêmica. Esta informação é importante pois coaduna com o processo sócio histórico presente na implementação da política de cotas no ensino superior, no âmbito nacional, realizado de

forma polêmica e repleta de entraves sociais, políticos e econômicos, relatado anteriormente, reflexo de uma sociedade marcada por um racismo estrutural (Almeida, 2018).

Em seguida, no intuito de compreendermos esta realidade institucional, questionamos os membros acerca das possíveis dificuldades encontradas para as vossas atuações, considerando ser importante perceber as facilidades ou dificuldades de tal processo. A princípio, registramos percentuais de 31,4%, dos participantes que não identificam nenhum tipo de dificuldade para a realização do trabalho na comissão. Entretanto, ocorre uma maioria que identifica diversos obstáculos, conforme os indicados abaixo:

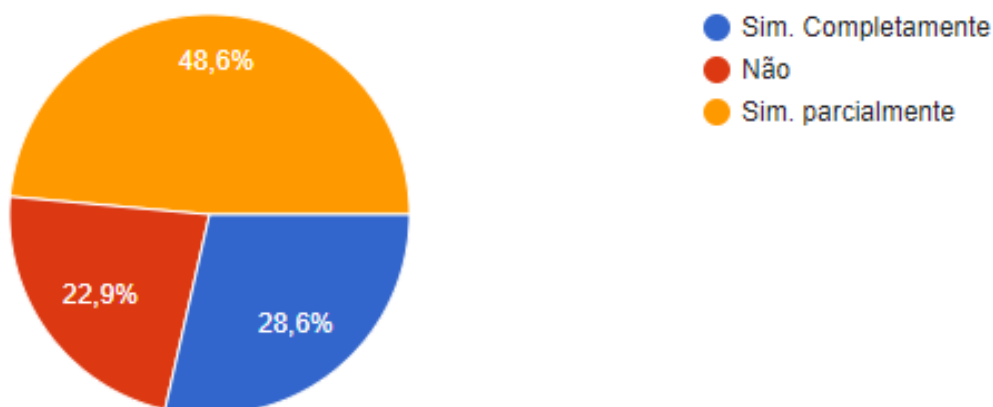
Gráfico 9- Tipos de dificuldades encontradas para atuação dos membros da Comissão de heteroidentificação- 2023



Fonte: Questionário- Comissão de heteroidentificação -Elaboração da autora

Destaca-se que, apesar de 31,4% afirmar não encontrar dificuldades, temos mais de 50% dos respondentes expressando que a comissão Não possui os recursos necessários para a sua atuação ou os apresentam apenas de forma parcial, conforme a informação presente no gráfico seguinte:

Gráfico 10 - Percepção dos membros da Comissão de heteroidentificação quanto aos recursos disponíveis para o processo de averiguação do acesso às cotas raciais na UFRN



Fonte: Questionário- Comissão de heteroidentificação- Elaboração da autora

Acerca dos outros elementos necessários à realização do trabalho de averiguação com qualidade, destacamos os recursos de infra estrutura (espaço físico para reuniões e entrevistas), financeiro e de pessoal, considerados necessários para a atuação destes membros no que tange à identificação e aferição da presença dos fenótipos necessários para assumir a condição de cotista racial na UFRN.

Assim, as falas a seguir apontam uma necessidade de melhorias para o funcionamento das comissões, apesar de a maioria dos respondentes atestar a existência dos recursos necessários para que isto ocorra. Identificam-se sugestões de mudanças na gestão da comissão e novamente a questão da formação fornecida à comissão. Com destaque nessa fala à necessidade de melhorias no aspecto relativo à abrangência da citada comissão:

*“Planejamento. Atualização com fundamentos mais abrangentes. Gestão menos centralizadora e inclusiva -- atenção maior com outros campi”.* (DOC, 45A, M, PD)

Dessa forma, pode-se perceber nesta fala uma insatisfação relativa à concentração das ações no campus central, devendo atuar de forma mais presente nas outras cidades nas quais está inserida esta universidade. Tal demanda é considerada válida pois está coerente com a proposta de inclusão inerente à política educacional de valorização à interiorização (Sales, 2019).

Ainda, quando questionados quanto a avaliação deste comissão acerca da sua atuação na garantia dos direitos dos candidatos negros e pardos às cotas raciais, obtivemos quase 80% da sua opinião positiva, sendo esta também a representação para a opinião quanto à importância da comissão na diminuição das fraudes. Este mesmo percentual avalia que a comissão possui total autonomia para aferir os pareceres para os pedidos de inclusão nas

cotas étnico-raciais e coaduna com a fundamentação de de Sen (2004) acerca de justiça e equidade.

Todavia, identificam-se ainda insatisfações relevantes, como as que estão presentes na falas abaixo:

*“Acredito que a Banca realiza uma análise subjetiva e às vezes não há unanimidade de votos dos membros da Banca. Por vezes, os membros da Banca divergem se o candidato possui ou não direito à cota, o que faz com que alguns candidatos não tenham acesso às cotas, se analisados por determinados membros/banca. Mas, se a avaliação fosse feita por outra Banca e outros membros, um candidato X poderia ter deferido seu pedido, já que a análise não é totalmente objetiva. Essa situação ocorre nos pedidos de candidatos pardos, que apresentam características fenotípicas de pessoas brancas e pardas, ao mesmo tempo.” (TA, 27A, F, BR)*

*“Acredito que por se tratar de uma avaliação que carrega em si questões subjetivas, sempre irão haver possibilidades de serem postas em reavaliação ou até mesmo que alguns erros ou falhas aconteçam” (TA, 38A, F, PD)*

É notório que o ato de deferir o acesso à reserva de vagas na Universidade, através das cotas raciais, ou a negativa deste, causa indagações quanto aos critérios de justiça aplicados, ou mesmo à absoluta segurança quanto a estes. Sabemos que os elementos subjetivos presentes nesse processo impossibilitam uma aferição completamente objetiva. Este fato é parte de uma construção social carregada de simbologias e noções pré-concebidas, originárias da vida em sociedade, conforme nos preconiza Giddens (1999).

Por fim, no sentido de busca por um processo mais justo e igualitário, a partir da análise presente nos estudos de Maio & Santos (2005) que afirma o risco de tornar este procedimento em um “Tribunal Racial”, em caso de discordância do parecer emitido, o candidato poderá entrar com um pedido de recurso e este “será analisado por uma Banca Recursal, composta por 3 (três) membros da Comissão de Verificação Étnico-Racial diferentes daqueles que participaram da primeira Banca de Heteroidentificação”. conforme o que está posto no Artigo 13 da normativa direcionadora dos procedimentos desta Comissão. Ressalta-se a importância de estabelecer o direito ao questionamento do julgamento com a devida lisura no procedimento, sendo este pedido avaliado por membros diferentes dos que emitiram este parecer.

#### 4.2.2 Garantia do direito ou exclusão? A avaliação das candidaturas dos cotistas negros da UFRN

No dia 01 de março de 2023, com a participação de 29 membros, ocorre a reunião de alinhamento das estratégias da Comissão de Heteroidentificação da UFRN, julgadora dos

pedidos dos candidatos negros, pardos e indígenas, para inclusão nas vagas reservadas para o ano de 2023. O encontro ocorreu pela plataforma *Meet*, transcorrendo de forma tranquila, não tendo sido gravado, apesar de ser importante para a retomada e transcrição completa das falas, o formato estabelecido pelos participantes não possibilitou tal procedimento. O convite para a minha participação ocorreu através da presidenta, professora Mercês, no intuito de vivenciar o trabalho da Comissão, intentando uma maior compreensão da implementação das normativas<sup>34</sup> e averiguação das condições exigidas para o acesso às reservas de vagas, conforme a perspectiva institucional.

A reunião teve início às 15 horas com as boas vindas da presidenta aos membros participantes, notificando-os da minha presença. Nesse sentido, fui devidamente recepcionada pelos participantes e devido à atuação anterior da pesquisadora na comissão de heteroidentificação desta instituição, houve familiaridade com alguns dos membros participantes. Foi necessário, portanto, mobilizar o distanciamento das pré-noções para não enviezar a investigação, conforme nos orienta Weber (2001).

Em seguida, a presidenta forneceu os informes acerca da reunião realizada com o Reitor da Universidade, com destaque aos seguintes apontamentos:

I-Aquisição de espaço físico determinado para o trabalho dos encontros dos membros da comissão

II-Nova composição de membros das bancas

III-Aquisição de equipamentos como computadores

IV-Transformação da comissão em um núcleo permanente

V-Garantia de remuneração para os membros equivalente à banca de avaliação de pessoas com deficiência

VI- Discussão da diminuição da carga horária docente para presidir a comissão e alteração da citada comissão que passará a ser um Núcleo, com uma secretaria administrativa vinculada à Reitoria.

Registra-se a informação, das falas dos participantes, de que tais pautas descritas acima estavam presentes nas deliberações do grupo anteriormente, sendo, assim, discutidas em reunião com o Reitor, realizada no dia 07 de fevereiro de 2023, e foram, assim, celebradas. Observa-se que essa mudança de *Status* de “Comissão”, com caráter esporádico ou sazonal,

---

<sup>34</sup> Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRN- CONSEPE, número 047 de 2020. Resolução nº 05/2023 – CONSAD, de 14 de março de 2023; SGP/MP nº 4, de 6 de abril de 2018.

para “Núcleo Permanente” é considerado um avanço, na perspectiva da garantia de continuidade e permanência, fornecendo o suporte necessário às demandas que possam surgir durante todo o processo de averiguação, que não se restringe à entrada dos alunos na instituição.

Nesse sentido, tais informes demonstram, à princípio, um reconhecimento do trabalho do grupo e a percepção da necessidade de implementação das medidas solicitadas, reforçando o amparo institucional ao trabalho desta comissão<sup>35</sup>. Ao abrir espaço para que os outros participantes fornecessem atualizações, alguns relataram ter havido demora no pagamento dos trabalhos da comissão, referentes ao ano anterior, principalmente para os técnicos e alunos participantes. Tal fato caracteriza uma resistência política na implementação da Política de cotas, retraindo os investimentos, conforme nos sinaliza Maio & Santos (2005).

Ainda, a coordenação infere acerca da alteração no número de participantes que para a vigência atual, que poderá ser de até 5 (cinco) membros, diferente do modelo anterior que era de até 3 (três) membros. Nesse momento é reforçada a necessidade do cuidado no “rodízio” de todos os membros nomeados, pois muitos ainda não participaram, indo de encontro ao que estabelece a normativa interna que orienta a implementação deste mecanismo institucional.

Em seguida, reforça-se a necessidade de realizar um novo processo formativo para os membros nomeados em data recente, justificando através da ocorrência de equívocos no posicionamento destes participantes como aferição do acesso com base no “colorismo”<sup>36</sup>, ou escalonamento da negritude dos candidatos. Essa dificuldade ocorre principalmente pelas questões socio-históricas relatadas anteriormente (Ribeiro, 2014). Além disso, problemas operacionais como os tipos de vídeos enviados pelos candidatos, com pouca luminosidade ou mesmo má qualidade das imagens. Sobre isso, nos informam os participantes que os vídeos enviados, por vezes, clareia o candidato. Sobre isso, informa-se da existência de vídeo no site da UFRN com instrução de submissão para os alunos, tratando do formato, da luminosidade, todavia, pouco acessado. Ocorre, assim, o envio de vídeos com má qualidade, o que dificulta

---

35 Supremo Tribunal Federal (STF), decisão consignada na ADPF nº 186/2014 determina: a) que as Ações Afirmativas são Constitucionais; b) que a Autodeclaração é Constitucional; c) que criar comissões para averiguar e evitar fraudes é Constitucional;

36 O colorismo cria tonalidades de pele como se fosse uma classificação de lápis de cor em tons claros e escuros. Na contemporaneidade, esse tipo de classificação pode facilitar a vida de quem tem a pele mais clara e dificultar o dia a dia quem tem a pele mais escura. Por exemplo: uma pessoa negra com a tonalidade da pele mais clara, tem uma “certa” aceitação na sociedade. Ela pode conseguir emprego mais fácil, por exemplo, por ter a pigmentação da pele mais próxima da etnia branca. É fácil detectar algo relacionado ao colorismo, pelo simples fato de anular a etnia, tentar camuflá-la criando apelidos como: café com leite, marrom bombom, cor de jambo, morena jabuticaba e por adiante. (Melo, 2019, p 1)

a avaliação dos membros das bancas. A ausência de espaço físico para a realização da avaliação presencial, como forma a evitar tais equívocos, foi afirmada enquanto um possível obstáculo à garantia do direito ao acesso às vagas das cotas étnico-raciais.

Diante das negativas dos pedidos, é reforçada a necessidade de formação para o Parecer das bancas acerca dos recursos impetrados para o acesso pelas cotas raciais. Este deverá denotar conhecimento técnico científico, evitando, assim, informações genéricas, conforme a orientação estabelecida legalmente<sup>37</sup>.

Para colaborar nesta identificação dos fenótipos, os participantes afirmam que solicitavam aos candidatos que virassem os seus rostos para os lados. Tal ação foi retirada pelo constrangimento causado aos candidatos, comparada a uma medida de averiguação policial. Afirma, porém, que diversos pedidos negados, foram aprovados posteriormente. Ainda, caso o candidato não tenha o seu pedido para acessar através das cotas, este poderá voltar às vagas da ampla concorrência<sup>38</sup>. Diante da situação apresentada, foi reforçado pela presidenta o cuidado ao analisar tais vídeos, priorizando um local iluminado, mais adequado ao procedimento.

Com relação à dinâmica das avaliações, foi solicitado não realizar o procedimento caso se encontre em condições inadequadas, com baixa luminosidade, por exemplo. Solicita ainda que no tratamento entre os membros das bancas designadas fosse evitado o uso de comunicações informais como o *WhatsApp*, dando prioridade ao e-mail, enquanto meio oficial.

Ainda, esclarece acerca da necessidade de reuniões formativas para a comissão com frequência de 2 vezes por semestre. Tal procedimento encontra reforço na insatisfação dos membros que está relatada nos questionários respondidos por estes e foram explanados a seguir.

Entre as melhorias realizadas, esta Coordenação ressalta a criação de subcomissões para distribuir as atividades de organização, facilitando a operacionalização dos trabalhos.

Por fim, informa-se sobre algumas mudanças na Análise recursal, devendo ser presencial e o parecer necessita ser individualizado, para não haver um “tribunal racial”. Ressaltou que

---

37 PORTARIA SGP/SEDGG/ME N° 14.635, 2021.

38Art. 11. O candidato cuja autodeclaração não for confirmada em procedimento de heteroidentificação concorrerá às vagas destinadas à ampla concorrência. (PORTARIA SGP/SEDGG/ME N° 14.635, 2021)

antes, havia um modelo único, mas foi gerador de queixas jurídicas pelo fato de ser generalista, sem analisar de fato as situações específicas.

Assim, entre as sugestões de melhorias fornecidas por esta coordenação, 4 (quatro) tem destaque:

- a) Restringir até 60 candidatos por turno na análise;
- b) Estabelecer o número de 4 (quatro) pessoas na banca para analisar o recurso;
- c) Definir no parecer se a decisão foi unânime ou da maioria;
- d) A Coordenação poderá alterar o textual das negativas dos recursos caso analise ser necessário, sem alterar o posicionamento.

Ao término da reunião, analisa-se que a Comissão de heteroidentificação apresenta uma atuação recente, mas com uma grande dimensão, afetando a vida de milhares de pessoas na garantia de um direito, conforme as noções de justiça e equidade (Sen, 2004), ou mesmo ao negar o acesso. Nesse sentido, percebe-se, a princípio, uma preocupação dos membros em tornar esse processo de averiguação transparente e igualitário, em atendimento aos itens destacados do Artigo 1º, Parágrafo único da SGP/MP nº 4, (2018) que trata do procedimento de heteroidentificação:

III-garantia de padronização e de igualdade de tratamento entre os candidatos submetidos ao procedimento de heteroidentificação promovido no mesmo concurso público;

IV-garantia da publicidade e do controle social do procedimento de heteroidentificação, resguardadas as hipóteses de sigilo previstas nesta Portaria Normativa

Tal direcionamento demonstra uma preocupação em evitar constrangimentos aos candidatos, através da qualificação dos membros da comissão para esta atuação, denotando-a positivamente.

Entretanto, identificam-se obstáculos para a sua materialização, demonstrando que este mecanismo ainda requer ajustes e amparo institucional. Essas dificuldades apresentadas refletem o tratamento dado às políticas de inclusão para as minorias no Brasil (Gomes, 2001), para os quais são destinadas pouco ou nenhum recurso, desvalorizando a atuação, sobrecarregando a equipe, docentes, técnicos administrativos, com demandas organizacionais de ajustes, além da necessidade inerente ao processo de averiguação, tendo que haver recorrentemente a cobrança por parte dos gestores e equipe para efetivar as garantias estabelecidas. Faz-se necessário destacar tal problemática, enfatizando o risco

desta ação incorrer em um tratamento demarcado enquanto uma forma de “racismo institucionalizado<sup>39</sup>, materializando-se na dificuldade institucional em lidar com a temática étnico-racial, especialmente com os aspectos relacionados aos sujeitos negros” (Gonzaga, 2015, p 45).

### **4.3 Conhecendo os alunos cotistas negros da UFRN**

Nessa parte do estudo apresentamos um desenho do perfil dos alunos cotistas negros da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, matriculados na instituição no período de 2015 a 2019. Esse recorte foi motivado por considerarmos ser este um período importante no processo de implementação da política de cotas raciais na universidade em estudo. De acordo com Sales (2019), “Este foi o ano a partir do qual a universidade passou a reservar 50% das suas vagas para o público alvo da Lei de Cotas e das 3.541 vagas reservadas, 2.920 foram ocupadas por alunos cotistas” (Sales, 2019, p 81). Anteriormente, nos anos de 2013 e 2014 essa reserva foi menor, conforme o estabelecido em sua normativa interna, ocorrendo um aumento gradual nos anos seguintes.

A implementação das cotas raciais expressa uma mudança significativa no ensino superior, não somente na UFRN, mas em todo o Brasil. Demarcou uma reserva, da metade das vagas ofertadas, para negros, pardos e indígenas, oriundos da escola pública, alterando o quadro anterior que apresentava percentuais elevados de alunos oriundos de escolas privadas, em mais de 70%, no quadro geral das universidades do país (Saçashima, 2011).

Assim, o desenho do perfil dos estudantes cotistas negros da UFRN apresenta as principais características socioeconômicas deste grupo, a partir de uma perspectiva de interseccionalidade, analisando-se que esta possibilita considerar em suas “hipóteses e achados” os diferentes efeitos e vieses que as categorias podem produzir (Gomes *et al.*, 2021). Nessa perspectiva, para compreender as desigualdades apresentadas no ensino superior, no Brasil, geradoras das ações afirmativas, é fundamental apreender como os fatores de gênero/sexo, idade, lugar de origem, classe social, perpassam a questão racial. Esses elementos não podem ser analisadas isoladamente, pois são atravessados por processos como o racismo, mas também pelo modo de produção capitalista e pelo sexismo, que contribuem para manter essas desigualdades sociais (Gomes, 2017).

---

39 “Não se expressa por atos manifestos, explícitos ou declarados de discriminação, orientados por motivos raciais, mas, ao contrário, atua de forma difusa, diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes grupos raciais. (Jaccoud, 2009, p.157)

Nesse sentido, diante dos dados fornecidos pela Universidade estudada, obtidos a partir do preenchimento pelos alunos do inquérito intitulado Cadastro Único<sup>40</sup>, apresentamos esta análise composta por dados secundários, pois não foram coletados pela pesquisadora. Ainda, ressaltamos que o arquivo fornecido pela instituição não possibilitou a extração dos dados econômicos dos cotistas, apresentando erros em seu preenchimento, para o qual complementamos com estudos que contemplam o citado indicador, no âmbito local e nacional. Avaliamos, entretanto, que este limite investigativo não prejudicou significativamente o objetivo proposto de elaboração do perfil deste grupo, considerando que conseguiu englobar os elementos necessários à caracterização sócioeconômica.

Este perfil está baseado em um total de 9.762 respondentes, originários da rede pública de ensino em sua totalidade, conforme a normativa interna da universidade. Esse dado de origem escolar é importante, pois demarca um posicionamento estrutural econômico inferior, se comparado aos demais demarcadores sociais. Indica, ainda, um processo de vulnerabilidade caracterizado pela inclusão de sujeitos com renda familiar mais baixa, denotando, à princípio, um conjunto de dificuldades para a inserção e permanência no ensino superior. Ou seja, já na “largada” esses sujeitos são encontrados nas mesmas condições para se desenvolverem e “disputarem” o espaço acadêmico, conseqüentemente o mercado de trabalho, que os demais ocupantes das vagas.

Percebe-se, na análise apresentada anteriormente, no capítulo que trata do ensino superior no Brasil, que ocorre nas últimas décadas uma maior incidência de privatização do ensino médio, deixando para os alunos que não possuem condições de efetuar o pagamento das altas mensalidades das escolas particulares apenas o acesso às escolas estaduais, municipais ou mesmo federais (Saviani, 2010). Todavia, o ensino fornecido por esta rede pública ainda carece de qualidade, devido às más condições de infraestrutura que se apresenta na maioria das escolas, e outros condicionantes para essa má qualidade dizem respeito à baixa remuneração dos professores, dificuldades no acesso aos materiais escolares, escassez nos recursos para alimentação, fardamentos, entre outras questões importantes que atravessam essa realidade, dificultando o acesso desses alunos ao ensino superior.

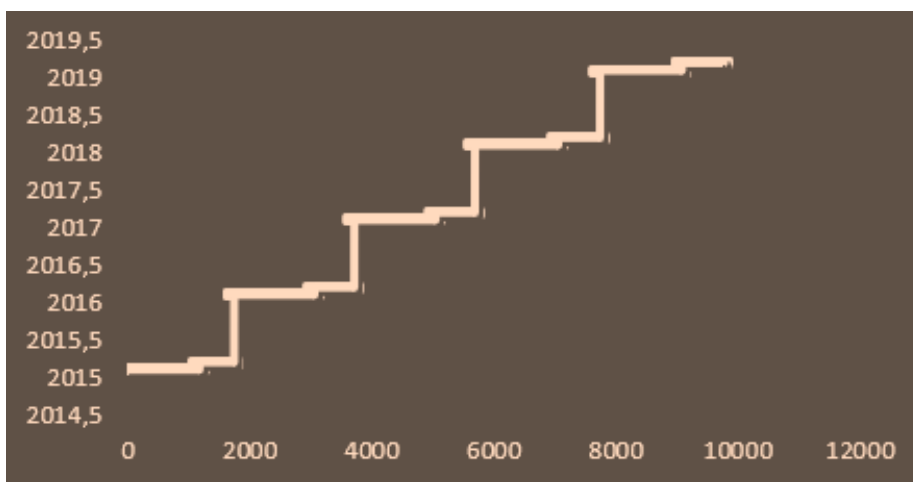
Assim, após a implementação da política de reserva de cotas raciais na UFRN, percebe-se um aumento na entrada de alunos negros, saindo de um universo de aproximadamente 2.000, em 2015, para quase 10.000 ingressantes, em 2019. A elevação neste número se justifica,

---

40 O Cadastro Único UFRN é um formulário eletrônico acessível no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA, cujas questões objetivam conhecer a realidade socioeconômica do estudante e de sua família (UFRN, 2021, p 6)

possivelmente, por uma maior divulgação da política de cotas raciais no país e pelo fortalecimento desta. Esse crescimento está demonstrado no gráfico abaixo:

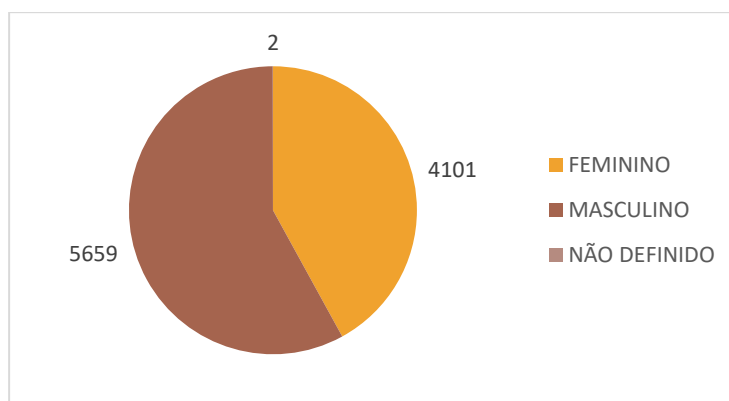
Gráfico 11- Total acumulado de ingressantes cotistas na UFRN (2014 a 2019)



Fonte: UFRN (2021). (Elaborado pela autora)

Destaca-se, enquanto categoria analítica importante para a caracterização do perfil dos estudantes cotistas, o gênero/sexo destes, denotando um esboço das relações sociais presentes no ambiente acadêmico. O gráfico abaixo demonstra uma maioria para o sexo masculino, no período determinado, totalizando 5.659 e para o feminino 4.101. O número de não definidos indica apenas 2 participantes, mas, apesar de pequeno, importa dar visibilidade a existência desses sujeitos.

Gráfico 12- Sexo- Ingressantes cotistas (2014 a 2019)



Fonte: UFRN (2021b). Elaborado pela autora.

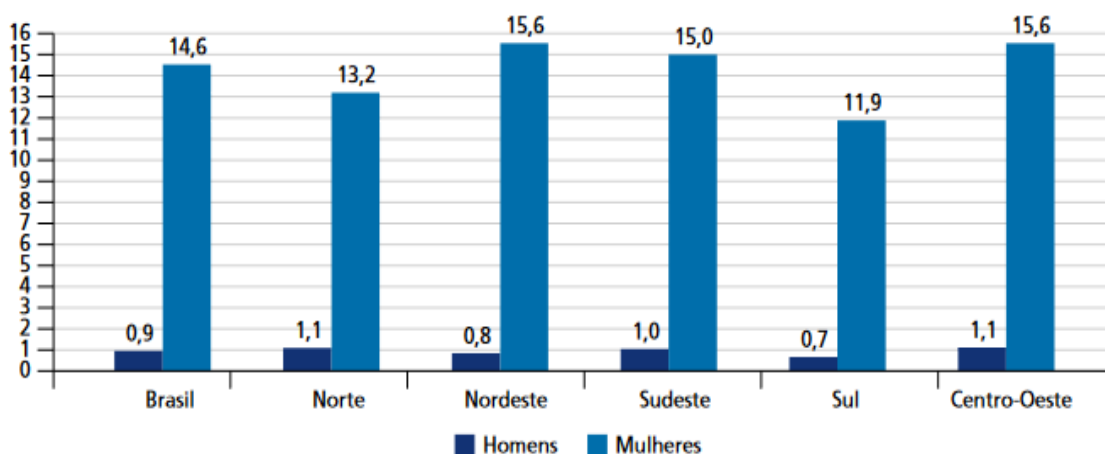
Esse número menor de mulheres negras no ensino superior reflete as dificuldades que perpassam essa parcela da população, justificando que, mesmo entre as pessoas negras, ocorre a necessidade de realizar um recorte de gênero para uma análise mais abrangente

dessa realidade, percebendo as particularidades apresentadas e, possivelmente, viabilizar a implementação de ações específicas para atender as demandas desse grupo, sem generalizações (Gomes et al., 2021).

Dessa forma, esta representação diminuída das mulheres negras entre os cotistas afirma a existência de barreiras sociais para uma representação mais equitativa. Frequentemente, as mulheres negras são hipersexualizadas, desvalorizadas e, frequentemente, estimuladas a trabalhos subalternos (Brasil, IPEA, 2019). Esse retrato é fruto de uma cultura sexista que é dominante ainda em nossa realidade. Essa dominação pode ser analisada à luz dos estudos de Bourdieu (1989), através do qual entende que “A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante(...); para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções” (p 11).

Nesse sentido, a cultura de dominação masculina torna-se legitimada socialmente, dificultando que as mulheres desempenhem papéis sociais mais valorizados e melhor remunerados. Os dados do IPEA confirmam esta análise ao registrar em um dos seus relatórios que a maior parte das empregadas domésticas no Brasil são mulheres e negras<sup>41</sup>. No gráfico abaixo temos os dados de 2018 para esse tipo de trabalho, para o sexo feminino e masculino, entre os negros e não negros, de 16 anos ou mais de idade no total de ocupados(as) no mercado de trabalho, por sexo – Brasil e Grandes Regiões, em %.

Gráfico 13- Proporção de trabalhadores(as) domésticos(as) remunerados(as) por região no Brasil (2019)



Fonte: IBGE (2019).

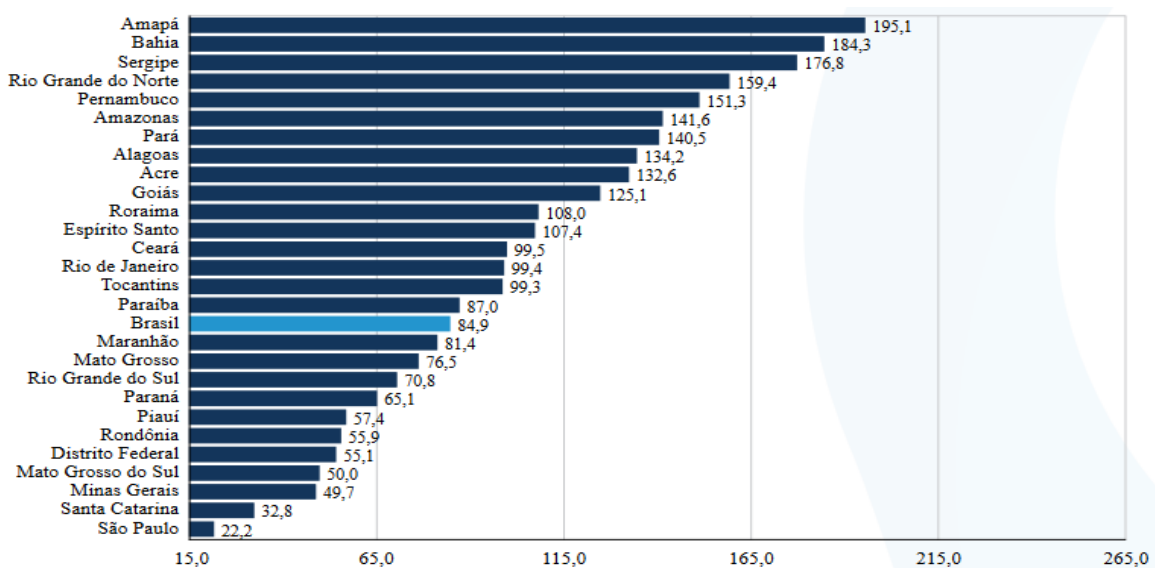
41 “Se 6,2 milhões de pessoas, entre homens e mulheres, estavam empregadas no serviço doméstico, mais de 4 milhões eram pessoas negras – destas, 3,9 milhões eram mulheres negras. Estas, portanto, respondem por 63% do total de trabalhadores(as) domésticos(as)”. (IBGE-IPEA, 2019, p 12)

A constatação dessa prevalência feminina entre os trabalhadores domésticos salta aos olhos e tem motivações diversas, entre elas está a cultura de distribuição dos papéis sociais, conforme afirma Dubar (1997). Nesse sentido, são demarcados para a mulher os cuidados do lar, dos filhos e dos familiares, dificultando, assim, o seu desenvolvimento pessoal e profissional em condições de igualdade. É dificultada também a continuidade dos estudos, por vezes ocasionada por situações como gravidez, frequente ainda na adolescência. Essa realidade torna-se ainda mais agravada quando se trata de mulheres negras, na localidade da região Nordeste do Brasil, conforme pode ser confirmado no gráfico anterior que situa esta região entre as que apresentam os índices mais elevados de mulheres em trabalhos domésticos, em percentual semelhante à região centro-oeste do Brasil.

Um outro indicador importante diz respeito à idade dos alunos cotistas. Este apresenta expressividade entre os matriculados na faixa etária de 20 a 30 anos. Notadamente é essa a média de idade de entrada dos jovens nas universidades, no Brasil e em outros países do mundo. Analisando-se a realidade brasileira para essa faixa etária, encontramos indicadores de violência preocupantes, com destaque para a juventude negra, para a qual os índices de mortalidade são ainda maiores. Podemos aproximar ainda mais esse recorte, ao destacar a realidade do estado no qual estão inseridos os alunos negros da UFRN.

O gráfico abaixo nos mostra os dados da violência no RN, situando-o entre os mais perigosos do país para essa faixa etária, para o ano de 2019.

Gráfico 14 -Brasil: Taxa de Homicídios de Homens Jovens por grupo de 100 mil, por UF - 2019

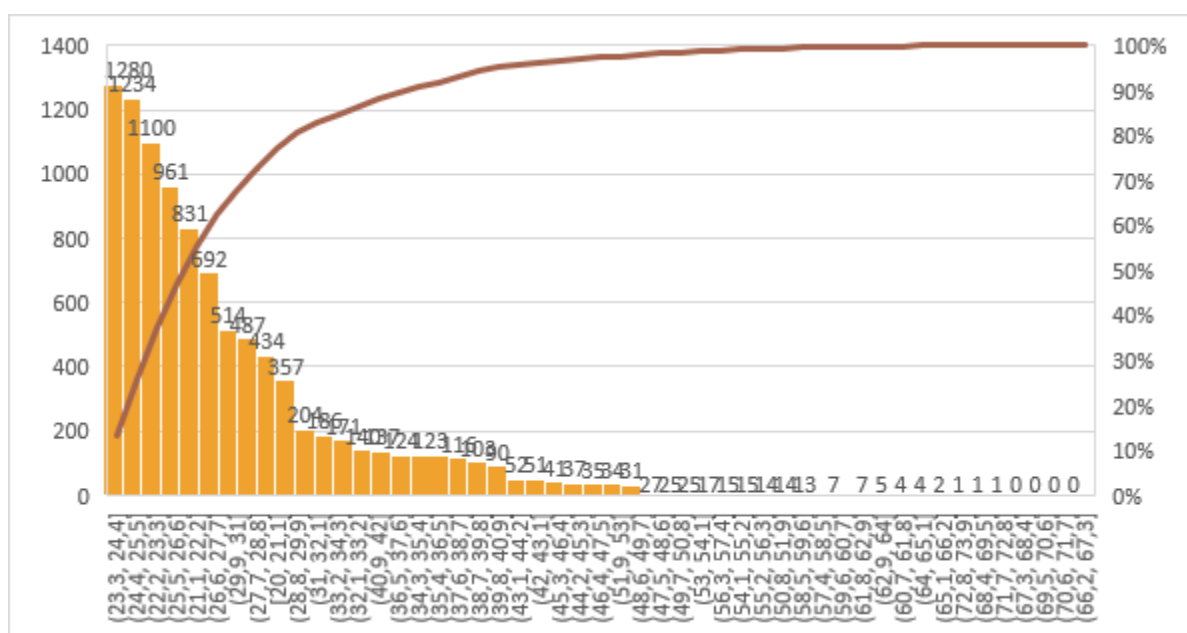


Fonte: IBGE (2021)

Ainda no tocante aos estudantes cotistas negros da UFRN e os indicadores de idade, percebemos uma amplitude na composição etária, incluindo a presença de pessoas idosas, acima de 60 anos, crescentes nessa realidade, para os anos de 2015 a 2019. Alguns aspectos que influenciam essa composição etária mais diversificada dizem respeito ao aumento da expectativa de vida, possibilitando uma maior participação de alunos idosos negros. A reserva de vagas propicia, nesse sentido, uma concorrência entre alunos com realidade social e econômica similar, tornando mais inclusivo o ambiente acadêmico.

Vejamos a imagem a seguir, indicando o crescimento explicado anteriormente.

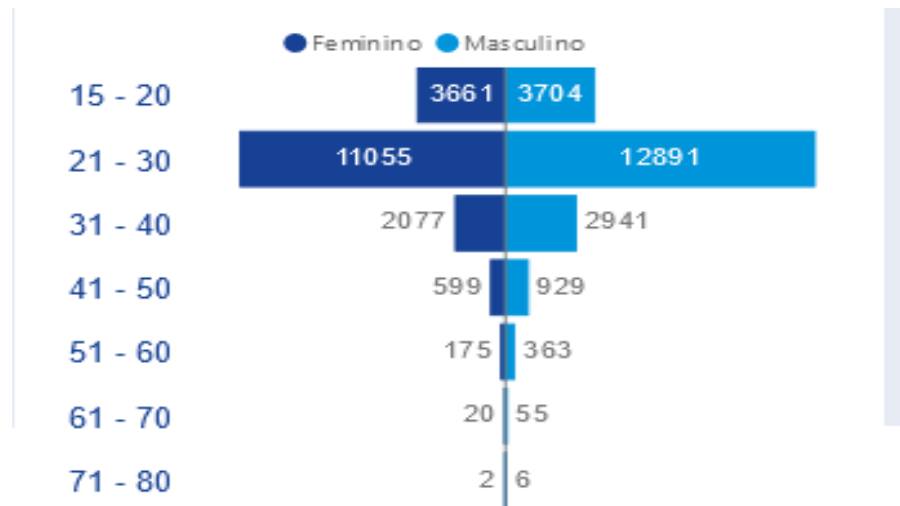
Gráfico 15- Idade Alunos cotistas - 2015 a 2019



Fonte: Elaborado pela autora

Nesse sentido, o gráfico abaixo, referente ao ano de 2021, traz o universo geral de estudantes, cotistas e não cotistas da UFRN, para o sexo feminino e masculino, confirmando a predominância de mulheres e da faixa etária entre 21 e 30 anos e a presença de pessoas com faixa etária maior, entre 60 e 70 anos.

Gráfico 16 - Faixa etária alunos matriculados na UFRN por sexo- 2021



Fonte: UFRN (2021)

Além disso, confirma a predominância masculina no ambiente acadêmico. Este último dado reflete a realidade macrossocial, na qual prevalece ainda de sobreposição masculina nos papéis sociais. Considerando ser a universidade um espaço historicamente elitista, o número mais expressivo masculino também denota esta sobreposição. Percebe-se, ainda, a predominância masculina em áreas acadêmicas economicamente mais valorizadas e também em determinados cursos que privilegiam a construção simbólica da masculinidade de força e superioridade que direciona esses papéis sociais.

Portanto, importa destacar os diversos elementos que compõem a realidade social desses estudantes, as questões sociais que perpassam as suas vivências, a cultura, elementos que incidem diretamente nas identidades destes sujeitos (Dubar, 1997).

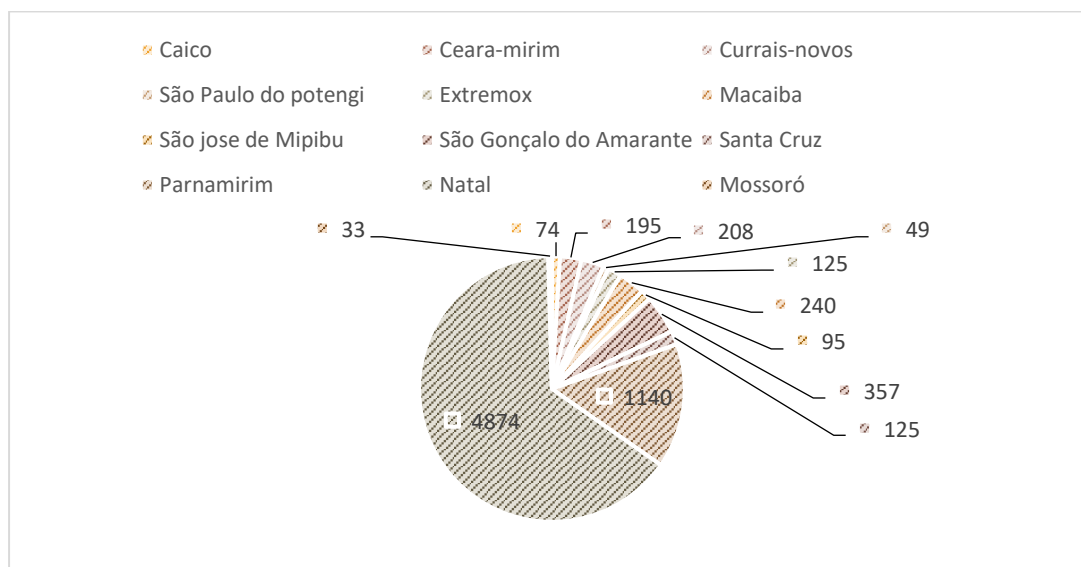
Outra categoria importante de análise dessa realidade social diz respeito à localidade de origem desses alunos cotistas. Identificamos que a grande maioria dos matriculados reside no município de Natal, cidade na qual está localizada a instituição de ensino. Residir na mesma cidade é um elemento facilitador de frequência aos cursos nos quais estão matriculados, todavia, ainda configura-se como sendo dispendioso dedicar-se a uma graduação ou pós-graduação. A maioria desses alunos necessita trabalhar no contraturno, ou mesmo ter as suas despesas custeadas pelos familiares. Ainda, para muitas destas famílias, com predominância negra, esse estudante é o primeiro membro a ter um curso universitário, considerando-se que esta população do país se encontra, em sua maioria, nas periferias, com baixos níveis de escolaridade, conforme explicitado anteriormente no capítulo que trata do fenômeno do Racismo no Brasil.

Assim, entre os pesquisados, 4.874 alunos afirmaram ser originários ou residentes em Natal/RN, representando aproximadamente 50% dessa totalidade. Cidades vizinhas como Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, entre outras do RN, representam parcelas expressivas deste alunado. À princípio, percebe-se que as cidades mais próximas da universidade terão uma representação maior nesses dados, indicando uma tendência comum de busca dos municípios vizinhos das capitais e da sua oferta de serviços. Ressalta-se que na instituição ocorre a oferta de cursos a distância para atender a esta demanda dos municípios mais longínquos, todavia, ainda é predominante a procura pelos cursos presenciais.

Assim, outras cidades de outros estados do Brasil como Ceará, Pernambuco, João pessoa, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, entre outros, também irão compor este grupo de estudantes cotistas da UFRN. Entende-se que tal fato ocorre devido ao formato do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) que possibilita ao candidato escolher, conforme o seu desempenho no exame, o curso e a localidade, em qualquer universidade do país. Essa dinâmica é positiva, apesar de trazer alguns transtornos como a desistência posterior à escolha do curso, deixando a vaga ociosa. Sobre isso, nos acrescenta Sales (2019) que “Em 2013, cerca de 12% das vagas reservadas não foram preenchidas, seguido por 1,3% em 2014 e 17,5% em 2015 (...)” (Sales, 2019, p 82). Por vezes, questões como o custo de vida em outra localidade dificulta ou mesmo inviabiliza a realização do projeto de cursar uma universidade.

Vejamos a distribuição dos principais municípios de moradia, indicados pelos discentes, através do gráfico abaixo:

Gráfico 17- Origem dos alunos cotistas da UFRN quanto aos Municípios do RN (2014 a 2019)



Fonte: UFRN (2021b). Elaborado pela autora

Devido a questões técnicas, para o nosso estudo não foi possível coletar os dados da situação de moradia dos estudantes cotistas, havendo falhas no preenchimento do formulário por parte dos respondentes. Entretanto, por ser uma informação considerada importante, apresentamos os dados da tabela abaixo, da pesquisa de Sales (2019), para a mesma instituição, no período de 2013 e 2015, demonstrando que a grande maioria dos estudantes cotistas residem com a família. Esse estudo traz um recorte para um período anterior ao que foi determinado em nossa pesquisa e utilizou informações diretas, mas engloba o ano de 2015 e o período do início da implementação das cotas raciais na universidade, sendo assim considerado importante.

Tabela 3: Situação de Moradia- Alunos cotistas e não cotistas (2013 a 2015)

Situação de Moradia	Cotista		Não Cotista	
	n	%	N	%
Com a família	2443	63,6%	5574	72,6%
Com amigos dividindo despesas	462	12%	620	8,1%
Com cônjuge	236	6,1%	360	4,7%
Com parentes (Ex. Tio(a), Madrinha, etc.)	339	8,8%	533	6,9%
Em casa de estudante	31	0,8%	44	0,6%
Em pensão, hotel ou pensionato	75	2%	65	0,8%
Em residência universitária	66	1,7%	102	1,3%
No local de trabalho	7	0,2%	4	0,1%
Sozinho, mantido pela família	184	4,8%	376	4,9%
Total	3843	100%	7678	100%

Fonte: Sales (2019, p 86)

Ainda, de acordo com o estudo citado, se compararmos os percentuais dos alunos cotistas com os não cotistas, encontramos que uma parcela quase 10% maior de não cotistas, 72,6%, viviam com as famílias. Indicando, possivelmente, um suporte maior para a manutenção dos estudos. Por outro lado, em todas outras situações que geram maior vulnerabilidade dos estudantes como: com amigos dividindo despesas, com cônjuge, com parentes, em casa de estudante, em pensão, em residência universitária, no local de trabalho, os cotistas apresentam percentuais maiores. Esse dado é importante pois demarca uma realidade muito desigual.

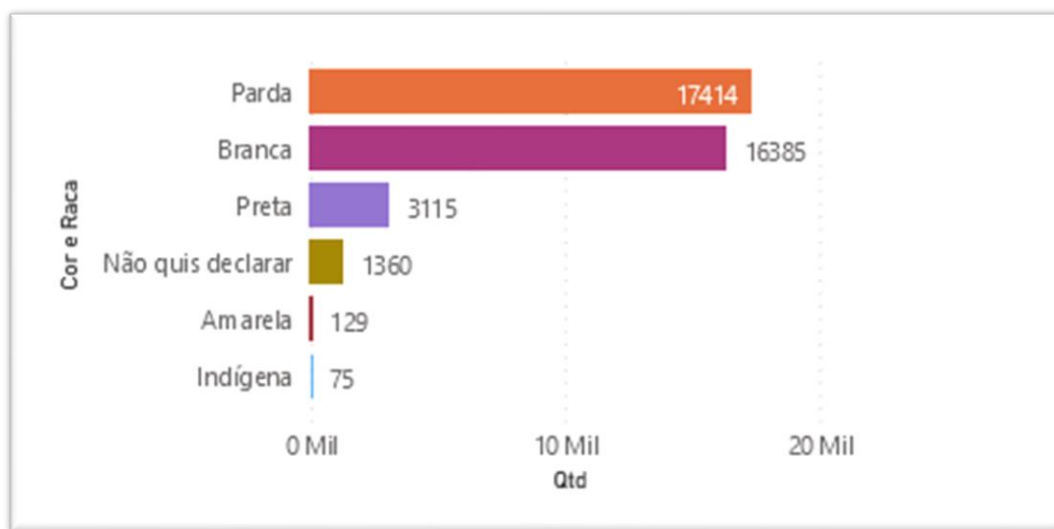
Para complementar esta análise socioeconômica, os dados acerca da renda familiar são também importantes e recorreremos novamente à pesquisa de Sales (2019), nos indicando, para o mesmo período, 59,8 % dos alunos cotistas com uma renda familiar de até 2 salários mínimos e para os não cotistas esse percentual é reduzido para quase metade, 33,9%. Novamente aparecem as condições mais favoráveis economicamente para os não negros.

Ainda, para a faixa intermediária de 4 a 10 salários mínimos, o estudo encontra o percentual de 1,6 famílias e para os não cotistas temos 8% nessa faixa maior de renda. Acima de 20 salários mínimos, apenas 0,2% dos cotistas apresentam esse dado em suas famílias e para os não cotistas esse percentual é elevado para 2,6%.

Assim, percebe-se uma maior vulnerabilidade socioeconômica para o grupo dos alunos cotistas, havendo também, dentro desse grupo, recortes que demonstram múltiplas dificuldades, geradoras de desigualdades, devendo assim, ser cuidadosamente analisadas.

Acrescentamos a essa informação os dados do Censo da UFRN de 2021, objetivando entender a composição racial atual de alunos negros e pardos matriculados na UFRN (cotistas e não cotistas), no qual encontramos que 20.529 é o somatório de alunos pretos e pardos, adicionando-os às pessoas indígenas, totalizam 20.604, em um universo total de 38.478 alunos matriculados na graduação, indicando uma mudança étnico racial no cenário desta universidade, propiciando maior diversidade e inclusão social.

Gráfico 18- Discentes matriculados na UFRN por cor/raça - 2021



Fonte: UFRN (2021c).

Portanto, apesar do crescimento atuais nos números de estudantes pretos e pardos, a realidade social dos estudantes cotistas negros da UFRN reflete claramente a macro realidade brasileira, apresentando uma segregação dessa parcela da população, com significativas desigualdades socioeconômicas. De acordo, ainda, com Sales (2019), essa realidade justifica a “extrema importância de políticas de apoio que garantam a inserção plena de todos os discentes e principalmente aqueles de origem social menos privilegiada, que passaram a adentrar um campo social até então estranho à sua realidade” (p 90).

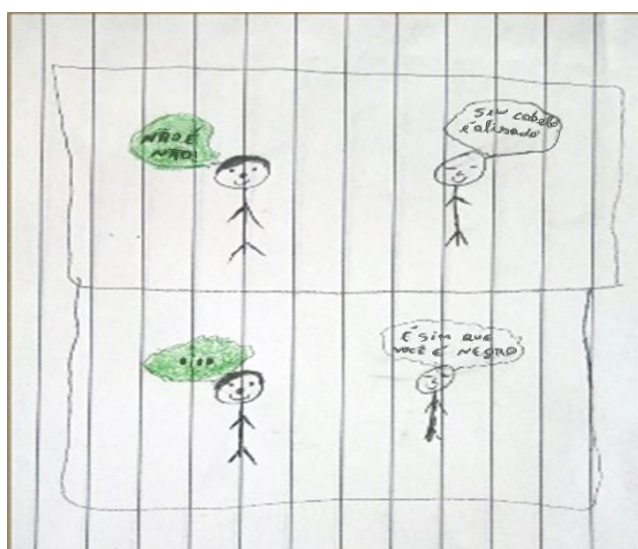
## Capítulo 5- Escrevendo a sua própria história: as percepções dos alunos negros cotistas da UFRN sobre Identidades e a Política de cotas raciais.

*“Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas expectativas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas” (Neusa Santos, 1983).*

Nesta parte do estudo, apresentamos as vivências realizadas nos Grupos Focais, narrando as particularidades e contribuições dessa rica experiência sociológica para a nossa investigação. No intuito de apreender a inclusão dos estudantes negros no ensino superior, através da Política de cotas raciais, apresentamos, em seguida, as percepções destes sobre os processos de construção das identidades, descrevendo como se perceberam negro através das suas vivências no âmbito familiar ou escolar, bem como o processo de auto declaração nas cotas raciais e a compreensão destes acerca da citada ação afirmativa. A análise apresentada está desenvolvida a partir dos dados obtidos em dois instrumentos: os Grupos Focais e os questionários. Tem importante destaque em nosso estudo ao refletir o cotidiano desses sujeitos e a forma como percebem a sua inserção na realidade social. É importante, também, no sentido em que retrata as possibilidades e dificuldades encontradas para se desenvolverem enquanto sujeitos, atravessados pelas representações elaboradas socialmente.

### 5.1 As vivências nos Grupos Focais

Figura 5- Autorretrato 1



Fonte: Desenho do participante 2-G4- M

Para viver uma experiência de aproximação com o outro se faz necessário estar aberto às possibilidades, pensar e repensar conceitos, a forma de olhar o objeto de estudo com a qual já estamos acostumados, nos despir dos preconceitos. Nesse sentido, a experiência sociológica nos Grupos Focais propiciaram ricas vivências, possibilitando elaborar novas reflexões e registrá-las para análise. Conforme nos afirmam Kroef *et al* (2020), “podemos produzir algo novo a partir de nossas memórias” (p 473).

Ressalta-se que o período de coleta de dados da pesquisa encontra como cenário o contexto social da pandemia de COVID-19<sup>42</sup>, havendo resistência dos convidados para as discussões coletivas. Tendo em vista que o retorno das atividades presenciais foi decretado apenas a partir de março de 2022, devendo ser realizada de acordo com os protocolos de biossegurança, como o uso de máscaras e o distanciamento social, conforme registra-se nos meios de comunicação institucionais desta Universidade. Ressalta-se, ainda, que o processo de imunização deu-se tardiamente no Brasil<sup>43</sup>, dificultando o processo de reaproximação dos participantes.

Inicialmente, na fase de pré-campo da pesquisa, registra-se o apoio institucional da UFRN, através do suporte fornecido pelos setores responsáveis pelo ensino de graduação e pós-graduação, no encaminhamento de e-mails e convites aos alunos cotistas negros para participação nos GF. Ainda nessa fase, encaminhamos mensagens eletrônicas e ofícios às unidades acadêmicas para obter liberação de acesso aos alunos e utilização dos espaços físicos da universidade.

Para o encontro presencial dos Grupos Focais, nos foi disponibilizado o espaço físico da Diretoria de Desenvolvimento de pessoas- DDP, todavia, esse espaço demonstrou ser de difícil acesso aos estudantes, não indicando adesão destes à proposta. Então, solicitamos um espaço mais central no Núcleo de estudos e Pesquisas do CCSA (NEPSA/Centro de Ciências Sociais Aplicadas), tornando-se importante ponto de apoio durante o período de realização dos GF.

Figura 6- Imagem ilustrativa- NEPSA/ CCSA/UFRN

---

42 Trata-se de um agente biológico que precisa de um local para sobreviver e se replicar, podendo causar uma doença. No caso específico do novo coronavírus (sim, existem outros e, por ter surgido ano passado, 2019, tem sido chamado de “novo”), o vírus precisa de um organismo vivo para que possa se replica (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022, p 7).

43 O Brasil poderia ter sido o primeiro no mundo a iniciar a vacinação “se todos os atores” tivessem colaborado. Dimas Covas disse que manifestações do presidente Jair Bolsonaro contra a vacina deixaram as negociações “em suspenso” e atrasaram o começo da vacinação no país. Em dezembro, o laboratório tinha quase 10 milhões de doses da CoronaVac (5,5 milhões de doses prontas e 4 milhões em processamento). A vacinação no mundo começou em dezembro. No Brasil, apenas em 17 de janeiro. (Rudy, 2021, p 1)



Fonte: Rocha (2018)

Ainda nessa fase, elaboramos 2 (dois) convites, que foram enviados através do E-mail institucional e das redes sociais como Facebook e Instagram. Estes obtiveram uma boa aceitação, registrando a adesão de 63 inscrições enviadas através dos formulários disponibilizados no Google-Forms. Apesar desta significativa adesão inicial, o comparecimento destes alunos não ocorreu. Questionamo-nos enquanto motivação ao não comparecimento dos inscritos o fato da pesquisadora não ser aluna da UFRN ou ser ligada profissionalmente a esta instituição<sup>44</sup>. Este último poderia inibir a espontaneidade nas falas, podendo ser compreendida pelos participantes como alvo de controle ou vigilância. Sobre isso, Barbour (2010) nos afirma que

A presença de um pesquisador pode influenciar tanto no conteúdo da discussão, quanto sobre a adesão ao grupo. Qualquer grupo que inclua um pesquisador – mesmo que não seja participante observador – não pode ser assumido como ocorrendo inteiramente naturalmente (p 9)

---

<sup>44</sup> Por exemplo, os participantes podem sentir-se obrigados a participar na investigação quando na verdade prefeririam não participar, ou o investigador pode sentirem-se pressionados por laços pessoais a analisar os dados de uma forma positiva e não negativa maneiras. Numa nota mais positiva, também pode ter vantagens distintas. Fortier (1998) descreve como dados valiosos podem ser produzidos pela reflexão do pesquisador. Sobre a natureza das relações que mantêm com os seus participantes. Além disso, Blee e Taylor (2002: 97–8) destacam alguns dos aspectos práticos vantagens, como facilidade de acesso ao campo, capacidade de ganhar a confiança dos participantes e conhecimento prévio de histórias e valores compartilhados que pode facilitar uma maior compreensão por parte do pesquisador. O aspecto final da pesquisa em grupo focal é a questão do controle. Enquanto o moderador deve exercer algum grau de controle sobre o grupo, escolhendo qual perguntas a serem feitas e quais tópicos cobrir, garantindo que todos os participantes tenham a chance de conversar e estar pronto para intervir se a conversa for descontrolada, fora do caminho, isso pode levar a uma preocupação em tentar garantir que o moderador mantenha um controle rígido sobre todo o processo (munday, 2006, p 98)

Diante disso, foram elaboradas novas estratégias de divulgação e abordagem, buscando um contato mais aproximado, através dos telefones fornecidos nos formulários de inscrição. Diante desse contato mais aproximado, recebemos respostas positivas dos alunos, por E-mail, com demanda por encontros presenciais e à distância.

Figura 7- Convite 1 Grupo Focal



Fonte: Documento elaborado pela autora

Mobilizada pelas inquietações relatadas anteriormente, adentro o campo de pesquisa para coletar os dados empíricos fundamentais ao nosso estudo. O primeiro encontro ocorre pela plataforma digital *Meet*, com adesão de 3 (três) participantes, no dia 01 de junho de 2022 e um segundo, no dia 03 de junho, com 01 (um) participante. Esses dois momentos objetivaram explicar o funcionamento e finalidades dos GF (Barbour, 2010). Essa estratégia foi considerada inviável devido às realidades relatadas pelos participantes, marcadas por diversos compromissos acadêmicos, de trabalho ou mesmo familiares. Assim, optamos por priorizar um único momento de discussão, trabalhando neste também os objetivos e esclarecimentos gerais. Esses momentos iniciais foram importantes, pois, apesar da distância física entre os envolvidos, já caracteriza-se como sendo um primeira aproximação, mesmo através das telas dos telemóveis, pudemos visualizar os rostos, ouvir as vozes e perceber os interesses e/ou rejeição pela temática abordada.

Em seguida, no dia 08 de junho desse mesmo ano, ocorre o primeiro GF e conta com a presença de dois participantes, no formato virtual, devidamente registrado em áudio e vídeo. Esse momento serviu como um teste para as questões de pesquisa elaboradas, mostrando a

necessidade de ajustes na formulação das questões pertinentes à identidade. O encontro realizado no virtual apresenta aspectos positivos e negativos, tais como o distanciamento físico e insegurança com relação ao funcionamento adequado dos equipamentos, dos registros, e a dificuldade de percepção precisa das reações dos participantes. Apesar disso, o debate ocorreu com fluidez, possibilitando explicitar as vivências dos participantes, suas realidades enquanto cotistas negros. Este momento serviu de importante teste para as questões elaboradas, ajustando-as, seguindo as orientações de Barbour (2010).

Muitos pesquisadores de grupos focais usaram o método de forma oportunista, entregando-se a sessões de 'brainstorming', (despendendo o mínimo de esforço em relação à formulação do tópico guias ou materiais de estímulo) ou capitalizando situações sociais sem nenhuma tentativa de selecionar participantes. A arte de projetar com sucesso estudos de grupos focais, no entanto, depende em grande parte em grande medida, numa certa prestidigitação em termos de prestar atenção à estrutura – na forma de decisões de amostragem, desenvolvimento de guias de tópicos e seleção de estímulos materiais – que servem para moldar ou focar a discussão em uma direção que aborda as preocupações com as quais iniciamos a pesquisa. (p 10).

Após rever as estratégias de abordagem e realizar parcerias com diversos profissionais dos setores da universidade para uma maior mobilização dos estudantes cotistas, conseguimos encaminhar novos convites, a fim de retomar os GF após as férias letivas. Uma das estratégias utilizadas foi a oferta de certificados para a participação destes alunos nos eventos, referindo a afiliação à Universidade da Beira Interior/UBI/PT, despertando maior interesse do público-alvo. Pensando em uma abordagem inclusiva de gênero, em contraposição ao sexismo que associado ao racismo, afetam singularmente as mulheres negras (Hall, 2018), elaboramos os convites em alternância para alunas e alunos feminino e masculino, possibilitando assim outras identificações. Denota-se, através da abordagem descrita nos convites, dar visibilidade ao grupo étnico, mobilizando o contexto identitário (Flores, 2008).

Figura 8- Convite 2- Grupo Focal



**C O N V I T E**

**Você é negro ou negra e ingressou na UFRN através das cotas raciais?**

**Então se liga! Esse convite é pra você.**

Participe do nosso **grupo focal\*** sobre a **política de cotas raciais** para negros no **ensino superior** e **identidade**.

**Local: UFRN - DDP e Online**

Saiba mais através do email:  
**cleia\_urfn@yahoo.com.br**

 Será emitido certificado de participação pela **UBI - Portugal**

\* Pesquisa de Doutorado UBI-Portugal

The image is a flyer with a yellow background and a black and white photograph of a young Black man looking upwards. The text is in black and white, with some words in bold. The flyer is titled 'CONVITE' and asks if the recipient is Black and entered UFRN through racial quotas. It invites them to a focus group on racial quota policy and identity. It specifies the location as UFRN - DDP and Online, and provides an email address. It also mentions that a certificate of participation will be issued by UBI - Portugal.

Fonte: Elaborado pela autora

No dia 19 de outubro deste mesmo ano, dá-se o primeiro encontro presencial, GF-2. Neste momento, tivemos a participação de três estudantes da graduação, dos cursos de Direito, Tecnologia da Informação e Políticas públicas. Uma pessoa identificada para o gênero feminino e duas para o masculino. As discussões ocorreram também de forma fluida, nesse momento.

Importa ressaltar que a temática do racismo compreende questões que são, por vezes, dolorosas aos participantes. Diante disso, respeitamos a espontaneidade nas falas, reforçando o compromisso com o sigilo, com o devido esclarecimento dos objetivos da pesquisa, obtendo autorização para o uso das falas através do TLCE (Termo de Livre Consentimento Esclarecido). Ainda, em alguns momentos citados, contamos com o apoio de uma estudante voluntária da UFRN para gravar as falas dos participantes, certificando-se da inexistência de relação anterior entre a colaboradora e os participantes dos GF.

Ainda, tomando-se o devido cuidado para perceber as expressões faciais e propiciar a interação entre os participantes, colocou-se as cadeiras da sala em círculo. Foi percebido entre os membros desse grupo um interesse genuíno em falar, de trocar as experiências como as angústias em torno das diversas expressões do racismo na sociedade e que foram muito presentes, principalmente, em suas adolescências. Dessa forma, ressalta-se que o Grupo Focal possibilita gerar dados do ponto de vista dos participantes. Para Munday (2006), “ao moderar habilmente o grupo, o pesquisador é capaz de extrair fatos objetivos sobre as atitudes e opiniões dos membros do grupo. O pesquisador é visto como sendo capaz de acessar a “verdadeira” natureza da realidade dos participantes” (p 95).

Nesse encontro foram utilizadas dinâmicas de elaboração de desenhos e, através do lápis e do papel, obtivemos outras expressões das suas identidades ou símbolos de suas individualidades e coletividades, além de contribuir para mobilizá-los em suas participações. Esta moderação pode ser considerada dispensável a depender do grupo, todavia, “os materiais de estímulo podem, no entanto, ser de grande utilidade e maior valor se usados numa fase posterior da discussão, onde podem ser usados para revelar semelhanças e diferenças nas perspectivas dos participantes (Barbour, 2010, p 30).

Nesse mesmo sentido, os estudos de Jennie Munday (2006) utilizam a abordagem de Grupo Focal para analisar a identidade coletiva de membros do Women’s Institute (WI), reforçando que este método “possibilitou a produção de dados, não apenas sobre o conteúdo da identidade colectiva destas mulheres em particular, mas também sobre o processo de interação, negociação e afirmação através do qual tal a identidade é produzida e sustentada

dentro do grupo” (Munday, 2006, p 2). Esta percepção fortalece o intento ora apresentado com objetivo semelhante. A autora ainda ressalta a necessidade de “considerar não apenas o conteúdo do que é dito, mas também o contexto em que a fala ocorre é destacado” (Munday, 2006, p 90).

Seguindo o entendimento apresentado, no dia 28 do mesmo mês, realizamos o GF-3, também no formato presencial. Estavam presentes seis (06) alunos de graduação e pós-graduação, uma pessoa do gênero feminino e cinco do masculino. O encontro foi muito rico, pois os alunos eram de cursos bastante variados: história, direito, pedagogia, ciências sociais e matemática, além disso, a variedade de idades foi também ampla: dos 21 aos 71 anos, possibilitando diferentes olhares sobre os mesmos problemas. O debate ocorreu, também nesse grupo, de forma fluida e dinâmica. Nesse momento, não realizamos a dinâmica dos desenhos, pois o tempo foi bastante estendido devido ao grande número de participantes, mas avaliamos que não prejudicou a expressividade dos participantes. Tivemos participantes oriundos de cidades diversas do país, pessoas com deficiência, tons de pele negra que oscilavam do retinto ou mais claro. Participou, também, uma pessoa negra com deficiência física, idosa. Ressalta-se que estas particularidades agregam estigma, geralmente, em nossa sociedade. Todavia, este participante nos relatou uma vivência na qual não identificou preconceito. Esta afirmativa causou surpresa nos participantes, principalmente ao ouvirem deste que o que fizeram durante toda a sua vida foram apenas ‘brincadeiras” e que não o ofenderam. Entretanto, para a pesquisadora foi importante exercitar o distanciamento das pré-noções, os julgamentos pré-existentes, evitando enviesamento na esquisa (Weber, 1973).

No dia 03 de novembro, ainda em 2022, realizamos o GF-4 e participaram dois (2) estudantes, de graduação e pós-graduação, ambos identificados no gênero masculino. Esse momento, apesar de contar com um número reduzido de participantes, foi considerado de elevada riqueza, pois um deles era atuante no movimento negro do estado do Rio Grande do Norte, trazendo importantes reflexões de sua trajetória enquanto estudante cotista da universidade, sob uma perspectiva crítica. Nesse momento nos foi relatada a existência de adoecimento mental por parte de alguns alunos cotistas, motivados pela cobrança socialmente imposta pela sua condição de entrada na universidade, elemento que também surgiu no grupo anterior. Foi doloroso perceber que uma conquista tão desejada pode propiciar traumas. Foram reflexões importantes para novamente desconstruir as pré-noções da pesquisadora e servir de estímulo para a continuidade dos estudos. Afinal, “não entramos e saímos de um mesmo rio da mesma forma. Já não é o mesmo rio e já não somos os mesmos” (Heráclito de Éfeso).

Além disso, na análise desses processos identitários, denotou importância buscar compreender a realidade em que as falas foram produzidas, dando-lhes a devida relevância. Munday (2006) valoriza tal procedimento e afirma:

É surpreendente que deva ser esta versão do método de grupo focal que predomina na pesquisa sociológica, uma vez que se afirma regularmente que é a capacidade de observar a interação entre os participantes e analisar o contexto em que a fala é produzida essa é a característica distintiva da pesquisa em grupo focal, permitindo que o pesquisador gerar dados que não poderiam ser produzidos usando qualquer outro tipo de técnica de entrevista (p 95).

O último encontro, GF-5, ocorre ao final de novembro, no dia 26 deste mesmo ano. Participaram deste momento duas (2) alunas da pós-graduação do curso de ciências sociais. Esse momento aconteceu através da plataforma digital (Meet), devido às dificuldades em conciliar horários, e pelo fato de uma das participantes ser residente no interior do estado do Rio Grande do Norte. Nessa tarde foi registrado um importante momento, regado com ricas reflexões. As participantes atuavam no movimento de mulheres negras e de estudantes da universidade e, através do relato de suas vivências na esfera política, nos remeteram à necessidade do recorte de gênero dentro do debate racial.

Ao término dos encontros, avalia-se que a estratégia escolhida encontrou sérios obstáculos<sup>45</sup> já citados anteriormente, promovendo encontro com pequenos grupos ou mesmo duplas, descaracterizando, em parte, a definição de Grupo Focal. Todavia, mesmo nos grupos pequenos ocorreram interações e trocas dos saberes, das vivências, conforme os relatos demonstrados a seguir, fortalecendo a importância sociológica do trabalho investigativo realizado. Tal limitação direcionou-nos a decisão para uma nova coleta de dados, através dos inquiridos com questões abertas, junto ao mesmo público de estudantes cotistas negros, excetuando-se os participantes dos GF.

De uma forma geral, avalia-se como positivo o resultado dos encontros, não identificando entraves para a fluidez dos diálogos. Ainda, o vínculo institucional da moderadora foi sempre informado, garantindo-se o sigilo das falas dos participantes e direcionando as discussões conforme os objetivos da investigação<sup>46</sup>. Sobre isso, Barbour (2010) ressalta as habilidades

---

45 Apesar do impressionante pedigree de pesquisa qualitativa dos grupos focais como método, muitos dos problemas enfrentados pelos novos convertidos a esta abordagem podem ser utilmente compreendidos em termos de expectativas irrealistas, que reflectem uma adesão persistente a critérios quantitativos. Abordagens. Isso pode levar alguns pesquisadores de grupos focais a considerarem problemático características que são parte integrante – na verdade, muitas vezes pontos fortes particulares de pesquisar. Vistos através de outra lente, estes podem muitas vezes ser vistos como recursos e não como pontos fracos. (Barbour, 2010, p 6 e 7)

46 Em vez de tentar o impossível em termos de correspondência entre moderador e grupo, provavelmente é melhor permanecer alerta ao impacto da persona do pesquisador nos dados gerados e usar isso como um recurso na análise – juntamente com a consideração das características dos participantes, por exemplo. (Barbour, 2010, p 25)

necessárias neste processo e afirma que desenvolver proveitosamente esta interação grupal trata-se de “uma arte”, na qual o pesquisador mobiliza as habilidades desenvolvidas durante a sua história de investigação, devendo “sempre refletir sobre o propósito e o escopo do projeto de pesquisa específico envolvido” (p 3).

Tal experiência e o número expressivo de adesão nas inscrições (acima de 60) embasaram a opção pela continuidade do nosso processo de coleta, entretanto, utilizando métodos distintos, sem a necessidade de deslocamento destes ou contato físico.

Ainda, nos momentos de realização dos GF foi buscado incessantemente o cuidado com o distanciamento necessário das ideologias, no tratamento das problemáticas abordadas, para conseguir realizar as reflexões propostas, para o qual avalio ter obtido êxito. Nesse sentido, pode-se afirmar com convicção acerca da valorização da mobilização das interações entre os participantes (Barbour, 2010), havendo registros de auto percepção nas situações apresentadas pelos participantes, com concordâncias e discordâncias, aflorando debates calorosos.

Assim, os GF ocorreram com uma média de 1h e 30 de duração<sup>47</sup>, configurando-se, de uma forma geral, com vivências em pequenos grupos. Ocorre, assim, o questionamento acerca do número mínimo de participantes para a existência formal do método de abordagem citado. Ressaltamos novamente a análise de Munday (2006) na qual nos afirma que “o tamanho do grupo deve ser adaptado às necessidades do projecto e, quando utilizados nas circunstâncias certas, pequenos grupos podem ser mais eficazes do que grupos grandes” (p 96).

Dessa forma, apenas o grupo maior, GF3, apresentou um desdobramento das discussões em torno de 2 horas. Percebemos que as questões foram sendo debatidas espontaneamente. No último grupo, GF5, foram encaminhados questionamentos, de uma das participantes, com relação aos objetivos da pesquisa e da minha atuação profissional na UFRN. Após esse momento inicial, e com os devidos esclarecimentos, as questões foram normalmente debatidas entre as mulheres negras participantes. Apesar da necessidade dessa fluidez nas discussões, ressalta-se observar que estas não podem assemelhar-se às conversas informais, pois servem a um propósito um pouco diferente e exigem competências adicionais (Barbour, 2010, p 2).

---

47 Krueger e Casey (2000) comentam que grupos focais com quatro a seis participantes, muitas vezes chamados de minigrupos focais, estão se tornando cada vez mais popular. Eles oferecem vantagens distintas, como maiores oportunidades para todos os participantes falarem e expressarem plenamente os seus pontos de vista, e a facilidade de moderar um grupo pequeno em oposição a um grupo grande. (munday, 2006, p 96)

Assim, as questões norteadoras e os objetivos a serem contemplados em nosso estudo foram constantemente observados durante todos os encontros realizados, conforme os relatos analisados a seguir.

### 5.1.1 Perceber-se negro: a construção social das identidades.

Figura 9- Autorretrato 2



Fonte: Desenho do participante 3-G2- M

O processo de se perceber, enquanto sujeito, construído a partir das relações sociais, não é algo dado de forma imediata. Compreender determinada dinâmica social, a forma como ocorrem as interações, como os indivíduos são impactados por elas e como as impactam é um processo complexo de ser apreendido. De forma análoga, perceber-se enquanto pessoa negra não se dá no momento do seu nascimento ou do seu primeiro olhar no espelho, identificando os traços de negritude. Frequentemente esta percepção se dá apenas no momento da interação com o outro sujeito, na vida em sociedade, conforme nos afirma Fanon (2008).

Para uma maior compreensão do fenômeno, é valioso revisitar contributos da Antropologia sobre os comportamentos grupais, norteados pela relativização cultural e buscando evitar o etnocentrismo ou sobreposição de uma cultura sobre as demais (Da Mata, 1981).

Nesse sentido, percebe-se nas falas dos participantes dos Grupos Focais algumas expressões desse movimento de auto percepção nas cenas do seu dia-a-dia, construído a partir das diferenças e do olhar “do outro” (Fanon, 2008). A fala abaixo demonstra esta percepção:

*“Por exemplo, (risos) Se “tu pega” um ônibus, assim que “tu sobe” no ônibus (risos), “tu vê” também que existe algo diferente, uma forma das pessoas te enxergarem”. (P2-G1-M)*

A fala acima demonstra uma situação na qual as pessoas presentes naquele espaço social coletivo, ônibus, enxergam este sujeito de uma forma “diferente” de como enxerga os demais, seja por apresentar determinadas características físicas, ou mesmo comportamentos, distintos das do observador. Nos questionamos o que seria marcante nesse olhar diferente? De qual forma as demais pessoas presentes neste ambiente recebem este olhar? Quais características este sujeito teria de diferente? O olhar denotaria incômodo ou insatisfação por parte do observador? Estão presentes sentimentos de rejeição ou mesmo medo com relação ao observado? E principalmente: O que influencia o olhar deste observador? Como este ser, objeto desse olhar, se desenvolve enquanto sujeito social, percebendo este olhar todos os dias de sua vida, nos ônibus ou mesmo nos outros ambientes de convivência coletiva nessa sociedade?

Nesse sentido, buscando compreender a dinâmica social, retomamos as análises apontadas por Goffman (2008), Zanata (2011) e Garcia, Fusaro e Carvalho (2018), buscando apreender o processo de construção das identidades, percebendo que este se dá através da interação social e do reconhecimento do ser social neste processo. Compreende-se que ocorre um reconhecimento do outro e o reconhecimento de nós mesmos através dos outros, conforme demonstrado na fala anterior do participante. Ainda, identifica-se a transmutação para o observador de ideias positivas ou negativas, pensamentos de aceitação ou negação, a partir de elementos construídos socialmente, tais como marginalidade, inferioridade, rejeição aos traços fenotípicos, incidência de comportamento violento ou perigoso. Acerca desta situação, novamente nos reportamos às análises de Goffman (2008), identificando as representações sociais (Moscovici, 2007) que envolvem os comportamentos elencados.

Ainda sobre essa vivência, afirma-se que o sujeito, objeto desse olhar, poderá sentir incômodo ou insatisfação diante de tal tratamento, todavia, para sobreviver nessa realidade hostil, poderá desenvolver habilidades, assumindo papéis ou realizando performances, aproximando-se de uma realidade socialmente aceita. Ou seja, no momento das interações sociais, os indivíduos se comportam adequando-se às situações ou necessidades, não se

expressando exatamente como gostariam, reprimindo comportamentos (Goffman, 2008). Portanto, não lhe cabe “Simplesmente ser”, conforme afirma Santos (1983).

Nesse sentido, estes sujeitos poderão assumir características diferentes das apresentadas em sua intimidade, em seu cotidiano, estabelecendo um mecanismo protetivo na ocorrência de uma situação de estigmatização, semelhante à citada anteriormente, ocorrida no transporte coletivo. Ocorrendo, assim, enfraquecimento ou sofrimento desses sujeitos, impossibilitando-os de viver plenamente ou de se desenvolverem em condições de inclusão e/ou igualdade em sociedade, conforme nos afirma Sen (2004).

Assim, através da fala de outro participante dos Grupos Focais destacada abaixo, percebe-se, de forma semelhante, este olhar para o diferente, tornando mais explícito o incômodo provocado por este olhar estigmatizante, e o fenômeno social de se perceber nesse processo,

*“Eu ficava pensando... por que ela diz que a ignorância é uma benção? Porque quando a gente se descobre, começa a perceber o racismo. Por que eu fui tratado daquele jeito naquele lugar? Por que eu fui tratado **daquele jeito** no shopping de alto padrão? **Comecei a me perceber**: eu não sou moreno, eu sou negro. Porque ninguém se percebe dessa forma, como um risco”. (P1-G2-M)*

Essa fala anterior traz ainda um elemento reflexivo que é a referência da participante de uma “ignorância” do observado, ou desconhecimento da discriminação que irá servir para a sua proteção. Portanto, enquanto o indivíduo, com características de negritude, identificar o olhar, as falas ou atitudes de rejeição, tais ações podem ser interpretadas como aleatórias, não intencionais ou motivadas por alguma atitude que provocasse tal incômodo. Afirma o participante que essa “ignorância” evitaria que o indivíduo fosse confrontado com a situação, ou mesmo com a sua condição diferenciada, supostamente inferior, pejorativa ou excludente. A partir da percepção e incômodo com esse olhar do outro, estigmatizante, o sujeito passa a se perceber negro, apesar de não se identificar como provocador de “riscos”, conforme aponta a fala anterior.

Tal situação de estigma pode gerar comportamentos no “observado” como o de adotar comportamentos mais “aceitáveis” ou de inferir, a si próprio, características mais aproximadas desse referencial de branquitude, por vezes negando a sua herança étnica, para propiciar uma maior inserção social. Em nossa sociedade é comum o uso de termos como “moreno”, “cor-de-jambo”, “moreno escuro”, para identificar a cor da sua pele, ou mesmo para etnia, distanciando-se da cor preta. Vargas (2005) infere sobre isso que “A multiplicidade de cores que os não-brancos empregam para falar de seus fenótipos muitas

vezes constitui tentativas de se aproximar do ideal branco e tão longe quanto possível das categorias negras, menos ambíguas, que sua aparência física pode sugerir<sup>48</sup> (p 15).

Outro elemento importante identificado para a compreensão da problemática de “perceber-se negro” diz respeito às relações familiares estabelecidas e a forma como estas influenciam a percepção do sujeito acerca da sua negritude, tendo em vista que a família é o primeiro espaço de socialização do indivíduo. Para Ferreira e Camargo (2011), “O outro, o diferente – o negro – representa uma ameaça. Frente à ameaça, as pessoas desenvolvem posturas defensivas. Dentre essas posturas, é comum identificarmos a superproteção ou a negação” [por parte da família] (p 381).

Foram relatados, por diversos participantes, comportamentos e atitudes dos seus familiares negando a identificação destes sujeitos como pessoas negras. Tais ações foram percebidas por estes como uma forma de proteção, diante de uma possível discriminação racial por parte da sociedade. Essa vivência está descrita na fala abaixo:

*“Naquela época pra mim tudo era complicado, não via que tinha um problema por trás, até o momento que fui entendendo porque que meus pais eram daquela forma: Porque minha família queria me proteger. Que era porque eles não estudaram, vieram do interior, não estudaram, era uma cultura muito diferente. (...) Eles não percebiam essa dificuldade de eles se estabilizarem, socialmente, financeiramente eles conseguiram. Mas questão de convivência mesmo até hoje não conseguem. Tem motivo. Isso foi criado. O sistema foi feito “pras” pessoas, principalmente para as pessoas como a gente não conseguirem. e ...então isso me afeta muito. Ver minha família, meu pai, minha mãe, minha irmã... eu amo muito eles. Tem que saber lidar porque eles não têm mais perspectiva. Sei lá. Pra eles um gesto agressivo vai resolver. Não tem toda essa análise histórica, esse contexto histórico que hoje eu consigo enxergar” (P3-G2-M)*

Identificamos, acima, um depoimento que trata das relações familiares com a negritude, aproximando-se da análise realizada anteriormente. Tais atitudes inferidas como protetivas, podem, entretanto, ocasionar ainda mais discriminação, pois dificultam uma construção positiva identitária com a sua origem racial. Ou seja, negar a negritude do sujeito não o faz deixar a sua condição étnica, conforme afirma Flores (2008). Tampouco o faz evitar viver situações de preconceito ou discriminação. Apenas o descaracteriza, negando elementos de sua identidade racial. Esta percepção fica marcante na fala a seguir:

*“Eu tenho uma memória da adolescência (...) foi uma experiência terrível, que meus cabelos mudou muito na adolescência, era meu pai que cuidava, porque quando ele era liso e na adolescência ficou crespo, na cabeça dele ele achava que foi porque parou de*

---

48 Tradução Livre de: The multiplicity of colors non-whites employ to talk about their phenotype often constitutes attempts to place themselves closer to the white ideal and as far away as possible from the less ambiguous Black categories their physical appearance may suggest (Vargas, 2005, p 15)

*pentear, então ele dizia para a gente pentear, se a gente esquecesse ele pegava a escova penteava, se a gente resistisse apanhava’ (P1- G4-M).*

Essa situação de discriminação também ocorre quando, entre os membros de uma família, apenas alguns apresentam traços negroides mais expressivos, podendo os demais serem pardos, com um tom de pele mais claro. Para estes mais claros também é percebido um sofrimento pela discriminação. Vejamos o depoimento desse entrevistado que apresenta um tom de pele mais clara:

*“Eu ficava chateado por eles. Assim: eu tomava as dores. Por isso que eu sou muito empático com essa questão. Por exemplo: alguém dizer do meu irmão: o que esse pretinho quer fazer ou “tá” fazendo aqui? Eu já ouvi a pessoa falando, sem saber que eu era irmão dessa pessoa. Eu sempre tive essa questão muito pesadamente”. (P1-G1-M)*

Ou seja, o processo de estigmatização afeta todo o grupo (Goffman, 2008). Sobre isso, destacamos este depoimento no qual denota incômodo e sofrimento ao perceber o olhar do outro sobre os seus familiares, caracterizando, por vezes, atitudes discriminatórias, atribuindo-lhe um estigma de Cortesia (Lory, 2005). Essa problemática é importante pois afeta significativamente o desenvolvimento dos sujeitos, entretanto, apresenta-se de forma variada na condução das questões étnicas. Ou seja, existem vários elementos influenciadores desta discriminação, tais como fatores econômicos, culturais níveis de escolaridade, região de origem ou condições de moradia.

Na região Nordeste do Brasil, da qual a maior parte dos participantes são originários, por exemplo, o nível de escolaridade é mais baixo que a média brasileira geral, bem como os níveis de renda *per capita*, conforme explicitado no capítulo 3. Estes fatores podem exercer influência sobre esse processo, diante do estigma atribuído.

Ou seja, a clareza ou percepção desse processo de autoidentificação, enquanto pessoa negra, também é influenciado por fatores externos ao ambiente familiar, através da sua inserção nos outros espaços coletivos (Bourdieu, 1996 e Cuy, 2015). Esta se apresenta muito fortemente, conforme os relatos, no ambiente escolar. Assim, neste ambiente, desde os anos iniciais até o ensino médio ocorrem vivências individuais e coletivas geradoras de marcas sociais, notadamente na adolescência. Vejamos o depoimento a seguir:

*“Eu só vim sentir que eu era preta quando eu fui fazer o ensino médio. Porque eu saí do meu bairro e fui fazer em uma escola de classe média. Eu era bolsista. Ai... eu tinha que chegar às 5 horas da manhã, para ninguém me ver e sai depois que todo mundo saísse, que era para ninguém me ver novamente, por dois motivos: um porque eu não tinha dinheiro para comprar lanche nenhum, eu levava meu pãozinho e comia escondido. E dois porque eu era a única preta, não tinha ninguém preto, então eu achava muito estranho” (P3-G3-M)*

Ainda em busca de uma compreensão analítica deste fenômeno, apresentamos diversas falas dos participantes dos grupos focais, com perfis distintos em gêneros, renda familiar, grau universitário, entre outros, destacando a ocorrência de semelhanças em seus processos de auto-percepção enquanto pessoa negra, demonstrando, porém sutilezas e diferenças entre estes:

*"Essa auto percepção de você perceber tal coisa. Isso principalmente pra mim vem quando voce sabe da sua cor e vc sofre por causa da pele. Então acho que o contato escolar deve ser o primeiro gatilho que a gente sofre. Você vai ter contato com ambientes externos. Então isso é bem a partir de quando você se choca com essa realidade com o outro. É quando você tem essa percepção de estar diferente daquela situação". (P2-G3-F)*

*"Eu não considerava, eu não me conseguia me entender como uma pessoa negra, até eu entrar no IFRN (Instituto Federal do Rio Grande do Norte) (...), porque no bairro que eu moro, que é uma periferia de Parnamirim<sup>49\*</sup>, o tipo médio de cor das pessoas é muito parecido com meu tom de pele (...) então quando entrei no IFRN tinha essa parcela de pessoas que eram de escolas privadas e elas eram muito brancas então eu tive contato com pessoas brancas que eu nunca tinha na vida, aí eu comecei a escutar os comentários muito pejorativos relacionados a questão racial". (P1-G4-M)*

As falas destacadas acima denotam o ambiente escolar como marcador desse momento inicial de percepção da identidade negra. Ocorre, nesse momento, uma comparação mais explícita do ser negro com o ideário branco de beleza, mais aceito e admirável socialmente. Afirma-se, portanto, ser este ambiente propício ao confronto com realidades discriminatórias, de naturezas diversas, permeado por interações sociais que irão formar estes indivíduos. Sabemos que o ambiente escolar é rico em vivências, positivas ou negativas e que estas irão variar em suas complexidades por inúmeros fatores como a cultura. Vejamos a fala a seguir:

*"No ensino médio, meu cabelo é fino (...) e as pessoas achavam estranho que eu tinha cabelo mais fino, de cabelo dos brancos, eles diziam que eu alisava. tive um colega que jogou agua pra tirar a prancha do cabelo, no momento eu não "embolsei", mas quando cheguei em casa fiquei pensando (...) e do meu nariz também, mas eu não falava nada, ficava até rindo, mas me doía muito. Quando eu chegava em casa não era legal. No ensino médio foi muito racismo, mas eu já me declarava como preto, mas tinha a questão das piadas".(P2- G4-M)*

Portanto, na escola também estão refletidas as hegemonias e as relações de poder engendradas socialmente. Sobre isso, Nascimento (1978) afirma, desde décadas anteriores, que "O sistema educacional é usado como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro - elementar, secundário, universitário (...)" (p 95). Este controle pode ser analisado como forma de manter dos negros

---

49 Esta é uma importante cidade do estado do Rio Grande do Norte.

nos espaços sociais pré-estabelecidos, dificultando a sua inclusão em outras esferas desses espaços.

Além de exercer esse controle, a escola pode criar mecanismos de emancipação social, pois os sujeitos, objetos de sua intervenção, serão educados com base em uma visão socio crítica da realidade, alterando-a (Libaneo, Oliveira e Toschi, 2012). Portanto, a escola exerce um papel importante na afirmação positiva da negritude, uma vez que possui o papel de multiplicador de conhecimentos e também de comportamentos que podem ser pautados, entre outros, no respeito à diversidade cultural, publicizando conhecimentos motivadores ao orgulho étnico racial (Freitas & Ferreira, 2019).

Ainda na busca da compreensão do processo de auto percepção da negritude dos participantes da pesquisa, declarar-se como pessoa negra aparece em diversas falas como tendo sido caracterizado, por vezes, como incômodo. Tal fato nos permite um questionamento quanto ao ato de “ter” que afirmar algo que a sociedade afirma a todo tempo: a sua condição racial. Seja com o “olhar” citado anteriormente, seja com atitudes explicitamente discriminatórias. Sobre isso, destacamos os seguintes relatos:

*“Pra mim isso é algo fácil de me declarar. Eu até me questiono assim, você precisa se declarar algo que você já é? Na sua própria pele você já é!” (P2-G1-M)*

*“eu não precisei me declarar. Fizeram isso por mim. Desde criança, meu pai que é negro, era negro que ele já faleceu. As pessoas o conheciam por apelidos racistas. O nome dele era Cicero e chamavam ele de Ciço preto, Ciço pau de fumo, Ciço isso, e ele nunca se importou sobre isso. Então... toda vez que eu chegava em um ambiente em que não me conheciam, aí diziam: ah, é o filho de Ciço preto... sim! Ciço isso ou aquilo. E apesar de eu ser criança eu via aquilo e eu via aquelas palavras ofensivas...” (P4-G3-M)*

Percebe-se que o processo de se auto declarar como pessoa negra pode ser difícil ou até mesmo doloroso, em virtude das relações sociais desenvolvidas em nossa sociedade. A fala anterior destaca que o Estado exige declarar essa condição para o acesso às cotas raciais, entretanto, no dia-a-dia, registram-se situações de discriminação nas quais essa declaração já é realizada por outras pessoas. Ou seja, já é explicitada a sua negritude (De Paula, 2017).

Por fim, destaca-se outro elemento importante na construção identitária que se dá influenciada pela comunicação. Nesse sentido, as redes sociais<sup>50</sup> tem tido grande influência

---

<sup>50</sup>Em 2013, o movimento começou, com o uso da hashtag **#BlackLivesMatter** em mídias sociais, após a absolvição de George Zimmerman na morte a tiros do adolescente afro-americano Trayvon Marti. Em 2016 o movimento, que começou nos Estados Unidos, chegou a países como Brasil, África do Sul e Austrália, onde ativistas tomaram as ruas e as redes sociais em solidariedade às vítimas da violência policial. A explosão de manifestações antirracistas desencadeadas pelas mortes de George Floyd, 27 anos, homem negro-americano.

cultural, notadamente nas questões relacionada à negritude. Através desta, ocorre uma maior rapidez e fluidez na divulgação das informações, mudando, por vezes, dos comportamentos e culturas. Entretanto, essa mesma informação, acessada e multiplicada, pode causar impactos positivos e/ou negativos nessa cultura. Assim, esta se caracteriza como sendo um importante instrumento para a compreensão do processo de formação da identidade individual ou coletiva (Dubar, 1997), que influencia, diretamente ou indiretamente, esse sujeito social (Moser & Ashforth, 2021). Vejamos o depoimento abaixo que aponta este direcionamento:

*“Até 2015 pra mim, vc ser chamado de negra era uma coisa que vc tinha um pouco de repulsa. Não se colocava. No caso pra mim, foi justamente através dessa experiência, de 2015 que na mídia social, no twitter, no instagram, no youtube que essa questão começou a surgir a ganhar pauta na internet e eu comecei a falar. ok. Eu já sabia que eu não era branca, mas também não queria me colocar no lugar de negra”. (...) (P2-G5-F)*

Isto posto, analisa-se que as mudanças comportamentais, a partir de direcionamentos influenciados pelas redes sociais, poderão ter características de impermanência, tendo em vista a sua característica “líquida”, na perspectiva de Bauman (2013). Portanto, apesar de serem importantes, não remetem, por vezes, à discussões aprofundadas relacionadas às questões étnicas, no intuito de mobilizar uma efetiva mudança nas estruturas sociais, principalmente no que tange ao racismo presente na sociedade brasileira (Almeida, 2018).

Sobre a abordagem da temática “perceber-se negro” nos Grupos Focais, registramos a sua ocorrência enquanto um momento inicial nas discussões nos grupos, situação na qual os participantes ainda estão “entendendo” a dinâmica e elaborando as suas análises, situando-se no grupo para as discordâncias ou demonstrações efetivas de suas percepções.

Diante disso, conclui-se que o processo de identitário, enquanto pessoa negra, dos alunos cotistas, é influenciado por fatores individuais e coletivos, vivenciados principalmente nos contextos familiar<sup>51</sup> e escolar. Demonstra, ainda, a existência em seu cerne de uma

---

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Black\\_Lives\\_Matter](https://pt.wikipedia.org/wiki/Black_Lives_Matter). Pires, Breiller (6 de junho de 2020). «'Vidas negras importam' chacoalha brasileiros entorpecidos pela rotina de violência racista». EL PAÍS.

51 Primeiro, o estigma pode depender do nível de escolaridade do chefe do agregado familiar. Podemos pensar, por exemplo, que pessoas mais instruídas são menos sensíveis ao estigma. Em segundo lugar, estigma pode depender da posição social do próprio agregado familiar. Para considerar essas duas questões, interagir a proporção de terra pertencente ao jati com o nível de escolaridade da família cabeça, por um lado, e com a quantidade de terra pertencente ao agregado familiar (em log), por outro. (Gille, 2013, p 20).

Tradução Livre de: First, stigma can depend on the education level of the household's head. One can think for example that more educated people are less sensible to stigma. Second, stigma can depend on the social position of the household itself. To consider these two questions, I interact the proportion of land owned by the jati with the education level of the household's head on one hand, and with the amount of land owned by the household (in log) on the other hand (Gille, 2013, p 20).

abrangência de vivências demarcadas por aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais historicamente construídos pela sociedade brasileira, notadamente racializada.

### **5.1.2 As percepções dos alunos negros cotistas acerca da política de cotas raciais**

Figura 10- Autorretrato 3



Fonte: Desenho do participante 1-G2- M

A política de cotas raciais tem sido implementada no Brasil há dez anos, aproximadamente, impulsionando a necessidade de apreendê-la nesse contexto marcado por uma estrutura de desigualdade social e racial (Almeida, 2018). Mudanças já são percebidas na realidade educacional, notadamente a acadêmica, a partir da implementação desta política, indicando um ambiente universitário mais diversificado, enriquecido pela elevação das possibilidades de vivências sociais proporcionadas por estas alterações.

Através dos elementos presentes nas falas dos alunos e alunas cotistas negros da UFRN aqui transcritos, buscamos compreender os olhares destes sobre si e as representações sociais

(Moscovici, 2007) elaboradas acerca da política de reserva de vagas, considerando que estas influenciam no processo de construção das identidades desses sujeitos.

Dessa forma, a temática foi abordada nos Grupos Focais e prontamente acolhida entre os participantes. Nota-se, nos diálogos, que estes pareciam estar a vontade ao falar sobre a temática, apresentando, inclusive, uma ânsia em se pronunciar a respeito. Estes participantes configuram-se, portanto, enquanto vivenciadores dos prazeres, e também dos dissabores, da sua condição de aluno/a cotista negro/a, relatando as suas percepções a partir do seu “lugar de fala”, conforme nos remete Djamila Ribeiro (2017).

Nesse sentido, acerca dessa temática, as falas a seguir demonstram uma relativa preocupação dos alunos cotistas em compreender os aspectos que perpassam a política de cotas raciais no Brasil e ressaltam que são, por vezes, inquiridos, pela sociedade, acerca desta política. Essa abordagem os confronta através do entendimento de que a reserva de vagas deveria ser baseada apenas no critério socioeconômico, ou seja, estabelecida a partir da renda *per capita* familiar do solicitante, como ocorre em diversos programas sociais governamentais brasileiros, estabelecendo uma margem selecionando o beneficiado por determinada faixa de pobreza e não pelo critério étnico-racial, priorizando uma meritocracia. Sobre isso, destacam-se as seguintes falas:

*“Hoje eu analiso que há uma população negra e pobre, então que precisa existir uma política de igualdade “pra” “gente”. Então, é uma política necessária. Também, tem argumentos que deveria ser uma cota somente social, deveria existir somente a renda da sua família. Não sei discutir sobre isso. Uma perspectiva muito clara sobre isso” (P3-G2-M)*

*“A gente não alcançou a meta. No modelo da reserva de vagas que se encontra apresentado, nós vamos levar mais de um século para alcançar um equilíbrio na sociedade e nós temos (...) mais de 50 por cento da população (...) e outra coisa também, não houve investimento maciço em educação de base “pra” se falar em revisão da política de cotas”. (P1-G2-M)*

Ocorre, assim, vivências que remetem a dúvidas acerca da reserva de vagas no ensino superior para negros e sobre a necessidade de revisão ou permanência desta ação. Chamamos a atenção uma das falas sobre a estrutura social que necessita sofrer alterações efetivas, acompanhada pelos ajustes na política, ressaltando a necessidade de investimento na educação infantil e fundamental pública para uma melhoria na qualidade do ensino, conseqüentemente, um maior acesso das pessoas em situação menos favorecida econômica e racialmente.

Conforme a normativa citada no capítulo anterior, norteando a aplicabilidade da ação afirmativa na UFRN, infere-se que a exigência econômica para as cotas também está

contemplada nesta AA, embora que indiretamente. Vejamos: o percentual de reserva de vagas para negros é restrito aos alunos oriundos do ensino público do Brasil, no qual parte significativa desse público já apresenta uma população com renda mais baixa.

Destarte, o critério de renda representa um referencial importante para a inclusão em ações governamentais pois estas buscam equidade e geram impacto orçamentário, sendo objeto de gastos públicos, devendo, assim, a sociedade se posicionar corretamente a respeito desta política, como ressalta Gomes (2006). De forma contrária, “os discursos equivocados sobre a política de cotas, a que assistimos nas universidades e na sociedade de um modo geral, podem ser considerados como uma atitude irresponsável daqueles que os proferem” (p 44).

A afirmação de igualdade racial e da não necessidade de equiparação para inclusão são consideradas aqui como uma atitude de cinismo, ou seja, nega a existência de uma realidade desigual, notadamente no acesso ao ensino superior, negando-se também a tomar providências reparadoras da problemática apresentada. Constata-se, assim, ainda haver equívocos na compreensão por parte da sociedade, acerca desta Ação afirmativa, sendo, por vezes, difundidas informações distorcidas, criando uma ideologia<sup>52</sup> contrária a sua execução, ignorando o racismo existente na sociedade brasileira. Portanto, uma medida de recorte apenas econômico não garantiria a inclusão de pessoas negras no ensino superior, não solucionando a problemática da desigualdade étnico racial presente em nossa sociedade.

As ações afirmativas buscam alterar positivamente a estrutura social brasileira marcada pelo racismo, através da equidade e da melhora na qualificação para o mercado de trabalho dessa população atendida, agregando valor para a sociedade. Nesse sentido, as falas abaixo demonstram a percepção das dificuldades encontradas por este grupo étnico em mudar a configuração atual familiar negra, quanto ao nível de escolaridade e que estas pessoas não encontram as mesmas condições de igualdade e acesso aos bens e serviços. Mesmo apontando Grupos Focais distintos, encontra similaridade nas percepções.

*“A desigualdade é muito grande, eu venho de uma família que meu avô era negro, minha “vó” era branca. Minha mãe nasceu negra e minhas tias “branca”, uma mistura e eu sou a primeira e até agora a única que tenho nível superior”. (P2-G2-F)*

*“Eu acho que a política de cotas elas são uma política de reparação o ideal seria que não existisse e todo mundo tivesse o mesmo ponto de partida, a mesma condição social. Possibilidade de educação”. (P3-G3-M)*

---

52 Esta visão tomou amplitude a partir do direcionamento da gestão do presidente da república Jair Bolsonaro, 2019 a 2022, na qual foram registrados retrocessos na implementação desta política a nas lutas das minorias sociais como indígenas ou LGBTQIAP+.

Nesse mesmo sentido, ao analisarem a política de cotas raciais para negros, as falas abaixo coadunam ao afirmarem acerca da estrutura desfavorável a este grupo, sendo, assim, necessário mais tempo de execução de políticas como esta para avaliação posterior e reverberam um entendimento mais aprofundado do contexto em que se insere a política e do seu funcionamento. Vejamos:

*“Infelizmente a política de cotas deveria ter um prazo que a gente teria que corrigir. Infelizmente não tem, porque a nossa nação ela cria abismos, praticamente intransponíveis. Então ela cria a política de cotas para que essas pessoas elas possam atravessar esse abismo através da política de cotas e tentar reverter essa situação e melhorar como um todo na sociedade (...)”(P3-G3-M)*

*“Pra mim o motivo das cotas é que elas criavam um abismo ainda maior. De que maneira? eu sou cotista e como ela falou, eu posso tirar o lugar da filha dela... e na verdade isso não acontece. é de outra forma”. (P1-G3-M)*

Portanto, podemos identificar tais percepções do contexto social e político no qual esta ação afirmativa está inserida ao perceber o quadro de desigualdade social estabelecido. Além disso, um posicionamento do entrevistado ratifica o entendimento das estruturas como racializadoras em nossa sociedade (Almeida,2008). Esse entendimento mostra-se partilhado pelos demais participantes.

Assim, percebe-se uma predominância, nas falas dos participantes dos Grupos Focais, de argumentos positivos em defesa da reserva de vagas para negros no ensino superior. Entretanto, apesar dessa predominância de concordância da política de cotas raciais como um elemento de contribuição para a equidade, emergiram relatos de discriminação, a partir da inserção destes alunos através desta AA. Tal fato apresenta-se como um dado importante para análise, pois pode ser gerador de estigma ou sentimentos de inferioridade, podendo causar danos como a evasão do ambiente de ensino ou mesmo enfermidades psicológicas.

Sobre isso, Gille (2013), em seus estudos sobre as políticas afirmativas na Índia, analisando a realidade de desigualdade social promovida pela estrutura de castas, afirma que “O custo de adotar um comportamento estigmatizado, como candidatar-se às reservas, portanto, aumentam com o status social<sup>53</sup> (p 8). Ou seja, quando ocorre o acesso às camadas mais elevadas socialmente, como a universidade, historicamente considerada um espaço de elite, o estigma passa a ser elevado junto aos cotistas. Vejamos as falas de alguns participantes

---

53 Tradução Livre de: The cost of adopting a stigmatised behaviour like applying to reservations therefore increases with social status. We expect that other things being equal, if there is stigma, people with a higher social status (Gille, 2013, p 8).

deste grupo que dialogam e denotam uma aproximação com o conceito de estigma apontado anteriormente.

*“E também esse ponto negativo, quando vc pega uma lista existe uma espécie de segregação, vc só está aqui por isso. Acaba tendo essa alegação por parte dessas pessoas (...)”(P2-G3-F)*

*“Não funciona porque o negro não quer estudar”, mas na verdade, o que faltava pra nós era uma educação de qualidade de base. O povo fala: é porque vai dar uma chance ao negro. Mas não sabe o quanto temos que estudar. Muito por fora. Muito mesmo. Se matando de estudar. Muitas vezes abdicando de uma vida social “pra” ter condição até mesmo de tirar uma nota”. (P4-G3-M)*

Percebe-se, na fala acima, um relato com teor irônico ao referir-se ao julgamento recorrente de que os negros não “querem estudar”, justificando a ocupação de espaços inferiorizados na sociedade brasileira. Caracteriza um julgamento social, eivado pelo preconceito eminente. Avaliamos, assim, que esse julgamento possa endossar comportamentos de alunos cotistas, como a fala abaixo demonstra, que envergonham-se de utilizar as cotas raciais, não compreendendo-as enquanto um direito socialmente adquirido.

Pode-se perceber que ocorre uma estigmatização desses alunos por atribuir-lhes conotação de beneficiados no acesso às vagas e que não possuem potencial intelectual para o pleito, conforme o princípio da meritocracia. Diante disso, essa conotação poderá promover comportamentos de isolamento, desestímulo, ou mesmo de auto cobrança excessiva para buscar alcançar este “nível” estabelecido para fazer jus ao mérito. Estão presentes no debate brasileiro, acerca das cotas raciais na universidade, queixas acerca da possível diminuição na qualidade do ensino, a partir da entrada de cotistas negros e suas pontuações nos exames para o acesso, considerados baixas, avaliando como sendo improvável a permanência destes na universidade. Tal debate é importante, mas encontra-se norteador por argumentos preconceituosos a partir dos quais este aluno ingressante não poderá atingir níveis mais elevados ou mesmo acompanhar o conteúdo acadêmico com qualidade (Sales, 2019). Este tratamento direcionado aos cotistas poderá ocasionar dificuldade de desempenho, isolamento social ou mesmo sofrimentos psíquicos.

*“Como eu disse, eu usei numa forma envergonhada porque eu achava que era um atalho, mas depois que eu vim entender que não era um atalho, que era justiça social”. (P1- G4-M)*

*“Eu usei as cotas porque eu achei que era um direito meu. Eu pesquisei e entendi que era. Eu tenho o direito de usar e vou usar. Mas tinham pessoas que diziam assim: mas vocês não querem igualdade? Eles querem botar na nossa cabeça que é errado”. (P2-G4-M)*

Essa discriminação, presente na fala anterior, remete também à caracterização desse grupo como sendo inferior ou não qualificados para o acesso, um julgamento meritocrático. Todavia, este não encontra respaldo na realidade social, tendo em vista que o desempenho dos alunos cotistas não tem sido inferior aos demais, conforme resultados já apontados em seus desempenhos acadêmicos. Sobre isso Gomes (2006) nos acrescenta que “O fato de termos um maior acesso à universidade de alunos negros (...) não quer dizer que teremos uma universidade de baixa qualidade e alunos de menor mérito, mesmo porque, como sabemos, o mérito é uma construção social e acadêmica” (p 41). Essa abordagem estigmatizante pode ser irresponsável e trazer consequências para as universidades, excluindo indivíduos com possibilidades de realizar importantes contribuições para a realidade social.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, as falas abaixo reforçam a necessidade da AA, acrescentando que, apesar de ser importante, esta ainda é considerada insuficiente para a realidade de desigualdade étnico-racial apresentada em nossa sociedade, indicando que esta ação constitui-se como uma garantia necessária, mesmo que, a inclusão no ensino superior não signifique definitivamente uma vaga posterior deste sujeito no mercado de trabalho. Tal fato se deve, entre outros fatores, ao alto índice de desemprego em nosso país e ao avanço do liberalismo econômico nas últimas décadas, forçando, por vezes, a transfrência de mão-de-obra qualificada para o mercado informal em busca de uma possível geração de renda. Vejamos:

*“Eu acho imprescindível. A questão das cotas é uma coisa mínima, não tem como reparar. É muito pouco isso. A elite trata como um “cordão de ouro” dado a todo mundo e não é. Mesmo que o cotista entre na universidade, nada garante que ele vai exercer uma profissão. O mercado está fechado muitas vezes. Saturado. Fechado. Muito complicado. A questão de cotas deveria ser ampliado, na minha visão” (P1-G1-M)*

*“Eu vejo como uma forma de consertar um erro que foi no passado, ne? (...) porque realmente, a gente vê que mesmo depois de tudo que foi gerado na sociedade, realmente, depois de tudo que aconteceu no Brasil, agente vê que não houve nenhum reparo. Apenas um papel passado. Nada foi mudado. A gente vê hoje uma pequena via para que isso seja reparado, nada foi investido. Uma pequena via, a questão da educação” (P2-G1-M)*

Notória e importante esta crítica e demonstra insatisfação diante de uma sociedade que está “dando” muito pouco a esta parcela subalternizada, mas que considera o oposto: “Um cordão de ouro”, uma riqueza. Nesse mesmo sentido, Munanga (2006) analisa que a política moderna acostumou a tratar os desiguais de forma igual, em vez de tratá-los de forma desigual, fortalecendo o pensamento de que é desnecessário introduzir medidas equitativas. A reserva de vagas na universidade atua nesse direcionamento. O autor complementa que

esta distinção é uma discriminação positiva, “sobretudo quando se trata de uma medida de indenização ou de reparação para compensar as perdas de 400 anos de *décalage* no processo de desenvolvimento entre brancos e negros” (p 49).

As percepções deste grupo traz um apanhado de vários pontos citados anteriormente, enfatizando a importância dos negros se sentirem representados nas universidades e de realizar estudos sobre as suas identidades, trazendo o olhar dos próprios negros sobre a realidade social. Ressaltam que, se não houvesse essa Ação Afirmativa, o percentual de alunos negros seria inferior, não sendo proporcional ao referente étnico de negros e pardos presente no quantitativo populacional brasileiro. Ainda, afirmam a existência de um processo de negação institucional, que concluímos estar circunscrito ao processo de averiguação da negritude através da Comissão de heteroidentificação, pois alguns candidatos tem o seu pedido negado de inserção pelas cotas raciais. Este grupo caracterizou-se por ser formado apenas por mulheres negras, estudantes da Pós-graduação e realizado no formato virtual.

*“Primeiro de tudo, o processo de cotas é fundamental ressarcimento histórico pelo nossos povos. Por que a universidade é um universo e nesse universo muitos negros vão se encontrar. Se você fizer uma pesquisa eu tenho certeza que a maioria fala que se identificou negro na universidade ou no ensino médio, é nesse sentido que você vai perceber que há uma luta grande na negação das cotas, você ver que ‘ta’ batendo a porta para se acabar, porque o branco acham suficiente, apesar de somos muitos, a maioria, mas ainda somos poucos por mais que atingimos mais de 50% da universidade que foi o fato da cota, senão existisse a cota, por mais que a gente passe por processo de negação na instituição, a própria instituição” (P1- G5-F)*

*“É, a cota vem também para demarcar e dizer, “olha aqui também tem outros sujeitos, sujeitos pensantes, sujeitos que desejam estudar também os seus corpos”, porque as pesquisas ela tem um crescimento a partir dessa entrada dessa juventude negra que começa a se interessar pra estudo da sua identidade, crescente também de autores negros, por conta dos marcadores raciais, e eu acho assim que nesse sentido se a gente fizer um recorte, como você disse que está estudando um doutorado, o que era dez anos atrás sem cota e agora com 10 anos com cotas, você ver uma diferença gigantesca”. (P1- G5-F)*

Por fim, extrai-se das falas as percepções acerca da política de cotas raciais no Brasil como sendo uma AA muito importante. Além disso, tem exercido um papel reparador de desigualdades sociais e raciais, apesar de ser geradora de estigmas sobre os alunos cotistas. Esses diálogos coadunam com o entendimento dos demais participantes, apesar de serem distintos, com vários níveis de conhecimento acerca desta política. Estes depoimentos ressaltam que apenas esta ação não é suficiente para reparar a história de descaso para com a população negra no Brasil. Além das medidas de inclusão, podem ser tomadas outras medidas de suporte e permanência para que tais Ações Afirmativas possam ser eficazes. Compreende-se ser importante finalizar essa parte com destaque a estes elementos, registrando-se a complexidade da problemática estudada.

### 5.1.3 A política de cotas raciais e a sua relação com o processo de construção identitária para os alunos negros cotistas da UFRN

Figura 11- Autorretrato 4



Fonte: Desenho do participante 2-G2- F

Para fundamentar a análise da Política de cotas e a sua relação com o processo de construção identitária dos alunos negros cotistas da UFRN, estão sendo seguidos constructos sociológicos indicadores de que a identidade é construída nas esferas individuais e coletivas e na relação entre elas. Hall (2005) nos acrescenta que “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor do “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções” (p 13). Assim, considerando os diversos fatores que atravessam e influenciam as vivências destes sujeitos, buscamos compreendê-las a partir dos debates promovidos nos Grupos focais dos alunos cotistas da UFRN, dando visibilidade às falas dos protagonistas desta pesquisa.

A metodologia qualitativa se utiliza de diversos instrumentos para extração e análise dos dados necessários para compreendermos uma determinada problemática. Diante disso,

realizamos, em alguns Grupos Focais dinâmicas de elaboração manual de desenhos (com lápis coloridos) que puderam também contribuir para esta parte da análise que expressa as suas identidades, através de autorretratos, ilustrados no decorrer deste capítulo.

Os relatos dos participantes deste Grupo Focal denotam, inicialmente, a percepção de identidades construídas a partir de um comportamento de negação da sua negritude, mas que foi fortalecido, posteriormente, a partir da aproximação com os elementos culturais de valorização da cultura do povo negro, funcionando como um fator importante para promover uma maior visibilidade social e fortalecimento destas identidades coletivamente. Vejamos:

*“Foi todo um processo de construção, de negar, de não aceitar e ir me construindo, de saber que minha identidade é uma identidade coletiva da maioria de um povo que tentam apagar mas que vai se fortalecer, que mostra a sua cultura que é maioria desse país e que as vezes nem se percebe enquanto negro, enquanto pardo”. (P1-G2-M)*

*“(…) do povo que construiu esse país, que tentou ser apagado e que está se entendendo, se apropriando de sua cultura, da sua identidade, se revalorizando, se colocando no lugar que é seu, de um cidadão brasileiro, negro, mestiço, que tem que ocupar os seus espaços e a partir dessa identidade coletiva, que a gente vai chegar à redução das desigualdades e a colocação de cada um em um lugar visível na sociedade” (P1-G2-M)*

Analisa-se, a princípio, que essa negação da negritude pôde ter sido influenciada por diversos fatores, entre eles pelas práticas discriminatórias presentes na sociedade brasileira que suprimem a importância do povo negro, apagando a sua contribuição para a formação sócio-histórica do país. Afirmam Gonzales e Hasenbalg (1982) que essa prática de anular a importância desse grupo é coerente a uma sociedade racializada.

Neste diálogo, ao afirmar a ocorrência de uma busca por um lugar visível na sociedade, a fala anterior denuncia uma invisibilidade deste grupo étnico na sociedade ou uma insignificante participação nos lugares de destaque, nos postos de comando no mercado de trabalho, na formação social, nas esferas política e econômica desta sociedade. Para Moscovici (2007), “Essa invisibilidade não se deve a nenhuma falta de informação devida à visão de alguém, mas a uma fragmentação preestabelecida da realidade, uma classificação das pessoas e coisas que a compreendem, que faz algumas delas visíveis e outras invisíveis” (p 31). Ainda, tal invisibilidade estabelece um solo fértil para que sejam desenvolvidas e mantidas as estruturas de racismo no Brasil.

Na tentativa de sobreviver a essa realidade, estes sujeitos são mobilizados comportamentos de adequação às identidades aceitáveis ou valorizadas socialmente. Assim, nos demonstram as falas dos participantes deste Grupo Focal que algumas escolhas individuais (esportivas, ou mesmo profissionais) estão presentes no processo de construção da sua identidade,

condicionados pelas relações sociais. Um dos participantes identifica esta influência em suas escolhas, ao afirmar a sua inserção no esporte para ser mais “respeitado” socialmente. Ainda, neste diálogo está demonstrada também um processo de discriminação dado pela origem social (bairro) da participante, caracterizada como um dos fatores que influenciaram na diminuição da sua autoestima durante um determinado período de sua vida, atualmente fortalecida. Nesse sentido, ocorre um rico diálogo no intuito de entender os fatores que coadunam no fortalecimento ou enfraquecimento de suas identidades:

*“Hoje eu me sinto privado desses aspectos meus “pra” me cobrir com essa “armadura”. Enfim, ser atleta. Eu gosto do que eu sou hoje, mas também gostava do muito do que eu era. Embora o que era não impusesse muito respeito às pessoas. Eu não me sentisse respeitado ou incluído naquele ambiente”. (P3-G2-M)*

*“Essa (pessoa) aqui não existe mais (aponta para o desenho). Passou por problemas bem complicados. Mas a de hoje quer expor e antes eu não fazia isso, as pessoas me machucavam, me ignoravam, ou por ser negra, parda, por ser pobre... por morar em Felipe camarão, no conjunto Lavadeiras<sup>54</sup>, dizem: ela não merece confiança. Mas agora minha identidade é: você “ta” enganado. Me respeita! Eu sou assim. Então é essa, que me identifica hoje é (...) pensar e falar o que eu estou pensando, respeitando o outro”. (P2-G2-F)*

Portanto, percebe-se uma internalização dessa autoimagem negativa<sup>55</sup> das pessoas negras condicionada pelas estruturas que não oferecem as mesmas oportunidades às pessoas que dela participam. Assim, “às práticas discriminatórias dos brancos devem ser acrescentados os efeitos derivados da internalização pela maioria da população negra de uma autoimagem desfavorável” (Gonzales e Hasenbalg, 1982, P 91). Os negros, visivelmente, apresentam desvantagem nesta “corrida” pelas oportunidades desde a sua “largada”.

Este relato, acerca da identidade individual construída diante de determinadas escolhas mais aceitas socialmente, não detalhadas por este participante no momento de interação grupal, demonstra que este sujeito, ao perceber as influências do grupo social que o identifica, a negritude apresentada seja pelos fenótipos ou pelos outros elementos socialmente atribuídos e pelo tratamento a este direcionado, elabora uma outra identidade mais aceita socialmente

---

54 Lavadeiras é um conjunto habitacional periférico (Região Oeste) da cidade de natal-RN

55 As dimensões ideológicas do genocídio negro no Brasil incluem o branqueamento ideais segundo os quais os afro-brasileiros são encorajados a identificar-se como brancos, dissociar-se dos negros, procurar amigos de pele mais clara, parceiros e autoimagem. (Vargas, 2005, p 14). Tradução Livre de: The ideological dimensions of Black genocide in Brazil include whitening ideals according to which Afro-Brazilians are encouraged to identify as white, dissociate themselves from Blacks, seek lighter-skinned friends, partners, and self-image. (Vargas, 2005, p 14)

(Moscovici, 2007)<sup>56</sup>. É explicativo também das escolhas voltadas à cultura negra<sup>57</sup> que estão, frequentemente, relacionadas a inferioridade, impulsionando, portanto, uma busca pelo referencial de branquitude nas atividades e práticas sociais para maior aceitação.

Todavia, no ambiente íntimo, outros comportamentos podem ser externalizados, mobilizando múltiplas identidades. Retomamos, assim, a abordagem de Hall (2005) na qual analisa que “A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis” (p.13).

Portanto, essas vivências e as representações sociais elaboradas influenciam as suas identidades, seja na individualidade, ao se afirmar ou se perceber negro/a, ou mesmo na coletividade, enquanto participantes de um grupo de alunos que ingressou através das cotas raciais. De forma contraditória, ocorrem percepções desta Ação Afirmativa como um favorecimento, revelando a influência predominante da perspectiva assistencialista (Pereira e Ramos, 2018) no que tange as políticas públicas no Brasil, fortemente internalizada. Este diálogo ilustra a forma de tratamento fornecido aos cotistas, diferenciando-o nas universidades públicas e privadas, trazendo o contraponto do acolhimento e da rejeição. Assim, este grupo usufrui dos benefícios e sofrem os efeitos advindos desse ingresso. Para entender melhor tais afirmativas, vejamos as falas abaixo:

*“Então aqui (UFRN) respira luta, respira. E me senti bem acolhido nesses anos de formação no IFRN. É (...) a minha questão com as cotas raciais é mais familiar, porque eu sei que o fato de eu ter problemas familiares (...) enfim, não somos uma família estruturada, ela vem de algo no passado, então, por acaso não surgiu de agora (...) eu só entrei na universidade por causa das cotas. Eu não tenho condições de concorrer com pessoas que tem condições mais estáveis. Então, eu devo esse momento que eu “tô” agora, eu devo a UFRN, às cotas. Então é isso!” (P3-G2-M)*

*“Aqui na UFRN eu não senti essa dificuldade que o colega sentiu. No curso de gestão políticas públicas, acho que os alunos são mais abertos. Na universidade particular, tem aquele, por mais que seja um curso de serviço social, de garantir o direito do sujeito, tinha muito aqueles (...) me perdoem, “patricinhas”, que não entendem a dificuldade da pessoa que vem das cotas, a pessoa negra entrar numa universidade, a partir de uma cota de uma **ajuda**, de uma bolsa, que foi o meu caso. Aqui na UFRN, não. Eu entrei*

---

56 Quando contemplamos esses indivíduos e objetos, nossa predisposição genética herdada, as imagens e hábitos que nós já aprendemos, as suas recordações que nós preservamos e nossas categorias culturais, tudo isso se junta para fazê-las tais como as vemos. Assim, em última análise, elas são apenas um elemento de uma cadeia de reação de percepções, opiniões, noções e mesmo vidas, organizadas em uma determinada seqüência (Moscovici, 2007, p 33).

57 A Capoeira é uma modalidade de dança/esporte tradicionalmente oriunda da cultura negra e predominante nas periferias do Brasil. Assim como estilos musicais como o Funk, o Reggae ou mesmo o samba que tem suas origens na cultura africana e sofrem discriminação por esta origem.

*pelas cotas tanto pela escola pública, quanto para negros e pardos e me senti bem acolhida”. (P2-G2-F)*

Portanto, historicamente, as universidades tem sido favoráveis à promoção de ambientes propícios às lutas sociais, estimulando a consciência política na busca por direitos, palco dos embates ideológicos. Portanto, encontramos esta percepção na afirmação presente em uma das falas destacadas acima, de que o ambiente universitário tem a característica de “respirar luta”, ou seja, de possibilitar a vivência em um ambiente propício para refletir criticamente acerca da realidade social em seus espaços. Além disso, esse ambiente universitário poderá possibilitar vivências grupais propiciadoras de pertencimento étnico (Flores, 2008) e reflexões acerca da realidade social. Sobre isso, vejamos os relatos abaixo alencados, vivenciados no Grupo Focal:

*“Já me auto declarava porque inclusive eu entrei pelas cotas, ne? Então eu tinha essa percepção, mas o fortalecimento da identidade negra ela só veio pós a entrada mesmo na graduação. Inclusive quando eu concorri pelas cotas eu ficava com medo de em algum momento me tirarem por conta disso. Entende? Porque eu tinha essa confusão. Não tinha essa identidade fortalecida. Inclusive algumas pessoas diziam que eu não era negra. Recentemente eu escutei isso de uma colega. Entende? E isso é muito comum. Principalmente para nós mulheres que não são tão retintas. Ah... porque agora o seu cabelo está cacheado... não considero você negra. Então até isso a nossa identidade ela fica sendo velada, apagada por conta dessa questão”. (P1- G5-F)*

*“Hoje eu considero que as cotas “foi” fundamental para o meu processo. Tanto para a entrada como a permanência também, porque a gente sabe que quando a gente vai lutar por essa questão o critério maior é a (...) questão social, da vulnerabilidade” (P1- G5-F)*

Ainda sobre as identidades, registram-se diálogos contundentes reafirmando a importância da política de cotas como elemento fortalecedor de suas identidades. Nesse sentido, retomamos a afirmativa de que a universidade pode ser considerada como um dos ambientes de socialização que podem promover esse reconhecimento social ou mesmo uma maior mobilidade social para um grupo com mais acesso economicamente, tendo em vista que a maior parte dos negros no Brasil estão situados nas camadas mais pobres. Esta análise está construída a partir das percepções apontadas em diversas falas que indicam a importância no acesso ao ensino superior para um movimento de auto afirmação, enquanto pessoa negra. Afirmam ser esta uma influência positiva, atuando, por vezes, como favorecedor de uma tomada de consciência coletiva, por apresentar-se como um ambiente favorável à liberdade de expressão.

*“Se não “fosse” as cotas eu não me entenderia como pessoa negra, talvez outras coisas me levassem para este caminho, mas pela minha trajetória até o momento, sem as cotas eu não iria me entender como pessoa negra e muitos dos meus familiares não iriam me entender como pessoa negra, até mesmo pessoas que não entraram na universidade, esse debate chegou em minha família, até para criticar a falta de oportunidades nos espaços, porque eu sou o único que concluiu um curso no IFRN”. (...) “Eu me considero*

*uma pessoa que contribui bastante para essa discussão na minha família e não teria essas condições de enxergar, provavelmente eu seria um acadêmico frustrado por não entender porque eu não tinha as mesmas oportunidades”. (P1-G4-M)*

*“Pra mim não teve muita alteração porque já entendia como uma pessoa preta, não teve muita alteração na minha cabeça, eu já me aceitava, já pesquisava sobre as causas e assuntos, só fortaleceu, foi natural, porque antes era mais difícil na atualidade foi natural por ter mais informações acesso à internet.” (P2-G4-M)*

Contraditoriamente, o espaço social das universidades tem sido demarcado também como um ambiente desigual, quanto ao acesso, restrito, historicamente, às elites. Um lugar, portanto, de reprodução das desigualdades sociais, reforçando o racismo presente nas estruturas da sociedade brasileira. Conforme a reflexão de Almeida (2012), a educação possui “uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção” (Almeida, 2012, p.66). Ainda, Gonzales e Hasenbalg (1982) afirmam que a raça ainda é utilizada “como atributo social e historicamente elaborado, continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social” (p 89), principalmente, através dos mecanismos de estruturação da educação formal. Nesse sentido, os indicadores sociais confirmam a exclusão histórica das pessoas negras das universidades brasileiras e o peso desta na desigualdade social. Nos afirmam, ainda, que “a raça se relaciona fundamentalmente com um dos aspectos da reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributivas da estratificação social” (p 89).

Em seguida, temos um diálogo que denota a percepção de incômodos promovidos pela inserção nesta AA institucional, no que tange à necessidade de autoafirmação como pessoa negra e mesmo de sua aferição, no intuito de garantir o direito à reserva da vaga. Importa refletir acerca da exigência dessa afirmação da condição racial que é afirmada diariamente pela sociedade e que serve de fundamentação para a discriminação racial que mantém este grupo em condições inferiores motivadas por uma estrutura excludente. Podemos identificar tais afirmativas de incômodo promovido por esta necessidade institucional nos trechos do diálogo dos participantes a seguir:

*“A única coisa que... causou uma certa perturbação: Ter que dizer para o Estado que eu sou negro. Eu tenho que dizer para o Estado, aferir”. (P1-G3-M)*

*“Concorrendo como cotista, eu preciso dizer para o Estado. Eu nunca precisei dizer. Sempre tive o apelido de negão. Ter que dizer e ser aferido. Por não ser tão escuro. Mas assim, eu sou negro. Não sou tão escuro e as pessoas ficam duvidando. Passar por uma questão institucional”. (P1-G3-M)*

Nesse sentido, tem destaque as percepções anteriores que ressaltam um incômodo motivado pela necessidade de auto declaração da negritude, bem como da necessidade de averiguação, pois estas problemáticas estiveram presentes no debate da implementação desta AA no Brasil (Maio & Santos, 2005). Retomamos aqui a crítica realizada às comissões de averiguação das cotas raciais, pois as universidades foram acusadas, nesse processo, de atuarem como tribunais, geradoras de um processo ainda maior de discriminação racial.

Trata-se, portanto, de um elemento importante de ser destacado, no intuito de compreender os impactos da implementação desta política nas identidades, atuando enquanto fator positivo e, por vezes, negativos. Neste grupo, ocorre um diálogo com análises distintas, demonstrando vergonha e orgulho.

*“Eu acho que a primeira coisa quando você pensa em cota racial é que você tem vergonha de colocar. Lógico que você vai ter de se assumir como preto. Porque você tem vergonha de que você vai ter uma vantagem. (...) pessoas que querem se aproveitar e esquecem qual é a realidade disso, para quem é. Na hora que você assinala, você diz: eu sou preto! você assume. você diz a todo mundo que você é preto”. (P3-G3-M)*

*“Eu vim de uma família negra, de umbanda (...) além da questão da identidade, a gente pisa em chão negro o tempo todo (...) Em relação a essa questão da identidade, não mudou. Eu já me reconhecia”. (P1-G3-M)*

Assim, ocorrem, em contraposição, percepções de naturalização desse processo identitário, sem demarcar uma influência positiva ou negativa desta AA. Ressaltamos que esta poderá estar ligada ao histórico de participação política no movimento negro ou inserção em outros movimentos ligados às diversas expressões da cultura negra no âmbito regional ou nacional, sendo considerado como um elemento fortalecedor do processo de construção identitária (Gomes, 2017).

Ainda, em nossos diálogos aflora um elemento importante para a compreensão desse processo de formação da identidade. Este diz respeito às diferenças no que tange às vivências da negritude para o gênero feminino. É fato que a forma como é vivenciada a negritude não se dá de forma igualitária, pois diversos fatores como a realidade econômica, social, política, cultural, familiar e de gênero, irão influenciar nesse processo. Se para o negro pobre, masculino, nordestino a situação de racismo ocorre de forma marcante, este se dá com uma dificuldade ainda maior para as mulheres negras nas mesmas condições, evidenciando-se a necessidade de interrelacionar estruturas diversas para compreender as diferenças que marcam singularidades no processo de exclusão percebido pela a mulher negra<sup>58</sup>.

---

58 Com destaque a área de ensino, os dados indicam o acesso maior das mulheres negras, se comparado aos homens negros. Todavia, se comparado aos homens brancos esse número é menor. Além disso, percebe-se

Para ilustrar melhor essa situação, registra-se, nas universidades brasileiras, por exemplo, a predominância feminina em cursos considerados subalternos<sup>59</sup>. No Brasil historicamente a mulher negra tem ocupado atividades remuneradas como empregada doméstica e tem destaque a hipersexualização vinculada a estas. Para Saffiotti (1987), ocorre uma dupla discriminação da mulher negra: enquanto mulher e enquanto negra. Devendo ser, assim, considerada nesse processo. Ainda, para Ribeiro (2017), “Existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções e, para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos. De modo geral, diz-se que a mulher não é pensada a partir de si, mas em comparação ao homem”. (p 22).

Como forma de fundamentar empiricamente a análise anterior, apresentamos depoimentos das participantes do GF, relatando suas vivências enquanto alunas negras cotistas, buscando perceber as clivagens apresentadas pelo gênero na questão étnica. Dialogam em torno da percepção feminina do pertencimento ao grupo étnico, considerando os padrões estéticos vigentes e suas imposições sociais. Quando não há um sentimento de pertencimento ao grupo etnicamente valorizado, retoma-se o processo de estigmatização ou exclusão. Considera-se que o feminino possa ser mais impactado pelas questões estéticas, seja pelo cabelo que é um elemento marcadamente valorizado para este grupo, tornando-se um entrave para o processo de autoaceitação.

*“Esse pertencimento da identidade ele se torna difícil para nós mulheres negras, por conta disso e a universidade ela é fundamental porque em alguns momentos ela vai pautando sobre as questões sociais no geral, a questão de raça, diversidade, a questão da própria inclusão. Então tudo isso eu começo a me perceber mais e me fortalecer nesses espaços”. (P2-G5-F)*

*“É na graduação quando eu comecei a ter essas experiências. De fato, eu comecei a afirmar “pra” mim, “pras” minhas irmãs, “pra” minha mãe (...) participar de eventos na universidade, fora da universidade, acho que é isso. E com a graduação, experiências que eu ficava calada e só chorava, agora, ou ignoro de uma forma consciente e sem me afetar tanto, ou respondo de uma forma mais combativa mesmo”. (P1-G5-F)*

Este diálogo também é revelador das percepções destas acerca das suas identidades e do fortalecimento destas através da sua inserção na universidade. Nesse sentido, considerar os

---

também uma inserção menor nas universidades públicas, em detrimento das privadas, indicando oportunidades desiguais posteriormente no mercado de trabalho. Nesse sentido, ao analisarmos a mulher negra na situação de aluna cotista, devemos buscar compreender os diversos elementos que perpassam essa realidade.

59 A maior parcela de mulheres com ensino superior, no entanto, ainda não mudou a realidade do perfil das profissões escolhidas, reforçando a existência de barreiras em determinadas áreas de conhecimento. Em cursos de graduação, elas são minoria entre os alunos nas áreas ligadas às ciências exatas e maioria entre as funções ligadas a cuidados e educação. As mulheres são mais da metade das matrículas em áreas como bem-estar — que inclui o curso de serviço social (88,3%) —, saúde, excluindo medicina, (77,3%), ciências sociais e comportamentais (70,4%) e educação (65,6%), por exemplo. Por outro lado, representam apenas 13,3% dos alunos de Computação e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e 21,6% dos cursos de engenharia e profissões correlatas. <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/03/04/ibge-mulheres-tem-mais-acesso-ao-ensino-superior-mas-ainda-sao-minoria-em-areas-como-engenharia-e-ti.ghtml>

elementos que atravessam o racismo estrutural é uma condição imprescindível para que ocorra uma análise crítica da realidade social na qual está inserida a população negra brasileira, compreendendo-os enquanto atravessadores das identidades.

Ocorrem problemáticas nesse processo que necessitam ser abordadas pois foram apontadas como presentes em suas vivências, tais como a identificação da dificuldade encontrada por alguns docentes da universidade ao lidar com o aluno periférico, tendo em vista a ampliação dessa entrada através das cotas raciais. A sua condição de oriundo da região periférica e das escolas públicas demarcam uma formação deficitária, ocasionando dificuldades na sua adaptação ao ensino superior. Vejamos a fala a seguir:

*“Eu acho que é um fator que eu achei crucial pra minha formação, até mesmo no sentido positivo de criar uma auto estima. E eu coloco também nessa questão da positividade, a questão das cotas na minha experiencia. Como eu falei: tem elementos que eu destaco como pontos positivos e outros como pontos de melhorias. a gente teve conquistas, agente teve avanços, mas a gente tem professores que não estão preparados para lidar com o público periférico” (P2-G5-F)*

Essa percepção é importante, pois denota a necessidade de ajustes na formação docente, bem como do incremento no suporte pedagógico da universidade para acolher estes possíveis déficits no ensino. Portanto, ocorre a necessidade de inclusão social, nas esferas da educação, enquanto medida para alteração estrutural, pois esta esfera, conforme nos explica Almeida (2012), “Integra, junto com outras dimensões da vida social, o conjunto de práticas sociais necessárias à continuidade de um modo de ser, às formas de sociabilidade que particularizam uma determinada sociedade” (p 66). Esta se desenvolve também enquanto espaço de lutas sociais. Ocorre um entendimento, entre parte dos alunos, identificado aqui como uma “inclusão inconsciente” e caracteriza-se por um acesso à reserva de vagas sem o devido aprofundamento do histórico que norteou a concretização de uma política que tem fundamentação em uma necessidade de equidade.

Além disso, a falta de compreensão de parte da sociedade da necessidade de ampliação do acesso da população negra ao ensino superior reforça a necessidade de reflexão acerca desse processo na construção das identidades individuais e coletivas. Ao atestar a política de cotas raciais como sendo um “favor”, expressam, portanto, um sentimento de “dívida com a universidade” ou com a sociedade.

## **5.2 O que podem nos revelar as palavras?**

No sentido de complementar a análise, realizada anteriormente, das falas dos participantes dos grupos focais, apresentamos, nessa parte do estudo, os resultados obtidos através da

aplicação de inquéritos semiestruturados, com perguntas abertas, aplicados via on-line junto aos alunos negros cotistas, excluindo-se os participantes anteriores. Para isso, procedemos o estudo de 153 respostas aos inquéritos, norteado por 6 (seis) perguntas que buscaram complementar a análise das três dimensões de análise: a) Perceber-se negro, b) Percepção acerca da política de cotas raciais e c) A Relação entre a política de cotas e suas identidades.

Para a presente apreensão desses dados, uma parte deles recebeu o suporte do MAXQDA (Software de análise de dados qualitativos) para extração de Nuvem de palavras (Word Cloud), a partir das percepções dos alunos cotistas respondentes aos inquéritos. No intuito de tornar mais dinâmica a exposição, foi realizado um recorte lexical<sup>60</sup> das palavras lematizadas<sup>61</sup>, elaborando um panorama analítico dos primeiros 2 (dois) eixos citados anteriormente.

Ressalta-se a não pretensão de realizar uma análise linguística, pois que esta objetiva “esmiuçar campos semânticos, descrever e analisar micro e macro organizações sintáticas, reconhecer, recuperar e interpretar marcas e articulações enunciativas que caracterizam o(s) discurso(s)”(Brait, 2006, p 13), distanciando-se da nossa proposta situada no contexto interpretativo das representações. Nesse sentido, a comunicação tem elevada importância para a compreensão das relações sociais estabelecidas. Para Moscovici (2007), a linguagem apresenta um papel importante para a socialização, mas, ocupa papel significativo no desenvolvimento científico. Inclui nessa afirmação a linguagem não verbal. Assim, para o autor

Se nós estamos, hoje, muito interessados em fenômenos lingüísticos, isso se deve, em parte, ao fato de a linguagem estar em declínio, do mesmo modo como estamos preocupados com as plantas, com a natureza e os animais, porque eles estão ameaçados de extinção. A linguagem, excluída da esfera da realidade material, reemerge na esfera da realidade histórica e convencional; e, se ela perdeu sua relação com a teoria, ela conserva sua relação com a representação, que é tudo o que ela deixou (p 47).

Nesse sentido, a linguagem denota interface direta com as representações, apresentando-se como agregadora de valor para a análise dos processos de construção das identidades, análise principal do nosso estudo.

Ainda, no que se refere ao último eixo das perguntas presentes nos inquéritos que trata da relação entre a política de cotas e as identidades dos alunos cotistas negros da UFRN,

---

60 Relativo a uma palavra específica e não às regras mais gerais da língua (ex.: informação lexical). "lexical", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2023, <https://dicionario.priberam.org/lexical>.

61 Identificar o lema de uma palavra flexionada ou agrupar palavras pelo lema (ex.: o analisador morfológico lematiza as formas encontradas; construímos o glossário lematizando algumas palavras do livro). <https://dicionario.priberam.org/lematizada>.



A partir do levantamento das palavras repetidas apontado na figura acima, percebe-se que estas têm maior destaque: NEGRO/NEGRA, COR e PELE. Afirma-se, inicialmente, que tais palavras delineiam o debate acerca da percepção da negritude, estando frequentemente vinculando ao tom de pele, às representações sociais atribuídas à cor (Moscovici, 2007). Em seguida, tem enfoque as palavras SER, FAMÍLIA e MÃE, que surgem nessa nuvem, demonstrando que a família representa um papel importante nesse processo de se perceber como uma pessoa negra, seja negando ou reforçando a etnia dos sujeitos. Sobre isso, retomamos as reflexões de Ferreira e Camargo (2011), reafirmando que ocorrem posturas de superproteção ou a negação por parte dos familiares, caracterizadas como defesas frente às ameaças sociais. Aproximamos essa análise das percepções indicadas anteriormente nos GF que afirmaram tais comportamentos e atitudes por parte dos seus familiares.

Ressaltamos que o papel da família merece relevância no debate sobre racismo e negritude por ser um conjunto de pessoas que formam um núcleo solidário, responsável pela educação e cuidado dos membros, com destaque à proteção e segurança. Além disso, a família é parte da estrutura social e “As estruturas sociais são anteriores, exteriores, autónomas e exercem influência causal sobre os indivíduos. Mas, para que essa influência seja exercida, é necessário que os poderes causais das estruturas sejam activados pelos agentes” (Caetano, 2011, p 158). Ressalta-se, porém, que essa ação poderá ocorrer de forma distinta em cada indivíduo, pois “O modo como estes poderes causais são activados depende da forma como as propriedades emergentes das pessoas são mobilizadas. Neste sentido, a existência de propriedades estruturais é distinta do exercício dos seus poderes causais”. (Caetano, 2011, p 158). Ou seja, a estrutura por si só não poderá influenciar completamente os indivíduos, outras causas também o influenciarão em seu desenvolvimento, em sua existência (Bourdieu, 1996).

Ainda acerca da nuvem de palavras 1, surge em destaque a palavra BRANCO/BRANCA, possibilitando-nos uma associação ao entendimento de que a percepção do negro ocorre por comparação com o branco, conforme nos afirma Fanon (2008), elemento também identificado no capítulo anterior como demarcador das questões raciais.

Além disso, acrescenta-se destaque para a palavra CABELO, sendo esta representativa de um elemento simbólico (Bourdieu, 1996) marcante para o processo de autoidentificação da negritude, demarcadora de traços negroides e que vem sendo fortalecida a partir do movimento negro<sup>62</sup>. Além disso, esse elemento é utilizado para identificação nas comissões

---

62 O cabelo é representativo e atua como uma afirmação da raça, fazem parte de um percurso para a emancipação e dizem respeito às formas de sentir e viver o corpo (Gomes, 2017).

de heteroidentificação da universidade, dentre os outros fenótipos possíveis, conforme já citado anteriormente

Essa interpretação está mantida quando se aumenta a frequência de repetição de palavras para 20 vezes, excluindo-se apenas as palavras, entre elas BRANCO e CABELO, conforme nos mostra a figura abaixo:

Figura 13 - Nuvem de palavras 2- Perceber-se negro



Fonte: Elaborado pela autora.

Seguindo a análise proposta, extraímos para o Eixo b) **A percepção dos alunos sobre as cotas raciais** uma nuvem de palavras que destaca 44 repetidas, pelo menos 10 vezes. Inicialmente as palavras: COTAS, PESSOAS, POLÍTICA, RACIAIS e SOCIEDADE apresentam enfoque, demarcando os principais elementos presentes na abordagem da temática.

Em seguida, tem destaque as seguintes palavras: POPULAÇÃO, EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE, REPARAÇÃO, HISTÓRICA, NECESSÁRIA, ACESSO e RACISMO. Estas podem ser interpretadas a partir da denotação de similaridade com as repostas obtidas nos grupos focais, nos direcionado ao reforço da compreensão da política de cotas enquanto instrumento compensatório das desigualdades étnico raciais, presentes na estrutura social, política e econômica brasileira, a partir das elaborações apresentadas por Almeida (2008), que afirmam a possibilidade de reprodução sistêmica de práticas racistas através dessas estruturas.

A figura a seguir demonstra essa análise:





Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, as palavras destacadas nos dão alguns indicativos de análise, mas que estão sujeitas a outras interpretações. Entende-se que a linguagem é transmitida e recebida repleta de ideologias, conforme estabelece Bakhtin (2006) “não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (p 96). Portanto, elas devem ser lidas para além dos seus significados semânticos. Seguindo a orientação de (Vilela, Ribeiro, & Batista, 2020), promovemos uma reflexão na observação das nuvens, associada à intuição, objetivando conectá-la à realidade social.

### 5.2.2 As identidades e a política de cotas raciais: revelando novas complexidades.

Ao questionarmos os estudantes cotistas negros acerca do processo de construção de suas identidades e a sua análise desse processo após a entrada na universidade, através das cotas raciais, pretendemos apreender a possível influência dessa política nesse processo. Dessa forma, as respostas dos 153 participantes dessa parte do estudo representam um rico material de análise sociológica, analisado a seguir sob um viés qualitativo.

Para uma melhor compreensão das respostas foi realizada uma categorização, subdividindo-as em 4 (quatro) categorias: POSITIVAS, NEGATIVAS, SEM ENTENDIMENTO DA PERGUNTA e NORMAL/INDIFERENTE.

Assim, os inquéritos respondidos pelos 153 estudantes cotistas apontam um total de 87 respostas POSITIVAS, com indicativos favoráveis à questão referente às cotas raciais. Esse

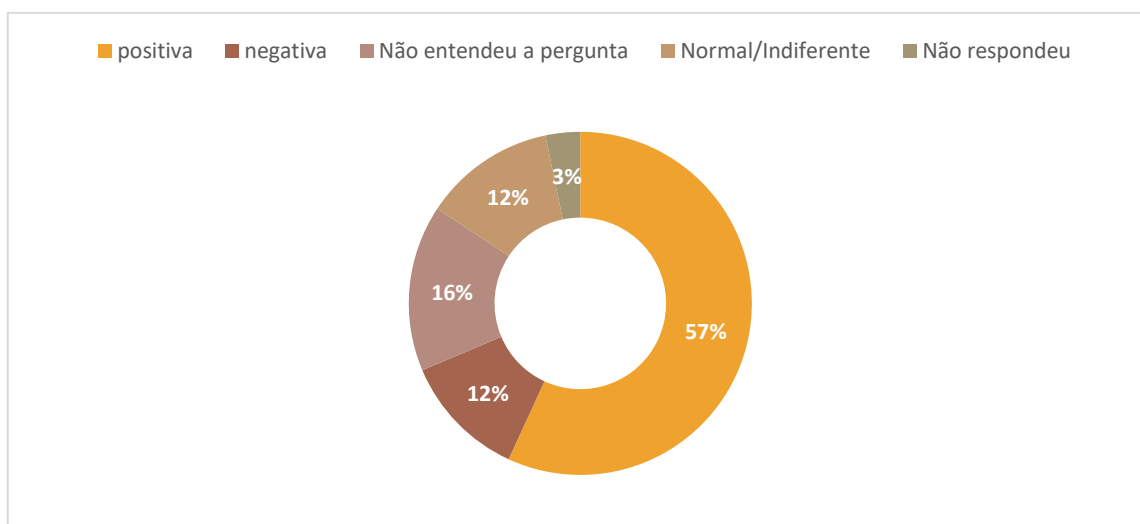
quantitativo representa significativamente dentro do universo total de respondentes e aponta perspectivas analíticas convergentes acerca dos elementos trabalhados anteriormente nos Grupos Focais.

Registra-se, entretanto, que obtivemos 18 respostas consideradas NEGATIVAS para a percepção das cotas raciais enquanto influenciadoras do processo de construção identitária dos participantes. Ainda, obtivemos 19 respostas catalogadas para NORMAL/INDIFERENTE, que, se somados às respostas Negativas, totalizam 37 respostas. Esse total ainda considerado inferior às percepções POSITIVAS.

Acerca das respostas consideradas como NÃO ENTENDEU A PERGUNTA foram atribuídas 24 falas dos participantes. Esta categorização atende a prerrogativa de que a resposta tenha fugido completamente da pergunta elaborada, não podendo serem agregadas aos valores POSITIVOS ou NEGATIVOS. Contamos, ainda, 5 (cinco) participantes que optaram por não responder à questão.

Apresentamos abaixo, uma representação, em forma de figura gráfica, desses referenciais coletados através dos inquéritos, para melhor apreensão da análise:

Gráfico 19 – Percepção dos alunos cotistas da UFRN quanto à Política de cotas raciais e a relação desta com as Identidades (Questionário)



Fonte: Elaborado pela autora

Percebe-se, à princípio, que esses dados reforçam a análise realizada anteriormente, das falas dos participantes dos grupos focais, indicando uma influência da política de cotas raciais em suas identidades, sobretudo uma influência positiva. Apresentamos abaixo as falas mais representativas dos respondentes dos questionários, reafirmando a percepção apontada

anteriormente de que suas identidades foram influenciadas pela entrada na universidade através das cotas raciais.

*“Foi aqui na UFRN, que obtive consciência social sobre quem eu sou, e como a sociedade reage a mim” (Martin Luther King).*

*“Durante muito tempo, fui contrário às políticas de cotas raciais por ter um entendimento que as cotas estavam me subestimando enquanto preto. Não gostava, mas era algo pouco discutido que acabei internalizando e aceitando. “Pensava, pasmem, que as cotas raciais eram racistas. Não tinha a dimensão dessa política numa perspectiva histórica. Acredito que o hip-hop teve um papel fundamental nessa mudança de visão (...). Hoje, participo de batalhas de hip-hop na universidade, além de grupos estudos étnico-raciais”. (Malcon X).*

Analisa-se que o processo identitário desenvolve-se a partir das vivências ocorridas ao longo da vida (Goffman, 2008). Assim, a entrada na universidade está demarcada em algumas falas como sendo representativa desse processo.

*“Depois de entrar pra universidade pude perceber a disparidade entre brancos e pretos lá, por vezes já me perguntei se lá é mesmo meu lugar. Mas também me apaixonei pelo meu curso, me tornando mais capacitada profissionalmente”. (Oprah Winfrey).*

*“Certamente, o sentimento de identificação com as parcelas mais desfavorecidas da sociedade passou por um momento de reflexão, pois tive que me reconhecer também como uma pessoa privilegiada por ter acessado a universidade. Mas a identificação com essa parcela da população só se reforçou por diante do acesso por meio das cotas”. (Bob Marley).*

Não somente a entrada na universidade, mas também o sentido de pertencimento a um determinado grupo (Zanatta, 2011) é também considerado um fator importante para as identidades. Vejamos:

*“Acredito que, por mais que eu sempre tenha me entendido como uma pessoa negra, o sentimento de pertencimento tenha se intensificado culturalmente. Ter contato com uma maior diversidade de cores, rostos, corpos, expõe uma realidade de que o mundo é bem mais amplo e diverso. Uma experiência marcante que tenho é com as batalhas do coliseu, onde vivências se cruzam numa demarcação cultural tão própria dos movimentos pretos da faculdade que me atravessam completamente. Também tive contato direto com intercambistas de países africanos, e para mim foi uma experiência surreal de conhecimento, descobrir um pouco sobre ancestralidade nos eventos organizados por eles, uma diversidade rica em cultura de povos tão cativantes. Para resumir, sinto que eu ascendi culturalmente como pessoa preta depois de ingressar na universidade” (Maria Firmina dos Reis).*

Acerca do processo de construção das identidades, analisado através das falas acima, podemos seguir as indicações de Goffman (2008), Zanata (2011) e Garcia, Fusaro e Carvalho (2018) ao afirmarem que este ocorre a partir das vivências, principalmente pelas interações sociais demarcadas neste processo. Tem destaque, portanto, o espaço universitário como fortalecedor das identidades étnicas (Zanatta, 2011), constatando-se um maior

reconhecimento destes sujeitos a partir das representatividades identificadas nos diversos ambientes (Bourdieu, 1996). Identificamos tais percepções nas falas a seguir:

*“A princípio, aqueles que têm uma visão minimalista do que é a “faculdade” não imaginam que o ambiente universitário seja tão igualitário - igualitário não no sentido geral, mas o mínimo ao menos. Desde o momento que vemos que há outras pessoas nos ambientes educacionais da nossa cor de pele que se destacam no ensino e que têm capacidades de conseguirem altos cargos na vida, isto se torna um alívio para pessoas da nossa classe étnica”. (Muhammad Ali)*

*“Após conhecer outras pessoas que passaram pelo mesmo e que tem tanto orgulho e identificação com elas mesmas é algo completamente libertador e incrível de se dialogar e se reconhecer e interagir”. (Dandara dos palmares).*

Entretanto, apesar da percepção de um fortalecimento das identidades, a partir da entrada na universidade através da reserva de vagas, não se pode excluir as consequências negativas desse processo. Vejamos:

*“Eu passei a existir de verdade, não vou dizer que sofri racismo e coisas assim no meio acadêmico, mas passei a entender quem sou como pessoa não branca, minha posição e minhas dificuldades no mundo. Agora entendo o que é ser preto e com as cotas raciais pude sonhar em ter uma vaga na universidade e futuramente ser um professor que irá fazer alunos como eu fui, terem expectativas de ingressar no ensino superior”. (Nelson Mandela).*

*“Eu precisaria de horas pra falar como é encontrar um grupo de pessoas negras, que se dizem negras, que tem orgulho de dizer-lo e vestem-se de si mesmo, na universidade. Se permitir existir na dimensão da raça, em meio aos iguais, é perceber que há mais mundo do que havia outrora. Ver gente preta na universidade dá esperança. Não diria que esperança de extinção do racismo, mas de que, em algum momento, não haverá mais portas fechadas ao corpo racializado porque sempre haverá um de nós, "lá", pra nos acolher”. (Zumbi dos Palmares).*

Portanto, as identidades sofrem influência de outros elementos sociais presentes na sociedade, podendo alterar essa percepção ao longo de sua existência. Para Caetano (2011), “A capacidade de uma pessoa se pensar a si mesma por referência às suas circunstâncias sociais é formada e evolui, possivelmente de forma variável para diferentes contextos, ao longo do percurso biográfico” (Caetano, 2011, p 170). Elucida como sendo importante para os sujeitos refletirem sobre essa realidade, para conhecer o mundo, mas também o lugar que nele ocupam.

Nesse sentido, outro indicativo importante já apontado nos grupos focais, mas que nesse momento apresenta-se com mais representatividade, diz respeito às questões transversais às questões raciais. Diversas mulheres negras nos relatam as vivências dessa realidade, apresentando expressões adversas em virtude de se apresentarem em três frentes de discriminação: mulher, negra e cotista.

*“Hoje me reconheço como mulher negra e não poderia estar mais feliz por ocupar esse espaço universitário que, historicamente, foi negado a pessoas como eu”. (Ángela Davis).*

*“Minha identidade como mulher preta e periférica de certo modo foi aflorada, entretanto me mostrou que eu sou mais que isso! Eu sou Emilly neta de dona Antônia, senhora que não sabe ler mas sempre me incentivou a estudar. Eu sou pesquisadora! Eu sou Acadêmica! Eu sou amiga, filha e companheira. Mas também sofro ao vivenciar alguns percalços na Academia, porém nunca pensei em desistir. As coisas nunca são fáceis e quando se vem de onde eu venho usualmente se tornam mais difíceis ainda. Mas como dizia o filósofo contemporânea Emericida na música levanta e anda "você é o único representante do seu sonho na face da terra" e assim eu sigo. E eles vão ter que me engolir e se tudo sair como planejado ano que vem tem pesquisadora preta Doutoranda, tendo como tema de pesquisa a necropolítica no Rio Grande do Norte”. (Sueli Carneiro).*

Nesse sentido, Caetano (2011) e Medeiros (2019) confirmam a leitura desta problemática a partir de uma perspectiva de interseccionalidade, considerando as interfaces de raça, classe e gênero. As falas abaixo elencadas reforçam a percepção de uma influência positiva na autoafirmação identitária e de gênero, a partir da entrada na universidade através das cotas raciais, como contributo para superação de tais dificuldades. Vejamos o que nos comunicam:

*“Minha identidade enquanto mulher negra já se encontra consolidada na minha entrada na UFRN. Mas minha identidade é posta em dinâmica na minha interação com colegas e professores do programa em que estou. O que quero salientar e que estando em uma pós graduação em antropologia, quando narro minha trajetória na maioria das vezes minha identidade é reforçada pelas pessoas ao meu redor. E também há aqueles que a questionam, mas isso faz parte das relações sociais” (Grada Kilomba).*

*“Com certeza entrar em uma universidade pública como a UFRN me abre muitas ideias, o ambiente acadêmico, a diversidade de pessoas, e isso fortalece minha compreensão de identidade como mulher negra. Mas ainda sim percebo que a minha formação será mais desafiadora do que a de muitos estudantes ali, pois não é somente ser negra, mas o contexto no qual estou inserida que contrasta muito com o ambiente acadêmico, muitas vezes sinto como se esse lugar não tivesse sido feito para pessoas como eu”. (Carolina Maria de Jesus).*

A partir do recorte de gênero, considerado como um condicionante de exclusão e violências, a negritude representa um adicional à esta realidade para a mulher negra, propiciadora de adversidades para o seu desenvolvimento nas diversas esferas da sociedade, devendo, assim, ser analisada sob óticas distintas, no intuito de abranger tal complexidade.

*“Ser negra e estudante de um curso relativamente concorrido em uma faculdade federal me fez valorizar ainda mais a política de cotas raciais na qual permitiu meu ingresso. Aqui dentro, ainda enxergo minhas fragilidades e vulnerabilidades em relação aos outros alunos (não cotistas), causados pela minha situação econômica. Na questão racial, ainda não presenciei ou vivi alguma situação de racismo ou exclusão dentro do campus, e percebo estar em um local acolhedor e respeitoso, tanto para pessoas negras quanto para as ações afirmativas. Procuro me dedicar e estar entre os 10 melhores da turma, valorizando a política afirmativa que me permitiu estar no curso e provando que estudantes cotistas não são inferiores que alunos não cotistas em questões de desempenho acadêmico”. (Elaine Brown).*

Observa-se, portanto, a importância do acesso das mulheres negras a esse espaço historicamente privilegiado que é a universidade. Pode-se afirmar que a universidade atua como um espaço para o desenvolvimento social, político e econômico. Afirma-se, porém, a necessidade de haver cuidado na não generalização dessa afirmativa, pois as particularidades existentes nas vivências dessas mulheres apresentam expressões distintas. Sobre isso, nos afirma Collins (2016) que, “embora o fato de se viver a vida como mulher negra possa produzir certas visões compartilhadas, a variedade de classe, região, idade e orientação sexual que moldam as vidas individuais de mulheres negras tem resultado em diferentes expressões desses temas comuns” (Collins, 2016, p 102). Dessa forma, o desenvolvimento dessas mulheres dependerá, também, de outras variáveis.

Ainda, acerca das diversas expressões como orientação sexual, por exemplo, obtivemos um relato que demonstra uma percepção ainda não apontada anteriormente. A fala abaixo denota a percepção de uma mulher Trans que vivencia especificidades, se comparadas ao grupo geral de alunos negros e negras cotistas da universidade, que também podem ser acirradas pelas condições de negritude, e de pessoa com deficiência, conforme nos relata a participante:

*“Como uma mulher trans, deficiente e negra, percebo-me fazendo parte, em alguns momentos, como uma aluna excluída e julgada por minorias brancas que insistem em mostrar que devo, na visão deles, tentar passar por um processo de branqueamento para enquadrar-me em um padrão, a tanto perpetuado na instituição pelos próprios alunos”. (Rosa Parks).*

Nesse sentido, tem destaque essa percepção acima, afirmando o desafio diário vivenciado para amenizar a sua negritude, enquanto mecanismo de aceitação social, sendo tal prática, considerada excludente e realizada na instituição de ensino superior estudada, conforme o seu relato. Nos importa destacar tal situação, tendo em vista ser causadora de traumas e, por vezes, fissuras sociais. Afirmamos, a partir desse relato, uma possível ausência de posicionamento institucional no sentido de criar mecanismos coibidores de comportamentos discriminatórios, em adotar posturas de incentivo ao respeito, à igualdade e inclusão, para assim fornecer condições de permanência aos estudantes ingressantes pelas cotas raciais em suas particularidades. De acordo, ainda, com Caetano (2011), as estruturas exercem uma forte influência no grau de autonomia dos indivíduos, nas escolhas para a sua vida (Caetano, 2011). Portanto, este fato não deve ser desconsiderado enquanto influenciador das identidades individuais ou coletivas.

Destaca-se a representatividade como um outro elemento imprescindível para o fortalecimento das identidades, sendo este aditivo aos argumentos para a manutenção da

reserva de vagas para as minorias excluídas socialmente (Almeida In: Haider, 2019). Analisa-se como sendo importante identificar pessoas negras nos diversos ambientes sociais, mobilizando os indivíduos a atuarem nos mais diversificados papéis, apresentando essa possibilidade em sua concretude. A fala abaixo dessa estudante cotista negra reforça esta análise.

*“Ainda sou e me enxergo como uma mulher negra, porém, não me sinto dessa forma na UFRN. Por conta da política de cotas, mesmo sabendo que pode ser falha, enxergo muito mais representatividade e apenas me sinto pessoa, indivíduo. Não uma mulher negra, mas uma unidade humana dentre todas as outras, com pessoas como eu e diferentes de mim”. (Djamila Ribeiro).*

Em seguida, no que diz respeito à discriminação causada pela sua inserção na universidade como cotista, uma problemática já abordada anteriormente neste capítulo, através das falas dos participantes do GF, aponta agora novos relatos, destacando significativas percepções acerca desta:

*“Fui excluída de grupos, depreciada ao questionar assuntos que para os demais eram básicos, mesmo sendo condescendente devido a minha realidade financeira, social, escolar (escola pública) etc.” (Erika Hilton).*

*“Sinto que preciso provar que sou capaz. Sei que estou no lugar que é meu por direito, mas me vejo frequentemente buscando maneiras de reafirmar isso para mim e para os outros através de notas, bolsas e projetos de extensão”. (Elza soares).*

Confirma-se que a condição de aluno cotista, apesar de representar um direito adquirido, pode ser geradora de um processo discriminatório estigmatizante (Goffman, 2008, Munanga, 2003). Vejamos:

*“Eu tive novas vivências, as quais só seriam possíveis com meu ingresso na universidade. Houveram ótimas vivências, mas também aquelas ruins, porém o que mais mudou pra mim e na minha identidade foi entender que não seria nada fácil enquanto pessoa preta vencer certos obstáculos do meio acadêmico”. (Sandra de Sá).*

*“A princípio vejo assim, se somos os melhores da turma não tem problema somos aceitos por grande parte da maioria da turma, mas se não nos destacamos há uma certa resistência em nos aceitar entre a maioria, a uma certa discriminação intelectual, mas na verdade com os brancos, mesmo que sejam pobres intelectualmente não vejo essa discriminação. agora tudo isso embutido não abertamente tem que ser um cotista de percepção aguçada para perceber” (Milton Santos).*

Portando, se faz necessário monitorar esse processo, acompanhando os impactos nesses atores sociais, avaliando a possibilidade de manutenção ou interrupção dessa ação afirmativa.

Na sequência do processo de análise descrito, algumas falas foram categorizadas como NEGATIVAS, para o questionamento acerca da influência da política de cotas nas identidades

desses sujeitos. Obtivemos respostas nas quais a percepção negativa foi expressa de forma direta e, por vezes, indireta, sendo devidamente interpretadas de modo a apreendê-las. Destacamos as falas abaixo que não refletem importância positiva, em suas vivências, após a entrada no ensino superior através desta AA:

*“Nada mudou a respeito da minha identidade racial, continuo com os mesmos pensamentos anteriores à UFRN” (Iza).*

*“Não mudou, pois foi construída ao longo da minha história, o que mudou foi a forma de organização política para defender as pautas raciais”. (Negra Li).*

Portanto, percebe-se a ocorrência de diversas falas negando algum tipo de influência da política de cotas em suas vivências e identidades ou mesmo apontando dimensões negativas dessa influência. Entende-se que é válida a percepção de manutenção identitária ou mesmo uma consciência de negritude não impactada pela entrada na universidade como cotista negro ou negra.

*“Serei eu mesma sempre, independente da raça, não me vejo apenas pela cor de minha pele, tenho orgulho da minha raça e tenho minha personalidade singular”. (Zezé Motta).*

*“Não mudou muito, pois já tinha essa percepção, desde quando fiz minha primeira graduação em história na UEPB. Atualmente, estou na terceira graduação: Direito Matutino na UFRN”. (Abdias do Nascimento).*

Pode ocorrer uma postura de rejeição aos questionamentos quanto a essa condição de cotista ou mesmo de apagamento da condição para homogeneização entre os estudantes com possibilidade de um menor desgaste das relações, ou mesmo para evitar a discriminação relatada anteriormente. Esse indicativo percebe os sujeitos como ativos nesse processo de construção identitária, podendo decidir sobre o posicionamento diante de um tratamento ou ação social. Conforme nos afirma Caetano (2011), “Diz-se que os indivíduos são passivos “devido a” e que têm liberdade “face a” (ou “apesar de”). Se a ação for entendida como contemplando ambas as dimensões, então não faz sentido pensar as estruturas sociais como entidades que se opõem à capacidade agencial dos actores” (Caetano, 2011, p 160).

*“A entrada na universidade não afetou a minha autopercepção da minha identidade racial. Porém, em um processo seletivo para concorrer a estágio em outra repartição pública, tive minha autodeclaração não confirmada pela banca de heteroidentificação, o que me causou angústia e tristeza por não ter minha autopercepção confirmada por terceiros. No mais, já ouvi de amigos/conhecidos que discordam da minha autopercepção, mas já ouvi outros que confirmam como me vejo e me sinto”. (Pixinguinha).*

*“Continua igual, “se” sinto negra da mesma forma, gosto de minha cor da mesma forma, não sinto vergonha por ser cotista e isso nem é coisa comentada em minha turma. Ninguém nunca chegou para me perguntar se sou cotista ou não. Eu simplesmente passei e estou lá. Tenho meu mérito assim como todos os meus colegas”. (Larissa Luz).*

*“Continua a mesma identidade desde que entrei e todos respeitam”. (Luiz Gama).*

Seguindo a análise proposta, as falas a seguir foram categorizadas como “NÃO ENTENDEU A PERGUNTA” e configuram-se como importantes para a nossa análise, pois apontam dificuldades na elaboração das perguntas, ou mesmo dificuldade de alguns alunos de compreenderem a temática da discussão proposta, ou mesmo a construção da pergunta. Entretanto, estas foram consideradas igualmente importantes, pois denotam a problemática acerca da dificuldade financeira dos estudantes de se manterem nos cursos universitários e a falta de apoio aos estudantes com necessidades especiais:

*“A minha entrada na universidade foi tranquila, mas adaptação e falta de apoio e auxílio por parte da universidade e um tanto quanto desafiador. Sendo um estudante com necessidades especiais específicas, me sinto abandonado pela universidade”. (Machado de Assis).*

*“Fiz enfermagem durante 4 semestres, na minha turma tinha somente 3 ou 4 pessoas negras de uma turma de mais de 40, e no meio dessas pessoas, essas eram justamente as que trabalhavam e estudavam. Não consegui concluir o curso por ser integral e ter que trancar pra poder trabalhar, o que acontece com muitas pessoas. Não é só fazer com que o negro entre na universidade, mas fazer com que ele possa continuar e se manter lá. No curso atual tenho muitas disciplinas onde são discutidas políticas públicas e a população negra, isso faz com que seja enxergado por todos a dificuldade que passamos na universidade, no mercado de trabalho”. (Alcione).*

Retoma-se, aqui, a necessidade de pensar um direcionamento às demandas dos alunos para permanência na universidade, a partir da ligação entre as diversas esferas políticas. Dessa forma, pode-se propiciar não apenas a inclusão no ensino superior, através da reserva de vagas, mas a permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essa desigualdade é promovida pelas estruturas que não possibilitam o desenvolvimento igual a todos os participantes da sociedade, podendo variar esse efeito em cada indivíduo. Sobre isso nos afirma Caetano (2011) que “A resposta aos factores estruturais é filtrada pelas preocupações, prioridades e objectivos de cada indivíduo. Nalguns casos, esses factores actuam como constrangimento à concretização de projectos, noutros como capacitação para realizarem os seus objetivos” (Caetano, 2011, p 158).

Para encerrarmos essa parte do estudo que trata da análise das falas obtidas através dos inquéritos, trazemos alguns depoimentos representativos acerca da percepção das identidades, a partir de um depoimento de uma pessoa auto identificada como parda,

também alcançada pela política de cotas raciais. Vejamos a fala desta participante que afirma ter sua identidade questionada diante da política de cotas raciais:

*“Minha identidade racial ainda é um processo em construção, pois na perspectiva do outro não sou parda, mas branca. No entanto, não me identifico e não sou filha de brancos, por isso, não tenho raça branca. Sigo tentando me encontrar neste universo e evitar uso de cotas raciais em concurso, pois talvez fosse bem provável que não passasse, pelo fato de minha totalidade de pele ter modificado, após anos trabalhando em escritório. Opto por não usar cotas, pois compreendo que isso “dói menos”, do que a visão do outro sobre ser ou não (parda)”. (Margareth Menezes).*

Ou seja, apesar do direcionamento da reserva de vagas ocorrer para pessoas pretas, pardas e indígenas, percebe-se uma tendência a reduzir este grupo apenas às pessoas negras. O depoimento abaixo denota essa percepção de apagamento racial, a partir da sua percepção de identidade indígena:

*“Considero minha identidade bastante “apagada” em um contexto geral, justamente por se ter um discurso generalizante de que pardos são negros e, historicamente no Brasil, pessoas negras são aquelas com fenótipos afro e eu não me sinto pertencente a esse grupo. A todo momento que surge debates raciais dentro da universidade me vem uma sensação de não pertencimento e de ser uma pessoa que está “fraudando” a política de cotas. Penso que o debate precisa ser urgentemente atualizado, inserindo a perspectiva indígena de uma forma mais profunda, considerando toda a violência histórica e de apagamento a qual fomos inseridos dentro da categoria pardo. Os dados obtidos através de estudos do IBGE informam que o grupo pardo no Brasil divide péssimos índices sociais e estão muito próximos dos pretos. Os estados com maiores números de pessoas pardas são aqueles com maior influência indígena, como Amazonas e Pará, mas também muitos outros do Nordeste. Isso não pode ser desconsiderado dentro da identidade parda no país. Reconheço a estratégia e as conquistas por parte de alguns movimentos de transformar o pardo em um grande único grupo, mas já precisamos avançar no tema para tornar a luta anti racista no país mais justa com todos os grupos que precisam dela e sem contribuir com o apagamento de multi identidades étnicas raciais no país”. (Grande Otelo).*

No tocante a esta afirmativa de apagamento racial, temos em nossa sociedade um histórico de diminuição dos povos originários, negando-lhes espaços de participação, valorização cultural e preservação. Além disso, registram-se retrocessos no governo presidencial de Jair Bolsonaro, com denúncias de genocídio a estes povos, descaso que apresentou como consequência uma elevação da mortalidade, principalmente em meio à pandemia de COVID-19 (Ferreira, 2020). Apesar do enfoque direcionado pela nossa pesquisa tenha sido demarcado aos alunos negros cotistas, tendo em vista o seu também reconhecido histórico de exclusão, entendemos a necessidade de visibilidade dessa problemática, podendo ser ampliada em estudos futuros.

Ainda, conforme já afirmado anteriormente, para o acesso às cotas raciais na universidade, o descendente indígena necessita comprovar, através de declaração, a sua integração a algum grupo originário dessa etnia. Portanto, esta condição não será averiguada através da

heteroidentificação De acordo com a Resolução nº 047/2020 – CONSEPE, Art. 4º “Para candidatos autodeclarados indígenas, será considerado, exclusivamente, o critério de pertencimento étnico para aferição da condição autodeclarada pelo candidato beneficiário da ação afirmativa de critério étnico-racial”. Portanto, apesar de ser um processo, à princípio, simplificado e propiciador do acesso ao ensino superior do grupo em tela, para a sua permanência ou visibilidade não foram percebidas ações institucionais nesse sentido específico<sup>63</sup>. No Brasil, o número de indígenas no ensino superior passou de 9.764 para 46.252 em 2021, de acordo com os dados do IBGE, representando, apenas, 0,5 % do total de alunos matriculados no país. Atualmente, em torno de 1,4 milhão de pessoas que se identificam como indígenas e somente 3,3% encontra-se nas universidades (IBGE, 2021).

Considera-se, por fim, que esses novos dados tenham acrescentado reflexões, enriquecendo o estudo proposto e contribuindo para a análise da problemática da reserva de vagas para negros, pretos, pardos e indígenas no Brasil, no ensino superior, e em outros países nos quais esta realidade se apresenta como necessária.

---

63 Informa-se que estão registradas, nesta universidade, diversas ações de pesquisa e extensão juntos às comunidades indígenas, tais como o projeto de extensão “Aquicultura Inclusiva: unidades modelo de produção está envolvendo atividades no campo de Jundiá-RN.



## Capítulo 6: Considerações Finais

*“Tirar estas pautas da invisibilidade e analisá-las com um olhar interseccional, mostra-se muito importante, para que fuçamos de análises simplistas ou para se romper com essa tentativa de universalidade que exclui” (Ribeiro, 2019, p 42)*

O presente estudo propôs analisar a política de cotas raciais no Brasil e a sua possível influência no processo de construção identitária dos estudantes que acessaram as vagas reservadas no ensino superior através desta Ação Afirmativa. Considerando-se os aspectos sociológicos que compreendem os processos identitários, afirma-se o estudo como sendo relevante.

Intentamos aqui apreender as interações que ocorrem entre os indivíduos, grupos e instituições, fundamentais para aprofundamento do entendimento da forma como somos socializados e as sociedades são organizadas. Tais interações materializam-se em um campo vasto de investigação para a sociologia, mas também com ambiência para Psicologia social e Antropologia, por adentrar na matéria das simbologias e representações sociais (Dubar, 1997, Giddens, 1999, Geertz, 1989). Este campo vasto é igualmente desafiador de ser estudado. Para a Psicologia importa a compreensão das inferências individuais, enquanto a Sociologia busca compreender as relações estabelecidas a partir de tais inferências, orquestradas socialmente.

Entretanto, apesar da vastidão possibilitada por tais interações sociais, estas não são passíveis de cálculos exatos ou de um controle absoluto. Os indivíduos agem, frequentemente, de forma imprevisível, o que dificulta a apreensão absoluta das decorrências dessas inter-relações (Goffman, 2008 e Zanatta, 2011).

Diante dessa suposta dificuldade objetiva, amplia-se a necessidade investigativa, mediante mecanismos que possibilitem uma maior aproximação da realidade e das subjetividades inerentes ao objeto analisado.

Enquanto direcionamento epistemológico, um estudo científico necessita distanciamento do pesquisador da matéria, em busca da verdade. Almejando garantir que os valores do pesquisador não influenciem os resultados da pesquisa, ou promovam parcialidade. Nos afirma Thiollent (1987) que “a neutralidade é falsa ou inexistente, na medida em que qualquer procedimento de investigação envolve pressupostos teóricos e práticos variáveis segundo os interesses sócio-políticos que estão em jogo no ato de conhecer” (Thiollent, 1987, p 28). Nesse sentido, os valores do pesquisador não são totalmente eliminados da pesquisa. Nota-

se que todos os pesquisadores têm valores e estes reverberam na maneira como eles veem o mundo e o interpretam. Portanto, analisamos que as experiências pessoais da pesquisadora podem influenciar a maneira como interpretou os dados da pesquisa, entretanto, estar ciente dos seus próprios valores, buscando incessantemente a fundamentação teórica, a construção aprofundada e reflexiva dos dados empíricos, possibilita não incorrer em distorções na pesquisa.

Destarte, clarificamos que estes valores se apresentam na pesquisa e estão materializados através das dimensões de justiça, equidade e diversidade, a partir dos quais as Ações Afirmativas raciais estão delineadas e foram apreendidas.

Nesse sentido, a investigadora adotou uma postura constantemente reflexiva sobre esses aspectos para produzir uma pesquisa objetiva, tomando medidas eficientes para garantir o não enviesamento das análises. Foi praticado permanentemente um exercício de autoconhecimento para identificar valores e preconceitos que pudessem mascarar os resultados do estudo, utilizando métodos de análise confiáveis. Coadunamos com Weber (2009) ao afirmar que o pesquisador “É enfim um observador profissional que coloca em obra, sobre a base de múltiplas identidades, uma técnica particular de observação e de autoanálise” (p 168).

Seguindo o percurso investigativo, se fez necessário apreender a realidade social que circunscreve a problemática do processo de construção identitária dos alunos negros cotistas a partir de um recorte, em um *locus*, situando-o em um determinado momento histórico, no intuito de delimitar o nosso campo de pesquisa e alcançar um resultado mais aproximado da realidade. Sem desconsiderar, no entanto, a possibilidade de utilização científica dos resultados como parâmetros analíticos de problemáticas semelhantes, em ambientes distintos. Isto posto, o estudo está restrito à realidade do Rio Grande do Norte, na região Nordeste do Brasil. Apesar disso, o mesmo toma amplitude ao ser inserido no universo acadêmico.

Diante da necessidade de agregar dados empíricos ao estudo, pelas particularidades subjetivas da problemática identitária estudada, assinálamos uma metodologia de base qualitativa. Tendo inicialmente planejado levar a cabo um estudo etnográfico, a contingência da pandemia Covid 19 levou-nos a reconfigurar a nossa abordagem. Escolhemos, assim, utilizar os Grupos Focais como técnica de investigação, configurando-se de suma importância para atender ao objetivo proposto, possibilitando aos participantes diversas interações,

conforme afirma Bernadeti Gatti (2005), e à pesquisadora uma maior proximidade com o objeto de estudo.

Foram apreendidas as percepções dos alunos cotistas negros acerca da temática abordada e as subjetividades presentes em suas falas. Importa, portanto, compreendê-las em seu contexto, conforme as orientações de análise de conteúdo que justificam tais procedimentos. De acordo com Bardin (2011), estes são fundamentais para um trabalho aprofundado de investigação, negando-nos a “ilusão da transparência dos factos sociais” (p 28).

Igualmente, entre as técnicas de pesquisa utilizadas, foi aplicado um inquérito por questionário semi-estruturado junto aos membros das comissões de heteroidentificação, configurando-se enquanto uma ferramenta importante para a compreensão da perspectiva institucional acerca da política de cotas raciais, possibilitando a apreensão das percepções destes membros, no que tange às respectivas atuações.

No intuito de aprofundar o exame proposto e aumentar a representação do universo investigado, seguindo as orientações de Minayo (1994), aplicamos um inquérito por questionário, junto aos estudantes negros cotistas com matrícula ativa na universidade. Os dados levantados foram explorados e comparados à abordagem realizada anteriormente, promovendo uma ampliada reflexão crítica, complementando os dados coletados nos grupos focais. Apresentamos novos dados empíricos através de “nuvens de palavras”, configurando-se como um recurso interpretativo e analítico das palavras repetidas com frequência nas falas dos respondentes (Vilela, Ribeiro, & Batista, 2020), através do auxílio do *Software* MAXQDA.

Por sua vez, os dados quantitativos estão aqui configurados através dos inquéritos por questionário aplicados aos alunos negros cotistas, obtidos pela instituição (UFRN) no momento do cadastramento inicial, expressos nos gráficos e tabelas que desenharam um perfil desse público atendido pela política de cotas raciais, como forma de aproximação com a realidade estudada e de trazer dados objetivos à proposta. Além dessas informações, foram levantados outros indicadores sociais (IPEA; IBGE), igualmente analisados com este propósito.

A partir das interações vivenciadas com os estudantes e Comissão de heteroidentificação, a pesquisadora conseguiu contactar diretamente com o objeto de estudo, o que havia sido planejado ser feito de forma mais intensa através da abordagem etnográfica, mas que se tornou inviável. Esta limitação do estudo justifica-se pelo contexto da pandemia de Covid-19,

no qual está situado o período de realização da pesquisa de campo, caracterizado por apresentar sérios obstáculos à convivência grupal. Todavia, essa combinação de técnicas nos permitiu obter uma visão totalizante do objeto estudado, a partir de uma triangulação dos dados obtidos (Flick, 2013).

Portanto, afirma-se que o método qualitativo nos permitiu compreender as experiências e perspectivas dos estudantes cotistas, identificando padrões e tendências comportamentais, individuais e coletivas.

Acerca dos dados coletados nos inquéritos, entendemos que o número de 153 participantes não abrange o universo pesquisado em sua totalidade e não representa todas as percepções dos estudantes cotistas da UFRN ou mesmo das universidades brasileiras, todavia, fornece parâmetros importantes para a apreensão da problemática que compreende as Ações Afirmativas para negros. Importa destacar que algumas questões que não estão abordadas nestes inquéritos, escapando à análise ora apresentada, em virtude dos limites objetivos para a sua execução e denotam igualmente notoriedade. O olhar dos estudantes não cotistas sobre esta política e dos dirigentes institucionais poderiam ampliar a compreensão da temática e carecem de investigação na realidade brasileira.

Após este desenho inicial da metodologia utilizada em nossa investigação, seguimos com as considerações finais deste trabalho que apontam para o atendimento da análise de três questões principais:

- 1- A política de cotas raciais no Brasil, no ensino superior, na perspectiva das instituições;
- 2- As percepções dos estudantes cotistas sobre esta política;
- 3- Os processos de construção das identidades individual e coletiva dos estudantes negros cotistas da UFRN;

Inicialmente, apresentamos um balanço dessas questões, planejado a partir de matrizes teóricas no tocante às questões identitárias individuais e coletivas, advindas das interações sociais, compreendendo as simbologias e representações presentes nos processos que formam tais identidades. Esta exploração se encontra referenciada nos estudos de Dubar (1997), no qual está ressaltada a importância do olhar para as subjetividades presentes nesses processos, não invalidando a objetividade, sem, no entanto, as primeiras serem consideradas como ilusórias nem mesmo "secundárias". Dessa forma, as percepções individuais remetem sentido, tal qual as sociais, reverberando nesse processo com igual intensidade. Os sujeitos se constituem a partir destas múltiplas identidades e "são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe,

portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência” (Gomes, 2005, p 42).

Ressaltamos, ainda, a importante reflexão de Munanga (1994) acerca do debate identitário:

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (p 177 e 178).

Igualmente, enquanto matriz teórica, os posicionamentos de Munanga (2003, 2012) e Fanon (2008) acerca das concepções de raça, na análise da problemática do racismo ao compreender este fenômeno como sendo estruturado e estruturante na realidade brasileira, remetem significativo valor teórico. Sobre isso, também nos enriqueceram as inferências de Sílvio de Almeida (2008, 2018, 2019), demonstrando que o racismo se encontra reificado nas estruturas construídas na configuração sócio-histórica do país em estudo. Todavia, esta ocorrência é frequentemente negada, difundida equivocadamente como parte de uma miscigenação harmoniosa. Este fenômeno é considerado crucial e necessita ser compreendido aprofundadamente, de forma reflexiva, com destaque às Ações Afirmativas e aos elementos importantes que perpassam tal debate.

Por conseguinte, na perspectiva de clarificar a análise da política de cotas raciais no Brasil, no ensino superior, problematizamos os direcionamentos das principais normativas nacionais e internacionais acerca dos fatores que permearam a implementação das Ações Afirmativas para negros, demonstrando a sua importância e complexidade, a partir da perspectiva de justiça e equidade (Sen, 2004).

Dito isto, os resultados obtidos na pesquisa apontam para o alcance dos objetivos propostos, ressaltando-se os limites impostos pela própria natureza da pesquisa. Seguindo a busca pelo atendimento da análise das três questões principais destacadas anteriormente, apresentaremos tais .

Inicialmente, **a apreensão da política de cotas raciais no Brasil, na perspectiva das instituições**, tendo como locus a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, demonstra um recorte da experiência brasileira, na região Nordeste, destacando os limites, possibilidades, particularidades, influências culturais, políticas e econômicas regionais na realidade institucional. Temos a apreensão dos mecanismos que delineiam o olhar

institucional para com esta política, a exemplo da Comissão de heteroidentificação, materializando-se como uma das ferramentas de operacionalização desta no âmbito nacional. A aproximação dos norteadores legais deste mecanismo e dos membros representantes, nos foi possibilitado apreender as suas percepções acerca desta AA e do gerenciamento da UFRN sobre esta ferramenta de acesso, ressaltando alguns avanços e entraves para a sua implementação.

Inicialmente, o estudo em tela denota, enquanto avanço, que este processo está sendo estruturado a partir de normativas internas e externas, atendendo aos preceitos estabelecidos. A norma interna demarca os requisitos necessários a sua operacionalização e legitimação, através de elementos como a garantia de representatividade da comunidade acadêmica entre os seus membros. Estes participantes deverão possuir diversidade étnica, tendo preferência na escolha de participantes dos movimentos sociais ou atuantes na temática, com algum vínculo com a UFRN. Nesse sentido, a composição atual é formada por docentes, discentes e técnicos da Universidade, brancos, amarelos, pretos, pardos e indígenas, promovendo diversidade e representatividade. Tais elementos denotam positivamente acerca da implementação desta Ação Afirmativa, demarcando-a em seu caráter inclusivo, corroborando com o entendimento de que as cotas raciais buscam interferir no processo de exclusão, propiciando uma discriminação positiva e garantindo institucionalmente a inserção nos espaços sociais.

Ainda, a nossa pesquisa analisou as **percepções dos membros da Comissão de heteroidentificação** no tocante a sua atuação, objetivando complementar a percepção institucional acerca da Política de cotas raciais. Percebemos, entre outros aspectos, que tais percepções apontam para a necessidade de melhorias nos suportes de infra estrutura (espaço físico para reuniões e entrevistas), financeiro e de pessoal, considerados necessários para a atuação destes membros. Destarte, foi indicada por estes a necessidade de melhorias também na formação inicial fornecida para aferição dos fenótipos dos candidatos às vagas na universidade. Este procedimento de averiguação étnica está baseado nos critérios fenotípicos e são propiciadores de ambiguidades por não possibilitarem exatidão na análise.

Acerca dos resultados de análise das **percepções dos estudantes sobre as políticas de cotas**, através dos Grupos Focais e dos inquéritos aplicados, inferimos a retratação desta Ação Afirmativa como implementada a partir de um contexto sócio-histórico de desigualdade social e racial, atrelado aos séculos de escravização dos negros africanos, ressaltando a sua importância e necessidade. A reserva de cotas raciais nas universidades, portanto, se apresenta

como uma medida reparadora, tendo em vista as poucas medidas tomadas para inclusão social do povo negro, de forma a assegurar-lhes direitos, alterando a estrutura estabelecida.

Ademais, tais percepções indicam que esta AA, de forma contraditória, promove discriminações e traumas, conforme os direcionamentos presentes em suas falas. Este alunado passa a ser discriminado pela sua condição de cotista, sendo-lhe atribuídas características de inferioridade pelo acesso ao ensino superior através da reserva de vagas. Afirmam a existência de questionamentos sociais acerca da possibilidade de baixo desempenho dos alunos cotistas, considerando que estes apresentam a obtenção do grau de ensino anterior originário das escolas públicas brasileiras. Diante disso, alguns alunos cotistas inferem a necessidade de mobilizar atitudes e comportamentos para comprovar tais condições exigidas.

Todavia, ressaltamos que o nosso estudo, através dos indicadores levantados e da investigação de dados auxiliares (Sales, 2019), refutou tais indagações quanto ao baixo desempenho acadêmico, apresentando a afirmativa da manutenção nos níveis identificados anteriormente para esta instituição de ensino.

Além disso, entre **as percepções dos alunos cotistas acerca da política de cotas raciais, obtidas nos inquéritos**, as falas levantaram a denúncia de invisibilidade institucional e social dos povos indígenas, não representando as suas pautas de debate e valorização, apesar desta política contemplar uma reserva de vagas para este grupo étnico. Esta coletividade também é alvo de estigmatização e merece um olhar cuidadoso. Em virtude da necessidade de delimitação metodológica a nossa escolha se ateve ao grupo étnico de negros e pardos. Essa denúncia fomenta a necessidade de ampliação dos estudos étnicos raciais, contemplando outros grupos estigmatizados.

Através das falas levantadas a relevância dos movimentos sociais, notadamente o movimento negro, atuando como fortalecedores das identidades (Gomes, 2017), encontra evidência. Analisando este resultado, chamou-nos atenção a importância das redes sociais enquanto mecanismos contemporâneos (Bauman, 2013) de ampliação das formas de expressividades, de reconhecimento e valorização, dos diálogos inter-raciais. Nos marcaram alguns relatos de autoidentificação, a partir das abordagens realizadas em torno da temática da negritude nestes ambientes virtuais, demarcando importância investigativa, enquanto fenômeno social. Entretanto, importa ressaltar que os veículos de comunicação desenvolveram historicamente papéis de fomentadores dos padrões estéticos, causando, contraditoriamente, discriminação.

Importa atentar a estas mudanças e às influências que podem exercer sobre a sociedade, campo abundante ao aprofundamento de novas investigações.

No que tangencia à **análise dos processos de construção das identidades individual e coletiva dos(as) estudantes negros(as) cotistas**, através da realização de grupos focais e da aplicação de inquéritos abertos junto aos alunos cotistas, esta aponta que a política de cotas raciais tem contribuído para a construção de uma identidade negra mais positiva, podendo ter influência indiretas sobre estes.

Agregamos à análise a interpretação das “nuvens de palavras”, enquanto recurso tecnológico, possibilitando ampliar as inferências das falas dos participantes da pesquisa, levantando as conotações acerca de símbolos inerentes à problemática investigada como **Cabelo, Família, Universidade, Pele, Racismo, Reparação**, entre outros. Este procedimento está alinhado com o anseio de fornecer objetividade às subjetividades, sem diminuir a importância qualitativa da investigação. Além disso, no intuito igual de agregar valor ao estudo, têm destaque as dinâmicas de elaboração de desenhos realizadas nos Grupos Focais com os participantes, denominadas “autoretratos”. Estes nos trazem as representações do sujeito e ressaltam a importância de propiciar reflexões sobre os corpos e a relação entre estes e as identidades.

Outro aspecto importante, apresentado nas falas dos estudantes e que apresenta influência sobre as identidades, diz respeito à representatividade. Esta nos remete aos símbolos que estão presentes nas relações sociais de percepção das possibilidades de atuação enquanto sujeitos sociais e na sua conseqüente ampliação. Ou seja, identificar pessoas negras nos diversos espaços sociais, entre eles a universidade, denota positivamente no processo de construção identitária, conforme os relatos dos estudantes negros cotistas aqui apresentados.

Entre os resultados apontados pela pesquisa, temos afirmações dos estudantes cotistas acerca das dificuldades econômicas encontradas para permanência destes na universidade. Esse fator é preponderante e está confirmado no perfil socioeconômico dos alunos cotistas, caracterizado por uma expressiva vulnerabilidade social regional, apontando a necessidade de observar tal demanda por investimento nesta política.

Ocorre, ainda, o relato de diversas alunas, mulheres negras, apontando sobre suas vivências com expressões em três frentes de discriminação: mulher<sup>64</sup>, negra e cotista, considerando

---

64 A desigualdade entre homens e mulheres é considerada por muitos como a mais duradoura forma permanente de injustiça social (Saleiro e Sales Oliveira 2018). Embora importantes mudanças ocorreram nas últimas décadas, a situação global ainda está longe da situação ideal em que todas as pessoas,

consonância com as interfaces afirmadas pelos autores como Caetano (2011), Medeiros (2019) e Hall (2018). Tais falas também remeteram a uma influência positiva na autoafirmação identitária e de gênero, a partir da entrada na Universidade através das cotas raciais. Considerando o quadro de insegurança social apresentado para este grupo na realidade do país, esta percepção encontra destaque em nosso estudo e reverencia ações desta natureza como forma de alteração da realidade inferida.

Obtemos, por último, a importante percepção da invisibilidade dos povos indígenas no tocante à Ação Afirmativa estudada, mesmo estando este grupo contemplado por esta ação. Tal fato, apesar de não ter sido referenciado em um número abrangente de relatos, não pode ser desconsiderado.

Diante dos resultados obtidos na pesquisa, apresentamos algumas recomendações.

É fundamental que a política de cotas raciais seja operacionalizada de forma intercalada a outras políticas públicas, objetivando viabilizar a permanência dos estudantes, considerando as limitações econômicas identificadas e as particularidades de sexo/gênero, numa perspectiva de Interseccionalidade<sup>65</sup> (Santos, Romão e Cerqueira, 2022). Além disso, se faz necessário a implementação de ações voltadas ao suporte psicológico aos estudantes, considerando-se a identificação de “novos” processos de discriminação latentes, em virtude da condição de cotistas, trans ou pessoas com deficiência. A adoção dessas medidas poderá contribuir para o fortalecimento do processo de construção das identidades. Ademais,

Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas (Akotirene, 2019, p 27).

Para que a política de cotas raciais tenha um impacto maior na construção de uma identidade negra mais positiva e empoderada, é recomendado que sejam adotadas medidas de acompanhamento acadêmico aos estudantes cotistas, além do desenvolvimento de políticas

---

independentemente do seu sexo e/ou gênero, são livres para ser e fazer o que querem desejar e ter capacidade e recursos para se deslocar de um lugar para outro, o direito de frequentar a escola, ter uma conta bancária ou possuir bens (HDR. Relatório de Desenvolvimento Humano 2019; Saleiro e Sales Oliveira 2018 IN: Saleiro e Sales Oliveira, 2022, p 1).

65 Como afirmou Branco (2008), a interseccionalidade é na verdade, uma ferramenta analítica indispensável para compreender como os diferentes tipos de identidades existentes e as interseções de raça/etnia e gênero criam dinâmicas que tornar únicas as experiências das mulheres de ascendência negra africana. Este estudo aprimora nossa compreensão de como as desigualdades raciais/étnicas são reproduzidas através de interações em profissões feminizadas nas quais as mulheres de origem africana são um número maioria entre as mulheres portuguesas (Santos, Romão e Cerqueira, 2022, p 16).

públicas locais de combate ao racismo. Se faz necessário criar ações afirmativas igualmente na educação básica, no âmbito nacional e regional, ressaltando visibilidade aos povos indígenas, respeitando-se a cultura desse grupo étnico e viabilizando a inclusão nos espaços sociais

Acerca da atuação dos membros da Comissão de heteroidentificação e suas condições insuficientes de trabalho, depreende-se uma similaridade no tratamento fornecido a esta política na forma de condução das políticas educacionais no Brasil, não ocupando espaços de destaque nos investimentos públicos, implicando na não efetivação dos objetivos desta Ação Afirmativa. Importa alterar este direcionamento e aprofundar indicadores que circunscrevam esta limitação identificada, no intuito de sanar tal lacuna.

Entre as sugestões de melhorias, a presente investigação encontra fundamentação nas falas dos membros acerca da necessidade de alteração no formato e do conteúdo das formações fornecidas aos participantes para aferição dos fenótipos dos candidatos negros. Destaca-se que formato atual não é considerado fomentador, em sua totalidade, de uma ambiência teórica e empírica ao entendimento necessário dos critérios para identificação dos fenótipos. Analisa-se que tal procedimento, em sua gênese, abre espaço à ambivalências por não poder ser preciso, estando sujeito, assim, a múltiplos questionamentos quanto à sua veracidade e exatidão. Entretanto, tem relevância a garantia institucional da ampla defesa fornecida aos candidatos, podendo estes recorrerem da decisão, propiciando uma nova avaliação realizada por outros membros (excluindo-se os avaliadores anteriores), no intuito de garantir a idoneidade do processo de verificação, conforme as orientações presentes na normativa institucional. Este procedimento é importante e coaduna com as inferências de Sen (2004) acerca de justiça e equidade, contudo, devem ser observados para não incorrer em equívocos no processo rígido de averiguação, promovendo “tribunais raciais”, reiterando a discriminação étnico racial.

Ainda, o estudo encontra relevância ao situar a política de cotas raciais como objeto de debates no ambiente universitário e na sociedade brasileira, encontrando opiniões favoráveis e desfavoráveis. As ações afirmativas buscam promover a diminuição do abismo social existente na realidade nacional, devendo, assim, serem valorizadas, buscando-se, entretanto, as devidas adequações e melhorias. Compreendemos que os efeitos positivos desta AA e a necessidade de garantia do direito ao acesso equitativo ao ensino superior justificam a necessidade de permanência desta AA.

Assim, pode-se concluir que os estudantes cotistas, ao ingressarem no ensino superior, passam a ter contato com uma cultura acadêmica, estruturalmente excludente aos negros do

Brasil (Almeida, 2018). Esta inserção contribui para o desenvolvimento de uma consciência racial mais crítica e para a afirmação da identidade negra. A política de cotas raciais tem criado espaços de discussão comuns que podem gerar interação e troca entre estudantes negros, favorecendo o desenvolvimento de uma identidade coletiva étnica resiliente.

Estas análises recebem a influência de Bourdieu (1996) no que tange ao conceito de *Habitus* que compreende as interações sociais a partir de um sistema de disposições estruturadas e estruturantes que orientam as ações e as percepções dos indivíduos. Estas disposições orientam a maneira como estes se percebem e se relacionam com o mundo, devendo ser consideradas em sua relevância para a formação da sociedade. Diante disso, as universidades são consideradas ambientes propícios às interações e devem ressignificar-se, adequando-se à nova realidade, com estratégias voltadas aos estudantes, ocupantes da centralidade de sua finalidade social.

Encontramos, nestas reflexões, contribuições para a sociologia ao analisar as ações afirmativas e as identidades a partir da reflexividade orientada pelas teorias citadas. Portanto, a esta ciência, dedicada ao estudo dos fenômenos sociais, importa a compreensão das políticas sociais, podendo contribuir para o fomento e melhoria destas.

Isto posto, o estudo em tela remete à afirmação de um novo fenômeno de “enegrecimento das universidades brasileiras”, após as cotas raciais. Este pode ser afirmado como recente, apesar de encontrar-se já marcante nesta realidade, necessitando, assim, de novos olhares, conceituações, interlocuções e, até mesmo, avaliações, a partir de indicadores com ângulos distintos que possibilitem o aprofundamento desses estudos sociológicos.

Atentamos que esta análise empírica buscou contribuir para o desenvolvimento científico e para o aprimoramento das análises apresentadas para a política em tela, considerando as publicações científicas sobre a temática até o presente momento<sup>66</sup>. Estas apontam, prioritariamente, às trajetórias individuais dos cotistas ou analisam os indicadores sociais que circunscrevem a implementação das citadas Ações Afirmativas. Consideramos aqui o nosso diferencial em buscar compreender os aspectos micro e macrosociais de forma reflexiva, interligando-os, através de uma metodologia baseada na triangulação de dados.

---

66 Os estudos sobre o negro brasileiro, nos seus diversos aspectos, têm sido mediados por preconceitos acadêmicos, de um lado, comprometidos com uma pretensa imparcialidade científica, e, de outro, por uma ideologia racista racionalizada, que representa os resíduos da superestrutura escravista, e, ao mesmo tempo, sua continuação, na dinâmica ideológica da sociedade competitiva que a sucedeu. (Moura, 1988, p 17)

Considera-se, por fim, a reflexão acerca da impermanência das análises sociais. Os sujeitos estão inseridos em uma realidade dinâmica, podendo esta ser alterada, modificando-os e as suas percepções acerca da realidade social. Assim como a matéria aqui produzida está sujeita às transformações e/ou modificações nas percepções da pesquisadora.

Resta-nos, ao término da Tese ora apresentada, a constatação de ter desenvolvido uma melhor compreensão do tema ao mobilizar novas habilidades em busca do conhecimento produzido, estimulada a ajustar, por vezes, o itinerário do estudo, percebendo que este procedimento, apesar de complexo, se fez necessário para alcançar o resultado proposto. Esta caracteriza-se como uma importante leitura da realidade, protagonizada pelos alunos cotistas da universidade e vivenciada pela pesquisadora em seu ambiente de convivência. Nos demonstra as relevantes interações sociais e as simbologias atravessadoras dos processos de construção identitários.

Retomamos, finalmente, a reflexão de Gomes (2005), na qual afirma que “A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais” (p 41). Nesse sentido, refletir sobre este aspecto amplia e fortalece as percepções dos sujeitos acerca de si e da sua coletividade. As identidades são atravessadas por questões étnicas importantes e que necessitam ser discutidas frequentemente, almejando apresentar novas abordagens.

## Referências bibliográficas

- Akotirene, C. (2019). Interseccionalidade. *Feminismos Plurais*. Ribeiro, D. (Coord.). São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 152 p. ISBN 978-85-98349-69-5. <https://www2.unifap.br/neab/files/2021/01/Interseccionalidade-Feminismos-Plurais-Carla-Akotirene.pdf>
- Apiah, K. A. (1994). Race, Culture, Identity: Misunderstood Connections. *The Tanner Lectures on Human Values*. University of California at San Diego. October 27 and 28, 1994 <https://philpapers.org/archive/APPRCI.pdf>.
- Albuquerque, D. M. (2013). *Nordestino: invenção do “Falo”*. Uma história do gênero masculino (1920- 1940). 2 ed. São Paulo.
- Almeida, N. L. T. (2012). *Concepção de Educação que deve orientar a atuação de assistentes sociais na Política de Educação*. Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais: Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. (Org.). CEFSS CRESS. 66p. [http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf).
- Almeida, S. (2018). *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte(MG): Letramento.
- Araujo, T. B.. (1997). Dossiê Nordeste I. Revista Estudos Avançados (29). [www.revistas.usp.br](http://www.revistas.usp.br).
- Azevedo, J. C. (2017). *A Lei da Paridade numa perspectiva de género: perspectivas das deputadas dos grandes partidos políticos*. Dissertação de mestrado Psicologia Social e das Organizações. ISCTE. IUL. Lisboa. Portugal.
- Bakhtin, M. (2006). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12 ed. São Paulo: Hucitec.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Barbour, R.S. & Kitzinger, J. (1999). *Developing Focus Group Research & Politics, Theory & Practice*. Sage: London.

- Barbour, R. S. (2010). Focus groups. In: Bourgeault, Ivy; Dingwall, Robert and de Vries, Raymond eds. *The SAGE Handbook of Qualitative Methods in Health Research*. London, UK: Sage Publications Ltd, p. 327–352.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001
- Bauman, Z. (2013). *A cultura no mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- Bourdieu, P. (1989). *O Poder simbólico*. Lisboa: Editora Difel.
- Bourdieu, P. (1989). O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Editora Bertrand. Lisboa
- Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Tradução: Mariza Correa, São Paulo. Papyrus Editora.
- Brait, B. Análise e teoria do discurso (2006). In: Brait, B. (Org.). Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo. *Contexto*. p. 9-31.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- Brasil. Portaria SGP/SEDGG/ME Nº 14.635 (2021). *Diário Oficial da União*. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal. Brasília, Brasil. Publicado em: 15/12/2021. Edição: 235. Seção: 1. p 85.
- Brasil. Portaria Normativa Nº 4. (2018). Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Gestão de Pessoas. *Diário Oficial da União*. Brasília, Brasil. Publicado em: 10/04/2018. Edição: 68. Seção: 1. p 34.
- Brasil. Supremo Tribunal Federal. STF. (2012). Medida provisória nº 2.200-2/2001. Arguição De Descumprimento De Preceito Fundamental 186. Distrito Federal. [http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ numero 1990072](http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/numero1990072).
- Caetano, A. (2011). Para uma análise sociológica da reflexividade individual. *Sociologia, problemas e práticas*. n.º 66, 2011, p. 157-174. ISCTE. Lisboa. Portugal. ISSN: 0873-6529. <http://hdl.handle.net/10071/3072>.

Caregnato, R. C. A. & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto Enfermagem*. Florianópolis, v 15, n 4. p 679-84.

Carvalho, F., Lima, L., Costa, F., Júnior, A. (2018). Educação superior pública no Rio Grande do Norte: expansão e interiorização. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*. <http://dx.doi.org/10.3895/rbpd.v7n2.5724>.

Cashmore, E. (2000). *Dicionário de relações étnicas e raciais*. São Paulo: Selo negro.

Ceci, M. (2017). *Tribuna do Norte*. Ingresso por cotas na UFRN cresce 247 em cinco anos. <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/ingresso-por-cotas-na-ufrn-cresce-247-em-cinco-anos/400356>.

Cerqueira, D., Ferreira, H., Samira Bueno (coords.). (2021). *Atlas da Violência 2021*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA. São Paulo: FBSP. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>.

Collins, P. H. (2016). Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*. Volume 31 Número 1. DOI: 10.1590/S0102-69922016000100006. <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzszsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>

Cui, D. (2015). Capital, distinction, and racialized habitus: Immigrant youth in the educational field. *Journal of Youth Studies*, 18.9: 1154-1169.

De Paula, B. A. O. (2017). Diálogos Entre Raça, Gênero e Linguagem: a declaração da Negritude de Mulheres em Grupos Online Brasileiros Sobre Transição Capilar. *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, V 11. p 3-9.

Dubar, C. (1997). Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. Tradução François, A. P. Laboratoire Printemps (Professions/Institutions/Temporalités). *Revue Sociétés Contemporaines*, 1997. Université de Versailles. Centro de Estudos Educação e Sociedade – Cedes. Campinas/SP. Brazil. <https://www.scielo.br/j/es/a/9CFjqcBMkKSZcj4PXYpBRj/abstract/?lang=pt>.

Dussel, E. (1982) Informe sobre la situacion en América Latina. *Concilium, revista internacional de Teologia*. N 171. p. 87-95. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7625705>.

Fanon, F. (2008). *Pele negra. Máscaras Brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA.

Fávero, M. L. A. (2006). A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*. Curitiba, n 28, p 17-36, 2006. Editora UFPR.

Feldens, D. G., Fusaro, L. G., Carvalho, L. O. (2018). Antropologia, cultura e indivíduo: reflexões sobre identidade. *Poiésis. Revista do programa de pós-graduação em educação – mestrado*. Universidade do Sul de Santa Catarina. Unisul, Tubarão, v 12, n 21, p 282-292.

Fernandes, F. (2005) *A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo. 5ed.

Ferreira, R. F. & Camargo, A. C. (2011). As Relações Cotidianas e a Construção da Identidade Negra. *Psicologia: ciência e profissão*. p 374-389.

Ferreira, M. (2020). Bolsonaro é acusado internacionalmente por irresponsabilidade no combate à covid-19. *Brasil de fato*. Porto Alegre- RS. <https://www.brasildefators.com.br/2020/07/30/bolsonaro-e-acusado-internacionalmente-por-irresponsabilidade-no-combate-a-covid-19>

Flick, U. (2013). *Introdução à metodologia da pesquisa*. Um guia para iniciantes. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Penso. 256 p.

Flores, E.C. (2008). Nós e eles: etnia, etnicidade, etnocentrismo. In Zenaide, M.N.T.; Silveira, R.M.G.; DIAS, A.A. (Org). *Direitos humanos: capacitação de educadores*. Fundamentos culturais e educacionais de educação em direitos humanos. Brasília; Joao Pessoa: MEC/UFPB. v 2.

Freitas, J. B., Portela, P. E.; Junior, J. F., Lima, L., Sá, I.; Flor, J.(2021). Políticas de Ação Afirmativa nas Universidades Federais e Estaduais (2013-2019). RJ: UERJ/IESP. *Levantamento das políticas de ação afirmativa (gema)*. 18 p. <https://gema.iesp.uerj.br/>.

Freitas, I., & Ferreira, D. L. (2019). De estigma a emblema: Cabelo, autorreconhecimento e resistência entre jovens universitárias negras. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, Uberlândia, v 9, n 2, 117-147.

Fry, P. & Maggye, Y. (2004). Cotas raciais: construindo um país dividido? *Econômica: Revista da Pós-Graduação em Economia da UFF*. Dossiê Ação Afirmativa. Niterói, v. 6, n. 1, p. 153-161.

Gadelha, M. (2023). *Noticias UFRN*. Ascom- Reitoria. Foto: Cícero Oliveira. 24 de outubro de 2023. Edição 196. Ano XXIII. <https://www.ufrn.br/imprensa>.

Garnica, A. V. M. (2022) O Vazio em Tempos Trágicos: notas sobre políticas públicas no Brasil atual. *Bolema*. Rio Claro (SP), v 36, n 72, p. iv-xx, abr. ISSN 1980-4415

Gatti, B. A. (2005). Grupo Focal na Pesquisa nas ciências sociais e humanas. *Série Pesquisa em Educação*. V10. Brasília, DF.

Geertz, C. (1989). *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara.

Giddens, A. (2022). *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Gil, C. G. (2006). Contribuciones feministas a problemas epistemológicos de la disciplina antropológica: representación y relaciones de poder. *AIBR: Revista de Antropología Iberoamericana*. V 1.1. p 22-39.

Gille, V. (2013) Stigma in positive discrimination application? Evidence from quotas in education in India. *Centre d'Economie de la Sorbonne*. Université Paris Panthéon Sorbonne. 106-112.  
[https://conference.iza.org/conference\\_files/worldb2013/gille\\_v9053.pdf](https://conference.iza.org/conference_files/worldb2013/gille_v9053.pdf)

Goffman, E. (2008). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

Gomes, E. & Dias, L. O. (2020). A triangulação enquanto estratégia de diálogo em pesquisa científica. *C&S*. São Bernardo do Campo, v 42, n 1, p. 31-51.

Gomes, J. B. B. (2001). *Ação afirmativa e o princípio constitucional da igualdade*. Rio de Janeiro: Renovar. 444 p. ISBN: 8571472483

Gomes, N. L. (2017). *O movimento negro educador*. Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes.

Gomes, N. L. & Martins, A. A. (Orgs.) (2006). *Afirmando direitos*. Acesso e permanência de jovens negros na Universidade. Belo Horizonte: Autêntica.

Gomes, N. L. (2005). *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil*: uma breve discussão. Ministério da Educação. MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>.

Gomes, S. M., Meira, K. C., Silva, M. F. S. (2021). Interseccionalidades na atenção à saúde da população negra. In Ribeiro, I., Aiquoc, K. M., Souza, T. A. (org) *Raça e saúde: múltiplos olhares sobre a saúde da população negra no Brasil*. Natal, RN: EDUFRN, 274 p.

Gonzaga, Y. M. (2015). A garantia do direito à permanência de estudantes negros/as no ensino superior público: desafio para a gestão universitária. Observatório de Políticas de Ação Afirmativa do Sudeste (OPAAS). In: Cadernos do GEA. n. 8. Rio de Janeiro : FLACSO, GEA, UERJ, LPP. Otair Fernandes de Oliveira e Ahyas Siss (Orgs.).

Gonzales, L., Hasenbalg, C. (1982). *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero limitada.

Guimarães, A. S. A. (2003) Acesso de Negros às Universidades Públicas. *Cadernos de Pesquisa*. n. 118, p. 247-268.

Guimarães, A. S. A. (2004). *Preconceito e discriminação*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, Ed. 34.

Haider, A. (2019). *Armadilha da identidade*: raça e classe nos dias atuais. Trad. Leo Vinicius liberato. Prefacio de Silvio Almeida. São Paulo, Veneta. Coleção Baderna.

Hall, S (2005). *A identidade na pós-modernidade*. 10<sup>a</sup> ed. DP&A Editora. Rio de Janeiro.

Hall, S. (2003). *Da diáspora*: Identidades e mediações culturais. Organizacao Liv Sovik; Traducaao Adelaine La Guardia Resende. et all. - Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasilia: Representacao da UNESCO no Brasil. 224 p. ISBN: 85-7041-356-4.

Hall, J. C. (2018). It is tough being a Black woman: Intergenerational stress and coping. *Journal of Black studies*, 49(5), 481-501. ps://doi.org/10.1177/0021934718766817.

Holanda, S. B. (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 26 ed.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. (2019) *Atlas da violência no Brasil*. Brasília. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA. [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34784&Itemid=432](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEA. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM*. Brasília.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019). IBGE. Censo demográfico 2019- Agência de Notícias- <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-populacao-dos-municipios-para-2019>

Joas, H. (1999). Interacionismo simbólico. In: A. Giddens & J. Turner (Orgs.). *Teoria Social Hoje*. p127-174. São Paulo: Unesp.

Jaccoud, L. (2008). O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: Theodoro, M. (Org.) *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos*. Brasília: IPEA. P 135-170.

Rudy, J. (2021). Brasil poderia ter sido primeiro do mundo a vacinar, afirma Dimas Covas à CPI. *Agência Senado*. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/27/brasil-poderia-ter-sido-primeiro-do-mundo-a-vacinar-afirma-dimas-covas-a-cpi>.

Junior, A. S., Silva, P. O. M., Mesquita, J. M. C. (2014). As dimensões teórica e metodológica do grupo focal no contexto da pesquisa qualitativa. IN: Souza, E. M. (org.). *Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual*. Vitória: EDUFES. 296 p.

Junior, C. P. (2011). *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. Entrevista Fernando Novais: Posfácio Bernardo Ricupero. São Paulo: Companhia das letras.

Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação*. Episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogo, (2019-publicação no Brasil). 248 p. ISBN: 978-85-5591-080-7.

Koga, D. H. U. (2015). *Elaboração de materiais de subsídios para delimitação do território de Proteção Social Básica/PSB do SUAS nos diferentes portes municipais, com enfoque nos territórios intraurbanos, a partir do estudo da concepção de território para a Política Nacional de Assistência Social*. Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate À Fome. Brasília. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/produto%204%20-%20Dirce%20-territorioss.pdf>.

Kosminsky, E. (1986). Pesquisas Qualitativas: A Utilização da Técnica de Histórias de Vida e de Depoimentos Pessoais em Sociologia. *Ciência e Cultura*. N 38. p. 30-36.

Kroef, R. F.S., Gavillon, P. Q., Ramm, L. Vargas (2020). Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. doi:10.12957/epp.2020.52579. ISSN 1808-4281, Rio de Janeiro, v 20, n 2, p 464-480.

Laraia, R. B. (1993). *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 8º. Ed.

Lei 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Ministério da educação. Brasília. Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 12 maio 2020.

Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010. Ministério da educação. Brasília. Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 maio 2021.

Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Lei de Cotas. Ministério da educação. Brasília. Brasil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35544-lei-de-cotas>. Acesso em: 12 maio 2020.

Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério da educação. Brasília. Brasil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 12 maio 2020.

Libaneo, J. C., Oliveira, J. F. e Toschi, M. S. (2012). *Educação Escolar*. Políticas, estruturas e organização. São Paulo: Cortez.

Lima, D. F. (2020). *Entre "raças", cotas e ONGs: uma crítica do antirracismo social-liberal no Brasil - Natal*. 120f.: il. Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Lima, M. E. O; Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Revista estudos de psicologia*. V 9, N 3. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300002>.

Lopes, M. A. & Braga, M. L. S. (Org). (2007). Acesso e Permanência da população negra no ensino superior. Brasília. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Unesco. 358 p. *Coleção Educação para Todos*. v. 30. ISBN 978-85-60731-06-0

Loury, G. C. (2005) Racial stigma and its consequences. *Focus*, 2005, 24.1: 1-6. ISSN: 0195-5705. <https://irp.wisc.edu/publications/focus/pdfs/foc241a.pdf>

Machado, D. D. Et al. (2021). A teoria de Cesare Lombroso e sua influência na sociedade. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 06, Ed. 01, Vol. 07, pp. 57-73. ISSN: 2448-0959. <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/cesare-lombroso>. DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/lei/cesare-lombroso

Maio, M. C. & Santos, R. V. (2005). Política De Cotas Raciais. Os “Olhos Da Sociedade” E Os Usos Da Antropologia: O Caso Do Vestibular Da Universidade De Brasília (UNB). *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, n 23, p 181-214. <https://www.scielo.br/j/ha/i/2005.v11n23/>.

Marconi, M. A e Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos da Metodologia Científica*. São Paulo: Editora Atlas.

Maria H. S., Romão, N., Cerqueira, C. (2022). Gender, Class, and Ethnicity: Perspectives of White Portuguese and Black African Women on Labor Dynamics in the Cleaning Sector. *Social Sciences*. No 12. P 1: 20.

Martins, E. S. (2010). Os papéis sociais na formação do cenário social e da identidade. *Kínesis*. Vol. II, n° 04, p. 40-52. <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/Ospapeissociaisnaformacao.pdf>

Mata, R. da (1981). *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petropolis-RJ: Vozes, 3ed.

Mattos, C.L.G. (2011). A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, C.L.G., & CASTRO, P.A., (orgs). *Etnografia e educação: conceitos e usos*. Campina Grande: EDUEPB, p. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. <http://books.scielo.org>

Mead, G.H. (1963). *Mind, self and society*. Trad. Paris, PUF.

Melo, L. (2019). Você sabe o que é colorismo? *Politize*. <https://www.politize.com.br/colorismo/>

Minayo, C. (org.) (1994). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 14 ed. Petrópolis: Vozes.

Miranda, D. B. (2010). *Princesas de conto de fadas e crianças negras: Racismo, estética e subjetividade*. 37 f. Monografia. UCB, Brasília.

Moawad, N. e El Shoura, S. (2017). Toward a richer definition of multiculturalism. *International Journal of Advanced Research*. 5. 802-806. 10.21474/IJAR01/4783.

Moreira, J. A. e Oliveira, C. S. (2022). Quantifying for Qualifying: A Framework for Assessing Gender Equality in Higher Education Institutions. *Social Sciences*. No 11. 10: 478. <https://doi.org/10.3390/socsci11100478>

Moreira, H. K. C., (2017). *Discriminação positiva: ações afirmativas em benefício da população negra no Brasil*. Dissertação de Mestrado na Área de Especialização em Ciências Jurídico-Políticas /Menção em Direito Constitucional. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Coimbra. Portugal.

Moscovici, S. (2007). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Editado em inglês por Gerard Duveen. Traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Moser, J. R., & Ashforth, B. E. (2021). My network, myself: A social network approach to work-based identity. *Research in Organizational Behavior*, 41, 100155.

Moura, C. (1988). *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática.

Munanga, K. (2002). *Negritude: Uso e Sentido*. Série princípio. SP: Editora Ática, 2º. Ed

Munanga, K. (2012). Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? *Revista da ABPN*, V. 4, N. 8, p. 06-14.

Munanga, K. (1994). Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. Spink, M. J. P. (Org.). São Paulo: Cortez, p 177-187.

Munday, J. (2006). Identity in focus: The use of focus groups to study the construction of collective identity. *Sociology*. 40.1 p 89-105. <https://doi.org/10.1177/0038038506058436>

Nascimento, A. (1978). *O genocídio do negro brasileiro. Processo de um racismo mascarado*. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Organização das Nações Unidas. ONU. (1993). *Declaração e programa de ação de Viena conferência mundial sobre direitos humanos*. Viena-Áustria. Portal de direito internacional [www.cedin.com.br](http://www.cedin.com.br).

Paixão, M. (2015). O Justo Combate: relações raciais e desenvolvimento em questão. *Revista Simbiótica*. Universidade Federal do Espírito Santo - Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias. Departamento de Ciências Sociais – ES. vol.2, n.2.

Pereira, C. & Ramos, D. R. (2018). Educação E Pobreza: Os Efeitos Das Condicionalidades Do Programa Bolsa Família No Contexto Educacional Em Natal/RN. In: (Org.). *Pobreza, Desigualdade Social E Educação*. Viveiros, K. F. M., Araújo, A. R. M., Lima. B. O., Barbosa, J. L., Oliveira, M. P. S., Lopes, P. I. X. *Série Educação, Pobreza E Desigualdade Social*. 1ed. João Pessoa: Ideia, V. 1, P. 1-14.

Pilatti, L. A., Lievore, C., Rubbo, P. e Cantorani, J. R. H. (2022). As demandas das universidades federais brasileiras para o quadriênio 2023/2026. *Avaliação, Campinas*. Sorocaba, SP, v. 27, n. 03, p. 553-570.

Pinheiro, L.; Lira, F., Rezende, M., Fontoura, N. (2019). *Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEA. Brasília. [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9538/1/td\\_2528.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9538/1/td_2528.pdf).

Piovesan, F. (2005). Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. São Paulo: PUC-SP. *Cadernos de Pesquisa*. V. 35. N. 124.

Queiroz, M. I. P. (1988). Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: Queiroz, M. I. P; Simson, O. M. V. *Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil*. São Paulo: Vértice. cap. 2. p. 14-43.

Queiroz, M. I. P. de. (1991). *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T a Queiroz.

Ribeiro, D. (2014). *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. SP: Editora Global.

Ribeiro, D. (2017). O que é: lugar de fala?. Belo Horizonte(MG): Letramento. 112 p. *Feminismos Plurais*. ISBN: 978-85-9530-073-6.

Richardson, R. J. (2008) (Org.). *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas. 3 ed.

Rocha, J. (2018). CCSA comemora 45 anos de promoção do Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária. *Boletim UFRN*. Ano VIII, número 73. <https://ufrn.br/imprensa/materias-especiais/21453/ccsa-comemora-45-anos-de-promocao-do-ensino-pesquisa-e-extensao-universitaria>.

Saçashima, E. (2010). Maioria estuda em escola pública, mas cursa faculdades particulares. *UOL notícias*. <http://noticias.uol.com.br/especiais/pnad/2010/ultimas-noticias/2010/09/08/maioria-estuda-em-escola-publica-mas-cursa-faculdades-particulares.jhtm>.

Saffioti, H. I.B. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna. Coleção polemical

Saffioti, H. I.B. (2004). *Gênero, patriarcado e Violência*. São Paulo: Fundação Perseu abramo, p. 95-139.

Sales, A. C. M. (2019). Cotas no ensino superior: a trajetória acadêmica do aluno cotista na ufrn. Dissertação (mestrado). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 143 p. <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/27963>.

Sales, A. S., Valleiro, E., Barbosa, M. I. da S. e Ribeiro, M. (2008). Ações afirmativas: Polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do Estado. *Estudos feministas*. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300012>.

Salgado, R. S. (2015). *A Performance da Etnografia como Método da Antropologia*. Portugal. <https://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/view/1640>.

Santos, B. S. (2017), Decolonizing the University. In *Knowledges Born in the Struggle Constructing the Epistemologies of the Global South*. New York: Routledge, p. 219–239. [https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Chapter%2013\\_Decolonizing%20the%20University.pdf](https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Chapter%2013_Decolonizing%20the%20University.pdf).

Santos, M. H., Romão, N., Cerqueira, C. (2022). Gender, Class, and Ethnicity: Perspectives of White Portuguese and Black African Women on Labor Dynamics in the Cleaning Sector. *Social Sciences*. No 12 1: 20. <https://doi.org/10.3390/socsci12010020>.

Saviani, D. (2010) Expansão Do Ensino Superior No Brasil: Mudanças e Continuidades. *Poesis Pedagógica*, v 8, n 2, p 4 – 17.

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3225146/mod\\_resource/content/1/SAVIANI%202010.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3225146/mod_resource/content/1/SAVIANI%202010.pdf).

Sen, A. (2004). *A ideia de justiça*. Companhia das letras. Le Livros. [https://www.academia.edu/33247562/A\\_ideia\\_de\\_justica\\_Amartya\\_Sen](https://www.academia.edu/33247562/A_ideia_de_justica_Amartya_Sen).

Silva, M. A. L. e Soares, R. L. S. (2011). Reflexões sobre o conceito de raça e etnia. Entrelaçando saberes. *Revista Eletrônica de Culturas e Educação*. Caderno Temático: Educação e Africanidades, N 4, p. 99 – 115. ISSN 2179.8443.

Silva, P. V. B. da e Borba, C. A. de. (2018). Políticas Afirmativas na Pesquisa Educacional. Curitiba. *Educar em Revista*, V. 34, N. 69, p. 151-191.

Silverman, D. (2009). *Interpretação de dados qualitativos: Métodos para análise de entrevistas, textos e interações* (3.ed.) Porto Alegre. Artmed.

Smithson, J. (2007). *Focus Groups*. IN: *Social Research Methods* (SAGE Handbook) Page:356–371. <https://www.researchgate.net/publication/224969042>.

Sousa, N. S (1983). *Tornar-se negro: as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro. Edições Graal. Coleção tendência, v 4.

Tavolaro, L. G. M. (2010) .Raça, classe e cultura no contexto das políticas de ação afirmativa: um esforço teórico-crítico a respeito da raça. *Sociedade e Cultura*. Goiânia, v. 13, n. 2, p. 287-298.

Thiollent, M. J. M. (1987). *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. 5.a ed. São Paulo: Pólis.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2021a). *Plano de Desenvolvimento Institucional*. PDI. UFRN 2020- 2029. ISBN 978-65-5569-240-2. <https://www.ufrn.br/resources/documentos/pdi/PDI-2020-2029.pdf>.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2021b). Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. PROAE. *Guia para adesão ao cadastro único UFRN*. Natal: RN. Brasil. <https://proae.ufrn.br/documento.php?id=454849150>.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2021c). *Painel Censo da Graduação -2021*. Pró-Reitoria de Planejamento. PROPLAN. [https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNDdkNDkNDE1ZjEtYWE5Ny00ZjNmLWI4ZGUtNzI3NDkzZDA3NTlmIiwidCI6ImRjYmYyYyYTFmLTk1MzItNGQ1Ni1hYzQxLTU2MTVlMzhlNTBiNyJ9](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNDdkNDkNDE1ZjEtYWE5Ny00ZjNmLWI4ZGUtNzI3NDkzZDA3NTlmIiwidCI6ImRjYmYyYTFmLTk1MzItNGQ1Ni1hYzQxLTU2MTVlMzhlNTBiNyJ9).

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. (2022). *Protocolo De Biossegurança Cenário: Pandemia COVID-19*. 3 versão. <https://progesp.ufrn.br/storage/documentos/ruKk5iy2M2WVkJbKptSi9ecotvomb4N4bFD7tcEk.pdf>

Vargas, J. H. C. (2005) Genocide in the African diaspora. United States, Brazil, and the Need for a Holistic Research and Political Method. *Cultural Dynamics*. 17(3):267–290. [DOI: 10.1177/0921374005061991] <http://cdy.sagepub.com>

Vieira, R. S. & Arends-Kuenning, M. (2019). Affirmative action in Brazilian universities: effects on the enrolment of targeted groups. *Economics of Education Review*. V 73. <https://doi.org/10.1016/j.econedurev.2019.101931>.

Vilela, R. B., Ribeiro, A., & Batista, N. A. (2020). Nuvem de palavras como ferramenta de análise de conteúdo: Uma aplicação aos desafios do mestrado profissional em ensino na saúde. *Millenium*, 2(11), 29-36. DOI: <https://doi.org/10.29352/millo211.03.00230>.

Weber, F. (2009). A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo?. *Horizontes Antropológicos*. V 15, n 32, 157-170. DOI:10.1590/S0104-71832009000200007.

Weber, M. (2001). *Metodologia das Ciências Sociais*. Partes I e II (4a). Tradução A. Wemet. São Paulo: Editora Cortez (ano de publicação original, 1973).

Zanatta, M. S. (2011). Nas teias da identidade: contribuições para a discussão do conceito de identidade na teoria sociológica. *Perspectiva*. Erechim. V 35, n 132, p 41-54. [https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/132\\_232.pdf](https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/132_232.pdf).



# ANEXOS



Boletim de Serviço - UFRN	Nº 103	03.06.2019	Fls. 9
---------------------------	--------	------------	--------

RESOLVE

Art. 1º Designar os membros abaixo nominados, devidamente capacitados com o Curso de Heteroidentificação, para constituírem a Comissão Especial de Heteroidentificação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com a finalidade de realizar procedimento de Heteroidentificação complementar à autodeclaração de candidatos negros e pardos, para fins de preenchimento das vagas reservadas no Sistema de Seleção Unificada (SiSU) 2019.1, nos termos das Leis nº 12.711/2012, nº 13.409/2016 e Portaria nº 1.117/2018 - MEC, regulamentadas pelos Decretos nº 7.824/2012 e nº 9.034/2017, pelas Portarias Normativas nº 18/2012 ? MEC e nº 09/2017 ? MEC, além das resoluções 197/2016 e 061/2018 do CONSEPE.

COMPOSIÇÃO DA BANCA ESPECIAL DE HETEROIDENTIFICAÇÃO				
Matrícula	Nome	Naturalidade	Região	Nome/cor
1974856	Rodrigo Soares dos Santos	RN	Nordeste	Branca
1459314	Deriscleia Rodrigues Ramos Nobrega	RN	Nordeste	Preta
1756989	Alexandre Guimarães David	DF	Centro Oeste	Parda
1466559	Karla Cristina Tavares Costa	SP	Sudeste	Amarela
20160150480	Renato Lima dos Santos	RN	Nordeste	Parda
1756986	Alexandre Guimarães David	DF	Centro-Oeste	Parda
20180136989	Ysmael Rabino Marrocos Ventura Souza	RN	Nordeste	Preta
0046588	Marcioneide Queiroz do Rego	RN	Nordeste	Branca
2151005	Arethe Maria Silva de Araujo Assunção	PA	Norte	Branca
1154585	Angela Lobo Costa	RS	Sul	Branca
1668778	Agnaldo Souza Costa	DF	Centro-Oeste	Parda

Art. 2º A competência dessa Banca Especial de Heteroidentificação fica restrita aos Processos Administrativos nº 23077.021213/2019-03, nº 23077.021237/2019-54, nº 23077.021255/2019-36 e nº 23077.021267/2019-61.

Art. 3º Revogar a Portaria Eletrônica nº 387/2019-R, 20 de Maio de 2019, publicada no Boletim de Serviço n.º 96, de 23/05/2019.

Art. 4º Convalidar os atos praticados pela Comissão designada por meio da Portaria Eletrônica nº 387/2019-R, 20 de Maio de 2019, publicada no Boletim de Serviço n.º 96, de 23/05/2019.

Art. 5º Publicar esta Portaria em Boletim de Serviço.

(a) José Daniel Diniz Melo – Reitor

**Portaria Eletrônica nº 439/2019-R, 28 de Maio de 2019.**

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 23 do Estatuto da UFRN e o artigo 39 do





Comissão de Ética  
Universidade da Beira Interior

comissaodeetica@ubi.pt  
Convento de Santo António  
6201-001 Covilhã | Portugal

## **Parecer relativo ao processo n.º CE-UBI-Pj-2022-031-ID1311**

Na sua reunião de 19 de abril de 2022, a Comissão de Ética apreciou a documentação científica submetida referente ao pedido de parecer do projeto **“Ações afirmativas estatais promotoras da igualdade racial no ensino superior e a sua relação com a construção da identidade negra no Brasil”**, da proponente **Deriscleia Rodrigues Ramos Nobrega**, a que atribuiu o código n.º CE-UBI-Pj-2022-031.

Na sua análise não identificou matéria que ofenda os princípios éticos e morais, sendo de parecer que o estudo em causa pode ser aprovado.

Covilhã e UBI

A Presidente da Comissão de Ética

Assinado por: **ANA LEONOR SERRA MORAIS DOS SANTOS**  
Num. de Identificação: 11274197  
Data: 2022.05.09 11:45:23+01'00'



(Professora Doutora Ana Leonor Serra Morais dos Santos)

(Professora Auxiliar)



ANEXO 3 - Planilha de dados dos membros da Comissão (Perfil)

Vínculo com a UFRN	Etnia (autodeclaração)	Gênero
Técnico-Administrativo	Preto/a	Feminino
Técnico-Administrativo	Preto/a	Feminino
Discente	Preto/a	Feminino
Técnico-Administrativo	Pardo/a	Feminino
Técnico-Administrativo	Pardo/a	Feminino
Discente	Pardo/a	Feminino
Discente	Preto/a	Masculino
Técnico-Administrativo	Branco/a	Feminino
Discente	Preto/a	Masculino
Técnico-Administrativo	Branco/a	Masculino
Discente	Branco/a	Feminino
Técnico-Administrativo	Branco/a	Feminino
Docente	Pardo/a	Feminino
Técnico-Administrativo	Preto/a	Feminino
Técnico-Administrativo	Branco/a	Feminino
Discente	Preta	Feminino
Discente	Branco/a	Feminino
Discente	Preto/a	Masculino
Docente	Pardo/a	Feminino
Discente	Pardo/a	Masculino
Técnico-Administrativo	Branco/a	Feminino
Docente	Pardo/a	Feminino
Discente	Preto/a	Feminino
Técnico-Administrativo	Pardo/a	Feminino
Discente	Preto/a	Masculino
Discente	Preto/a	Masculino
Técnico-Administrativo	Branco/a	Feminino
Discente	Preto/a	Masculino
Técnico-Administrativo	negra de pele clara	Feminino
Técnico-Administrativo	Branco/a	Feminino
Discente	Preto/a	Feminino
Discente	Pardo/a	Masculino
Discente	Branco/a	Feminino
Técnico-Administrativo	Branco/a	Feminino
Discente	Preto/a	Feminino
Técnico-Administrativo	Branco/a	Feminino

Discente	Preto/a	Masculino
Discente	Pardo/a	Masculino
Técnico-Administrativo	Branco/a	Feminino
Docente	Pardo/a	Feminino
Docente	Preto/a	Feminino
Discente	Pardo/a	Feminino
Discente	Preto/a	Feminino
Discente	Branco/a	Feminino
Docente	Pardo/a	Feminino
Técnico-Administrativo	Branco/a	Feminino
Discente	Pardo/a	Feminino
Docente	Preto/a	Feminino
Técnico-Administrativo	Pardo/a	Masculino
Docente	Branco/a	Feminino
Discente	Preto/a	Masculino
Docente	Pardo/a	Masculino
Discente	Pardo/a	Feminino
Técnico-Administrativo	Branco/a	Masculino
Discente	Preto/a	Masculino
Técnico-Administrativo	Branco/a	Masculino
Docente	Pardo/a	Masculino
Discente	Branco/a	Feminino
Discente	Pardo/a	Feminino
Técnico-Administrativo	Preto	Feminino
Discente	Preto/a	Feminino
Discente	Preto/a	Feminino
Técnico-Administrativo	Preto/a	Masculino
Discente	Pardo/a	Masculino
Discente	Pardo/a	Masculino
Docente	Preto/a	Feminino
Técnico-Administrativo	Preto/a	Feminino
Discente	Pardo/a	Feminino
Técnico-Administrativo	Branco/a	Masculino
Discente	Pardo/a	Masculino
Discente	Preto/a	Masculino

### **Termo de responsabilidade para reserva de espaço**

Eu, Deriscleia Rodrigues Ramos Nobrega, matrícula SIAPE 145931, lotado na unidade DAA-DDP-PROGESP, solicito reserva de sala/laboratório no prédio do Espaço integrado de desenvolvimento humano da Divisão de capacitação e Educação Profissional – DCEP, conforme dados especificados abaixo:

Período da reserva: 17, 24 e 31 de maio de 2022

Horário: 14hs as 16hs

Nome do evento/atividade: Pesquisa de Doutorado- Grupo Focal

Número de participantes: 10

Telefone do responsável pela reserva: 988259125

E-mail: cleia\_ufrn@yahoo.com.br

Declaro que estou ciente dos termos e orientações abaixo e comprometo-me em garantir o cumprimento dos mesmos por todos os participantes desse evento:

1. Para a segurança de todos é imprescindível seguir as orientações de segurança do Protocolo de biossegurança da UFRN, dentre as quais destacamos:
  - ✓ Utilizar corretamente máscaras de proteção individual (cobrindo nariz e boca) nos ambientes internos e externos à UFRN, evitando tocá-las;
  - ✓ Sempre que possível, manter distanciamento físico de 1,0m (um metro);
  - ✓ A higienização das mãos deve ser realizada com frequência e, primordialmente, com água e sabão. Na indisponibilidade desses recursos, utilizar álcool 70%;
  - ✓ Obs: Orientamos que consulte o Protocolo de Biossegurança da UFRN disponível para consulta no [Portal Progesp \(ufrn.br\)](http://Portal Progesp (ufrn.br) > Menu COVID-19 > PROTOCOLO DE BIOSSEGURANÇA (ANEXO).) > Menu COVID-19 > PROTOCOLO DE BIOSSEGURANÇA (ANEXO).
  
2. O(a) responsável pela atividade deverá trazer todos os materiais/recursos necessários para seu evento/atividade (como notebook, adaptadores, cabos, pen drive, pincel para quadro etc.);

3. Não será disponibilizado suporte técnico/logístico para o evento/atividade (Não dispomos de suporte para problemas técnicos em equipamentos de som, áudio, vídeo);
4. Recomenda-se que ao responsável pela atividade seja realizada uma visita antecipada ao local reservado, testar todos os equipamentos/materiais que pretenda utilizar e, caso necessário, analisar se o espaço atende às demandas de acessibilidade dos participantes do evento;
5. É proibido o consumo de comida nos ambientes reservados.
6. Deverá ser respeitado o horário de término das atividades do setor. Assim, o espaço reservado deverá ser liberado até às 16h30.

*Deiseleis R. R. Nóbrega*

Assinatura do(a) responsável

ANEXO 5- ROTEIRO - GRUPO FOCAL  
 PUBLICO ALVO: ESTUDANTES COTISTAS NEGROS OU PARDOS DA UFRN  
 NÚMERO DE ENCONTROS: 01 ou 02 por grupo  
 DATA DOS ENCONTROS:

**INICIO**

- i. Apresentação do moderador e dos relatores, e seus respectivos papéis.
- ii. Apresentação dos alunos.
- iii. Apresentação dos objetivos da investigação e da escolha dos integrantes do grupo focal.
- iv. Divulgação das formas de registro do trabalho, bem como do anonimato dos envolvidos e preenchimento do termo de consentimento livre e esclarecido.
- v. A proposta do grupo focal e a duração aproximada do encontro.
- vi. Defender a ideia de um debate, com o envolvimento de todos.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS (Ao terminar o GF)**

- i. Informar aos integrantes que a discussão está se aproximando do final.
- ii. Solicitar que exponham comentários ou observações de algo particular que se relacione com a temática da discussão, e que não estava na pauta do roteiro, mas que eles gostariam de abordar.
- iii. Agradecimentos pela participação.

**QUESTÕES A SEREM ABORDADAS:**  
 (Relação existente entre as cotas raciais e identidade)

Objetivo específico	Objetivo específico	Objetivo específico
<b>C) Identificar e descrever os processos de construção da identidade individual e coletiva dos(as) estudantes negros(as) cotistas</b>	<b>B)Aferir as percepções dos estudantes sobre as políticas de cotas;</b>	<b>C) Identificar e descrever os processos de construção da identidade individual e coletiva dos(as) estudantes negros(as) cotistas</b>
<i>Se perceber negro a partir das cotas raciais; Percepção no âmbito familiar da negritude</i>	<i>Percepção dos alunos cotistas da política de cotas raciais</i>	<i>Entender a relação entre política de cotas raciais e suas Identidades</i>
<b>Como foi o seu processo de auto declaração como negro nas cotas raciais?</b> -Voce já havia se auto declarado como negro antes das cotas raciais do SISU? -Voce encontrou alguma dificuldade em se auto declarar como negro em sua família? -Outros membros de sua família se auto declaram como negros?	<b>Como você avalia a implementação das cotas raciais para negros no ensino superior?</b> - Quais são os Aspectos positivos e negativos das cotas raciais no ensino para negros? -Você acha que existe algum tipo de Discriminação (negativa) pelas cotas raciais para negros na UFRN? -A Socialização nos espaços de convivência dos alunos na Universidade é influenciado (negativa ou positiva) pela inserção de alunos cotistas?	<b>Qual a Percepção da sua identidade após as cotas?</b>  Você considera que sua identidade mudou, foi influenciado (negativa ou positiva) pela inserção através das cotas?



ANEXO 6- Roteiro de Entrevista – Membros da Comissão de Heteroidentificação-  
UFRN- SISU

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR- UBI

Doutoramento em Sociologia

Aluna: Deriscleia Ramos

Perfil

- A) Qual é o seu cargo na UFRN?
- B) Há quantos anos trabalha na UFRN?
- C) Qual a sua idade?
- D) Quanto tempo está na comissão?

- 1- Como se deu o processo institucional de criação da Comissão de Heteroidentificação?
- 2- Houve alguma formação específica para a Comissão?
- 3- Quais foram os critérios utilizados para eleger os membros da Comissão?
- 4- Como a comunidade acadêmica da UFRN recebeu a implantação da comissão?
- 5- Como tem sido a receptividade do trabalho da comissão atualmente por parte da comunidade acadêmica?
- 6- Quais são as principais dificuldades encontradas pela comissão?
- 7- Você avalia que a comissão propicia salvaguarda dos direitos dos candidatos às cotas raciais?
- 8- A comissão consegue atender à demanda da UFRN acerca das cotas raciais?
- 9- Já podem ser percebidos alguns impactos do trabalho da comissão na UFRN?
- 10- A comissão conta com os recursos necessários para a sua atuação?
- 11- Você analisa que a comissão possui autonomia para a atuação?
- 12- Faça uma breve avaliação do trabalho desenvolvido pela comissão.



## CONSENTIMENTO LIVRE, INFORMADO E ESCLARECIDO (CLIE)

Sou **Deriscleia Rodrigues Ramos Nobrega**, estudante do doutoramento em Sociologia –UBI-PT e investigador principal do estudo **AÇÕES AFIRMATIVAS ESTATAIS PROMOTORAS DA IGUALDADE RACIAL NO ENSINO SUPERIOR E A SUA RELAÇÃO COM A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO BRASIL**.

Pretendo realizar discussões em Grupos Focais com estudantes cotistas e se destina a minha tese de Doutoramento.

Venho pedir que connosco colabore, pois sem a sua participação não será possível concretizar com êxito este projeto.

Solicitamos a sua participação nos Grupos Focais que irão ocorrer uma vez por semana, durante uma hora e meia (aproximadamente), sendo que estes encontros não ocasionarão despesas de deslocamento, pois ocorrerão na própria Universidade (UFRN) ou em ambiente virtual (salas ZOOM ou MEET). Ressaltamos que o estudo proposto poderá trazer benefícios sociais à ampliação das políticas e ações afirmativas para estudantes negros.

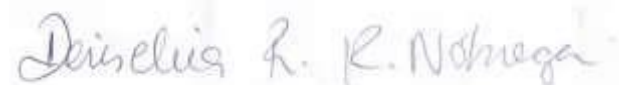
Este trabalho envolve como investigadoras: Deriscleia Ramos e a Prof. Catarina Sales, ocasionalmente poderá contar com alunos ou auxiliares da pesquisa. Não conta com apoio financeiro de instituições. Os investigadores envolvidos possuem apenas benefícios acadêmicos com esta pesquisa.

A sua confidencialidade está garantida através do anonimato dos participantes, sendo que apenas as investigadoras Deriscleia Ramos e Catarina Sales têm acesso aos seus dados pessoais os quais em todo o caso não serão divulgados, pois serão utilizados sob codificação.

A participação que solicito é voluntária, isto é, não se sinta obrigado a participar, pois pode em qualquer momento assumir não colaborar sem que daí advenham quaisquer prejuízos para si em qualquer perspectiva.

Como se garante a liberdade de não participar, por exemplo nas situações em que há peso de ascendência (isto é, num número finito identificado em que a não colaboração possa ser possível, e voluntariamente ou não penalizável (por exemplo quando a turmas de alunos se aplicam estudos dos seus professores, a uma equipe do seu treinado) quando aplicável, se atribui contrapartida ou apoio pecuniário aos participantes para compensação de despesas causadas pela participação.

Uma vez que a sua decisão de participar é voluntária, livre, informada pelo presente documento, mas também esclarecida em tudo o que tiver dúvidas, qualquer pergunta, dúvida ou informação adicional de que necessite para a sua decisão deverá ser-me colocada através do e-mail: [cleia\\_ufrn@yahoo.com.br](mailto:cleia_ufrn@yahoo.com.br).



**Assinatura do investigador**

Ao assinar este documento confirmo (em nome da equipa de investigação) que explanei toda a informação nela contida e expliquei e dei resposta a todas as questões e dúvidas apresentadas pelo participante

Portugal- Covilhã, 07 de março de 2022.

---

### **Assinatura do participante**

Ao assinar esta declaração assumo que irei colaborar livremente, que li e compreendi a informação e esclarecimentos que me foram dados, e a meu contento, acerca da minha participação, e tive tempo suficiente para me decidir e os ponderar.

Sei também que nada me impede de mudar de posição, sendo que até ao momento da participação poderei manifestar o desejo de não colaborar, sem que tal implique quaisquer perdas de direitos ou acarrete prejuízos pessoais.

Tenho conhecimento de que um original deste documento, assinado por ambos os subscritores, fica em minha posse.

O **documento** deve ser duplo, isto é, admitir **2 originais**, ambos assinados pelo participante e pelo Investigador, ficando cada um na posse de cada um.

**ANEXO 8- GRELHA DE ENTREVISTAS- GRUPO FOCAL- UFRN  
PUBLICO ALVO: ESTUDANTES COTISTAS NEGROS OU PARDOS DA UFRN  
NÚMERO DE ENCONTROS: 05**

	<b>Categoria</b>	<b>Categoria</b>	<b>categoria</b>
	<b>Processos de construção da identidade individual e coletiva dos(as) estudantes negros(as) cotistas. *Se perceber negro a partir das cotas raciais; *Percepção no âmbito familiar da negritude; *processo de auto declaração como negro nas cotas raciais</b>	<b>Aferir as percepções dos estudantes sobre as políticas de cotas; Percepção dos alunos cotistas da política de cotas raciais</b>	<b>Processos de construção da identidade individual e coletiva dos(as) estudantes negros(as) cotistas *Entender a relação entre a política de cotas e sua Identidade *Percepção da sua identidade após as cotas</b>
EXCERTO DAS FALAS	<p>“meu interesse nessas questões é que minha mãe é negra. (...) meu irmão também é de pele escura. Então, sempre ao andar com ele eu, apesar de sestar com ele desde criança, eu sentia os olhares diferente. Julgadores. Eu sempre fui empático com essas questões, porque eu vivi na pele o que minha mãe e meu irmão passaram”.</p> <p>“Eu ficava chateado por eles. Assim: eu tomada as dores. Por isso que eu sou muito empático com essa questão. Por exemplo: alguém dizer do meu irmão: o que esse pretinho quer fazer fazendo aqui? Eu já ouvi a pessoa falando, sem saber que eu era irmão dessa pessoa. Eu sempre tive essa questão muito pesadamente.”</p> <p>“Pra mim isso é algo fácil de me declarar. Eu até me questiono assim, vc precisa se declarar algo que vc já é. Na sua própria pele vc já é. Como tarcisio estava falando. É muito forte em nossa sociedade. Eu nunca me deparei com situações forte nessas relações de racismo. Mas, assim, já me deparei com situações um pouco delicadas em que agente realmente sofre.”</p> <p>“eu não considerava, eu não me conseguia me entender como uma pessoa negra, até eu entrar no IFRN, porque eu tinha comentado na conferência, porque no bairro que eu moro, que é uma periferia de Parnamirim , o tipo médio de cor das pessoas é muito parecido com meu tom de pele,(...) eu fui educado na minha casa por não aceitar ser negro, por que era entendido pela minha como sedo um xingamento, então minha mãe principalmente dizia que eu era moreninho e quando alguém falava que era negrinho ela pegava ar se irritava e dizia ele é moreno”</p> <p>“A minha mãe é igual a sua, ela não gostava de chama lá de negra, mas ela dizia que não era, só que eu me declaro como preto e ela não. ela é até mais escura que eu, eu tenho uma</p>	<p>“eu vejo como uma forma de consertar um erro que foi passado. (...) Porque realmente , a gente ve que mesmo depois de tudo que foi gerado na sociedade, realmente, depois de tudo que aconteceu no brasil, agente ve que não houve nenhum reparo. Apenas um papel passado. Nada foi mudado. A gente ve hoje uma pequena via pra que isso seja reparado, nada foi investido. Uma pequena via, a questão da educação”.</p> <p>“Eu acho imprescindível. A questão das cotas é uma coisa minina, não tem como reparar. É muito pouco isso. A elite trata como um cordão de ouro e não é. mesmo que o cotista entre na universidade, nada garante que ele va exercer uma profissão. O mercado esta fechado muitas vezes. Saturado. Fechado. Muito complicadp. A questão de cotas deveria ser ampliado, na verdade.”</p> <p>“Eu já fui contra as cotas raciais porque eu não tinha um acumulo sobre esse assunto no ensino médio, eu achava que era uma coisa de classe, eu aprendi a importância na universidade, só mudei depois que eu estava usando as cotas, como eu disse eu usei numa forma envergonhada porque eu achava que era um atalho, mas depois que e vim entender que era justiça social (...)</p> <p>mas eu ainda acho que s cotas é só o começo, é muito pouco, tem que se dar muito mais do que cotas tem que ser radicalizado”.</p> <p>“eu usei as cotas porque eu achei que era um direito meu. Eu pesquisei e entendi que era. Eu tenho o direito de usar e vou usar. Mas tinham pessoas que diziam assim: mas vocês não querem igualdade? Eles querem botar na nossa cabeça que é errado. Que as</p>	<p>“a gente que vem de uma escola publica termina não conhecendo muito. Na minha visão, ainda essa questão da escravidão. Fala ainda de forma superficial. No ambiente acadêmico, termina que falamos mais. Buscamos mais. Eu vejo que termina eu mesmo tendo que buscar isso. Na mídia, na realidade social, eu tenho que buscar mais pra conhecer sobre a cultura negra.”</p> <p>“Então hoje essa ideia é super salutar porque a gente traz debates muito atuais, a questão do ódio, uma onda global, todo canto ta acontecendo isso.(...) É muito importante esse debate, na perspectiva do ódio... Nos concursos eu me declaro como branco. Mas, porque, eu tenho na minha certidão está como pardo. Em muitos outros eu fiz como pardo. Mas eu não me declaro como pardo nos concursos porque eu, basicamente não vejo vantagem. Então, é basicamente isso.”</p> <p>“pelas falas de outras pessoas , a gente meio fica com vergonha de contar que é cota, porque querendo ou não algumas pessoas tem preconceito comigo”</p> <p>“pra mim não teve muita alteração porque já entendia como uma pessoa preta, me aceitava já pesquisava sobre as causas e assuntos, só fortaleceu, foi natural, porque antes era mais difícil na atualizada de foi natural por ter mais informações acesso à internet”</p> <p>“se não fosse as cotas eu não me entenderia como pessoa negra, pela minha trajetória , sem</p>

<p>irmã. Quando fui colocar e declarar a cota racial, ela me falou: pra que usar isso?”</p> <p>“ai eu fui me vendo como negro, não era moreno como todo mundo dizia. eu não sou uma especie de branco diferente. eu sou um negro com um tom de pele diferente. dai fui fazr o vestibular dda UERJ e descobri pela primeira vez a reserva de vagas. e eu comecei a me identificar. primeiro, sair da ignorancia. ela dizia, a ignorancia é uma benção. eu ficava pensando pq ela diz que a ignorancia é uma benção? porque quando a gente se descoibre, começa a perceber o racismo...porque eu fui tratado daquele jeito naquele lugar, prque eu fui tratado daquele jeito no shopping...de alto padrão... comecei a me perceber. eu não sou moreno. eu sou negro.”</p> <p>“eu tinha apenas 12 ou 13 anos, e eu so percebi uma grande mudança na minha vida quando eu comecei a identificar e lidar com coisas que eu não estava acostumado alidar. principalmente auto estima. o que, foi o ponta pe inicial. eu simplesmente não tinha. eu não conseguia me sentir bonito. pra conseguir me sentir incluído nos grupos”</p> <p>“naquela epoca pra mim tudo era complicado, não tinha um problema por tras, até o momento que fui entendendo porque que meus pais eram daquela forma. porque minha familia queria me proteger. que era porque eles não estudaram, vieram do interior não estudaram, era uma cultura muito diferente. querendo ou não naquela epoca, 1950, na epoca deles, regime militar tambem. eles não percebiam, essa dificuldade de eles se estabilizarem, socialmente, finaceiramente eles conseguiram. mas questão de convivencia mesmo até hoje não conseguem. tem motivo. isso foi criado. o sistema foi feito pras pessoas, principalmente para as pessoas como a gente não conseguirem.”</p> <p>“eu so vim sentir que eu era preta quando eu fui fazer o ensino medio. porque eu sai do meu bairro e fui fazer em uma escola de classe media. eu era bolsista. ai... eu tinha que chegar s 5 horas da manha, pra ninguem me ver e sai depois que todo mundo saisse. que era pra ninguem me ver novamente. por dois motivos: um porque eu não tinha dinheiro pea comprar lanche nenhum. eu levava meu paozinho e comia escondido. e dois porque eu era a unica preta, não tinha ninguem preto. entao eu achava muito estranho”</p> <p>“como eu tinha o cabelo liso, não muito liso, ondulado, isso minizava o racismo. e eu tinha uma irma que tinha o cabelo "carapinhado" e a gente nunca se deu bem. porque ela dizia isso. que as pessoas gostavam de mim por causa do meu</p>	<p>cotas não deveriam existir porque a gente deveria competir de forma igual com eles. Mas eu sei. Eu so entrei aqui por causa das cotas. Eu fiquei na segunda chamada e só entrei por causa das cotas raciais.e eu usei de um direito meu”.</p> <p>“hoje eu analiso que há uma população negra, e pobre, então que precisa existir uma politica de igualdade pra gente. então, é uma politica necessária. também, tem argumentos que deveria ser uma cota somente social, deveria existir somente a renda da sua familia. não sei discutir sobre isso. uma perspectiva muito clara sobre isso”</p> <p>“não deve acabar ainda o sistema de cotas. Por exemplo, eu to com vc hoje a partir de um debate que teve em 2018, desse governo que a gente tá agora que é uma regressão, assim, gigantesca.”. (...)Na minha opinião não deve acabar ainda, a politica de cotas, por causa das desigualdades.”</p> <p>“a gente não alcançou a meta. no modelo da reserva de vagas que se encontra apresentado, nós vamos levar mais de um século para alcançar um equilibrio na sociedade.e nos temos um... mais de 50 por cento da população e outra coisa tambem , não houve investimento maciço em educação de base pra se falar em revisão da politica de cotas. antes de se falar que alguém caiu de paraquedas numa faculdade por que tem essa questão do mérito, o que a agente precisa pensar, alem de manter um forma de manter as pessoas que entram pela reserva de vagas, e dar condições”.</p> <p>“então, assim, a politica de reserva de vagas deve continuar porque no modelo que está nós vamos levar mais de seculo pra alcançar um equilibrio na sociedade. e tem a questão da representatividade. eu moro, eu procuro um professor negro no direito e eu não encontro. então cade a representatividade. não é so uma questão financeira”</p> <p>“eu acho importante porque vc aumenta a diversidade na sala de aula na UFRN. então vc garante a possibilidade de acesso, e talvez, se não fosse esse sistema, ela não teria, essa possibilidade de chegar. e tambem esse ponto negativo, quando vc pega uma lista existe uma especie de segregação. vc so esta aqui por isso. acaba tendo essa alegção por parte dessas pessoas. então precsa assim ampliar. existem</p>	<p>as cotas muitos dos meus familiares não iriam me entender”.</p> <p>“Eu me considero uma pessoa que contribui bastante para essa discursão na minha familia e não teria essas condições de enxergar, provavelmente eu seria um acadêmico frustrado por não entender porque eu não tinha as mesmas oportunidades.”</p> <p>“foi todo um processo de construção... de negar... de não aceitar e ir me construindo. de saber que minha identidade é uma identidade coletiva da maioria de um povo qu tentam apagar mas que vai se fortalecer, que mostra a sua cultura que é maioria desse país e que as vezes nem se percebe enquanto negro, enquanto pardo”</p> <p>“convergindo para esse lugar que posso. do povo que contruiu esse país, que tentou ser apagado... e que esta se entendendo, se apropriando de sua cultura, da sua identidade. se revalorizando, se colocando no lugar que é seu. de um cidadão brasileiro, negro, mestiço, que tem que ocupar os seus espaços e a partir dessa identidade coletiva é que a gente vai chegar a redução das desigualdade e a colocação de cada um em um lugar visível na sociedade”</p> <p>“eu sempre me proponho a me profundar... no meu tcc eu procurei autores negros pra falar sobre lixamento virtual. como é o linxamento virtual para as pessoas negras? como esse racismo afeta diferentemente as pessoas negras. parece que para o branco o perdão vem mais facil. parece que para o negro esse linxamento vem mais facil. eu procurei Abdias do nascimento... eu procurei nina simone, eu procuro sandra sa. eu procuro entender as letrras eo qie traz da noossa realidade e tem muitas pessoas que cantam as suas realidades, ne? fui ver a questão da elza soares. tudo que ela passou e onde ela chegou. tem um documentario que ela fala tudo que ela passou de violencia... eu sou muito sedento pelas personalidades negras”</p> <p>“uma coisa que eu percebi tambem... nesses anos de UFRN... é que... pelos menos aqui no</p>
---	--	--

<p>cabelo. não é que era verdade? sobre racismo...a minha irmã sofria tanto com essa coisa do cabelo e eu não achava que isso era possível alguém deixar de gostar de alguém por causa de um cabelo. então realmente é isso. eu só vim ver que isso era realmente grave com... 19 anos...eu sentia essa dificuldade, mas... eu achava que era mais por ser pobre e não preta.”</p> <p>“eu acho que isso é uma coisa que todo mundo passa. eu acho que essa questão do auto conhecimento não é trabalhada. mesmo que vc venha de uma família negra, que participe de pequenos coletivos, mas vc enquanto sujeito vc passa por essa forma de vc auto se declarar. essa auto percepção de vc perceber tal coisa. isso principalmente pra mim vem quando vc sabe da sua cor e vc sofre por causa da pele. então acho que o contato escolar deve ser o primeiro gatilho que a gente sofre. vc vai ter contato com ambientes externos. então isso é bem a partir de quando vc se choca com essa realidade com o outro. é quando vc tem essa percepção de estar diferente daquela situação...esse reconhecimento vem na realidade escolar. trago também, no meu caso, não no ensino médio, mas no fundamental, quando vc nem tem maturidade de ver quanto isso é propagado e o quanto isso é prejudicial”</p> <p>“é... eu já vim de uma família que ... minha irmã já era de um movimento aqui na cidade. então... eu já tenho um respaldo de militância em relação à opinião familiar. em relação à auto afirmação, pra eu me dizer negro, que eu precisava das cotas... isso não significou... desde criança eu...vou falar de primário e ginásio, onde eu estudei... onde eu tinha estudado... fundamental. eu estudei numa escola privada lá da zona norte... eu estudei com crianças brancas. e... me apaixonava, inclusive por meninas brancas. porque era as... como posso dizer? era as joias... mas eu sempre senti... que eu era... deixado de lado. pelo fato, ne”</p> <p>“enquanto ser preto já foi diferente. eu senti de fato essa relação da lei de cotas. ela faz você se assumir e se identificar. isso não é uma coisa que se assume. se identifica. não sei se deveria ser assim. mas eu consegui me identificar aqui e isso aconteceu sem problemas.”</p> <p>“eu não precisei me declarar. fizeram isso por mim. desde criança, meu pai que é negro, era negro que ele já faleceu. as pessoas o conheciam por apelidos racistas. o nome dele era Cícero e chamavam ele de Cicho preto, Cicho pau de fumo, Cicho isso, e ele nunca se importou sobre isso. então... toda vez que eu chegava em um ambiente em que não me conheciam aí diziam: ah.. é o filho de Cicho preto... sim! Cicho isso ou aquilo.</p>	<p>novas realidades sociais, impostas nessa estrutura da lei. e devem ser analisados”.</p> <p>“eu acho que a política de cotas é de reparação o ideal era que não existisse”.</p> <p>“eu acho que a política de cotas elas são uma política de reparação o ideal seria que não existisse. e todo mundo tivesse o mesmo ponto de partida. a mesma condição social. possibilidade de educação, infelizmente a política de cotas deveria ter um prazo que a gente teria que corrigir. infelizmente não tem porque a nossa nação ela cria abismos, praticamente intransponíveis. então ela cria a política de cotas para que essas pessoas elas possam atravessar esse abismo através da política de cotas e tentar reverter essa situação e melhorar como um todo na sociedade. então eu vejo como necessária”</p> <p>“Mas eu defendia porque na verdade eu acreditava que as cotas não funcionavam... pra mim o motivo das cotas é que elas criavam um abismo ainda maior. de que maneira: eu sou cotista e como ela falou, eu posso tirar o lugar da filha dela... e na verdade isso não acontece. é de outra forma. e hoje pra mim. falando... não lembro o nome dele agora. Ela chegou tarde e muito tarde.”</p> <p>“então, pra mim, as cotas são necessárias sim, mas o que me preocupa que isso tá servindo de pretexto para os governos não investirem mais na educação de base... não vou investir mais no ensino fundamental... então... além das cotas... eu sou da pedagogia... deveria ser investido mais na educação de base... porque se não... esses negros que estão se matando de estudar pra atingir, sofrer essa pressão psicológica... não vai poder usufruir ... porque o curso de pedagogia hoje pra mim... não vejo a hora de acabar porque me traz muito sofrimento. muito mesmo”.</p> <p>“eu acho que é um fator que eu achei crucial pra minha formação, até mesmo no sentido positivo de criar uma auto estima. e eu coloco também nessa questão da positividade a questão das cotas na minha experiência. como eu falei... tem elementos que eu destaco como pontos positivos e outros como pontos de melhorias. a gente teve conquistas, agente teve avanços, mas a gente tem professores que não estão preparados para lidar com o público periférico.”</p>	<p>setor 2... os corredores estão menos populosos. desde que as cotas começaram a ocorrer, desde que as cotas começaram como uma ação afirmativa eu vejo que o público branco deixou de frequentar os corredores. porque o público negro começou a apontar... e assim... a gente é um país que é altamente racista. inconfundível. isso é indiscutível. Então é assim”.</p> <p>“a minha opinião é que ela é realmente necessária. a política em si... tipo assim... se ela tivesse acontecido há 20 anos atrás... porque tem a nota... quando chegar aqui na universidade não é qualquer um com qualquer estudo que iria terminar o curso. não ia conseguir. não funciona porque o negro não quer estudar. mas na verdade, o que faltava pra nós era uma educação de qualidade de base. o povo fala... é porque vai dar uma chance ao negro. mas não sabe o quanto temos que estudar. muito por fora. muito mesmo. se matando de estudar. muitas vezes abdicando de uma vida social pra ter condição até mesmo de tirar uma nota”.</p> <p>“eu acho que a primeira coisa quando vc pensa em cota racial é que vc tem vergonha de colocar. lógico que vc vai se assumir como preto. porque vc tem vergonha de que vc vai ter uma vantagem. essa questão de vc entrar numa escola pública para ver a vaga no futuro para a universidade. por isso que criamos um argumento de inclusão. ( xxx) pessoas que querem se aproveitar e esquecem qual é a realidade disso... para quem é. na hora que vc assinala. Vc diz: eu sou preto! Vc assume. Vc diz a todo mundo que vc é preto!”</p> <p>“hoje eu considero que as cotas foi fundamental para o meu processo. tanto para a entrada como a permanência também. porque a gente sabe que quando a gente vai lutar por essa questão o critério maior é a questão do ... da ... questão social... da vulnerabilidade”</p> <p>“já me auto declarava porque inclusive eu entrei pelas cotas, ne? então eu tinha essa percepção, mas o fortalecimento da identidade negra ela só veio pós a entrada mesmo na graduação. inclusive quando eu concorri pelas cotas eu ficava com medo de em algum momento me tirarem por conta disso. entende? porque eu</p>
---	--	--

<p>e apesar de eu ser criança eu via aquilo e eu via aquelas palavras ofensivas...”</p> <p>“eu me sentia desprestigiado também, na questão afetiva no caso, eu me sentia desprivilegiado porque eu sentia que as meninas gostavam mais de meninos brancos... elas... eu percebia que elas tinha a preferência extremamente maior e eu tinha muita inveja disso.”</p> <p>“meu processo de me auto identificar ainda esta acontecendo. eu me identificava como pardo e depois fui entendendo que eu sou negro. antes das cotas aqui da UFRN, por exemplo, eu fiz falando que eu sou pardo. eu fiquei com medo de fazer falando que era negro e ser reprovado, né? fiquei com medo de a banca não aceitar [redacted] pra cá e ser reprovado pela banca de identificação presencial acabei fazendo tudo por lá. e to nesse processo de identificação.”</p> <p>“eu não lembro exatamente o momento que deu essa virada de chave. tanto é que, justamente por ter havido essas discussões com o grupo e com os nossos colegas mesmo, eu [redacted] e outras. vez ou outra terminamos nos colocando nessa dimensão racial e sobre as outras experiências mesmo é que dá um estalo”</p> <p>“na minha família acontece mesmo o que Gilberto Freyre propagou no livro Casa Grande e Senzala. a parte da família da minha mãe. é de mulheres sobretudo negras e indígenas, que trabalharam como empregadas domésticas. e a parte da família do meu pai, de pessoas brancas ou mais claras, né? como uma condição financeira muito acima. então... como eu sou a filha do meio, a filha mais velha é mais clara. então eu lembro de relatos da minha avó... enfim... não lembro especificamente. minha mãe que contou. que ela ficou triste quando eu nasci. porque eu não era clara igual a minha irmã mais velha. então quando a minha mãe fala eu ainda lembro disso. desse estalo”</p> <p>“são experiências pequenas dentro do círculo familiar e fora que eu percebo agora que eu já sabia que havia essa experiência. que até então, até 2015 pra mim, vc ser chamado de negra era uma coisa que vc tinha um pouco de repulsa. não se colocava. no caso pra mim, foi justamente através dessa experiência, de 2015 que na mídia social, no twitter, no instagram, no youtube que essa questão começou a surgir a ganhar pauta na internet e eu comecei a falar.. ok. eu já sabia que eu não era branca, mas também não queria me colocar no lugar de negra.”</p>	<p>“primeiro de tudo o processo de cotas fundamental resarcimento histórico pelo nosso povo. Por que a universidade é um universo, e nesse universo muitos negros vão se encontrar, se você fizer uma pesquisa eu tenho certeza que a maioria fala que se identificou negro na universidade ou no ensino médio, é nesse sentido que você vai perceber que há uma luta grande na negação das cotas, vc ver que tá batendo a porta para se acabar, porque o branco acham suficiente, apesar de somos muitos, a maioria, mas ainda somos poucos por mais que atingimos mais de 50% da universidade que foi o fato da cota, senão existisse a cota, por mais que a gente passe por processo de negação na instituição, a própria instituição”</p> <p>“é a cota vem também para demarcar e dizer, olha aqui também tem outros sujeitos, sujeitos pensantes, sujeitos que desejam estudar também os seus corpos, porque as pesquisas ela tem um crescimento a partir dessa entrada dessa juventude negra que começa a se interessar pra estudo da sua identidade(...)</p> <p>“os dados estão aí, não tem como discutir, por isso eu digo que a cota ela vai se firmar em sendo fundamental, mas também que vem todo esse outro processo, porque quando a gente chega na universidade a gente não vai concorrer por ser cotista, nós vamos concorrer com toda a instituição e vamos concorrer com cotas sociais, uma grande negrada fica de fora dessa assistência isso também vai interferir do processo de continuidade na instituição”</p>	<p>“tinha essa confusão. não tinha essa identidade fortalecida. inclusive algumas pessoas diziam que eu não era negra. recentemente eu escutei isso de uma colega. entende? e isso é muito comum. principalmente para nos mulheres que não são tão retintas. ah... porque agora o seu cabelo está cacheado... não considero vc negra. então até isso a nossa identidade ela fica sendo velada, apagada por conta dessa questão.”</p> <p>“eu já sabia que eu era negra, mas eu tinha aquele medo de as pessoas poderiam pensar que eu não era tão negra. porque eu escutava, das pessoas, até hoje eu escuto: não mulher, vc não é negra. mas só que se agente for pesquisar, todo esse processo de nomenclaturas ele serve pra minimizar esse processo de racismo, né? minimizar essas próprias identidades. como vc sabe, alguns autores, artistas, para ter o reconhecimento do seu trabalho ele teve que passar por um processo de branqueamento. então eu não tinha consciência. é exatamente isso. nesse momento de ruptura, eu passei a ter consciência da minha identidade”.</p> <p>“Esse pertencimento da identidade ele se torna difícil pra nós mulheres negras por conta disso e a universidade ela é fundamental porque em alguns momentos ela vai pautando sobre as questões sociais no geral, a questão de raça, diversidade, a questão da apropriação inclusiva então tudo isso eu começo a perceber mais e fortalecer nesses espaços, inclusive é o que eu trato no meu TCC, no mas é isso, eu me identifiquei negra na hora da entrada na instituição, porque eu sempre ouvia que não era negra, só que tem essa confusão que só vai ser concluída através desses estudos.”</p> <p>“eu acho que isso é também da experiência como pessoa negra mesmo. a gente tem que estar o tempo inteiro se provando, tem que provar que vc não é ladrão. tem sempre que provar. que tem domínio de determinado assunto. e é tanto no ambiente universitário quanto fora. com coisas tipo. como? é vc ter muita cabeça pra não adoecer, eu acho... tem que tá no ambiente coletivo, como eu falei. pra eu estar falando sobre</p>
--	--	---

“é na graduação quando eu comecei a ter essas experiências. De fato eu comecei a afirmar pra mim, pras minhas irmaes, pra minha mae... participar de eventos na universidade, fora da universidade, acho que é isso. e com a graduação, experiencias que eu ficava calada e so chorava, agora, ou ignoro de uma forma consciente esem me afetar tanto, ou respondo de uma forma mais combativa mesmo”.

“eu sempre fui dada como uma criança raivosa. primeiro que tudo. aminha irma, tambem, eu sou um pouco mais retinta que ela. meu irmão é negro, mais claro. não tão acentuado, digamos assim de modo de fala, ne. e eu sempre fui a criança negra rebelde, raivosa, mas eu nunca me percebi, é tanto que eu falo em meu tcc, que eu não tinha esse auto reconhecimento. a propria universidade foi fundamental ne, na graduação,”

essas experiencias sem estar chorando, é porque na minha graduação teve todo uma questão de um apoio coletivo mesmo. pra eu amadurecer e conseguir render. e como eeu falei, essa questão de ter contato com essas pessoas que passaram por essa mesma experiencia foi o que me ajudou bastante”.



Formulário-Google Forms- Comissão de Heteroidentificação- Respostas- Inquérito- SEM IDENTIFICAÇÃO

Anexo 9- Planilha com respostas ao Questionário- Membros da Comissão

5-Há quanto tempo você menos de 1 ano	6-Houve uma formação Atendeu completamente Não	7-Entende que necessita Atendeu completamente Não	8-Em caso de resposta p.9-Ne sua opinião, a proc 10-O quanto você concor	11-Quais são as principais dificuldades	12-Você avalia que a	13-Em caso de resposta	14-na sua percepção, a	15-Ne sua opinião, já por	16-Você avalia que a	17-Como Você avalia a	18-Que Feedback tem recebido pessoalmente sobre o trabalho da comissão por parte
	Atendeu completamente Não	Atendeu completamente Não	Tranquila, sem tensões Indiferente	Não identifica dificuldade Sim, Totalmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Positivo
	Atendeu completamente Não	Atendeu completamente Não	Conturbada, com muita r Totalmente	Disponibilidade dos mem Sim, Totalmente	Apenas Parcialmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Nunca recebi nenhum feedback sobre este trabalho na comissão.
Desde a sua criação	Atendeu completamente Sim	Atendeu completamente Sim	Todos os anos é importante Tranquila, sem tensões Totalmente	Disponibilidade dos mem Sim, Totalmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Nunca recebi nenhum feedback sobre este trabalho na comissão.
Desde a sua criação	Não atendeu Sim	Atendeu completamente Não	Capacitação melhor plan Não consigo avaliar com Totalmente	Outra Sim, parcialmente	Apenas Parcialmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Nunca recebi nenhum feedback sobre este trabalho na comissão.
Desde a sua criação	Atendeu completamente Não	Atendeu completamente Não	Tranquila, sem tensões Totalmente	Disponibilidade dos mem Sim, Totalmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Positivo
Desde a sua criação	Atendeu parcialmente Sim	Atendeu parcialmente Sim	Formação continuada Tranquila, sem tensões Totalmente	Disponibilidade dos mem Sim, parcialmente	Apenas Parcialmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Positivo
Desde a sua criação	Atendeu completamente Não	Atendeu completamente Não	Não consigo avaliar com Totalmente	Não identifica dificuldade Sim, Totalmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Nunca recebi nenhum feedback sobre este trabalho na comissão.
Outra	Atendeu parcialmente Sim	Atendeu parcialmente Sim	A formação foi muito pro Não consigo avaliar com Totalmente	Divergência interna Sim, parcialmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Positivo
Outra	Atendeu completamente Sim	Atendeu completamente Sim	Sempre é importante rev Não consigo avaliar com Indiferente	Outra Sim, Totalmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Nunca recebi nenhum feedback sobre este trabalho na comissão.
menos de 1 ano	Atendeu completamente Não	Atendeu completamente Não	Conturbada, com muita r Totalmente	Disponibilidade dos mem Sim, Totalmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Positivo
menos de 1 ano	Atendeu completamente Sim	Atendeu completamente Sim	Acho importante haver r Não consigo avaliar com Totalmente	Espaço físico Sim, Totalmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Nunca recebi nenhum feedback sobre este trabalho na comissão.
Desde a sua criação	Atendeu completamente Não	Atendeu completamente Não	Tranquila, sem tensões Totalmente	Disponibilidade dos mem Sim, Totalmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Positivo
Desde a sua criação	Atendeu completamente Não	Atendeu completamente Não	Conturbada, com muita r Totalmente	Disponibilidade dos mem Sim, Totalmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Nunca recebi nenhum feedback sobre este trabalho na comissão.
Desde a sua criação	Atendeu parcialmente Sim	Atendeu parcialmente Sim	A formação atendeu basi Normal, segundo os trã Totalmente	Não identifica dificuldade Sim, Totalmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Positivo
Desde a sua criação	Atendeu completamente Não	Atendeu completamente Não	Conturbada, com muita r Totalmente	Disponibilidade dos mem Sim, Totalmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Positivo
Desde a sua criação	Atendeu parcialmente Sim	Atendeu parcialmente Sim	Planejamento, Atualizaçã Não consigo avaliar com Parcialmente	Disponibilidade dos mem Sim, Totalmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Nunca recebi nenhum feedback sobre este trabalho na comissão.
Desde a sua criação	Atendeu parcialmente Sim	Atendeu parcialmente Sim	Entendo que deve haver r Conturbada, com muita r Totalmente	Outra Sim, Totalmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Nunca recebi nenhum feedback sobre este trabalho na comissão.
Outra	Atendeu completamente Não	Atendeu completamente Não	Não consigo avaliar com Parcialmente	Disponibilidade dos mem Sim, Totalmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Nunca recebi nenhum feedback sobre este trabalho na comissão.
menos de 1 ano	Atendeu completamente Não	Atendeu completamente Não	Não consigo avaliar com Parcialmente	Outra Sim, parcialmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Nunca recebi nenhum feedback sobre este trabalho na comissão.
menos de 1 ano	Atendeu completamente Sim	Atendeu completamente Sim	Normal, segundo os trã Totalmente	Disponibilidade dos mem Sim, Totalmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Nunca recebi nenhum feedback sobre este trabalho na comissão.
menos de 1 ano	Atendeu completamente Não	Atendeu completamente Não	Não consigo avaliar com Indiferente	Não identifica dificuldade Sim, Totalmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Nunca recebi nenhum feedback sobre este trabalho na comissão.
Desde a sua criação	Atendeu completamente Não	Atendeu completamente Não	Conturbada, com muita r Indiferente	Não identifica dificuldade Sim, Totalmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Positivo
Desde a sua criação	Atendeu completamente Não	Atendeu completamente Não	Não consigo avaliar com Parcialmente	Não identifica dificuldade Sim, parcialmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Nunca recebi nenhum feedback sobre este trabalho na comissão.
Desde a sua criação	Atendeu completamente Não	Atendeu completamente Não	Conturbada, com muita r Parcialmente	Disponibilidade dos mem Sim, parcialmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Nunca recebi nenhum feedback sobre este trabalho na comissão.
Desde a sua criação	Atendeu completamente Não	Atendeu completamente Não	Tranquila, sem tensões Totalmente	Não identifica dificuldade Sim, Totalmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Positivo
Desde a sua criação	Atendeu parcialmente Sim	Atendeu parcialmente Sim	Aprofundamento no reco Normal, segundo os trã Totalmente	Disponibilidade dos mem Sim, Totalmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Positivo
Desde a sua criação	Atendeu parcialmente Sim	Atendeu parcialmente Sim	Mais discussões acerca r Não consigo avaliar com Totalmente	Não identifica dificuldade Sim, Totalmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Positivo
menos de 1 ano	Atendeu completamente Não	Atendeu completamente Não	Normal, segundo os trã Totalmente	Disponibilidade dos mem Sim, Totalmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Positivo
Desde a sua criação	Atendeu completamente Sim	Atendeu completamente Sim	A formação deve ser con Conturbada, com muita r Totalmente	Disponibilidade dos mem Sim, Totalmente	Apenas Parcialmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Positivo
Desde a sua criação	Atendeu parcialmente Não	Atendeu parcialmente Não	Normal, segundo os trã Totalmente	Disponibilidade dos mem Sim, Totalmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Positivo
menos de 1 ano	Atendeu completamente Não	Atendeu completamente Não	Não consigo avaliar com Parcialmente	Espaço físico Sim, Totalmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Positivo
Desde a sua criação	Atendeu parcialmente Sim	Atendeu parcialmente Sim	Há necessidade de mais Normal, segundo os trã Totalmente	Não identifica dificuldade Sim, parcialmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Positivo
menos de 1 ano	Atendeu completamente Sim	Atendeu completamente Sim	Situações concretas pare Não consigo avaliar com Totalmente	Não identifica dificuldade Sim, Totalmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Positivo
menos de 1 ano	Atendeu completamente Não	Atendeu completamente Não	Não consigo avaliar com Totalmente	Disponibilidade dos mem Sim, Totalmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Negativo
Desde a sua criação	Atendeu completamente Sim	Atendeu completamente Sim	Acho que podemos pass Não consigo avaliar com Indiferente	Não identifica dificuldade Sim, Totalmente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Sim, Completamente	Positivo



## ANEXO 10

### NOMES FICTÍCIOS ATRIBUIDOS ÀS FALAS DOS ALUNOS COTISTAS (INQUÉRITOS)

- P130- INQUERITO- **Luiz Gama** (líder abolicionista, jornalista e poeta brasileiro)
- P36- INQUERITO- **Margareth Menezes** (Artista negra do Brasil e Ministra da Cultura)
- P23- INQUERITO- **Alcione** (Cantora negra do Brasil)
- P51- INQUERITO- **Machado de Assis** ( Escritor brasileiro)
- P84- INQUERITO- **Grande Otelo** (Artista brasileiro)
- P82- INQUERITO- **Larissa Luz** (Cantora e compositora brasileira)
- P89- INQUERITO- **Pixinguinha** (Compositor e arranjador brasileiro)
- P88- INQUERITO-**Abdias do Nascimento** (dramaturgo, pintor, escritor, professor, deputado e senador da República)
- P98- INQUERITO- **Zezé Motta** (atriz e cantora brasileira)
- P20- INQUERITO- **Negra Li** (cantora, rapper, compositora e atriz brasileira)
- P19- INQUERITO- **Iza** (cantora e compositora brasileira)
- P32- INQUERITO-**Milton Santos** (geógrafo, escritor, cientista, jornalista, advogado e professor universitário brasileiro)
- P65- INQUERITO- **Sandra de Sá** (cantora e compositora brasileira)
- P91- INQUERITO- **Elza Soares** (cantora e compositora brasileira)
- P117- INQUERITO- **Erika Hilton** (ativista do movimento negro e LGBT e política brasileira)
- P135- INQUERITO-**Djamila Ribeiro** (escritora, acadêmica, ativista do feminismo negro)
- P90-INQUERITO- **Rosa Parks** (ativista do movimento negro nos Estados Unidos)
- P144-INQUERITO-**Elaine Brown** (ativista norte-americana, escritora, cantora e ex-presidente do Partido das Panteras Negras)
- P127-INQUERITO- **Carolina Maria de Jesus** (Escritora e compositora brasileira)
- P31- INQUERITO- **Grada Kilomba**- (escritora, psicóloga, teórica e artista interdisciplinar portuguesa)
- P26-INQUERITO- **Sueli Carneiro** (filósofa, escritora e ativista antirracismo do movimento social negro brasileiro)
- P5- INQUERITO- **Ângela Davis** (professora e filósofa socialista estadunidense)
- P123- INQUERITO- **Zumbi dos palmares** (último líder do Quilombo dos Palmares (Brasil) e também o de maior relevância histórica)
- P47- INQUERITO- **Nelson Mandela** (principal líder político da história da África do Sul)
- P29- INQUERITO- **Dandara dos palmares** (brava lutadora quilombola na época do Brasil colonial. Esposa de Zumbi dos Palmares)

P6- INQUERITO- **Muhammad Ali** (desportista pugilista estadunidense. É considerado um dos melhores da história do esporte)

P124- INQUERITO- **Maria Firmina dos Reis** (Escritora brasileira)

P74- INQUERITO- **Bob Marley** (Cantor e compositor jamaicano)

P25- INQUERITO-**Oprah Winfrey** (apresentadora, jornalista, atriz, empresária, repórter, produtora, editora e escritora norte-americana)

P3- INQUERITO- **Malcon X** (ativista dos direitos humanos, ministro muçulmano e defensor do Nacionalismo Negro nos Estados Unidos)

P2- INQUERITO- **Martin Luther King** (ativista político estadunidense, figura mais proeminente do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos até seu assassinato em 1968)